



Cláudia Gomes  
Fernanda Alves Ribeiro Paz  
Ana Karoline Nogueira de Souza  
Ana Manoela da Silva Lima  
[ORG.]

# A CRISE DO CAPITAL

Marco histórico  
e expressões atuais  
no Brasil

**Cláudia Gomes**  
**Fernanda Alves Ribeiro Paz**  
**Ana Karoline Nogueira de Souza**  
**Ana Manoela da Silva Lima**  
**[ORG.]**

# **A CRISE DO CAPITAL**

**Marco histórico  
e expressões atuais  
no Brasil**



**RECIFE**  
**2025**

## Universidade Federal de Pernambuco

*Reitor:* Alfredo Macedo Gomes

*Vice-Reitor:* Moacyr Cunha de Araújo Filho



### Editora UFPE

*Diretor:* Junot Cornélio Matos

*Vice-Diretor:* Diogo Cesar Fernandes

*Editor:* Artur Almeida de Ataíde

### Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Katharine Raquel Pereira dos Santos (CAV)

Marília de Azambuja R. Machel (CFCH)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (CE)

### Editoração

*Revisão de texto:* Patrícia da Paz Costa e Luciana Fauber Lima Amâncio

*Projeto gráfico:* Caio César Abreu Pessoa de Albuquerque

### Catálogo na fonte

Bibliotecário Jorge Luiz de Albuquerque Barros, CRB4-2008

---

c932 A crise do capital [recurso eletrônico] : marco histórico e expressões atuais no Brasil / organização : Cláudia Gomes... [et al.]. – Recife : Ed. UFPE, 2025.

1 recurso online (353 p.).

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-294-8 (online).

1. Capitalismo. 2. Crise econômica – Brasil. 3. Finanças. I. Gomes, Cláudia (Org.). II. Título.

338.5420981

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-075)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

A teimosia da crise do capital  
e sua permanente presença:  
uma crítica da crise e a crise da crítica

Juary Chagas

### APRESENTAÇÃO

Cláudia Gomes

## PARTE I

### Capitalismo dependente brasileiro

#### CAPÍTULO 1

- 23 Revolução passiva  
e a “revolução burguesa” no Brasil

Nivalter Aires dos Santos

#### CAPÍTULO 2

- 42 O protagonismo dos intelectuais  
na revolução passiva brasileira:  
uma análise da atuação dos militares

Ana Karoline Nogueira de Souza

### CAPÍTULO 3

- 63 Dependência e democracia  
na América Latina e no Brasil

Inez Stampa

Vicente A. C. Rodrigues

### CAPÍTULO 4

- 90 O caráter desigual e combinado  
do capitalismo periférico brasileiro

Thaís Lopes Vasconcelos

Cláudia Gomes

### CAPÍTULO 5

- 110 O conservadorismo em ascensão no Brasil:  
ideologias dominantes e o patriarcado em processo

Leidiane de Souza Oliveira

## PARTE II

### Crise, trabalho e precarização

#### CAPÍTULO 6

- 130 Reprodução do capital sob hegemonia  
financeira e as novas determinações  
do trabalho no pós-2008

Fabiana Alcântara Lima

#### CAPÍTULO 7

- 152 A crise brasileira e o ajuste financeiro no governo Temer  
Eloá Almeida da Costa  
Gleizielle N. Coutinho B. de Araújo  
Cláudia M. Costa Gomes

#### CAPÍTULO 8

- 184 Um retrato do trabalho precarizado no Brasil: perfil, condições de trabalho e ações coletivas dos entregadores por aplicativo  
Bárbara Bruna da Trindade Gomes  
Laudicéia Araújo Santana

#### CAPÍTULO 9

- 207 LGBTs e trabalho no *telemarketing*: mediações entre a conformação do precariado brasileiro e o heteropatriarcado  
Jéssica Juliana Batista da Silva  
Luciana Batista de Oliveira Cantalice (in memoria)

### PARTE III

## Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil

#### CAPÍTULO 10

- 236 Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil: uma análise sob a perspectiva do capitalismo dependente  
Tatiana Brettas

#### CAPÍTULO 11

- 269 **A dívida pública e o Fundo Público no capitalismo:  
uma análise dos impactos para a classe trabalhadora  
e as políticas sociais**

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

Celyane Souza dos Santos

Maria de Fátima Leite Gomes

#### CAPÍTULO 12

- 287 **Fundo Público e dívida pública:  
repercussões da disputa orçamentária  
para a Seguridade Social brasileira**

Ana Manoela da Silva Lima

#### CAPÍTULO 13

- 315 **Crise do capital, transformações societárias  
e impactos nas universidades públicas**

Fernanda Alves Ribeiro Paz

Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

#### CAPÍTULO 14

- 339 **O direito à saúde e a sua judicialização no Brasil**

Liana Amaro Augusto de Carvalho

Milena da Silva Santos

## PREFÁCIO

# A teimosia da crise do capital e sua permanente presença: uma crítica da crise e a crise da crítica

Compreender e enfrentar a “crise”. Essa parece ser a aspiração de um segmento importante de sujeitos acadêmicos em suas produções teóricas e, também, no âmbito da esquerda. Essa é igualmente uma proposta não por acaso ofertada pelo Estado e pelas representações políticas alinhadas aos interesses do capital. Todos querem entendê-la e combatê-la. No jargão nordestino, a “crise” é uma palavra “doce”: está na boca de todos, em um amplo espectro político, social, intelectual e ideológico.

O alcance – e das interpretações que buscam explicá-la – da expressão “crise” engendra conclusões investigativas dicotômicas, mas que não se apresentam de maneira contraditória senão pela aparência. Por ser um fenômeno de caráter abrangente e complexo (com implicações em múltiplas dimensões: econômica, política, social, ambiental, cultural, ideológica, comportamental, psicológica etc.), nada mais justo que o movimento de apreensão de sua dinâmica expresse – além de enfoques e categorias variadas – aspectos, particularidades, nuances e até mesmo “sensibilidades” diferentes. Contudo, é justamente por essa abrangência e essa amplitude

– e pela complexidade de apreensão que invariavelmente produz imprecisões analíticas – que não é incomum nos depararmos com interpretações apoloéticas, parciais, particularistas e ecléticas facilmente convertidas em texto palatável apresentado como teoria repleta de “sofisticação”.

Numa primeira leitura dos artigos que abrem a coletânea, fica evidente um pressuposto importante, senão fundamental: embora ela sinalize como missão, desde o seu sumário, a busca por entender particularidades nacionais, impactos nas políticas sociais, rebatimentos na dimensão cultural, reflexos no âmbito político-organizativo das classes dominantes e da classe trabalhadora, há um marco teórico-metodológico fundamental: a crise é do capital.

Isso não é qualquer coisa, visto que as múltiplas dimensões e determinações de crise se manifestam no cotidiano e no terreno da aparência das mais variadas maneiras. A coletânea fez questão de ser radical (no sentido mais etimológico do termo, ir à raiz da questão), sugerindo que as facetas da crise estão articuladas simbioticamente com o movimento operado pelo sistema do capital, pelo menos nas últimas cinco décadas.

Estão presentes nos ensaios/artigos – tanto de modo subjacente quando explicitamente – pelo menos dois pressupostos que são fundamentais para este entendimento: a) que a referência para pensar expressões atuais de desigualdade, desarticulação política da classe trabalhadora, miséria ideológica e traços de barbárie é a crise (no singular), e não simplesmente *crises*, sugerindo que há, a partir do contexto histórico pós-1970, um fenômeno de instabilidade qualitativamente particular do sistema do capital, com caráter permanente; e b) que esta crise, permanente, está na base dos demais fenômenos analisados, uma vez que possui, conforme assinala Mézaros (2010), um caráter *universal* (atingindo todos os ramos

da produção), um alcance *global*, uma escala *contínua* e um modo de desdobrar *rastejante* (reflexos contínuos e extensivos, sem necessariamente se expressar em erupções episódicas).

Esta definição teórico-metodológica presente na coletânea, ao contrário de demarcar um caráter generalista ou abstrato, na verdade consiste no que se considera o maior mérito desta produção: uma articulação das dimensões universal-particular-singular da crise, que preenche de conteúdo totalizante a investigação de temáticas concretas candentes do nosso tempo e situa a crise do capital como aspecto ao mesmo tempo determinante e mutuamente implicado nas manifestações da vida concreta aqui estudadas ao longo dos ensaios/artigos.

O leitor, portanto, terá a oportunidade de percorrer ao longo do livro uma diversidade de temáticas e o modo como a crise do capital influencia cada uma delas: as manifestações contemporâneas da histórica dependência advinda das marcas da formação econômico-social brasileira; a dinâmica das desigualdades regionais do Brasil atual; os tensionamentos em relação à saúde, à educação e às recentes conjunturas marcadas por contrarreformas; as recentes articulações do bloco de poder dominante nacional e sua sanha autocrática, entre outras. Contudo, o que me parece mais salutar é que, apesar da modalidade de coletânea (que reúne um conjunto de produções *a priori* “independentes”), ao final o livro se perfaz como um todo dialético e articulado que contribui para a compreensão do fenômeno mais geral da crise do capital, mas sem deixar de sugerir conclusões sobre as formas como essa vem se manifestando, sobretudo no contexto do capitalismo dependente brasileiro na atualidade.

A isso, que já consistiria numa louvável contribuição intelectual realizada por esta obra, soma-se uma relevante importância teórico-política. Em se tratando do tema *crise do capital*, que em última

instância precisa ser tomada como a crise “deles”, dos capitalistas, é absolutamente inafastável que parte dos debates transite pela crise que é “nossa”, da classe trabalhadora. As implicações da decadência capitalista na vida social e seus rebatimentos na dimensão político-organizativa e ideológica estão presentes não apenas na raiz da miséria intelectual resultante do caráter mercadológico que marca a pesquisa e a produção de ciência, como também finca suas raízes no “campo da crítica”.

Há, portanto, como resultante particular da crise do capital (e da rendição de parte das ciências sociais e da esquerda) que teima em permanecer presente, uma “crise da crítica”, que, com toda sorte de formulações unilaterais, subjetivistas, semiologizadas – e, portanto, submissas à lógica do capital –, muito mais nos afasta de uma justa crítica da crise do que dela nos aproxima.

E este me parece ser mais um ponto de inflexão relevante desta coletânea. Para além da reunião de produções teóricas com boa fundamentação, linguagem acessível e capacidade de contribuir em análises de questões contemporâneas candentes, não temo afirmar que é também uma produção de *resistência*. Resistência positiva, no sentido de firmar bastiões teóricos (por muitos considerados “arcaicos”) que não se bastam, mas iluminam as análises do tempo presente; e ao mesmo tempo uma resistência negativa, aquela que teima em não se curvar a uma “crítica” teoricamente miserável, fundamentada por um fatalismo que se rende e se limita às “micro-transformações” e às promessas de pálido reformismo.

Estão todos/as, por fim, poderosamente convidados/as a visitar as páginas desta coletânea, que evidentemente não se dispõe (e nem poderia) a abarcar com intensa profundidade todas as dimensões e expressões particulares de um macrofenômeno global complexo em seu aspecto analítico e ao mesmo tempo dramático no

modo como que afeta a vida de todos/as nós; mas que, dentro de seus limites, pode ajudar a fornecer chaves de compreensão absolutamente fundamentais para explicar a barbárie que o capital impõe enquanto sua teimosa crise se arrasta pelo planeta.

Juary Chagas,  
João Pessoa, dezembro de 2023

## APRESENTAÇÃO

Sem sombra de dúvida, a vontade do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o caráter desses limites.

MARX, *Salário, preço e lucro*

No momento em que organizávamos este livro<sup>1</sup>, que intitulamos *Crise do capital: marco histórico e expressões atuais no Brasil*, a classe trabalhadora mundial se encontrava perplexa com o novo episódio de extermínio que o Estado sionista desencadeou contra o povo palestino. Os dirigentes dos sindicatos e dos partidos que dizem defender os interesses da classe trabalhadora em todo o mundo têm, curiosamente, posições comuns para denunciar o ataque "terrorista" do Hamas, porém, salvo honrosas e raríssimas exceções, tal defesa se reduz a uma hipócrita salvaguarda dos "direitos humanos" concretizada no prudente pedido de "ajuda humanitária".

---

<sup>1</sup> Agradecemos ao economista Francisco José Fernández Álvarez pela ajuda generosa com os dados de conjuntura mundial levantados para esta apresentação..

A importância da nova fase dessa guerra genocida não deve, no entanto, obscurecer o fato de que, em outubro passado, quatro outras guerras tinham causado um maior número de mortes, estando a Ucrânia, a região de África ocidental, a Birmânia e o Sudão à frente das macabras estatísticas, que incluem 114 conflitos armados em todo o mundo e afetam mais de 40 países.

Todos sabemos que, para além das mortes, as guerras frequentemente provocam fome e refugiados. Os dados não deixam margem para dúvidas: até o final de junho de 2023, 110 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força de suas casas; um aumento de mais de 1,6 milhão de pessoas em comparação com o final de 2022 (108,5 milhões), conforme dados da Organização das Nações Unidas.

Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura revelou que entre 691 e 783 milhões de pessoas padeceram de fome em todo mundo só no ano de 2022; um aumento de mais de 122 milhões de pessoas em comparação a 2019.

Os números são chocantes, mas, por si sós, não refletem toda a realidade, se não nos concentrarmos em outro aspecto inseparável dos conflitos armados: o gasto militar mundial, que aumentou 3,7% em termos reais em 2022, atingindo cerca de 2,24 bilhões de dólares. E se observamos, em particular, o Estado de Israel, essas despesas representam anualmente 2.403 euros *per capita*, um pouco menos dos 2.512 euros que atingem os Estados Unidos da América; o que equivale a nada menos que 12,71% e 8,32% das respectivas despesas públicas de ambos os Estados.

Além disso, é importante esclarecer que as guerras, a fome, os refugiados e as enormes despesas militares são um retrato incompleto da realidade. Para tentar compreendê-la, temos que mencionar a imensa e crescente desigualdade entre os possuidores da riqueza

no mundo: enquanto os 50% mais pobres da população têm uns míseros 2%, o 1% mais rico usufrui de 38%. E o que dizer dos salários, quando o próprio economista-chefe do Fundo Monetário Internacional reconhece que caíram 3,8% entre 2022 e 2023 e prevê que as perspectivas de melhoria diminuirão notavelmente? E o próprio FMI (2023) ainda adverte aos bancos centrais europeus: “[...] que devem estar atentos aos riscos de subida da inflação e acompanhar de perto os acordos salariais [...] e impulsionar o aumento da oferta de mão de obra, permitindo a ampliação da jornada de trabalho”. Ou seja, trabalhem mais para ganhar menos.

Mas ora, que as instituições econômicas do capitalismo mundial tentem traçar políticas econômicas para travar a queda inevitável da taxa de lucro, através do único mecanismo do qual dispõem, que é o aumento da taxa de mais-valia, melhor dizendo, o aumento da exploração não é novidade. O que chama a atenção no momento atual é o seu retumbante fracasso. Retornemos aos dados:

Segundo o Institute of International Finances, “a dívida mundial atingiu um número recorde de 307 bilhões de dólares em 2023, empurrando a relação dívida/PIB mundial, que anteriormente estava em declínio, para 333% pelo segundo trimestre consecutivo”. E as previsões não são otimistas: de acordo com as últimas perspectivas do World Economic Forum (Fórum de Davos, 2023), “[...] seis em cada dez economistas esperam que a economia mundial enfraqueça este ano”.

A solução que nos propõem, mais uma vez, já a conhecemos e vem sendo ditada pelo FMI há décadas, através das mesmas políticas macroeconômicas de ajuste financeiro. Em artigo publicado no Financial Times, a subdiretora gerente do FMI é contundente ao dizer que, “[...] para várias economias avançadas com populações envelhecidas, as reformas da seguridade social são inevitáveis.

E muitas economias emergentes precisam reduzir o peso das empresas públicas (Gopinath, 2023, s.p., tradução nossa).

A narrativa demonstra que o ajuste neoliberal permanece inalterado. É preciso reduzir ainda mais os salários reais, cortar as despesas sociais, reduzir as pensões e privatizar as empresas que ainda são públicas. Em suma, o campo de exploração deve ser alargado e intensificado. Isso explica a necessidade cada vez maior de desvalorização e exploração da força de trabalho e a total destruição dos direitos e garantias sociais, resultado das conquistas democráticas e das lutas dos trabalhadores no último século, implicando uma regressão social sem precedentes em todo mundo.

Para os países de capitalismo dependente, as formas concretas que assumem essas políticas gerais têm particularidades em cada nação e região, derivadas da posição competitiva das suas burguesias específicas, da sua estrutura produtiva particular, do intercâmbio entre capitais transnacionais distintos e do grau de organização e resistência da classe trabalhadora correspondente.

No Brasil, o avanço da crise mundial impõe novas condições e possibilidades de inserção da economia na divisão internacional do trabalho, cujos adensamentos por meio de políticas econômicas dos sucessivos governos brasileiros, ditadas pelo FMI, estão diretamente relacionados aos fatores contra restantes da queda tendencial da taxa de lucro, como uma determinação imposta pela crise do capital.

Com o agravamento da crise e o ajuste financeiro feito a partir da agenda de governo de Michel Temer (2015-2018), nada poderia ter sido mais dramático para a sociedade brasileira. Se, por um lado, os cortes nos investimentos sociais foram responsáveis por retrocessos em diversas políticas sociais, pela interrupção e reversão de conquistas recentes e por bloquear avanços necessários de interesse da classe trabalhadora; por outro, os acontecimentos na conjuntura que

interpelaram o *impeachment* de 2016 abrem uma fratura irreparável no ensaio democrático iniciado em 1988<sup>2</sup>, presumida, inclusive, pela volta do governo de conciliação de classes.

Essas são questões concretas de alguns dos aspectos particulares da crise brasileira que atravessam o presente livro; resultado promissor da nossa bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), em curso junto ao CNPq, com o projeto intitulado "Crise e dependência: fatores contra restantes da lei tendencial à queda da taxa de lucros na economia política brasileira a partir de 2016", desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET) da Universidade Federal da Paraíba. É ademais, produto de um esforço coletivo de pesquisa que envolveu diversos egressos e pesquisadores de várias instituições de ensino e pós-graduação do país, convidados a participar de duas edições do seminário de pesquisa "crise e dependência no capitalismo brasileiro", realizados no âmbito da pós-graduação em Serviço Social da UFPB, entre 2022-2023<sup>3</sup>, cujo objetivo foi acumular no debate e nos estudos sobre o tema e fazer um balanço político e social da conjuntura de crise brasileira, com vistas a qualificar as pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, no qual se pode encontrar um maior detalhamento das ideias aqui apresentadas.

---

2 Cf.: Gomes, Cláudia. O lulismo operou sem alterar os pilares da formação social brasileira. In: Assunção, Diana (org.). *Esquerda em debate*. São Paulo: Editora Iskra, 2023.

3 As duas edições do seminário de pesquisa Crise e Dependência no Capitalismo Brasileiro foram realizadas em março de 2022 e abril de 2023, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O evento reuniu pesquisadores de diferentes instituições de ensino e focou na análise crítica das condições de dependência e crise econômica no Brasil, explorando tanto os aspectos históricos quanto os desdobramentos recentes na política e na economia nacionais.

A coletânea está organizada em três partes temáticas: "Capitalismo dependente brasileiro", "Crise, trabalho e precarização", "Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil", reunidos em quatorze artigos. Na primeira parte, apresentamos um debate mais abrangente sobre a formação do capitalismo brasileiro dependente, cujas determinações histórico-estruturais estão impressas em nossa formação econômica e social e devem estar presentes nas análises do período mais recente do país.

Abrindo a coletânea, busca-se entender a "revolução burguesa" no Brasil, tendo em vista o processo de formação do Estado burguês e suas consequências na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro. Nessa mesma abordagem, é apresentada uma análise do papel desempenhado pelos militares no processo de transição do padrão de dominação do capitalismo brasileiro entre os anos 1920 e 1930. A análise assume uma relevância nos estudos que buscam interpretar a revolução burguesa realizada no Brasil em razão do movimento "revolucionário" de 1930 e da construção do Estado burguês.

O artigo seguinte reflete sobre a democracia brasileira, levando em conta a situação de dependência econômica do país, valendo-se, para tanto, de revisão bibliográfica e de análise de fontes primárias sobre a Teoria Marxista da Dependência. Recupera, assim, dimensões essenciais para a reflexão e o debate intelectual e político que interessa à classe trabalhadora.

Em seguida, o texto apresentado faz incursões nesse tema e recorre à teoria do desenvolvimento desigual e combinado para mostrar que os países periféricos assimilam as conquistas materiais e ideológicas dos países de capitalismo avançado, e segundo a qual progresso do sistema econômico mundial é marcado pela combinação das formas de acumulação primitiva e de expansão do capital, resultando numa amálgama das formas arcaicas com as formas modernas.

O artigo seguinte encerra esse conjunto de reflexões sobre a sociedade brasileira sob o prisma do conservadorismo em ascensão no Brasil. Trata, em particular, da ofensiva antifeminista que, para se impor enquanto um valor coletivo, fortalece o patriarcado, reforçando um lugar de naturalização e necessária manutenção da desigualdade de gênero como uma dimensão que sustenta o conservadorismo político nas suas expressões contemporâneas e que recorre à irracionalidade para se sustentar.

Na segunda parte, expomos a situação da crise brasileira marcada pela especulação monetária rentável, de que é exemplo o capital portador de juros, convertido na atual forma social dominante. São destacadas as alterações na forma de apropriação/acumulação do capital sob as bases do rentismo e a ofensiva contra o trabalho na conjuntura pós-2008. A seguir, é apresentada uma síntese do relatório final do projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB-2022-2023), que pesquisa a conjuntura brasileira a partir do ajuste econômico implantado no governo de Michel Temer (2016-2018) como parte do programa neoliberal no Brasil para responder à crise atual, sob a hegemonia da oligarquia financeira mundial. Toma-se como referência a agenda para o desenvolvimento do país, contida no programa “Travessia Social - uma ponte para o futuro”, com o objetivo de verificar os impactos das medidas de ajuste na pobreza e na desigualdade social entre 2016 e 2018, com base em dados estatísticos.

Seguindo essa trilha, o artigo seguinte adensa o tema da crise ao apontar os elementos determinantes da precarização como uma das formas de adoção da exploração da força de trabalho e dos avanços técnico-científicos, cujo objetivo é o aumento da produtividade do trabalho, e que aparece sob várias formas, entre elas a uberização e a criação de leis, como a reforma trabalhista, que alteraram, flexibilizaram ou destruíram direitos conquistados com muita luta por

parte da classe trabalhadora brasileira. Encerra essa segunda parte o artigo que trata sobre as mediações entre a precarização do trabalho e a opressão, problematizando as relações sociais de sexo e sexualidade na configuração do precariado LGBT em centrais de *telemarketing*.

Abrimos a terceira parte da coletânea apresentando alguns traços da crise brasileira em sua relação com o ajuste neoliberal e as políticas sociais. O primeiro texto faz uma releitura das particularidades do capitalismo dependente à luz da formação econômico-social brasileira. Propõe-se a uma abordagem crítica, que escapa à noção eurocêntrica do desmonte neoliberal do *Welfare State*, colocando no centro da discussão a política social pela via da financeirização. Sua análise expressa a principal mudança dos novos tempos, com potencial para recolocar os termos do debate em que se assentam as contraditórias nuances das políticas sociais na atualidade. É um texto que polemiza e estimula o debate acadêmico.

Dois ensaios abordarão a relação entre o fundo público e a dívida pública e suas implicações para a classe trabalhadora e a seguridade social. O primeiro busca investigar de forma crítica e reflexiva o capital financeiro e a diminuição das políticas sociais, analisando a relação da dívida e do fundo público, bem como os impactos para a classe trabalhadora. O segundo artigo procura identificar o papel do Estado brasileiro entre 2015 e 2018 em relação ao ajuste financeiro, bem como seus desdobramentos para a disputa orçamentária do fundo público, o pagamento da dívida pública e as políticas sociais da Seguridade Social brasileira.

Encerrando o livro, dois ensaios retratam o impacto da crise brasileira no contexto de duas políticas sociais fundamentais, como a educação e a saúde. Um texto versa sobre os impactos das transformações no mundo do trabalho e da política neoliberal para as universidades públicas, que são questionadas em seu papel social,

implicando uma redução do seu financiamento; problematizando, assim, as orientações dos organismos multilaterais para a educação superior pública brasileira e o tensionamento exercido por eles sobre o Estado para a mercadorização da educação superior.

O último artigo analisa o direito à saúde no Brasil e os limites dos processos de judicialização nos tempos da Covid-19. São realizadas considerações a respeito da forma como o referido direito tem ganhado efetividade diante das necessidades da população brasileira, demarcando o lugar que a judicialização avolumada tem assumido no acesso às políticas públicas de saúde.

A realização deste livro só foi possível, em primeiro lugar, pelo apoio financeiro concedido pelo CNPq, que, por meio de suas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e de Iniciação Científica (IC), vem possibilitando o desenvolvimento de nossas pesquisas e colaborando para consolidar os estudos, as pesquisas e o intercâmbio interinstitucional através do GEPET. Em segundo lugar, graças à sua publicação pela Editora UFPE, com aprovação do seu Conselho Editorial (Coned). Em terceiro lugar, pela coparticipação ativa e generosa, de Fernanda Paz, Karoline Nogueira e Manoela Lima, que trabalharam em todas as etapas de preparação, revisão e organização do livro. Por fim, um agradecimento especial a todos os autores/as e coautores/as pelos rigor, engajamento e comprometimento com esse projeto.

Boa leitura!

Cláudia Gomes,  
João Pessoa, dezembro de 2023

**PARTE I**

**CAPITALISMO  
DEPENDENTE BRASILEIRO**

## CAPÍTULO 1

# Revolução passiva e a “revolução burguesa” no Brasil

Nivalter Aires dos Santos

### Introdução

Considerando a formação econômico-social brasileira dependente e periférica, a partir do eixo temático deste livro, “trabalho, política social e a formação do capitalismo brasileiro”, nos propomos a buscar entender a “revolução burguesa” no Brasil, tendo em vista o processo de formação do Estado burguês e suas consequências na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro.

Para isso, partimos das formulações de intelectuais marxistas que se debruçaram sobre o processo de desenvolvimento capitalista e “revolução burguesa” desde a periferia, considerando, sobretudo, as abordagens do revolucionário russo Vladimir Lenin, quanto à questão do imperialismo; do revolucionário italiano Antonio Gramsci, a partir de sua formulação de revolução passiva; do revolucionário russo Leon Trotsky, quanto ao desenvolvimento combinado, e as contribuições fundamentais de Florestan Fernandes e Octávio Ianni sobre a “revolução burguesa” no Brasil.

Com o intuito de avançar nessa reflexão, consideramos como hipótese que a revolução burguesa no Brasil seguiu uma trilha não clássica, sendo uma revolução sem revolução, pelo alto, ou,

ainda, uma revolução passiva. Para isso, nos apoiamos em Florestan Fernandes (2008), que entende que este país passou por dois ciclos revolucionários: o primeiro, no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente, nas primeiras décadas do século XIX; e o segundo no contexto da desagregação da ordem senhorial escravista e da expansão da ordem social competitiva, ou seja, nas primeiras décadas do século XX.

Interessa-nos, particularmente, o segundo ciclo, que tem relação com a expansão interna do capitalismo comercial e financeiro, que aconteceu através da simbiose da produção agrária exportadora e os negócios de importação e exportação. Tudo isso fortalecido pela política de um Estado nacional e pela criação de um mercado interno, principalmente, após 1930 (Fernandes, 2008). Esse ciclo deu-se no momento em que, ao nível internacional, o sistema capitalista estava em sua fase imperialista, seguindo o rastro da formulação de Vladimir Lenin ([1917] 2005) no seu livro *Imperialismo: Fase superior do capitalismo*.

Lenin (2005) evidenciou, no início do século XX, a presença de um conjunto de mudanças que estava acontecendo com o capitalismo de sua época em comparação com o capitalismo do século XIX, especialmente no que se refere ao aspecto da chamada “livre concorrência”, visto que os monopólios/oligopólios se tornaram marcantes na nova época. Outro elemento que caracterizava o que Lenin chamou de “velho capitalismo”, além da “livre concorrência”, era a exportação de mercadorias. Contudo, nesta nova fase, se sobressaía a exportação de capital. Nesse ensejo, os países exportadores de capitais dividiram entre si o mundo, e quem conduziu essa partilha foi o capital financeiro<sup>1</sup> (Lenin, 2005).

---

<sup>1</sup> Lenin (2005, p. 89-90), apropriando-se da formulação clássica de Hilferding, define: “o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos

O revolucionário russo destaca cinco traços fundamentais que marcam essa época imperialista:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2005, p. 90).

Vale reforçar que essas características descritas por Lenin, ainda em 1917, são fundamentais para compreender a dinâmica de crises, guerras e revoluções, presentes ao longo do século XX e início do século XXI. Ainda mais considerando que a formação econômico-social brasileira está subjugada aos problemas do capitalismo dependente.

Esses países de caráter colonial, semicolonial ou dependentes tiveram sua integração à dinâmica do capitalismo financeiro, nas primeiras décadas do século XX, marcadas pela rápida penetração das relações tipicamente capitalistas de produção, estimulando a expansão de suas forças produtivas, que, por sua vez, reforçaram a contradição entre a lógica de conquista do imperialismo e a aspiração de autodeterminação dos povos (Sampaio Jr, 2011).

---

monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais”, ou seja, a fusão/integração entre o capital bancário e o capital industrial.

Diante disso, é fundamental investigar os nexos entre a exploração econômica e a dominação política que condicionam a relação entre as diferentes formações econômico-sociais que compõem o sistema capitalista mundial. Em vista disso buscamos a contradição gerada pela dinâmica capitalista, através do interesse das classes dominantes, no âmbito da formação econômico-social brasileira, mais precisamente no que se refere ao processo de “revolução burguesa” no Brasil como uma revolução passiva.

Nesse sentido, o texto que segue está dividido em duas seções: na primeira buscaremos apresentar a contribuição de Gramsci para entender a formação do capitalismo na periferia, a partir da categoria de revolução passiva. Em seguida, nos debruçamos sobre a “revolução burguesa” no Brasil, tomando sobretudo as contribuições de Florestan Fernandes e Octávio Ianni – em aproximação às análises do intelectual italiano, buscando enriquecê-las mutuamente – a fim de compreender o processo de formação do Estado burguês no Brasil e suas consequências na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro.

### Revolução Passiva – a contribuição de Gramsci para entender a formação do capitalismo na periferia

Partimos da hipótese que a interpretação que propõe Florestan Fernandes ([1974] 2020) em *Revolução Burguesa no Brasil* guarda similaridade com a formulação de revolução passiva desenvolvida pelo revolucionário italiano Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere*, ao analisar do *Risorgimento* italiano<sup>2</sup>. Inferimos que se

---

2 É interessante constatar que no livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, cuja primeira edição é de 1974, Florestan Fernandes inclui entre suas referências a obra *Il*

tratam de análises compatíveis, guardadas as devidas distinções em relação às particularidades de cada formação econômico-social, tendo em vista que o capitalismo se desenvolveu de maneira desigual no Brasil e na Itália. Inclusive, considerando que os impulsos externos para tal processo vieram em momentos distintos – na Itália foi no século XIX, e no Brasil apenas no século XX, já no contexto imperialista.

Antonio Gramsci estava preocupado em entender a formação do Estado unitário italiano, que aconteceu de maneira distinta em relação à revolução do tipo jacobina da França, ou seja, sem mudanças radicais – processo ao qual Gramsci chamou de revolução passiva. O autor indica, no §61 do Caderno 10, que a burguesia italiana chegou ao poder sem grandes rupturas, por meio de pequenas ondas reformistas, evitando uma explosão revolucionária. A nova situação rebaixou as velhas classes da condição de “dominantes” para a posição de “governadas” sem, entretanto, eliminá-las (Gramsci, 2015a).

Esse processo é muito bem ilustrado na frase síntese, como em todo o romance, *O Leopardo* de Giuseppe Tomasi, o príncipe de Lampedusa: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (Lampedusa, 2003, p. 42). Esse romance histórico de Lampedusa, então, fornece uma ilustração muito vívida do processo de unificação italiana, desde a perspectiva das classes aristocráticas do sul da Itália, sem uma revolução de fato. Esse processo foi, então, “uma daquelas batalhas para que tudo fique na mesma” (Lampedusa, 2003, p. 52).

---

*Risorgimento*, umas das edições temáticas em italiano dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci, editada por Palmiro Togliatti. Mencionando tangencialmente a interpretação da revolução burguesa na Itália como uma “revolução frustrada”.

No §24 do Caderno 19, Gramsci (2015b) avança na compreensão do *Risorgimento*, registrando que este aconteceu através de uma “revolução sem revolução”, ou seja, uma “revolução passiva”, quando os grandes proprietários meridionais aceitaram a hegemonia da burguesia do Norte, mantendo inalterada a estrutura fundiária e o domínio político sobre a região Sul.

Neste mesmo caderno, no §45, Gramsci (2015b) diferencia uma revolução ativa, como foi a francesa, de uma revolução passiva, como foi a italiana: “Na França, porém, a Revolução teve a força motriz também nas classes populares, que a impediram de se deter nas primeiras etapas, o que, ao contrário, faltou na Itália Meridional e depois em todo o *Risorgimento*” (Gramsci, 2015b, p. 117). Com isso, fica evidente que o principal elemento que diferencia uma “revolução” de uma “revolução sem revolução” é a participação ativa das classes populares no processo. Na Itália, como indica Gramsci (2015b)i, no §5 do Caderno 25, a burguesia não soube unificar em torno de si o povo. Tal egoísmo e estreiteza impediram uma revolução rápida e vigorosa como a francesa. Voltando ao § 61 do Caderno 10, já mencionado, Gramsci revela que nem todos os países tiveram as mesmas condições de fazer uma explosão revolucionária vitoriosa. A Itália, por exemplo, tinha os mesmos problemas da França do antigo regime, mas as forças sociais para realizar tal mudança eram escassas e os problemas se mantinham no nível da “pequena política”.

Uma revolução passiva acontece, então, através de uma transformação na ordem social e política, evitando irrupção revolucionária e, mais importante, tolhendo o protagonismo das classes subalternas no processo. A modernização conservadora contida na revolução passiva é conduzida pelo alto mediante reforma das estruturas e das relações de dominação através da iniciativa das classes

dominantes reforçando sua continuidade na ordem hierárquica (Modonesi, 2018).

Massimo Modonesi (2018) indica que a passividade no conceito de revolução passiva deve ser entendida como aspecto da subalternidade – outra importante categoria do pensamento gramsciano. Modonesi (2010), em outro texto, aponta que a noção de subalternidade surge para dar conta da condição subjetiva de subordinação no contexto da dominação capitalista, tendo sido Gramsci o autor que, pela primeira vez, atribui densidade teórica à noção de subalternidade a partir de suas reflexões sobre a hegemonia. Devemos ter em conta que Marx não chegou a usar esta expressão, e que Engels, Lenin ou Trotsky a usaram apenas no seu sentido convencional de estratificação hierárquica. Gramsci, por sua vez, trouxe a subalternidade como característica fundamental das classes dominadas, num sentido em que a subalternidade fica contraposta à noção de hegemonia que é exercida pelas classes dominantes. A chave de interpretação está na característica relacional das categorias subalternidade e hegemonia.

A revolução passiva é entendida como um “contragolpe”, por isso subordina a existência de uma ação dos de baixo. Podendo ser entendida “como uma revolução subalternizante, de recondução à noção de subalternidade” (Modonesi, 2018, p. 101). Reforçando, nesse sentido, a posição das classes subalternas sem, entretanto, desconsiderar que a subalternidade traz consigo um aspecto passivo, de aceitação relativa da condição de subalternidade, e outro ativo, ligado a alguma forma de resistência. Tudo isso se manifesta nesse processo de transformação que surge para evitar que as massas se mantenham ativas e se tornem protagonistas, por isso incluem na revolução passiva aspectos reformistas que servem para induzir as classes subalternas à passividade.

Carlos Nelson Coutinho (2010) esclarece que, numa revolução passiva, há três processos importantes: primeiramente as classes dominantes reagem à pressão que provém das classes subalternas, ainda que estas não tenham força para promover uma revolução do tipo jacobina, têm capacidade de impor novo comportamento às classes dominantes. Em segundo lugar, a reação das classes dominantes significa o acolhimento de uma parte das reivindicações que vem de baixo. Por fim, ao lado da conservação do domínio das velhas classes, abre-se caminho para transformações que trazem consigo novas mudanças. De modo que se enreda uma complexa relação dialética de restauração e renovação, de conservação e modernização.

É preciso, diante dessa caracterização de Gramsci para a formação dos Estados nacionais sem processos revolucionários de ruptura, reafirmar o caráter específico que as transformações capitalistas assumem em cada realidade nacional, no âmbito de cada formação econômico-social, e a partir disso estabelecer um nexo entre o conceito de revolução passiva e a formação do capitalismo na periferia (Aliaga, 2015).

À luz dessa leitura da revolução passiva, como uma “revolução” subalternizante, podemos avançar na compreensão do processo que aconteceu no Brasil. Relacionando-a com a elaboração de Florestan Fernandes e corroborada por Octávio Ianni.

### **“Revolução Burguesa” no Brasil – as contribuições de Florestan Fernandes e Octávio Ianni**

Uma revolução burguesa, do tipo clássico, pressupõe uma feroz luta entre a burguesia e a classe dos donos de terra. Mas em terras brasileiras, devido ao tipo de colonização, o capitalista e o proprietário de

terras eram um único sujeito, portanto qualquer embate em nome da modernização foi parcial. É a partir desse vínculo que se torna inequívoco o caráter do processo de transformação do capitalismo em um sentido industrializante no século XX, evitando rupturas.

Entender a explicação sociológica para o processo de subdesenvolvimento (ou desenvolvimento), conforme Florestan Fernandes (2008, p. 29), é entender “como as classes se articulam para preservar, aperfeiçoar ou extinguir o regime social de produção econômica”. Podemos perceber isso através de duas situações exemplares: nos Estados Unidos, por exemplo, o processo de modernização aconteceu de modo a neutralizar e superar as estruturas coloniais em favor da ordem social emergente. No Brasil, por outro lado, o processo de modernização foi insuficiente para promover esse mesmo efeito, tendo como resultado a formação de uma economia nacional duplamente polarizada – um setor de exportação de produtos primários (dependente em relação ao exterior) e um setor interno de produção, circulação e consumo (sujeito a fortes influxos externos).

Essas economias nacionais dependentes se organizam em função das condições, oportunidades e limitações que são impostas pelo mercado mundial. No caso brasileiro isso produziu uma formação social marcada por aspectos dos mais arcaicos e dos mais modernos da estratificação social, condicionada pelo capitalismo dependente. Nos formações econômico-sociais dependentes, o sistema econômico não se integra da mesma forma que sob o capitalismo avançado, mas coordena e equilibra estruturas econômicas em diferentes estágios de evolução econômica (Fernandes, 2008).

Isso, por sua vez, abriu margem para interpretações dualistas quanto à nossa formação social. De modo que as desigualdades, resultado desse processo, levaram diversos cientistas sociais a

interpretações dualistas, algo como “dois brasis”<sup>3</sup>, ou que a revolução burguesa ainda estava por se fazer. Florestan Fernandes, por outro lado, nos diz que as:

[...] estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. O próprio padrão de equilíbrio deste sistema, como um todo, e sua capacidade de crescimento definem-se e são perseguidos por esses meios, sem os quais o esvaziamento histórico dos ciclos econômicos conduziria, fatalmente, da estagnação à decadência e desta à regressão econômica sistêmica. [...] Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado (Fernandes, 2008, p. 61).

Florestan Fernandes está seguindo de perto a formulação de Leon Trotsky da chamada lei do desenvolvimento combinado, que decorre e complementa a lei do desenvolvimento desigual – associada ao legado de Lênin (Silveira Jr, 2022). Essa teoria do desenvolvimento combinado tem grande poder explicativo em sociedades em que o capitalismo não se desenvolveu da forma clássica (Aires, 2022). Como o próprio Trotsky expõe:

[...] o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original

---

3 Destacam-se a tradição ligada ao estruturalismo latino-americano (CEPAL), aqueles intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), bem como aqueles intelectuais organicamente ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) naquele contexto entre as décadas de 1950 e 1960.

das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado (Trotsky, 2017, p. 33).

Dessa forma, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no Brasil não cria uma ruptura definitiva com o passado, mas conforma uma síntese de elementos atrasados e modernos.

O resultado desse tipo de formação social é que no “andar de cima”, a burguesia em seu conjunto, incluindo-se as oligarquias agrárias, ajustou-se à situação a partir de acordos, atendendo a múltiplos interesses através de uma adaptação ambígua, quase sempre preferindo mudanças graduais e composições em vez de uma modernização imperiosa, intransigente e avassaladora. Mesmo quando havia discordância entre a fração mais moderna da burguesia e a fração oligárquica, nunca se dava num horizonte cultural mais amplo, polarizando-se sempre em torno de elementos particulares (Fernandes, 2020).

Essa classe dominante, pela via da revolução passiva, já nasceu autocrática, impondo ao conjunto da sociedade um tipo de dominação fundamentado na criminalização das organizações das classes trabalhadoras e demais classes subalternas (Silva, 2017). Os interesses do bloco agrário-exportador hegemônico, que deu sustentação ao nascente Estado capitalista nas primeiras décadas do século XX, então, “fundamentava e organizava todas as principais atuações do aparelho estatal contra colonos, seringueiros, caboclos, sitiante, índios, negros, operários, populares e inclusive setores da classe média que se organizavam para reivindicar” (Ianni, 1985, p. 16).

Na formação econômico-social brasileira, como uma síntese entre modos de produção em que se misturaram tempos históricos distintos em uma mesma situação concreta, ficou manifesta a

incapacidade de a classe capitalista levar a cabo uma verdadeira revolução burguesa no sentido clássico. Devido à inexistência de um conflito de vida e morte entre a burguesia urbana e os donos de terra, e a exclusão sistemática das camadas populares dos processos políticos, não se criaram condições para que houvesse uma revolução democrática nacional do tipo jacobina no país. Aconteceu, apenas, uma transformação por meio de acordos entre as classes dominantes, uma revolução passiva.

Com isso não queremos dizer que as classes populares estiveram apáticas aos rumos de suas próprias vidas e que não se mobilizaram, muito pelo contrário: houve diversas e reiteradas ocasiões nas quais os grupos e as classes subalternas mostraram organização, consciência e força política na luta para reduzir a exploração e aumentar sua participação política. Mas a reação das classes dominantes, quase sempre, foi de violência, repressão e golpe de Estado (Ianni, 1985).

Podemos facilmente contabilizar, ao longo dos séculos XX e início do XXI, os golpes de 1930 – a chamada “revolução de 30”; 1937 – Estado Novo; 1945 – Golpe contra Vargas; 1964 – Golpe Militar; e 2016 – Golpe Institucional. Além de tentativas diversas em outros momentos. Nesse sentido, observa-se que o Estado no Brasil se mostrou historicamente, continuamente e reiteradamente executando soluções autoritárias, pelo alto e de cima para baixo. Sempre se organizando conforme os interesses burgueses – vinculados e subordinados aos interesses coloniais e, posteriormente, imperialistas – como uma espécie de “contrarrevolução burguesa permanente” (Ianni, 1985).

Além de tudo, o caráter burguês do Estado no Brasil não assume uma forma democrático-representativa, como nos países centrais, mas sim um formato autocrático, com apenas uns breves momentos

de limitada abertura à participação popular. Esse caráter autoritário do Estado brasileiro expressa-se no arbítrio dos governos contra os setores populares que se organizavam em luta pela redução da exploração e/ou pelo avanço de conquistas democráticas. Para as classes subalternas, a burguesia se apresentava com “força selvagem” no sentido de reprimir qualquer iniciativa popular numa direção democratizante. Por outro lado, para sua contraparte, a aristocracia agrária mostrava toda sua “debilidade crônica” de buscar qualquer superação da condição de capitalismo dependente.

Sobre isso, Florestan Fernandes apresenta a seguinte formulação:

A burguesia como um todo encara sua revolução como “desenvolvimento com segurança”, excluindo pela violência extrema, se necessário, a classe operária de qualquer intento de criação de uma comunidade política nacional (no sentido em que esta é conciliável com o despotismo do capital) e de realização de uma *revolução democrática* (no mesmo sentido) (Fernandes, 2009, p. 15-16).

A burguesia brasileira, nascida das entranhas do colonialismo predatório, não tem um caráter nacional e progressista, mas dá mostras de sua verdadeira índole quase sempre reacionária e ultra-conservadora diante dos outros grupos sociais que se punham a cobrar algum aspecto de “comunidade política nacional” ou uma “revolução democratizante” (Fernandes, 2020).

Desse modo, no âmbito da “revolução burguesa no Brasil”, a revolução econômica foi apartada da revolução nacional, relegando-a a último plano. Enquanto o Estado capitalista dependente, em seu processo de modernização, converteu-se em instrumento econômico da “revolução burguesa”, as classes burguesas patrocinaram um intervencionismo estatal *sui generis*. O Estado tomou para si

estruturas e funções capitalistas com vistas a satisfazer o consenso burguês e buscar garantir o “desenvolvimento” (Fernandes, 2020).

Para Florestan Fernandes, um dos aspectos fundantes da “revolução burguesa”, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia, num formato de “contrarrevolução”, está na combinação entre transformação capitalista e dominação burguesa. Particularmente porque essa combinação acontece em condições econômicas e histórico-sociais específicas, excluindo a possibilidade de repetição do “modelo democrático burguês” dos países de capitalismo hegemônico. Isso se dá porque, na periferia, “a burguesia não está só lutando, aí, para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (Fernandes, 2020, p. 293).

Diante dessa perspectiva, entendemos que a formação do moderno Estado capitalista no Brasil aconteceu sem uma revolução de fato, mas por meio de uma revolução passiva, dentro da ordem, marcada pela sua relação de relativa dependência com os países centrais. Não há como esconder o caráter autoritário do Estado brasileiro e contrarrevolucionário das classes dirigentes deste país.

Para Florestan Fernandes está claro que:

[...] a revolução democrática de conteúdo burguês só é *burguesa na contenção do impulso revolucionário das massas populares e proletárias*. Em oposição clara e firmemente contrarrevolucionária, as classes burguesas absorvem seletivamente as reivindicações revolucionárias que vinham de baixo para cima, diluindo-as e anulando-as através de um reformismo de autodefesa, frequentemente complementado pela aplicação ratificadora da força bruta ou de controles indiretos, mais ou menos eficientes (Fernandes, 2009, p. 25).

Neste ponto, Florestan Fernandes e Antonio Gramsci confluem em suas análises. Mesmo que tenham buscado interpretar realidades com acentuadas particularidades histórico-sociais, há características do processo de transformação na periferia do capitalismo que se assemelham, a exclusão das classes subalternas desse processo por meio da força. A transformação que reforça a subalternização das camadas populares, impedindo-as de se manterem ativas, a partir de uma dialética de restauração e renovação, ao mesmo tempo, de conservação e modernização. Tudo isso a partir de um impulso que vem de fora e é incorporado seletivamente na realidade nacional, contendo o potencial transformador da já limitada democracia burguesa.

No século XX, já havia passado o tempo histórico das revoluções burguesas de tipo jacobina. O que restou aos países da periferia capitalista foi uma falsa repetição da história, “revoluções dentro da ordem”, que foram alimentadas pela energia dos países capitalistas centrais (Fernandes, 2012). Mas esse impulso modernizador, que vinha de fora, era anulado antes de se tornar um fermento verdadeiramente revolucionário. Além disso, a dominação da burguesia se manifestava por meio de procedimentos autocráticos, herança do passado em combinação com o novo contexto (Fernandes, 2020).

Como pontua Florestan Fernandes (2020), o Estado se constituiu como peça fundamental do processo de dominação, abrindo às classes burguesas o caminho de sua “revolução” que já nasceu tolhida pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento.

### Considerações finais

Essa revolução pelo alto, ou revolução passiva, que conformou o Estado burguês no Brasil, deixou marcas na dinâmica em que as

classes sociais se “articulam para preservar o regime social de produção econômica”, seguindo a trilha do que nos indica Florestan Fernandes.

Um primeiro aspecto que buscamos destacar é que a exploração econômica e a dominação política ficaram marcadas pelo desenvolvimento desigual e combinado, conformando uma síntese entre elementos atrasados e modernos. Isso aconteceu por força do impulso externo (colonial e depois imperialista) e das particularidades internas que frearam a possibilidade de levar adiante um processo verdadeiramente revolucionário.

Um segundo ponto é que essa composição de forças atrasadas e modernas, que conformam a classe dirigente do país, por meio das diversas frações da classe burguesa, se articularam entre si historicamente por meio de acordos, composições e mudanças graduais. Isso não quer dizer que não houve momentos de maior acirramento ou disputas parciais entre essas frações da burguesia em relação ao modo como se poderia, supostamente, atingir o desenvolvimento capitalista. Mas essas disputas foram, sempre, menores que a luta de classes, ou seja, a luta contra as classes trabalhadoras e subalternas, dentro da busca da burguesia pela defesa de seus privilégios econômicos e políticos e também pela defesa do capitalismo, enquanto modo de produção.

Devemos enfatizar que esse processo não ficou circunscrito à formação do capitalismo brasileiro, mas se expressa historicamente. Inclusive acontece com maior força nos momentos de maior tensão da luta de classes. O próprio histórico de golpes de estado no Brasil, esvaziando qualquer possibilidade de democratização ou de ampliação da participação “dos de baixo” ilustra o que Florestan Fernandes e Octávio Ianni se referem como “contrarrevolução burguesa permanente”; no sentido, também, do que

Modonesi, amparado em Gramsci, apresenta como um processo de “recondução à noção de subalternidade”. Processos que acontecem com maior ou menor grau de conciliação ou violência, a depender do grau de efervescência da luta de classes.

Quanto ao século XXI, conseguimos perceber a vitalidade das análises propostas por Lenin, Gramsci, Trotsky, Fernandes e tantos outros. Essas propostas analíticas e suas categorias, desde que feitas as devidas mediações, são fundamentais para o entendimento do tempo presente visando distinguir claramente entre as tendências conjunturais e as estruturais.

Desse modo, constitui uma agenda de pesquisa em aberto – que pode e deve beneficiar-se das reflexões desses autores e do estudo desses processos – as particularidades da “revolução burguesa” no Brasil e suas consequências na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, especialmente no século XXI. Sobretudo se considerarmos: o processo de transformismo do Partido dos Trabalhadores na gestão da Presidência da República (2003-2016) e a tentativa de conciliação de classes sintetizadas no arranjo neodesenvolvimentista dos governos petistas; o Golpe de 2016 e a política econômica decorrente, como contratendência à queda da taxa de lucro, reforçando o modelo neoliberal periférico.

## Referências

AIRES, N. Formação econômico-social, desenvolvimento desigual e combinado e a dialética das particularidades nacionais. In: ROJAS, G.; ARAÚJO, L. (org.). *Estado, política e luta de classes: abordagens marxistas num período de crise orgânica*. Campina Grande: EDUFCG, 2022. p. 127-142. Disponível em: <https://livros.editora.ufcg.edu.br/index.php/edufcg/catalog/book/55>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ALIAGA, L. Revolução passiva e desenvolvimento: a análise gramsciana sobre o processo de modernização do Estado na periferia do capitalismo. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA - ALACIP, 8., 2015, Lima. *Anais*

*Eletrônicos...* Lima: Pontifícia Universidade Católica do Peru, 2015. Disponível em: <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2014/12/Revolu%C3%A7%C3%A3o-Passiva-e-desenvolvimento-artigo1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contra Corrente, 2020.

FERNANDES, F. *Nós e o marxismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, F. O que é revolução. In: FERNANDES, Florestan; PRADO JR., Caio (org.). *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, F. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere – v. 1: Introdução ao estudo de filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere – v. 5: O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

LAMPEDUSA, G. T. *O leopardo*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2003.

LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

MODONESI, M. Revoluções passivas na América Latina. *Revista Outubro*, n. 30, 2018. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2018/05/04\\_Massimo-Modonesi.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2018/05/04_Massimo-Modonesi.pdf). Acesso em: 5 jun. 2020.

MODONESI, M. *Subalternidad. Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2010. Disponível em: [http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos\\_final/497trabajo.pdf](http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/497trabajo.pdf). Acesso em: 9 maio 2016.

SAMPAIO JR, P. A. Por que voltar a Lenin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Navegando Publicações, 2011.

SILVA, M. L. Notas gramscianas: golpe de estado e luta de classes no Brasil do século XXI. *Movimentação*, v. 4, n. 7, p. 1-32, jul. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8427>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVEIRA JR, A. A. Para o estudo da lei do desenvolvimento combinado. *In: O serviço social na particularidade do Nordeste (1940-1980)*. Curitiba: CRV, 2022. p. 121-140.

TROTSKY, L. *A história da revolução russa – v. 1*. Brasília: Senado Federal, 2017.

## CAPÍTULO 2

# O protagonismo dos intelectuais na revolução passiva brasileira: uma análise da atuação dos militares<sup>1</sup>

Ana Karoline Nogueira de Souza

### Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, mais especificamente entre os anos 1920 e 1930, assistimos a um processo de mudança nas relações entre as frações de classes hegemônicas, que resultam na consolidação de uma transição do padrão de dominação vigente no capitalismo brasileiro. Esse momento assume uma relevância nos estudos que buscam interpretar a revolução burguesa realizada no Brasil em razão do movimento “revolucionário” de 1930 e da construção do Estado burguês.

Esse momento é marcado por uma modernização conservadora, isto é, por um movimento dialético de inovação-conservação nos âmbitos político e econômico. Nesse sentido, consideramos que estão presentes os determinantes principais de uma revolução sem revolução ou revolução pelo alto. Assim, a concepção gramsciana

---

1 Este texto se constitui como desdobramento da pesquisa de Dissertação de Mestrado: A atuação dos militares na revolução passiva brasileira, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB).

de revolução passiva consiste aqui num critério de interpretação da “revolução” de 1930. Para isto, deve-se ter em vista a possibilidade de tradução<sup>2</sup> da categoria para entender a particularidade brasileira, considerando as características específicas dessa experiência nacional.

Considerando esse quadro histórico, é de suma importância entender a função dos militares nos eventos ocorridos nos anos 1930 como um momento decisivo, porém não conclusivo, na concentração das forças necessárias para a construção do novo organismo político de dominação tipicamente burguês, fundado no poder capitalista. Desse modo, destacamos o protagonismo dos militares, em especial os tenentes, enquanto uma das forças propulsoras da “revolução” de 1930. Ao emergir das classes médias e representarem os interesses desse segmento através do tenentismo, os militares exerceram nesse período uma função organizativa e diretiva, que nos leva a caracterizá-los, a partir de uma leitura gramsciana, como intelectuais.

Sendo assim, este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise do papel desempenhado pelos militares no processo de transição do padrão de dominação do capitalismo brasileiro entre os anos 1920 e 1930. Nas páginas que se seguem, o texto está estruturado em dois tópicos: inicialmente, apresentaremos o processo de transição do padrão de dominação nos anos 1930 e, posteriormente, abordaremos o papel desempenhado pelos militares na revolução passiva brasileira.

---

2 Cabe ressaltar que a análise da particularidade brasileira por meio da categoria revolução passiva não acontece de maneira aleatória. Para isto, utilizamos a tradutibilidade como recurso metodológico proposto pelo próprio Gramsci. Através da tradução é possível utilizar as categorias e os conceitos de Gramsci para outras nacionalidades, diferentes das que foram utilizadas originariamente, preservando as especificidades do contexto em análise.

## A transição do padrão de dominação nos anos 1930 como revolução passiva

A crise econômica de 1929 desencadeou um processo de transição do padrão de dominação na primeira república, uma vez que lançou os principais determinantes políticos, econômicos e sociais que culminaram no movimento “revolucionário” de 1930, marco histórico da formação de um Estado burguês no Brasil. Nesse contexto, a luta de classes se expressava no âmbito político por meio das disputas eleitorais, no qual as classes médias reivindicavam o fim da política oligárquica e exigiam uma maior representação no cenário nacional.

O processo eleitoral da república oligárquica era caracterizado pelo regime político de acordos de sucessão presidencial e de revezamento entre os estados de São Paulo e Minas Gerais<sup>3</sup>, à época maiores produtores de café e leite, respectivamente. Como reflexo da crise econômica, a instabilidade alcança a esfera política. Os setores não exportadores da produção de café, juntamente com os setores médios da sociedade, assumem o protagonismo de manifestar a insatisfação com o monopólio na política do café com leite (Ferreira e Pinto, 2006).

Assim, assistimos, simultaneamente, o surgimento de movimentos que expressavam a insatisfação contra a ordem oligárquica e a política brasileira<sup>4</sup>, por parte das classes médias, entre eles destaca-

---

3 Conforme aponta Ferreira e Pinto (2006), na primeira república a bancada de Minas Gerais era composta por 37 deputados, a maior do congresso. A bancada paulista era a segunda maior com um total de 22 parlamentares, igualava-se à da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, com 16 e 17 deputados respectivamente.

4 Segundo Barros (2005), o pacto governamental da política do “café com leite” era caracterizado pela corrupção do poder, fraudes eleitorais e pelo exercício da

-se o Tenentismo<sup>5</sup>. Esse movimento eclodiu em 5 de julho de 1922 e assumiu um caráter peculiar por ter a iniciativa de uma instituição governamental, as forças armadas.

Vale salientar que a referida instabilidade política não resultou no decréscimo do poderio das oligarquias agrárias. O que se verificou nesse momento histórico foi o início de um processo de transição, por meio do qual começou a emergir uma dominação tipicamente burguesa, ainda sob a hegemonia oligárquica. Essa transformação que se apresentava exteriormente nesse momento como uma “crise do poder oligárquico”, não passou de uma mera manifestação aparente, como afirma Fernandes:

[...] A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder e dessa dominação [burgueses]. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa (Fernandes, 1976, p. 203).

Nas análises sobre esse processo, observamos que o padrão de dominação vigente que advinha do Império não encontra bases

---

dominação oligárquica. É justamente em relação a esses acontecimentos que se colocava a insatisfação desses setores populares, que aliado às pautas liberais, assume uma maior expressão nas reivindicações do Tenentismo.

- 5 O Tenentismo caracteriza-se como uma mobilização fortemente marcada pelo protagonismo dos jovens militares do exército de baixa patente, em especial os tenentes, que conduziam esse movimento armado e que o consideravam como um meio de expressar as insatisfações com a situação política do Brasil, principalmente das frações da classe média.

para a sua sustentação, fazendo-se necessário uma renovação das oligarquias para manter sua dominação na nova ordem social emergente. Esse momento de recomposição do padrão de dominação demarca o início de um movimento de modernização no Brasil. Nesse *intermezzo*, segundo Fernandes (1976), as oligarquias encontram as condições para enfrentar esse processo de transição. Modernizam-se nos aspectos em que parecia inevitável e irradia-se no desdobramento das novas oportunidades, na medida em que isso foi possível.

Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna” (algo que se iniciara no último quartel do século XIX, quando o envolvimento da aristocracia agrária pelo “mundo urbano dos negócios” se tornou mais intenso e apresentou seus principais frutos políticos) (Fernandes, 1976, p. 208-209).

Para Fernandes (1976), a revolução burguesa brasileira ocorre por meio de um longo processo que inicia com a Independência e se desdobra até 1964. Nesse período, o autor considera que é a partir de 1930, principal fase da revolução burguesa no Brasil, que a transição do poderio hegemônico encontra o seu desdobramento. Assim, o poder oligárquico assume uma continuidade com a nascente burguesia por meio da conciliação dos interesses entre as classes dominantes. Aqui se apresenta o elemento chave para entender a particularidade da burguesia brasileira: ela se desenvolve no seio das oligarquias e, portanto, estas não são destituídas do poder.

A consolidação dessa transição foi marcada pelo movimento denominado de “revolução” de 1930, que resultou na ascensão de Vargas à condição de chefe do executivo federal. Cabe salientar que esse movimento ocorreu mediante uma tomada do governo sob o comando dos militares, liderado pelo general Góis Monteiro<sup>6</sup>. Em 3 de novembro de 1930, Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório<sup>7</sup>.

Os estudos que se debruçam sobre esse período histórico revelam a existência de uma corrente de interpretação histórica da revolução de 1930 como uma revolução das classes médias. Essa vertente teve como pioneiro Virgínio Santa Rosa com a obra *O sentido do tenentismo* de 1976. Na sua análise, o autor destaca o protagonismo central da classe média no movimento “revolucionário”, bem como chama atenção para a relação intrínseca entre essa fração de classe e o movimento tenentista.

De acordo com Fausto (1987), essa corrente ainda era constituída por Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, defensores da ideia de que esse momento foi resultado da disputa econômica entre os setores médios e os grandes fazendeiros. Por outro lado, o autor aponta que as análises de Wanderley Guilherme

---

6 Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi general do exército e político brasileiro. Em razão da heterogeneidade política no Exército, não apoiou o tenentismo e exerceu a tarefa de combate a esse movimento. Diante da renúncia de Prestes ao comando do movimento, tornou-se o novo chefe dos tenentes.

7 O Governo Provisório de Vargas compreende o período que teve início quando Vargas ascendeu ao poder após a “revolução” de 1930 e foi finalizado em 1934, através da eleição indireta de Vargas para permanecer no poder por mais quatro anos. Essa fase é reconhecida pelas medidas centralizadoras adotadas por Vargas, pela indicação das interventorias estaduais e pelo nacionalismo. Ampliou o aparato burocrático do Estado com a criação do Ministério do Trabalho e da Justiça eleitoral, além de criar uma legislação eleitoral firme, com voto secreto e feminino.

dos Santos e Ruy Mauro Marini consideravam que a revolução derivou da cisão da burguesia nacional que possibilitou a ascensão da burguesia industrial.

A partir da análise desses autores, podemos inferir que apesar das particularidades que aparecem nas obras analisadas, observamos ainda que há dois elementos que são considerados sob o mesmo prisma entre os autores. O primeiro é o fato de se considerar que a revolução burguesa ocorreu por meio de um processo "não clássico" e o segundo, é referente ao principal momento da revolução burguesa brasileira, ou seja, a consideração de que a "revolução" de 1930 é o episódio que demarca a formação de um Estado burguês no Brasil.

Assim, a partir dessas análises é evidente que a revolução burguesa brasileira ocorreu mediante um pacto pelo alto, do ponto de vista das classes sociais em presença, por meio do qual as velhas oligarquias permaneceram no poder, constituindo-se como principal sustentáculo da industrialização, sendo, portanto, vetor do surgimento da burguesia industrial. Esse movimento representa o momento político restaurador em 1930, conforme aponta Gramsci "[...] a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas" (Gramsci, CC 10, §61, p. 426). Outro elemento que fica patente é a ausência da iniciativa popular enquanto sujeito do processo "revolucionário", isto é, não há uma unificação das massas populares a fim de conduzir um movimento jacobino.

Embora esse período também tenha sido marcado pela agitação popular no campo e nas cidades com efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais, as análises de Coutinho (1988; 2011) e Del Roio (2018) apontam que

o processo da revolução burguesa brasileira de 1930 não ocorreu por meio de uma iniciativa popular unitária, isto é, pela insurreição dos setores subalternos, configurando a ausência do elemento jacobino. Nesse sentido, esse movimento não ocorreu através da direção de uma burguesia revolucionária que se uniu às massas camponesas e aos trabalhadores urbanos, ao contrário, houve uma aliança entre as classes dominantes no processo de modernização, ao mesmo tempo em que houve uma exclusão das massas populares.

Ao observarmos esse período em questão, podemos visualizar que, por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se e se modernizam pela conciliação com a nascente burguesia industrial; por outro lado, as formas produtivas se modernizam com o processo de industrialização, mas mantêm a finalidade de garantir a lucratividade, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores. Assim, verificamos um processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico, semelhante à realidade italiana no período da formação do Estado burguês com o *risorgimento*<sup>8</sup>, o que nos leva a interpretá-lo a partir da concepção gramsciana de revolução passiva, enquanto uma chave de compreensão de uma “[...] época complexa de transformações históricas” (Gramsci, CC 15, § 62, p. 331)<sup>9</sup>. Nos termos do próprio autor:

---

8 O *risorgimento* foi o processo de unificação do Estado italiano, por meio do qual se constituiu um Estado burguês. Esse movimento foi analisado por Gramsci como uma revolução passiva, uma vez que ocorreu por meio de uma articulação pelo alto e sem a presença das massas populares.

9 Cabe aqui informar que a leitura dos Cadernos foi norteadada pela consulta aos trabalhos filológicos que estão sendo produzidos a partir da edição crítica, organizada por Valentino Gerratana. Assim, este artigo irá considerar a estruturação dos Cadernos a partir da divisão realizada pelo próprio Gramsci em *Cadernos Miscelâneos e Especiais*, adotando o método de citação que identifica

[...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (Gramsci, CC 19, §24, p. 63).

Considerando que uma das fórmulas explicativas da revolução passiva em Gramsci é a inovação-conservação, no processo da “revolução” de 1930, considerada aqui como uma revolução passiva, verificamos que ao tempo em que a burguesia industrial emergente ascende no cenário político brasileiro não ocorre uma retirada do poder das oligarquias agrárias. Há, nesse momento, uma propulsão no sentido inovador da economia com o processo de industrialização, mas a velha relação política se conserva através da aliança entre a burguesia emergente com as arcaicas oligarquias, uma vez que aquelas são dependentes destas.

Nesse sentido, concordamos com Coutinho (1988) ao inferir que nos processos de transformação pelo alto no Brasil é possível identificar os elementos que caracterizam a revolução passiva, tais como o momento da renovação e o da restauração. Conforme explica o próprio autor:

[...] O triunfo dessa Revolução [de 1930] levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica

---

o número dos Cadernos do Cárcere com as iniciais “CC”, seguido do símbolo “§” que indicará o número do parágrafo onde se encontra a nota e, posteriormente, o número da página precedido da abreviação “p.”, aparecendo nas citações da seguinte forma: Gramsci, CC “X”, § “Y”, p. “Z”.

ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados (Coutinho, 1988, p. 109).

Esse movimento tem como principais características: um pacto pelo alto entre as velhas oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial, o que conforma um processo de conciliação entre as diferentes frações das classes hegemônicas; a ausência da participação unitária das massas populares e do elemento jacobino, embora não aconteça uma total eliminação das movimentações populares e estas aconteçam eventualmente; bem como ocorre o acolhimento de certa parte das exigências dos de baixo. Em suma, esses elementos caracterizam a transição para o capitalismo pela “via não-clássica”<sup>10</sup>, isto é, por uma revolução passiva.

Nesse sentido, em concordância com Souza (2020), nos Estados burgueses que se constituíram por meio de uma modernização pelo alto, isto é, por uma revolução passiva, a dominação de classe é mais autoritária. Desse modo, a classe dominante desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter uma maior expressão na política nacional.

Assim, a mudança do padrão de dominação vigente não foi propiciada pela participação de elementos ativos das camadas

---

10 Entendemos por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado por reformas liberalizantes, entre elas a reforma agrária.

populares. As reivindicações dos setores subalternos se expressaram no cenário nacional de maneira fragmentária, de modo que não houve uma identidade nas bandeiras de luta. Comprendemos que nesse momento seria necessária uma insurreição das massas populares para que o processo revolucionário de 1930 se caracterizasse, de fato, como uma revolução ativa. Mas, o que ocorreu foi uma crescente desorganização das massas por parte da repressão aos movimentos e a assimilação dos líderes para compor a base do governo.

É preciso considerar que o processo político de apassivamento das massas populares também é marcadamente uma característica decorrente da formação social brasileira. Essa configuração, do ponto de vista das classes subalternas, é apontada como um fato que se verifica com o movimento de superação de uma fina casta estamental para o patamar de cidadão. Desse modo, não se percebe historicamente a demarcação de uma insurreição popular que possibilite uma ascensão ao poder estatal mediante uma alteração na estrutura das classes sociais, o que acontece, em outros termos é que:

Rompendo a fina casca estamental, o homem possessivo de mercado assume sua irrestrita apetitividade. [...] O homem burguês, no seu perfil clássico, erige-se como a personalidade básica das elites dirigentes. Importa pouco o seu ranço aristocrático, como, de resto, sucedeu com o exemplo clássico dos aristocratas ingleses nos séculos XVI e XVII (Vianna, 1976, p. 92).

Nas análises que se debruçam sobre a revolução burguesa no Brasil, observamos que os movimentos que eclodiram de baixo durante esse período não possuíam uma unidade orgânica e estabilidade no tempo. Tais movimentos manifestaram-se de maneira episódica e sem uma continuidade, com pautas segmentadas e

não unitárias, de modo que não se verifica uma insurreição popular. Neste período, marcado pela “recomposição das estruturas de poder”, um dos movimentos mais marcantes foi o tenentismo. Embora se colocasse como um programa revolucionário, que a fundo era um movimento reformista, não estabeleceu vínculos com as massas urbanas ou rurais. Uma parcela mínima dos civis participou desse movimento, visto que tinha um caráter predominantemente militar.

Portanto, considerando o protagonismo das classes médias no processo revolucionário de 1930, por meio do tenentismo, analisaremos a atuação dos militares nesse momento enquanto sujeitos que desempenharam funções de organização e direção desse movimento.

### Os intelectuais militares na revolução passiva brasileira

Nas notas escritas por Gramsci no CC 12 §1 sobre a América do Sul, o comunista sardo indica que os intelectuais tradicionais podem ser enquadrados em duas categorias, que embora não fossem amplas, eram constituídas pelo clero e pelos militares. Ademais, no contexto em que discute o papel dos intelectuais na América do Sul, Gramsci refere-se apenas uma vez ao Brasil, de maneira mais específica:

De fato, encontramos na base do desenvolvimento desses países os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela contrarreforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações ainda hoje resistentes nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia (Gramsci, CC 12, § 1, p. 31).

No Brasil é inegável a constatação de que os militares e o clero, como intelectuais tradicionais, mantêm importante papel nas

relações políticas de forças. Nesse sentido, é importante chamar atenção para essa singularidade, uma vez que o fenômeno da politização dos militares, com ênfase nos tenentes, constitui uma característica histórica no Brasil. Conforme aponta Forjaz (1983), no Brasil e na América Latina, em geral, a profissionalização não conduziu a uma despolitização das Forças Armadas. Nesse sentido, a autora apresenta que, ao contrário, a profissionalização oferece recursos políticos que favoreceu a intervenção nos negócios públicos. Nos termos da própria autora, “o tenentismo, o tempo todo, introduziu a política no Exército e, portanto, esteve no polo oposto da mentalidade militar que se tornou hegemônica ao longo dos anos 30, de fazer a política do Exército” (Forjaz, 1983, p. 12). Enquanto sujeitos políticos fundamentais, podemos afirmar que os militares do movimento tenentista não se encaixam em nenhuma fórmula preexistente e rígida.

No CC 12 § 1 Gramsci afirma que os graus de organicidade dos diversos estratos intelectuais estão relacionados à conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, por meio da qual se desenvolvem as suas funções organizativas. Desse modo, a partir da correspondência ético-política das reivindicações dos intelectuais tenentes com as classes médias e a pequena burguesia, torna-se possível a caracterização dos tenentes como intelectuais orgânicos da burguesia emergente.

Dito de outro modo, os militares do tenentismo desempenharam funções dirigentes, como organizadores das classes médias e da burguesia industrial emergente no processo contra revolucionário de 1930, ao representarem os anseios e as pautas desses setores. Seguindo a indicação do comunista sardo, o caráter da atividade intelectual deve ser buscado “no complexo geral das relações sociais” e não no intrínseco da qualidade específica da atividade intelectual.

Nesse sentido, as análises revelam que o protagonismo dos tenentes está intrinsecamente relacionado ao movimento de ascensão da pequena burguesia industrial.

[...] Agora é difícil haver alguma força capaz de impedir esse movimento ascensional da pequena burguesia. E, atualmente, dentro dos moldes partidários brasileiros só há uma força com possibilidades de dar novas acelerações a esse movimento e forma adequada a essas aspirações, tudo de conformidade com as diretrizes sociais do mundo contemporâneo. Essa força é o tenentismo (Santa Rosa, 1976, p. 54).

Assim, o tenentismo foi um movimento que emergiu nos quartéis e, posteriormente, houve uma tentativa de aproximação popular. A princípio, esse movimento se colocava contra a ordem ao representar uma ideologia modernizadora, propondo-se como agente desse processo e defensor das pautas das classes médias<sup>11</sup>. No entanto, o tenentismo se caracteriza como um movimento extremamente contraditório, uma vez que, ao emergir da burguesia, apresentava traços nitidamente conservadores e encontrou seus limites na própria ordem ao ser absorvido transformisticamente pelo Estado.

Esse argumento se ancora nos aspectos da realidade brasileira que permitem inferir e sustentar a defesa dos militares como intelectuais orgânicos, trazendo maior complexidade e ressaltando as especificidades brasileiras em relação à definição gramsciana dos militares brasileiros como intelectuais tradicionais. Neste sentido, chamamos a atenção para a particularidade dos militares que compunham o movimento tenentista e o seu protagonismo na revolução

---

11 Vale aqui retomar e chamar atenção para as pautas liberalizantes e das classes médias defendidas pelo tenentismo, a exemplo do voto secreto, independência do judiciário e defendiam um recrudescimento do papel do Estado.

passiva brasileira. Todos os indícios e achados das análises realizadas da realidade brasileira nesse período nos levam a confirmar nossa suposição, que apresentaremos sob três perspectivas.

A primeira se baseia no fato de que os militares que seguiam a carreira do Exército provinham majoritariamente da burguesia industrial nascente, composta pelas classes médias das cidades. Esse elemento é relevante, por isso é necessário enfatizar a determinação de classe social dos intelectuais militares, a fim de evitar uma análise abstrata. Conforme os dados apresentados por Carvalho (2005), cerca de 76% dos alunos da Escola Militar do Realengo, em 1941, pertenciam à classe média.

A partir da classificação da atividade profissional desempenhada pelos pais dos alunos, é evidente nos dados analisados por Carvalho (2005) que uma minoria dos militares pertencia às camadas mais baixas e que no quantitativo de 1031 alunos, 788 advinham de famílias de classe média. Esses dados corroboram nosso argumento de que as reivindicações expressas no movimento armado dos militares rebeldes, isto é, o tenentismo, representavam os interesses desses setores emergentes, dos quais os tenentes faziam parte.

O segundo aspecto se refere à função conectivo-organizativa que os militares assumem no período Vargas. Nos estudos de Gramsci, verificamos esse protagonismo a partir da relação do Intelectual com a produção, o que nos indica a possibilidade de chegar a “uma aproximação concreta da realidade”, nos seus próprios termos.

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (Gramsci, CC 12, §1 p. 16).

Assim, a função conectivo-organizativa dos intelectuais militares, consiste na singularidade de que:

[...] o intelectual orgânico não é simplesmente o intelectual do consenso, fórmula que por si mesma subtende e evoca por contraste uma noção “estatutária” [...] o intelectual orgânico não pode ser reconduzível, nem em negativo nem em positivo, à mera vontade capacidade de produzir consenso, mas toma corpo e adquire significado em uma peculiar função conectivo-organizativa: o consenso não é um efeito que se acresce, mas está incorporado, em formas sempre diferentes e que se renovam, naquela função de fundo (Voza, 2017, p. 426-427).

Nesse sentido, não restam dúvidas quanto à posição de Gramsci e de seus intérpretes de que os intelectuais militares, ao buscarem dirigir um movimento que sustentava pautas da classe média, também cumpriram uma tarefa de consenso, que, por consequência, está incorporada a essa função organizativa.

Nos apoiamos na tradição brasileira em alguns autores (Sodré, 1967; Malta, 1969; Forjaz, 1983), com destaque para os apontamentos encontrados em Santa Rosa (1976), que também corrobora com a suposição de que os tenentes representaram os interesses e reivindicações das classes médias, enquanto intelectuais desse segmento. Na investigação, pudemos averiguar que os intelectuais militares no Brasil defenderam abertamente os interesses das classes às quais pertenciam, numa função explícita e declarada de direção, contribuindo significativamente para a representação da classe média no Varguismo, por isso constituem-se como intelectuais orgânicos desse setor.

O fato de os militares não terem conseguido, efetivamente, organizar um movimento orgânico das massas na revolução brasileira de 1930, remete-nos a um terceiro elemento central e que caracteriza a

revolução passiva. Refere-se ao fato desse movimento ter se restringido a um pequeno grupo entre os próprios militares e a uma parcela mínima dos civis, de modo que não soube se ligar às necessidades da grande massa do povo.

Portanto, seguindo o veio analítico desses intérpretes, podemos afirmar que, no caso específico da revolução burguesa brasileira, o papel dos intelectuais militares consistiu em reforçar a consolidação de um novo padrão hegemônico no país, cuja transição teve início em 1920, com a “recomposição das estruturas de poder”, como apontou Fernandes (1976). Desse modo, podemos inferir que, a revolução burguesa no Brasil se desenvolveu como um fenômeno de uma “revolução sem revolução”, apesar das forças nacionais contraditórias que estiveram envolvidas naquele processo.

Para além desses mecanismos, que incrementaram o processo de transformação capitalista no Brasil, Coutinho (1988) chama atenção para outro elemento fundamental referente à ação do Estado nesse momento, qual seja: a utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica. Nesse sentido, a hegemonia restrita, burguesa, que se alcança no Brasil a partir de 1930, é assentada no aparelho coercitivo do Estado, em outros termos, na potência militar do Estado.

Embora o tenentismo tenha representado uma força que emergiu das classes médias e assumiu a insurgência como prática política, a partir desta análise compreendemos que os militares que constituíram esse movimento foram reassimilados ao Estado. De modo que o tenentismo se forjou enquanto um movimento que se distanciou do Exército como guardião da ordem, constituindo-se como uma força de caráter contestatório, com pautas liberalizantes, mas posteriormente voltou a constituir o Estado novamente ao ocupar cargos de direção no governo Vargas.

Esse movimento operado pelos militares do tenentismo nos remete a uma interpretação desse processo através da categoria gramsciana de Transformismo, quando Gramsci analisa o problema da direção política no Estado moderno italiano. Vale aqui retomar os apontamentos de Gramsci no CC 19, ao afirmar que o transformismo se constitui como um desdobramento da revolução passiva e pode ocorrer de modo individual ou através de grupos inteiros. Nesse sentido, o autor aponta que esse processo pode ocorrer por meio da “[...] absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos nos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos” (Gramsci, CC 19 §24, p. 63).

No momento histórico em questão, podemos afirmar que o tenentismo cumpriu com a tarefa de possibilitar a continuidade do desenvolvimento histórico do capitalismo brasileiro. Portanto, a partir da análise dos dados históricos que já apresentamos, compreendemos que os militares se constituem na força política que propicia a reprodução da hegemonia burguesa, como forma de representação das classes médias no Estado.

Contudo, os militares do movimento tenentista assumem a caracterização de intelectuais em razão do protagonismo que esse segmento desempenhou enquanto dirigentes e organizadores das classes médias. Nesse sentido, os intelectuais do tenentismo são assim classificados porque representavam política e moralmente os interesses das classes médias, ao tempo em que expressavam a concepção de mundo de uma fração da pequena burguesia emergente no cenário político brasileiro. Portanto, enquanto intelectuais, os tenentes constituíram uma das forças que impulsionaram o movimento revolucionário de 1930.

## Considerações finais

As análises mostram que, segundo a indicação de Gramsci no CC 12 §1, os militares desempenham um importante papel enquanto intelectuais nas relações políticas de força. No entanto, considerando a particularidade brasileira, como buscamos evidenciar na exposição que foi feita ao longo deste artigo, há uma singularidade no Brasil, expressa por meio do fenômeno da politização e na heterogeneidade política das corporações militares. Portanto, enquanto sujeitos políticos fundamentais, reforçamos a percepção de que os militares do movimento tenentista não se encaixam em nenhuma fórmula preexistente e rígida.

Tendo em vista os elementos da conjuntura de 1930, é possível chegar à conclusão de que os militares se caracterizam como intelectuais orgânicos e não como tradicionais, considerando a sua vinculação de classe. Apesar de ter surgido no interior de uma corporação pertencente ao aparelho de Estado, voltada institucionalmente para a formação de intelectuais defensores da ordem, o movimento dos tenentes defendiam pautas de contestação, utilizando-se de táticas rupturistas.

Podemos afirmar que este artigo cumpriu o objetivo de identificar os elementos que caracterizam a revolução de 1930 como uma revolução passiva. Com esforço de síntese, elencamos as principais características desse processo, quais sejam: 1) na transição dos anos 1920 para os anos 1930 houve um pacto pelo alto entre as velhas oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial, o que conforma um processo de conciliação entre as diferentes frações das classes dominantes, processo caracterizado a partir da indicação de Gramsci como uma inovação-conservação; 2) houve, nesse processo, a ausência de uma iniciativa popular unitária, de caráter

jacobino, embora não tenha ocorrido uma eliminação total das movimentações populares, que ocorreram eventualmente.; 3) o acolhimento de parte das exigências dos de baixo.

A partir da análise do passado, também foi possível observar que os militares sempre estiveram à espreita do poder político. Quando esse setor não desempenhou um protagonismo ativo politicamente no comando do Governo Federal, contou com algum representante na ocupação de ministérios ou cargos de direção. Nesse sentido, observamos que os militares são chamados a intervir ativamente na política quando há uma ameaça de subversão popular, sob o discurso, semelhante à década de 1930, de “purificar o regime e republicanizar a república” (Sodré, 1985).

## Referências

BARROS, C. *A ideologia do movimento tenentista*. 2005. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CARVALHO, J. M. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, J. M. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-127.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DEL ROIO, M. T. A particularidade da revolução passiva no Brasil: uma tradução de Gramsci. In: *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. *A crise dos anos vinte e a revolução de trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26 f.

FORJAZ, M. C. S. A organização burocrática do Exército na exclusão do tenentismo. *Revista de Administração de Empresas*, v. 23, n. 2, São Paulo, abr./jun. 1983.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 v.

MALTA, O. *Os "tenentes" na revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SANTA ROSA, V. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SODRÉ, N. W. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SODRÉ, N. W. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 72 p.

SOUZA, A. K. N. Revolução passiva e transformismo: elementos para entender o capitalismo brasileiro. In: GOMES, C. M. C. (org.). *A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho da crise brasileira*. Curitiba: Appris, 2020. p. 129-155.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 87-152.

VOZA, P. Intelectuais. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

## CAPÍTULO 3

# Dependência e democracia na América Latina e no Brasil

Inez Stampa  
Vicente A. C. Rodrigues

### Introdução

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) nos legou um marco teórico e político de interesse para análise das formações econômico-sociais latino-americanas, sobretudo porque tratou a dependência econômica como uma totalidade e captou as particularidades do modo de produção capitalista na região.

Com base nesse referencial, este artigo realiza uma reflexão sobre a democracia brasileira levando em conta a situação de dependência econômica do país, valendo-se, para tanto, de revisão bibliográfica e de análise de fontes primárias. A TMD foi a base teórica central eleita para a análise proposta.

A articulação entre esses temas ganha importância porque não são poucos os elementos a indicar que o processo de decomposição da democracia liberal, no Brasil e no *mundo democrático*, atingiu novos patamares neste início de século XXI. Esse processo, cujos elementos centrais já vinham sendo sugeridos desde os anos 1980, mas que foram aprofundados com a crise capitalista a partir dos anos 2008, tem as suas expressões mais visíveis na erosão de direitos, no

aumento da vigilância estatal por novos meios digitais, na precarização de grandes massas de trabalhadores e no ressurgimento de uma direita criptofascista ou, até mesmo, abertamente fascista.

Ao mesmo tempo, nenhuma das teorias justificativas da democracia liberal, incluídas aquelas que ganharam impulso após a II Guerra Mundial, oferecem, a nosso ver, o instrumental analítico necessário para um entendimento mais profundo do que ocorre em nossas *sociedades democráticas* contemporâneas, seja na perspectiva de Bobbio (1984), que elaborou uma concepção eminentemente procedimental, que cuida menos da substância e mais da forma como o regime deve ser operado, seja na visão de autores mais recentes e, possivelmente, de maior expressão nos debates democráticos atuais, como Schumpeter (1961) e Dahl (1997), ou, ainda, naquelas derivadas do pensamento de Habermas (1997), que propõem a recuperação de tradições deliberativas em face de sociedades modernas cada vez mais complexas e plurais.

Essa incapacidade analítica tem origem no ponto de partida comum dessas teorias: uma visão triunfal do neocontratualismo burguês que orienta a atuação do Estado para que a luta de classes seja negada, ocultada ou simplesmente ignorada. Nos países ibéricos e latino-americanos, Brasil incluso, a difusão dessas teorias democráticas foi operada, principalmente, a partir da segunda metade dos anos 1970, o que, não por coincidência, deu-se no mesmo período em que as ditaduras latino-americanas e os regimes fascistas de Portugal e Espanha completavam seus arcos transicionais em direção a democracias representativas: Espanha (1975), Portugal (1976), Argentina (1983), Uruguai (1985), Brasil (1988), Chile (1990) (Stampa, Rodrigues e Gomes, 2021). Novas ideias surgiram para um novo período de transformações políticas e econômicas, que Mearsheimer (2018) denominou de período da *hegemonia liberal*.

Mearsheimer, na qualidade de um dos principais formuladores da chamada Escola Realista estadunidense, é um crítico agudo da hegemonia liberal, mas apenas no que se refere à política externa do ocidente desenvolvido. Para ele, o liberalismo se tornou hegemônico na política internacional a partir da queda da União Soviética e levou a desastrosos experimentos de engenharia social, como a tentativa de estabelecer democracias de tipo ocidental no Iraque e no Afeganistão.

Na sociabilidade capitalista, contudo, a própria ideia da democracia como produto da soberania de indivíduos e, ao mesmo tempo, como palco efetivo de violação e supressão de direitos, revela uma contradição inescapável e sistêmica, pois os direitos não podem servir a desígnios diametralmente opostos: a garantia da vida humana em condições dignas e, ao mesmo tempo, a superexploração de tantos seres humanos em detrimento dos interesses de uma minoria de super-ricos. Esse quadro, que assume contornos cada vez mais dramáticos mesmo no centro do sistema capitalista, é radicalizado nas situações onde se configura a chamada dependência econômica, no sul global empobrecido, como será visto adiante.

Afinal, de que democracia se fala quando se trata da inviabilidade dos direitos no âmbito de uma sociedade que reclama o *Estado de Direito*? Certamente, o que está em cena é um tipo de democracia procedimental, não emancipatória, de viés individualista e, portanto, a serviço de um modelo específico de sociedade.

### Dependência e democracia na América Latina

No caso específico da democracia que surge no Brasil pós-ditadura militar (1964-1985), a democracia da *Sexta República*, é sempre oportuno apontar que essa construção não foi de ruptura. Ela

esteve e está organicamente vinculada à formação elitista da sociedade brasileira, cabendo ao Estado assumir a função de benigno policial protetor de direitos, deixando ao mercado capitalista a construção da *liberdade*. Criticar esse construto ideológico não implica, obviamente, em avaliar uma compreensão relativista das autocracias, ou de se negar o papel da democracia como agente indutor de certos ganhos sociais, mas, pelo contrário, de discutir os limites e insuficiências de análises que pretendem entender a democracia a partir de si mesma.

Sempre ajuda lembrar que, em Marx e Engels (1984), antes do enfrentamento da política como superestrutura, há um investimento anterior sobre a própria existência da fonte da qual emanam os comandos, as regulações na sociedade capitalista. A crítica de Marx se dirige desde as primeiras formas de Estado até o Estado moderno capitalista, inclusive na sua forma mais desenvolvida, a *democrática*. Em *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 1984) encontramos, de maneira mais explícita e desenvolvida, a crítica da política enquanto tal. O ponto de partida de Marx e Engels é a afirmação de que o Estado não pode ser compreendido como um ser autônomo, mas apenas a partir de sua base real, ou seja, das relações sociais que formam a base da existência humana em cada período, isto é, do modo de produção da vida, que tem como base a produção da vida material.

O Estado e a política *democrática* articulam-se no sentido de frear determinadas lutas sociais, mas essa equação não é direta e nem tão simples. Implica em dominação pelo direito *democrático*, já que o direito implica necessariamente a contenção orgânica do Estado (limites ao arbítrio) e a suposta salvaguarda dos bens e interesses dos dominados, sempre sob uma perspectiva burguesa.

Essa constatação não perde sua validade mesmo quando confrontada com o risco representado pela ascensão de movimentos que, justificadamente ou não, assustam e empurram os setores sociais mais à esquerda a buscar nessa mesma *democracia liberal* uma espécie de tábua de salvação ao avanço de movimentos ultraconservadores e antidemocráticos.

Além disso, anima seus defensores a esperança de que os procedimentos técnico-normativos da *democracia burguesa* implicarão, necessariamente, na melhoria das condições de vida (condições reais) da população que só dispõe de sua força de trabalho para a sobrevivência. Na realidade, contudo, muito distante ela se encontra da soberania popular, e da condição necessária de cidadania para que a democracia, de direito e de fato, se efetive. Não se trata, repita-se, de equalizar democracia à autocracia ou a ditaduras militares que varreram a América Latina, mas de não se deixar levar pelo canto de *Ligeia*, a sereia de doce sonoridade, de que as normas e procedimentos democráticos bastam-se por si só, como se encerrassem a discussão sobre a questão democrática e, em particular, sobre o conteúdo das democracias capitalistas.

Nessa direção, parece-nos oportuno resgatar o pensamento de Ruy Mauro Marini, com destaque para as suas formulações no âmbito da chamada *Teoria da Dependência*, também denominada de *Teoria Marxista da Dependência*.

Tal escolha não é fortuita. A produção teórica de Marini oferece um modelo explicativo que, apesar de sua natureza preliminar ou introdutória, como admitido pelo próprio autor, contribuirá para a nossa compreensão sobre o comportamento da democracia brasileira no contexto do sistema internacional de produção capitalista e, ainda, de forma articulada à realidade nacional atual, exatamente pela manutenção de determinadas condições econômicas, sociais e

políticas que permeiam a realidade do país e da região geopolítica na qual ele está inserido, a América Latina.

Na análise dos problemas relativos ao desenvolvimento da América Latina e, por conseguinte, na análise dos problemas do desenvolvimento do Brasil, Marini busca estabelecer uma análise dialética, na tradição marxista, de unidade e antagonismo, para compreender a relação estabelecida entre as economias dos países centrais e as dos países periféricos. Isso é feito a partir de uma reanálise dos postulados apresentados, no início dos anos 1950, pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do ensaio Desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1966), especificamente no que toca a relação centro-periferia no desenvolvimento do capitalismo internacional.

Ao contrário dos intelectuais da Cepal, que, em síntese, compreendiam o subdesenvolvimento como uma expressão da industrialização insuficiente na periferia do sistema e, conseqüentemente, como um desequilíbrio causado pela diferença no valor de troca entre bens industriários, produzidos pelo centro desenvolvido, e bens primários, exportados pela periferia subdesenvolvida, Marini enxergava o subdesenvolvimento dos países latino-americanos na linha adotada por Frank, isto é, como um fenômeno que carregava “uma unidade de contrários na sua essência” (Mesentier, 2012, p. 11). Marini aceitava, portanto, o postulado da Cepal de que a desigualdade de desenvolvimento capitalista tinha sua origem na troca desigual entre o centro e a periferia, mas, ao mesmo tempo, destacava que, em seu âmago, a troca desigual trazia um *segredo*: subdesenvolvimento e desenvolvimento estabeleciam entre si uma relação contraditória, complementar e necessária para o sistema.

Para tanto, as economias subdesenvolvidas deveriam cumprir uma função determinante na dinâmica de acumulação das

economias desenvolvidas. Tomando sempre por base a realidade latino-americana, Marini relembra que o desenvolvimento histórico da região e sua integração à economia global deu-se “em estreita consonância com a dinâmica com o capitalismo internacional” desde que foi instituída como “colônia produtora de metais preciosos e bens exóticos” (Marini, 2011, p. 132), até a subordinação das estruturas econômicas dos países latino-americanos independentes às economias centrais europeias, com o triunfo mundializado do capitalismo no século XIX e da divisão internacional do trabalho.

Dito isso, observa-se que, na primeira fase da história latino-americana após a chegada dos europeus, que coincide com os séculos XVI a XVIII, as colônias mantiveram duas funções principais no comércio internacional. A primeira foi a produção de gêneros agrícolas e exóticos, nativos ou adaptados pelo colonizador, levando a um aumento na variedade e volume dos produtos negociados no mercado internacional e auxiliando a acumulação de capital comercial no centro do sistema. A segunda, a produção de metais preciosos, que levou ao aumento da oferta de meios de pagamentos no continente europeu, contribuindo decisivamente para a acumulação de capital bancário na Europa.

Essa segunda fase coincidiu com o deslocamento da acumulação primitiva de Portugal e Espanha para os centros bancários da Holanda e, posteriormente, para os centros manufatureiros e bancários da Inglaterra, levando à superação das bases econômicas que sustentavam o pacto colonial, o que implicou na decadência dos impérios ibéricos e modificou as condições reais nas quais se sustentava o exclusivo metropolitano na América Latina. A dominação secular de Espanha e Portugal na América Latina, mantida com a ajuda de um enorme complexo cultural, político e religioso

(das *identidades* da época, por assim dizer), desmanchou-se no ar diante das manufaturas inglesas.

Para Marini, um dos elementos mais notáveis desse período de transição é o fato de que as relações dos países recém-independentes com os centros capitalistas europeus “se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (Marini, 2011, p. 134-135). É a partir desse período, portanto, que o autor observa a configuração da dependência, a qual entende como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p. 134-135).

Em consonância com a tradição marxista, na obra de Marini essa mudança assume importância porque é neste momento em que é possível observar a elevação extraordinária da produtividade do trabalho por meio do progresso técnico, não dependendo mais o capitalista exclusivamente do aumento da intensidade ou extensão da jornada de trabalho. A partir de então, os ganhos de produtividade poderiam ser adquiridos também a partir da produtividade adicional gerada pela máquina. Com isso, o capital industrial passou a reinar absoluto no centro da acumulação, com reflexos não somente para o funcionamento das estruturas econômicas da Europa e América Latina, mas, igualmente, para a conformação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho.

O capitalismo, afinal, é um sistema que produz globalmente determinadas formações econômicas sociais que não podem ser adequadamente compreendidas de forma isolada. Isto é, somente a análise da lógica global do sistema permite a compreensão efetiva de suas formas particulares ou localizadas e, ao mesmo tempo, é o

estudo dessas formas que permite entender um sistema global garantido por vultosas transferências de excedente e de mais-valia no sentido periferia-centro.

De fato, a América Latina politicamente independente continuou a proporcionar um excedente de alimentos que permitiu a especialização industrial no centro. Pela oferta de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, foram amenizados os reflexos contraditórios da expansão capitalista nos países centrais, a partir de um processo que contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais, e que implicou para os países latino-americanos, “efeitos rigorosamente opostos” (Marini, 2011, p. 147), consubstanciados na radicalização da questão social na região. Nesse sentido, opera-se uma mudança de qualidade observável na transformação da economia regional, que ultrapassa a “mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais” (Marini, 2011, p. 139).

Essa constatação não leva, absolutamente, ao deslocamento da luta de classes para uma luta entre países desenvolvidos e países dependentes. Ao contrário, trata-se de aprofundar nossa compreensão de como a luta de classes se reproduz mundialmente. É razoável que se indague, contudo, por que as elites econômicas latino-americanas persistiram nessa *vocação* de produtora de bens primários, submetendo-se a trocas cada vez mais desiguais, uma vez que o aumento da oferta mundial de bens primários é acompanhado pela tendência histórica de queda dos preços desses bens em relação a bens industriários. Descartando as explicações mais simplórias, como a simples referência à lei da oferta e da procura, Marini refuta o empirismo “de que as leis mercantis têm sido falseadas no plano internacional, graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais” (Marini, 1972, p. 150).

Isto é, em que pese o periódico esmagamento dos nacionalismos progressistas latino-americanos pelos países centrais (seja por meio de invasões, golpes ou de toda sorte de pressões), os fatores extraeconômicos devem ser compreendidos como reflexos da base econômica real que os tornam possíveis. “Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala” (Marini, 1972, p. 150).

A formulação acima nos parece particularmente importante para que possamos refletir sobre a democracia no Brasil de hoje, ao conduzir a uma análise mais profunda sobre a natureza desse regime, tanto no que se refere à forma jurídica que assume, quanto ao seu efetivo funcionamento, uma vez que nos permite descortinar os fundamentos reais de sua existência e utilidade para o sistema capitalista.

Como apontou Marx (1998) em *O Capital*, o mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente a sociedade às suas diretrizes. A afirmação de Marx é a seguinte:

O mecanismo da produção capitalista e da acumulação adapta continuamente esse número (de trabalhadores) e essas necessidades (de expansão do capital). O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo (Marx, 1998, p. 202).

Assim, o fundamento de *Dialética da Dependência* (Marini, 1972) reside, sobretudo, na afirmação de que o capitalismo é marcado pela desigualdade no desenvolvimento centro-periferia, que tem por origem trocas econômicas desiguais.

Essa nova fase do par dialético desenvolvimento/subdesenvolvimento, que Marini denominou de economia dependente, foi subdividida pelo autor em dois períodos, a economia agroexportadora e a economia industrial, de acordo com a predominância de cada um desses elementos na reprodução da dependência, sem implicar na substituição total de um pelo outro.

No que se refere a essa segunda fase, cabe destacar que a crise europeia na primeira metade do século XX e, sobretudo, a crise nos países industriais avançados, como Inglaterra, França e Alemanha, gerou interrupções nos fluxos do comércio internacional nos quais estava inserida a economia dependente do Brasil, com reflexos na deterioração acentuada de trocas já radicalmente desiguais. A solução buscada pelo capital nacional foi a de, inicialmente, ampliar a escala de produção dos itens agrários exportados, o que contribuiu para depreciar ainda mais o valor dos produtos brasileiros, com a superprodução de alguns dos bens mais valiosos para a balança comercial nacional<sup>1</sup>.

Em decorrência desse quadro, formou-se, progressivamente, no Brasil e em alguns outros países latino-americanos, um núcleo industrial autóctone, que visou assumir a centralidade da acumulação de capital nacional, ainda que sem suplantar de todo a participação dos produtos agrários, seja pela insuficiência, seja pela deficiência do processo de industrialização nacional e, de toda forma, por sua dependência. No Brasil, esse ensaio de mudança no eixo da acumulação de capital apresentou resultados particularmente expressivos, tornando o país a nação mais industrializada da região. A explicação oferecida por Marini (1972) para esse fato parte dos pressupostos que ele já

---

1 Talvez poucos exemplos possam ilustrar melhor esse período do que a decisão do governo brasileiro, em 1929, de incinerar milhares de sacas de café, em face da realidade de que o café passara a valer menos do que o valor necessário para mantê-lo estocado após o chamado *Crash* de 1929.

tinha estabelecido para a análise da economia agroexportadora, de que essas interrupções ocorreram na chamada *esfera alta da circulação*, onde ocorrem as trocas comerciais dos setores dominantes e seus associados, isto é, onde os rendimentos estão, de forma geral, associados à atividade exportadora, e o consumo às importações<sup>2</sup>.

Ou seja, por um lado, a imensa economia brasileira agroexportadora não conseguia mais se realizar, por conta da queda das exportações e depreciação de um valor de troca que, já de início, era profundamente desigual. Por outro, o consumo capitalista, realizado através das importações, também foi achatado, seja pela diminuição do ingresso de capital no país, seja pela turbulência econômica experimentada nos países centrais e consequente diminuição dos bens disponíveis para exportação. Este momento da história nacional, que se assemelharia, em escala reduzida, com outros impulsos de ampliação do mercado interno, principalmente nos anos 1970 e 2010, apontava para a convergência da esfera alta para a esfera baixa da circulação e, portanto, em uma aproximação dos “termos ideais do padrão de desenvolvimento das economias centrais” (Mesentier, 2012, p. 33) ou, como afirma Marini, “parecia, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo dependente se orientava no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos” (Marini, 1972, p. 167). A periferia brasileira não se moveria, contudo, para o centro.

A breve interrupção das trocas comerciais com o centro dinâmico do capitalismo foi superada a partir dos anos 1945, com a reconstituição deste, agora sob a liderança incontestável dos Estados

---

2 Em oposição, a *esfera baixa da circulação* corresponde ao consumo de subsistência dos trabalhadores, que recebem baixos rendimentos pelo trabalho executado.

Unidos. A demanda preexistente, que impulsionara a ampliação da industrialização nacional pela insuficiência de mercadorias industrializadas produzidas pelo centro europeu, com o deslocamento de capitais para o interior da economia dependente latino-americana, arrefeceu com a retomada industrial do centro capitalista e reconstituição dos fluxos internacionais de transferência de riqueza na direção periferia-centro. Portanto, a tendência geral da economia industrial do Brasil permaneceu inalterada em relação à economia exclusivamente agroexportadora, isto é, a de não disputar o valor entre as mercadorias exportadas em relação às mercadorias importadas, mas, sim, “compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador” (Marini, 2011, p. 147). A esse recurso compensatório Marini denominou de *superexploração do trabalho*.

Conforme aponta Franklin (2019), a utilização do termo *superexploração*, para tratar da situação de trabalhadores submetidos ao trabalho assalariado, remonta à primeira metade do século XX, muito antes, portanto, das formulações feitas por Marini. Nesse período, a expressão foi utilizada em sentido mais geral, para retratar a exploração maior que o normal ou, ainda, como sinônimo de ganância patronal desmedida, tendo sido mesmo empregada por alguns autores de influência marxista tanto para abordar a situação de grupos de trabalhadores marginalizados dentro dos países capitalistas avançados (negros, mulheres e jovens), quanto para versar sobre a elevada exploração da classe trabalhadora da periferia submetida ao capital dos países imperialistas (Franklin, 2019).

Diz Marini: “As classes dominantes locais tratam de ressarcir-se dessa perda aumentando o valor absoluto do mais-valor criado pelos trabalhadores agrícolas ou mineiros, ou seja, submetendo-os a um processo de superexploração” (Marini, 1967, p. 91). O conceito

de superexploração do trabalho constitui, assim, “o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão” (Marini, 1967, p. 91).

Embora, à primeira vista, essa categoria possa ser compreendida como uma simples radicalização da extração de mais-valia (mais-valia absoluta), isto é, apenas como um aumento da exploração *normalmente* esperada e, portanto, *aceitável*, é importante observar que, na América Latina, ela assume novas configurações, representando “o fundamento da economia dependente” (Marini, 1972, p. 101, tradução própria). A superexploração é apresentada, assim, como “[...] um caso anômalo de mais-valor absoluto” a despeito de parecer ser mais-valor relativo (Marini, 1967, p. 115, tradução própria), um caso em que “[...] a força de trabalho se remunera a um preço inferior ao seu valor real [...]” (Marini, 1967, p. 116). Com a publicação, em 1972, de *Dialética da Dependência*, Marini desvincula a categoria da superexploração da categoria de mais-valor absoluto, apresentando-a como uma maior exploração da força física do trabalhador que resulta no pagamento de salários inferiores ao valor da força de trabalho. Podemos dizer que nessa obra a superexploração alcança sua forma mais acabada, tendo os textos posteriores de Marini apenas contribuído para esclarecer e aprofundar o significado apresentado ali.

A superexploração não é somente causa, mas, também, uma consequência da forma como o capitalismo internacional se estrutura nas periferias e, especificamente, na América Latina. Por meio da superexploração, Marini identifica a ocorrência de duas modalidades distintas de transferência de valor, fundadas, em última instância, no monopólio tecnológico dos países que habitam o centro do sistema. A primeira, que se dá no sentido periferia-centro, isto é,

das economias locais periféricas para a economia mundial central e, a segunda, que ocorre no sentido da pequena e média burguesia para os monopólios internos, constituídos pela burguesia nacional, normalmente associada ao capital internacional em virtude da dependência tecnológica, ou, ainda, em relação ao próprio capital estrangeiro *nacionalizado*.

O resultado desse esquema econômico é que as transferências tornam-se ainda mais importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista do que a própria expansão local de mais-valor, o que ajuda a explicar, em nosso entendimento, a aparente contradição entre um sistema nacional que visa ao lucro e, ao mesmo tempo, obstaculiza o desenvolvimento do mercado interno, radicalizando a desigualdade social e produzindo condições tais que o desenvolvimento centro-periferia torna-se radicalmente assimétrico, ampliando o risco de ocorrência de revoltas e desafios para o próprio sistema.

Além desses efeitos gerais, é possível citar outros bem específicos, relacionados à depreciação constante das práticas democráticas e para os sistemas de educação, ciência, tecnologia e de inovação na região, com rebatimento para o desenvolvimento político das instituições latino-americanas. Ou seja, a instabilidade democrática e os golpes de Estado seriam parte constitutiva do capitalismo na América Latina e não uma excepcionalidade – esta sim referida aos períodos de inclusão e ampliação do mercado interno, de fortalecimento democrático e de afirmação da soberania produtiva e popular.

Em suas últimas observações a respeito da realidade brasileira<sup>3</sup>, Marini apontou a necessidade de que fosse reacendido o interesse pela escola da dependência, cujas principais formulações tinham sido produzidas, principalmente, nos anos 1970, depurando-a “seja de

---

3 Marini faleceu em 1997, no Rio de Janeiro.

suas aderências funcionalistas e desenvolvimentistas, seja para avançar na análise dos processos de reestruturação do capitalismo mundial, impulsionados pela globalização, com profundos impactos sobre sua economia política e o sistema interestatal” (Martins, 2017, s.p.).

### Democracia e dependência: o Brasil em cena

Não foi possível a Marini analisar, portanto, o Brasil pós-transição democrática, os sobressaltos capitalistas dos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), nem tampouco os resultados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), durante os quais, do ponto de vista macroeconômico, foi mantido o arranjo definido pelo governo FHC, que envolvia o chamado *tripé econômico*: metas inflacionárias controladas, sobretudo, pela variação nas taxas de juros, câmbio flutuante (mas passível de intervenções localizadas) e ajuste fiscal.

Certamente teria chamado a atenção de Marini a estratégia dos governos petistas de complementar a política macroeconômica com intensa acumulação de reservas internacionais, como forma de combater eventuais ataques especulativos, bem como por ações voltadas ao fortalecimento do mercado interno, principalmente a partir de programas de transferência de renda, como o *Bolsa Família*, pela adoção de reajustes reais periódicos do salário mínimo produzindo ganhos reais, pela expansão do crédito pessoal<sup>4</sup> e por programas sociais voltados à população de baixa renda<sup>5</sup>.

---

4 Como aponta Curado (2011, p. 96): “Em janeiro de 2003 a relação operação de crédito (setores público e privado) / PIB era de 23,94%. Em outubro de 2010 esta relação atingiu 47,25%”.

5 Devem ser destacados os programas sociais voltados à população de baixa renda, como o *Luz para todos*, voltado para a eletrificação do campo, e o

Essa combinação teve como resultado, no primeiro mandato de Lula (2003- 2006), a retomada do crescimento econômico, com uma taxa média de expansão anual do PIB em 4,2% nos seus dois mandatos, o que representou quase o dobro da média observada no período de 1995-2002 (2,42%). É interessante observar, também, que com a chamada *crise dos subprimes* (2007), nos Estados Unidos, e a crise financeira global subsequente, em 2008, o PIB apresentou uma variação negativa de 0,6% em 2009, mas com recuperação expressiva já em 2010, atingindo crescimento de 7,5%. No último ano da gestão Lula (2010), contudo, o crescimento baixou a 1,92%, impactado, principalmente, pela derrubada no preço dos produtos integrantes da pauta de exportação e da continuidade da crise financeira internacional.

De toda forma, a expansão do consumo das camadas populares (*classes C e D*, no jargão mais atual) e o crescimento médio registrado associado às políticas sociais do governo impactaram positivamente o mercado de trabalho, ampliando o consumo das camadas populares. Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%, em outubro de 2010 a taxa alcançou 6,1%, menor patamar registrado pela série histórica, sendo que os resultados econômicos e as estratégias dos governos Lula também impactaram na melhoria dos indicadores de distribuição de renda e de redução da pobreza. “O Índice de Gini, indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição da renda, que em 2003 era de 0,59 atingiu, em 2009, a marca de 0,54. Rompeu-se com a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração da renda”, aponta Cura (2011, p. 93). Quanto à taxa de extrema pobreza, esta caiu de 11,49% em

---

programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que aqueceu o mercado para as construtoras nacionais.

2005 para, em 2009, 7,8% e, em 2012, 5,8%, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009). A taxa de pobreza seguiu o mesmo ritmo: despencou de 28,16%, em 2003, para 10,52% da população em 2012, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata, 2011).

Por mais uma vez na história republicana brasileira, parecia que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a se corrigir e que o capitalismo nacional se reconfigurava na direção dos países centrais, com o Brasil passando à condição de sexta maior economia do mundo e com a diminuição das taxas de pobreza e de extrema pobreza.

Contudo, vários sinais apontavam em sentido contrário e prenunciavam a crise futura. Por exemplo, a pauta de exportações registrava uma dominância cada vez maior de produtos não industriais, tendência que vinha desde o governo Collor, e cujo ritmo foi apenas diminuído nos anos dos governos Lula, sem inversão da tendência. Cano (2012) demonstrou que esse fenômeno foi experimentado em toda a América Latina, que atingiu um percentual dramático de desindustrialização, principalmente a partir dos anos 1990, em virtude da aplicação de políticas econômicas de cunho *neoliberal*, levando a uma queda geral da participação da indústria de transformação no PIB para a região. “Em 1980 a participação era de cerca de 24% (Argentina e México) e de 33% (Brasil). Os dados entre 2008 e 2010 regridem para aproximadamente 19% no México e na Argentina e a mais aguda, a do Brasil, para 14,6% em 2011” (Cano, 2012, p. 833).

A eleição presidencial de 2010, que levou ao poder Dilma Rousseff, do PT, indicava a continuidade do projeto econômico do governo Lula, e, até mesmo, em uma espécie de “aceleração do lulismo” (Singer, 2015, p. 49), buscando o novo governo atacar, de

início, o problema dos juros altos. Como aponta Singer, nos dois primeiros anos de governo, “em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança” (Singer, 2015, p. 49). Nessa direção, o governo Dilma buscou estabelecer políticas anticíclicas para combater a retração econômica que se anunciava, com a persistência da crise econômica mundial e queda geral do preço de commodities, cuja venda para o exterior era fundamental, via impostos, para o equilíbrio das contas do governo e manutenção do investimento público.

Assim, a nova matriz econômica adotada envolveu a redução de juros, tida como mudança estrutural fundamental, o que levou o Brasil a passar da condição de campeão mundial de juros, em 2011, a apresentar um índice relativamente baixo de juros no período 2012-2013 e, também, o uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o incremento de linhas de crédito a empresas, totalizando valores na casa dos R\$ 400 bilhões, sobretudo para a produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica; o lançamento do plano Brasil Maior, uma nova política industrial que previa investimentos de até R\$ 600 bilhões de reais, e que buscava promover a retomada do processo de industrialização nacional que, conforme visto anteriormente, apresentava tendência de declínio desde os anos 1980; e, em paralelo com a política de reindustrialização, desonerações na ordem de R\$ 42 bilhões aos empresários, através de diversas medidas que envolveram, por exemplo, desoneração do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) e do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social (PIS/Cofins), além de favorecer a regularização tributária de grandes devedores; lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que buscava estimular a inversão em rodovias e ferrovias; e a reforma no setor elétrico, que buscava baixar o preço da eletricidade não somente para o consumidor pessoa física, mas, igualmente, para a grande indústria, o que provocou reações internacionais.

Completava a nova matriz econômica a política de desvalorização do real (que, em relação ao valor de um dólar, passou de R\$ 1,65, no governo Lula, para R\$ 2,05, em maio de 2012), o que beneficiava as exportações; a adoção de controle dos fluxos de capitais estrangeiros, por meio, principalmente, de alterações na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e, por fim, medidas voltadas à proteção do produto nacional, que variaram desde alterações no IPI sobre produtos importados, até a contratação massiva de navios-sonda pela Petrobras, de forma a manter em operação o setor de construção naval no país (Singer, 2015).

Em agosto de 2011, contudo, a segunda fase da crise econômica se aprofundou, reeditando os piores momentos da primeira fase, em 2008, com investidores em mercados emergentes emigrando “em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela *Standard & Poor's*, turbulência nas principais bolsas e pânico nas mesas de operação financeira do planeta. Desta feita, no entanto, o epicentro deslocou-se para longe de Wall Street, indo parar no meio do continente europeu” (Singer, 2015, p. 42). Nesse cenário, a articulação política do governo começa a apresentar os primeiros sinais de desgaste na base parlamentar aliada, e a implantação dos projetos do governo sofrem atrasos, tanto em virtude de dificuldades políticas quanto burocráticas. Destaque-se, também, a resistência do Banco Central

do país que, embora ainda formalmente autônomo, era controlado, desde o período da ditadura militar, pelo que eufemisticamente se denomina de mercado (financeiro), ou, como preferia Dreifuss (1980), por tecno-empresários (tecnocratas empresários).

O resultado econômico global da crise foi que a tendência de redução do crescimento acabou por contaminar o sistema financeiro internacional a partir de 2012, com a China, maior parceiro comercial do Brasil, diminuindo, igualmente, as suas taxas de expansão: “De dois dígitos, entre 2001 e 2007, esta cai para 7,5% ao ano. O crescimento mundial diminuiu de 4,1%, em média ao ano, entre 2000-2008, para 2,9% de 2009 a 2014” (Singer, 2015, p. 43). No Brasil, o crescimento no período de 2012-2013, caiu para a modestíssima média de 2,46% ao ano.

O governo seria, ainda, surpreendido com a eclosão, em maio de 2013, de uma série de protestos de rua que, progressivamente, assumiram volume massivo. Inicialmente convocado por um pequeno grupo de esquerda, nacionalmente desconhecido, o Movimento Passe Livre, tendo por pauta opor o aumento de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, as manifestações, por razões ainda em grande parte indeterminadas, cresceram fortemente em poucas semanas, chegando a arrastar milhões de pessoas para as ruas em centenas de cidades brasileiras.

Ao final, o movimento acabou hegemonizado por grupos conservadores, graças, em parte, à cobertura de grande mídia que se fez dele, bem como ao seu próprio caráter difuso e *apartidário*. Os protestos levaram, dentre outras ações mais incisivas, ao cerco popular ao prédio do Congresso Nacional e a ataques ao Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O espalhamento dos protestos por todo o Brasil obrigou o governo federal a assumir uma postura de coordenação dos entes federados,

propondo um pacto político com governadores de diferentes orientações e partidos. O pacto previa uma série de compromissos para a melhoria de serviços públicos nas áreas da saúde, transportes e educação, além de manutenção da responsabilidade fiscal – embora fosse difícil encontrar algum manifestante pedindo este último aspecto.

Os protestos refluíram a partir de outubro de 2013, sem, contudo, implicar no fim completo das manifestações de rua. De fato, em 2014, estava prevista a realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela empresa transnacional Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). Consequentemente, mobilizações de rua também foram registradas naquele ano, agora sob o lema *Não Vai Ter Copa*, embora com intensidade e tamanho muito menor do que as *Jornadas de Junho de 2013*. Em pauta, questionamentos sobre os gastos com o evento, a remoção de comunidades populares e a corrupção.

Foi notável, durante o período de 2013-2016, o apoio financeiro de instituições internacionais, como a Ford Foundation, bem como de organizações nacionais, como a Fundação Gerdau, aos protestos de rua. Inicialmente conduzidos de forma aparentemente difusa, progressivamente os protestos passariam ao comando operacional de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, de variadas orientações ideológicas. Por exemplo, os protestos do *Não Vai Ter Copa*, bem como em apoio ao impeachment de Dilma Rousseff, contaram com a organização do Movimento Brasil Livre (MBL), então uma representação informal do *think tank* estadunidense *Students for Liberty* (SLP), organização ligada à chamada Rede Atlas, fundada, em 1981, por Antony Fisher (1915-1988), um ex-piloto da II Guerra Mundial e empresário britânico radicado nos EUA, responsável por apoiar a criação de mais de 150 instituições liberais no mundo inteiro.

Membros da Rede Altas estiveram diretamente envolvidos na organização da tentativa de golpe de Estado na Venezuela, em 2014, e na bem-sucedida derrubada do presidente eleito da Ucrânia, no mesmo ano. Em 1977, Fisher fundara, juntamente com o advogado William Casey, o *Manhattan Institute*, originalmente denominado *The International Center for Economic Policy Studies* (Iceps), um *think tank* conservador baseado em Nova York, tendo por objetivo a defesa do livre mercado. Casey, o cofundador do *Manhattan Institute*, viria a se tornar, no período de 1981-1987, diretor-geral da CIA (Rodrigues, 2022).

Não obstante a relevância dessas e de diversas outras ações destabilizadoras – entre as quais a notória Operação Lava-Jato de *combate à corrupção* –, que contribuíram, de forma efetiva, para o sucesso do golpe de Estado de 2016 e a derrubada do governo Dilma Rousseff e, posteriormente, para a prisão de Luís Inácio Lula da Silva (2018), é sempre importante destacar, como o fez Oliveira (1977), que a subalternização da economia brasileira não é, ela própria, resultado de uma *conspiração*, mas sim da dialética emanada entre as necessidades materiais de acumulação e a escala dessas necessidades no sistema capitalista. Tal é a realidade posta, a nosso ver, para o terceiro governo Lula (2023-) num cenário internacional de acirramento e convergência de diversas crises: política, econômica, social, ambiental, etc.

### Considerações finais

A dependência econômica se configura, pois, como uma situação em que a economia de certos países está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia que a subordina e a sujeita a seus interesses. Um dos reflexos desse arranjo é que países

como o Brasil contribuem para que, nos países de capitalismo central, a acumulação de riquezas passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Por consequência, fenômeno inverso é registrado nas economias dependentes, em que a massa trabalhadora deve se sujeitar a formas mais radicalizadas de exploração a fim de manter, em nível *avançado*, o lucro das respectivas burguesias nacionais.

Nesse esquema, mesmo os eventuais (e breves) surtos de desenvolvimento na periferia não alteram a tendência geral da economia dependente de não disputar o valor entre as mercadorias exportadas em relação às mercadorias importadas do centro desenvolvido, mas, sim, de buscar compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador, a qual Marini designou de *superexploração do trabalho*.

Outro resultado dessa realidade é que as transferências periferia-centro se tornam mais importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista do que a própria geração local de mais-valor, o que ajuda a explicar, em nosso entendimento, a aparente contradição entre um sistema nacional que visa ao lucro e, ao mesmo tempo, obstaculiza o desenvolvimento do mercado interno, mesmo ao custo de ampliar o risco de ocorrência de revoltas e desafios para o próprio sistema. Afinal, para compensar as perdas desse modelo assimétrico de desenvolvimento, o capital nacional ou nacionalizado deve *apertar ainda mais o torniquete*, agudizando a apropriação de valor da força de trabalho.

Periodicamente, a busca por *um lugar melhor ao sol do capitalismo*, de um novo e melhor posicionamento no comércio internacional, leva ao surgimento de propostas reformistas no Brasil, que buscam a criação de consensos internos, de frentes amplas, de contraditórias coalizões, etc. Essas propostas reformistas, contudo,

costumam ser esmagadas sob o peso de pressões imperialistas, mas, também, de suas próprias contradições internas em contextos de crise do capital, quando se agudizam os efeitos mais deletérios do esquema dependentista.

Embora a *preservação da democracia* seja ponto de preocupação permanente para o campo progressista no Brasil, a questão fundamental que se coloca, a nosso ver, é como reverter a tendência histórica de derrota das tentativas reformistas, mais ou menos bem-intencionadas, sob o peso duplo das forças internas e externas que mantêm o esquema da dependência, sem que se tenha no horizonte o rompimento dos laços de dominação que a configuram. *Quien se equivoca y no aprende, vuelve a estar equivocado* (Sosa, 1987).

## Referências

- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, esp., p. 831-851, dez. 2012.
- CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no governo Lula. *Economia & Tecnologia*, v. 7, esp., p. 91-103, 2011.
- DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FRANK, A. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, p. 17-31, set. 1966.
- FRANKLIN, R. S. P. O que é superexploração? *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 3, p. 689-715, set./dez. 2019.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade*. Brasília: IPEA, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Pesquisa por tema*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependência*. México: Ediciones Era, 1972.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 35-50.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución en América Latina. Investigación Económica*, México, v. 29, n. 113, p. 87-104, jan./mar. 1967.

MARTINS, C. E. A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini. *Blog da Boitempo*, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MEARSHEIMER, J. J. *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities*. New Haven: Yale University Press, 2018.

MESENTIER, A. A. P. *A teoria da dependência em Ruy Mauro Marini: a construção de uma interpretação marxista para a América Latina*. 2012. Monografia (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, F. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

RODRIGUES, V. A. C. *O governo invisível e a democracia dependente: ações de inteligência dos EUA e o Brasil*. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff 2011-2014. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

SOSA, M. S. *Venias Abiertas*. Lima: Polygram, 1987. 1 vinil (3 min 21 s).

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. A. C.; GOMES, C. Capitalismo, Estado y políticas sociales en Brasil en tiempos de crisis. *Revista de Trabajo Social*, n. 95, p. 115-128, Santiago, dic. 2021.

## CAPÍTULO 4

# O caráter desigual e combinado do capitalismo periférico brasileiro

Thaís Lopes Vasconcelos  
Cláudia Gomes

### Introdução

Este capítulo visa apresentar os resultados finais dos estudos desenvolvidos na Iniciação científica, na vigência 2020-2022, os quais fizeram parte do plano de trabalho do projeto de pesquisa intitulado *O Capitalismo em Crise: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016* (PRGP/UFPB/CNPq)<sup>1</sup>. O objetivo foi estudar as particularidades impressas na formação econômico-social brasileira e suas características estruturantes, aprofundando a análise sobre a crítica às teorias desenvolvimentistas no Brasil e na América Latina.

O esforço da investigação consistiu na busca por realizar o estado da arte no campo temático "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" como expansão das relações de produção capitalistas,

---

1 Vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa integra as investigações do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho – GEPET, cadastrado no Diretório Geral de Pesquisadores do Brasil/CNPq.

tomando como referência o tema do *Desenvolvimento desigual e combinado* (Trotsky, 1967), com o objetivo de fornecer elementos significativos para pensarmos o desenvolvimento do capitalismo brasileiro no atual processo de reprodução do capital, associando a discussão aos objetivos mais gerais da pesquisa, notadamente a referência a teoria de Marx do valor-trabalho e toda teoria social decorrente.

Nesse sentido, a partir da tradição marxista e latino-americana<sup>2</sup>, entendemos que o desenvolvimento só pode ser apreendido tendo como referência a totalidade das relações sociais sob o capitalismo, que apresenta um caráter contraditório.

No intuito de explorar mais essa tradição teórica, tomamos como referência a noção de que o Brasil é um país semicolonial – conceito presente em Lenin, no livro *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo* (1916), por se observar no plano concreto, que as forças do capital financeiro internacional subordinam o Estado Nação, mesmo que este disponha de independência política. Ademais, na história da economia brasileira, a relação entre economia primário-exportadora, modernização conservadora e subdesenvolvimento é recorrente. Debruçamo-nos, particularmente, sobre outra formulação das mais fecundas a respeito de

---

2 Dos clássicos é importante assinalar os estudos de Lênin na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1898), Antonio Gramsci em *A Questão Meridional* (1926), Trotsky e a *Lei do desenvolvimento desigual e combinado* (1967), com destaque para os latino-americanos, José Carlos Mariátegui nos *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (1928) e a originalidade de Ruy Mauro Marini com sua *Teoria da dependência* (1973). Todos romperam com a visão evolucionista da história e sob uma perspectiva dialética do desenvolvimento capitalista, analisaram os diferentes modos de produção e refletiram sobre a particularidade dos países periféricos e dependentes. Nessa direção é nítido na literatura latino-americana o registro de concepções e compreensões variadas em torno do denominado desenvolvimentismo.

uma visão dialética da história do desenvolvimento capitalista na periferia, que foi elaborada por Trotsky (1967), a partir da lei do *Desenvolvimento desigual e combinado*.

A referência a essa lei, teve destaque na pesquisa por três motivos: i) porque mescla características de períodos históricos diferenciados, os quais ocasionam um descompasso temporal no âmbito das relações sociais de produção e reprodução, ii) por ser elucidativa à nossa formação social e por fazer parte do fecundo arcabouço conceitual dos grandes críticos e intérpretes do Brasil iii) permitir fundamentar o objeto de pesquisa a partir do par conceitual neoliberalismo/dependência na conjuntura brasileira (Gomes, 2022).

Essa caracterização nos levou a demonstrar que "passado" e "presente" não expressam episódios isolados ou separados, mas uma unidade dialeticamente engendrada. Em razão disso, temos clareza que a tarefa de avaliar o período mais recente da realidade brasileira não é um desafio simples, sobretudo no que diz respeito aos traços estruturais de nossa formação econômico-social, que, associados às características particulares do momento analisado, conferem materialidade ao objeto de pesquisa delineado.

Debruçamos-nos, então, sobre as teses explicativas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil para compreender o caráter dependente da nossa formação social histórica, a partir de um resgate da formulação da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Na pesquisa de Iniciação Científica, pudemos inferir, por aproximação sucessiva ao tema, que as particularidades impressas em nossa formação econômica e social devem estar presentes nas análises do período mais recente do capitalismo brasileiro. Assim, de acordo com Vasconcelos (2020), a lei do desenvolvimento desigual e combinado possibilita compreender como o capital articula elementos atrasados e modernos no movimento entre estrutura e conjuntura.

Para alcançar os objetivos pretendidos na investigação, optamos como procedimentos metodológicos uma pesquisa de caráter qualitativo, através de um estudo bibliográfico. Para esta etapa foi fundamental progredir nos estudos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado, privilegiando as principais obras que tratam o tema, para avançar sobre a análise do capitalismo brasileiro e a particularidade da formação social, tomando como referência o tema do subdesenvolvimento, que Florestan Fernandes (1968) instituiu como sua problemática para pensar o Brasil. O objetivo foi chegar até a sociologia de Florestan, a partir de um projeto de leitura que demandou recolher e registrar, com a máxima precisão possível, as ideias mestras do seu pensamento com estudo de sua formulação nos conceitos de subdesenvolvimento e dependência.

No processo investigativo, identificamos que o método marxista forneceu a Florestan um instrumento analítico básico para formular a sua tese sobre a transição do capitalismo no Brasil e especificar as particularidades do caráter dependente da nossa formação, a partir do debate sobre a dualidade brasileira (Castelo, 2011).

Neste artigo faremos uma exposição das categorias de análises dos estudos de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado e a problemática do subdesenvolvimento e dependência em Florestan Fernandes, com base nos livros *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) e o livro *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio e interpretação* (1974).

### **Breves notas a respeito da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado**

Para compreendermos a formação social brasileira e o caráter do capitalismo dependente é preciso se aproximar da elucidação da

teoria e do método utilizado por Léon Trotsky<sup>3</sup> em sua Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, que explica, a partir da história da Rússia, como o capitalismo pode se desenvolver de formas diferentes em países com distintos estágios de desenvolvimento.

Trotsky (2007), apontou que a desigualdade é a lei mais geral do processo histórico; pois explica não só a pré-história das sociedades, mas o próprio modo de produção capitalista:

Desenvolvimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas; no caráter mais ou menos amplo ou reduzido de épocas históricas inteiras, por exemplo, da Idade Média, do regime gremial, do despotismo ilustrado, do parlamentarismo; na desigualdade do desenvolvimento de diversas instituições sociais, de distintos aspectos da cultura (Trotsky, 2007, p. 37).

Nesse sentido, o referido autor construiu uma teoria que forneceu elementos fundamentais para explicar o desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países periféricos, pois esclarece como a composição de elementos desigualmente desenvolvidos aparece na forma de superação de desigualdades preexistentes.

Segundo Michael Löwy (1998), Trotsky aborda esse tema sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era vista como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que compunha, de forma determinante, sua estrutura econômica e social. Segundo esta lei, a formação econômico-social russa é vista como uma formação peculiar, que escapa ao esquematismo evolucionista e mecanicista, pois ela mescla elementos modernos e arcaicos.

---

3 Nasceu em 1879 na atual Ucrânia e foi assassinado em 1940 no México. Foi um revolucionário e um importante intelectual marxista (Trotsky, 1977).

Esta perspectiva mais complexa, não somente econômica e técnica, mas também cultural e política, permite a Trotsky escapar à concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas e de esboçar uma visão dialética do desenvolvimento histórico através de saltos súbitos e de fusões contraditórias (Löwy, 1998, p. 77).

Trotsky formulou de forma explícita e coerente uma teoria do desenvolvimento de países periféricos, isto é, atrasada na linguagem da época. Articulou a lei do desenvolvimento desigual com uma lei de desenvolvimento combinado, o que permitiu formular a hipótese de um país periférico "saltar" em fases históricas, causando um desajuste temporário no âmbito das forças produtivas e relações sociais de produção e reprodução. Assim, a teoria do Desenvolvimento desigual e combinado – uma das maiores contribuições de Trotsky ao marxismo – mostra que os países periféricos assimilam as conquistas materiais e ideológicas dos países de capitalismo avançado, no qual o progresso do sistema econômico mundial é marcado pela combinação das formas de acumulação primitiva e expansão do capital, resultando numa amálgama das formas arcaicas com as formas modernas.

Nesse sentido, ao longo dos últimos séculos o capitalismo penetrou de país a país, avançando em suas sucessivas fases (comercial, industrial, financeira, etc.). Cada nação entrava na divisão internacional do trabalho no mercado global de forma particular, com diferentes graus de expressão e expansão capitalista de acordo com as diferentes etapas do seu desenvolvimento. A lei do desenvolvimento desigual e combinado, muitas vezes utilizada para dar conta de explicar o imperialismo entre nações, pode também explicar as diferenças no processo de acumulação entre as regiões de um país,

uma vez que os diferentes espaços adquirem traços diferenciados e muitas vezes complementares.

Na realidade, este processo é muito antigo, pois a expansão colonial europeia teve sempre um interesse económico inequívoco: o fornecimento de matérias-primas e outros recursos naturais, bem como um destino para a produção para a qual a demanda local era limitada. Ou seja, o interesse era a conquista de mercados. A partir desse interesse, se vai configurando uma divisão internacional do trabalho. Esta divisão, como especialização produtiva das diferentes regiões, consiste essencialmente em alguns países produzir e exportar bens primários e outros em produzir e exportar bens manufacturados. É bastante conhecida a situação compartilhada pelas diferentes economias latino-americanas em termos de sua inserção primário-exportadora na economia mundial (Arrizabalo, 2016, p. 160, tradução nossa).

Feitas essas observações, parece lícito dizer que a formulação do capitalismo dependente é um traço característico do modelo "desigual e combinado" da formação sócio-histórica do subcontinente. Por isso, partimos do pressuposto que a formação social do Brasil assume traço do arcaico e do moderno.

Na pesquisa, pudemos inferir que esse conceito foi adotado por diversos autores brasileiros, para explicar como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a exemplo de Caio Prado Jr. (1963), Florestan Fernandes, e Francisco de Oliveira (2003).

Essa leitura nos auxilia na compreensão do desenvolvimento capitalista brasileiro, operado continuamente contra o "atraso" e sob estruturas de poder vinculados ao mando, ao coronelismo, ao nepotismo e episodicamente, mediante inspiração fascista. O carácter desigual e combinado do

desenvolvimento capitalista assumiu a forma de uma “modernização do arcaico” e de uma “arcaização do moderno” (Sampaio Jr., 2020; Gomes, 2021, p. 99).

Não coincidentemente, a economia exportadora agrária, a colonização e o trio: latifúndio/monocultura/escravidão são primordiais no desenvolvimento capitalista brasileiro. A combinação de “moderno” e “arcaico” cumpre, sem meias-palavras, a funcionalidade para a acumulação capitalista em escala ampliada.

É ainda, por demais conhecido, o fato do Brasil, desafortunadamente, entrar no mercado mundial, no mundo moderno, na qualidade de um país econômico e socialmente atrasado, de fornecedor de matéria-prima e mão-de-obra de baixo custo. Como a dinâmica do mercado mundial baseia-se em mecanismos políticos e econômicos que estabelecem hierarquias entre países imperialistas e nações exploradas e dominadas, seu vínculo com o novo é feito através e estruturalmente de seu atraso social, que é reproduzido em vez de extinto. Na declaração de Florestan Fernandes:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incremento ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Fernandes, 1968, p. 36-37).

O “subdesenvolvimento” parece ser a própria forma de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentares. No entanto,

tal postulação significa que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo (Oliveira, 2007).

Diferentemente das "burguesias conquistadoras", é fato que a burguesia brasileira não carrega consigo um projeto soberano de desenvolvimento, isto é, um projeto de Nação. Logo, a realidade brasileira não conhece uma burguesia nacional, sendo este, na certa análise de Caio Prado Jr. (2000), um "mito" para justificar teorias preconcebidas ou fins políticos imediatistas de outra falsa promessa: "um capitalismo progressista" ou "desenvolvido" (Gomes, 2021).

Nessa direção, longe de significar um fenômeno desprendido das relações com o grande capital, na periferia do capitalismo brasileiro, as históricas composições de desenvolvimento "desigual e combinado", no âmbito do estágio imperialista, estabeleceram modelos muito assimétricos de distribuição de renda e riqueza, além de processos cada vez mais adversos de acesso ao trabalho.

### A análise de Florestan Fernandes para estudar o capitalismo brasileiro

Na iniciação científica, a importância de utilizar Florestan Fernandes como ponto de referência para aprofundar o debate no campo temático "desenvolvimento" e "subdesenvolvimento" vem de sua importância para os estudos da sociologia crítica no Brasil.

O sociólogo é um dos maiores pensadores do Brasil. Ele viu o país se transformando, do ponto de vista do amadurecimento do processo produtivo de industrialização, quando o capitalismo mundial rumava para seu estágio monopolista. Sistematizou esse processo em seu livro *A Revolução burguesa no Brasil*, no qual, entre muitas evidências, transforma o debate sobre o capitalismo trazendo as características de um caráter específico de dependência a

partir de um tipo de desenvolvimento desigual e combinado, predominante nos países latino-americanos que têm particularidades semelhantes em sua formação social (Fernandes, 2006).

O referido autor criou um paradigma para as ciências sociais ao estudar o capitalismo a partir do deslocamento do objeto de análise para a visão de países periféricos, e tem grande impacto na busca de uma sociologia como atividade científica (Cardoso, 1996; Ianni, 1996; Costa, 2011).

Fernandes acreditava que o pesquisador não era neutro, para ele, a ciência era construída também através de condições históricas e sociais e isso interferia e determinava a maneira como o cientista abordava as suas pesquisas. Sendo assim, o pesquisador tinha o dever de analisar a realidade ultrapassando o senso comum e acima das ideologias da classe dominante, pois assim conseguiria colaborar com a sociedade ao possibilitar a intervenção da realidade (Cardoso, 1996).

Em sua obra *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Florestan destaca:

Acima de tudo, qualquer cientista social que se ajuste ao objeto de pesquisa, sem levar em conta o que a própria pesquisa representa no contexto histórico-social investigativo, arrisca-se a produzir conhecimentos “superficiais” e “irrelevantes” (Fernandes, 2008, p. 29).

Nesse sentido, ele vai inaugurar um novo estilo de pensamento sobre a formação da sociedade, vai utilizar a perspectiva histórica e da totalidade e desvelar as desigualdades, as relações de classes, e assim, passa a criar provocações para o pensamento brasileiro “Ao submeter o real e o pensado à reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismos, apanhando as diferentes

perspectivas dos grupos e classes compreendidos pela situação” (Ianni, 1996, p. 26). Afinado com essa perspectiva de pensar, não é difícil constatar que Fernandes queria modificar a maneira de pesquisar e compreender a formação social do Brasil e os impactos dessa formação frente à maneira que o capitalismo foi desenvolvido aqui.

Fernandes acreditava que os países periféricos deveriam ter seu próprio ponto de vista e não simplesmente aceitar se limitar à visão eurocêntrica, pois assim estariam contribuindo para a teoria geral do capitalismo. Ele queria entender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir da experiência dos excluídos no processo, discutindo o papel das classes populares como agente e paciente das transformações históricas.

Ele buscava uma explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico no modo de produção capitalista, e a fez a partir da perspectiva crítica, para compreender a formação social do Brasil e determinar de que maneiras as classes sociais se organizam para fortalecer ou lutar contra esse modo de produção (Fernandes, 2006, 2008). Florestan acreditava que as ciências sociais poderiam ajudar em uma mudança real e prática na vida da sociedade.

### **Características da dependência a partir de Florestan Fernandes**

A década de 1960 foi marcada pela ideologia do desenvolvimento, que influencia na maneira como as ciências sociais operam suas pesquisas. Essas teorias partiam de uma concepção evolucionista da história, pois consideravam que o subdesenvolvimento dos países periféricos passaria para um estágio de superação rumo ao desenvolvimento. Muitas dessas teorias ficaram conhecidas como “etapistas” e “cepalinas”, pois foram utilizadas por inúmeros

teóricos da CEPAL - Comissão Econômica da América Latina (Colistete, 2001; Prado, 2016; Coggiola, 2004).

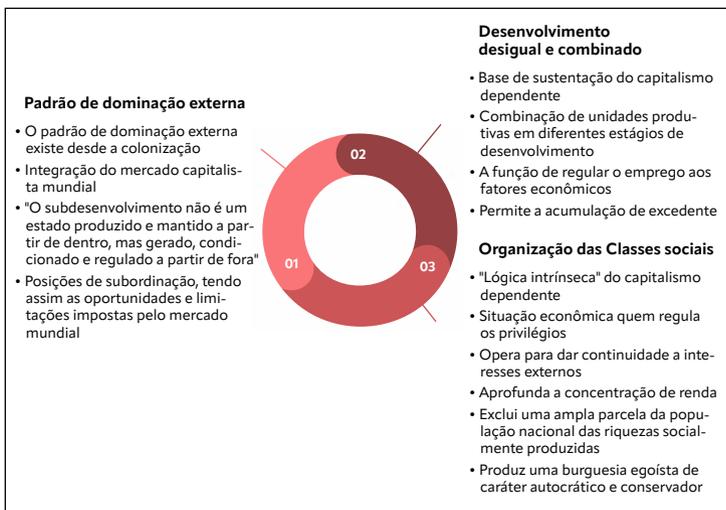
Para Fernandes, o Brasil sofria de uma dependência cultural por não conseguir construir uma cultura autônoma, desta forma, recebia a influência de países do eixo central do capitalismo, que tratavam a dependência como um estágio de atraso ao desenvolvimento. Colaborando com essa análise, Costa (2011), por sua vez, sustenta que essa ideologia não levava em consideração como os países centrais utilizavam o subdesenvolvimento dos países periféricos para acelerar o desenvolvimento dos países centrais.

Nesse sentido, Fernandes vai propor uma explicação para o Brasil e para o subdesenvolvimento a partir de uma nova perspectiva de análise. Segundo a perspectiva de Fernandes, o subdesenvolvimento não é um estágio do atraso, mas parte de um sistema de dependência, onde países subdesenvolvidos, como o Brasil, por sua formação histórica, possuem uma economia capitalista particular.

Vistos a luz do modelo original [implantado na Inglaterra], esses fatores (estruturais e dinamismos condicionados pela situação heteronômica das economias nacionais dependentes) podem parecer “distorções”, “carências” ou “deficiências”. Encarcerados em função dos dados de fato, porém, eles traduzem exatamente o que as coisas são e devem ser: fenômenos normais, que nascem da conjugação do “capitalismo moderno” como o “mercado mundial” a que ele deu origem (Fernandes, 2008, p. 37).

A partir das contribuições das obras de Fernandes, elencamos abaixo três pontos chaves que nos ajudam a compreender o subdesenvolvimento a partir da sua categoria de dependência.

**FIGURA 1.** Característica do capitalismo dependente, a partir de Florestan Fernandes



Fonte: Baseado nas obras: Fernandes (2008, 2009). Elaboração: Vasconcelos, 2022.

A primeira característica apresenta que, historicamente, no capitalismo dependente existe um padrão de dominação externa.

Para Fernandes, o padrão de dominação externa existe desde a colonização. Em seu livro, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008), vai fazer uma análise sociológica a partir da perspectiva sócio-histórico do Brasil, desde o funcionamento da sua economia no colonialismo dependente da metrópole portuguesa, passando pelo que ele chamou de neocolonialismo, segundo o qual os laços coloniais econômicos continuaram sendo apenas transferidos para a potência imperialista inglesa que, naquele estágio, já era um país com uma economia capitalista mais avançada.

No livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, encontramos uma análise da revolução dentro

da ordem, no sentido de que os sujeitos que atuaram socialmente na direção da “Independência” e do próprio processo de implantação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, faziam parte da elite político-econômica nativa, subordinados e fortemente comprometidos com a Coroa, o que favoreceu a uma secessão quase pacífica contribuindo para manter o caráter de “revolução encapuçada” de todo o processo (Gomes, 2021, p. 96).

Também encontraremos em sua vasta obra uma análise sobre o imperialismo norte-americano<sup>4</sup> na transição para o capitalismo monopolista, com o surgimento das multinacionais e da financeirização.

Em sua obra, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009), ele reforça esse padrão ao afirmar que “[...] países da América Latina são incapazes de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas” (Fernandes, 2009, p. 21). Segundo o autor, são os países de economia central quem vão determinar como e quando uma sociedade vai ser absorvida pelo modelo de produção através da mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos EUA.

Certeiramente, afirma que “o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido *a partir de dentro*, mas gerado, condicionado e regulado *a partir de fora*, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial” (Fernandes, 2008, p. 55).

Nessa direção, ele define que as economias dependentes se articulam em posições de subordinação, tendo assim as oportunidades e limitações impostas pelo mercado mundial. Portanto, são economias sem autonomia, com integração dependente aos países de economia central, executando a função de exportação de excedentes.

---

4 Que Florestan chamou de imperialismo total em seu livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009).

Revela ainda que para entender o Brasil é preciso compreender que aqui o desenvolvimento desigual e combinado é a base que sustenta o subdesenvolvimento.

Encontramos, portanto, em Florestan Fernandes a chave de leitura explicativa sobre o padrão de dominação burguesa no Brasil, cujo caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista faz com que, em suas origens, a burguesia preferiu se aliar às antigas classes dominantes e descartar qualquer possibilidade de um compromisso com os subalternos. Esse caráter reacionário decorre do fato da burguesia nacional se incorporar aos interesses das burguesias imperialistas, onde as alianças e o rearranjo entre a velha oligarquia e a burguesia industrial nascente favorece a conciliação de seus interesses (Gomes, 2022).

[...] As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente “abrissem” a ordem econômica, social e política, perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (Fernandes, 1976, p. 422).

Em nossos estudos, pudemos inferir que aqui no Brasil o desenvolvimento capitalista se deu a partir da combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento. Não houve o rompimento do agente arcaico, como aconteceu na Inglaterra, no Brasil ocorreu uma simbiose lenta e gradual entre estruturas arcaicas e modernas. Assim, a economia brasileira manteve as formas arcaicas ligadas às grandes oligarquias latifundiárias e integrou-se a outras mais modernas com a urbano-industrialização, criando assim um sistema produtivo diversificado que estabiliza o capitalismo dependente.

Em sua obra, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008), Florestan Fernandes, sustenta que essa integração do arcaico e do moderno é a base do tipo de capitalismo dependente desenvolvido no Brasil e nos países latino-americanos. “[...] A exploração dessas formas e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista” do agente econômico privilegiado” (Fernandes, 2008, p. 61).

Essa forma de unificar atividades econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento preenche a função de regular o emprego aos fatores econômicos, explorando ao máximo e em limites externos o único fator constantemente profuso, que é o trabalho. Esse processo permite a acumulação de excedentes, permitindo assim que as classes privilegiadas nacionais possam se integrar ao consumo das economias centrais e fomenta a expropriação de excedentes por esses países.

Outra característica revelada por Fernandes, para entender o subdesenvolvimento no Brasil, diz respeito à organização das classes sociais. O autor determina que compreender a organização de classes é entender a “lógica intrínseca” do capitalismo dependente. Assim, a dependência é resultado desse regime de classe contraditório.

Por exemplo, ao analisar o período histórico que marcou a nova ordem política institucional no Brasil em 1988-89, Fernandes, chama a atenção para o caráter conciliatório/corporativista instituído pelas forças políticas interessados na abertura democrática, defendendo a ideia de que conformaram a “base política para uma transição conservadora” (Fernandes, 1994, p. 121). Aponta que a dominação burguesa estava associada aos procedimentos autocráticos, enquanto resquícios do passado e inovação do presente, sobretudo porque naquele momento do país não havia constituição e expansão de procedimentos democráticos (Gomes e Souza, 2020).

Nesse sentido, a sociedade de classes tratada por Fernandes demonstra que a situação econômica é que regula os privilégios, condiciona os processos de concentração, poder e prestígio social, inclusive podendo monopolizar o controle do Estado.

[...] a classe social, só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação do Estado Nacional formalmente representativo (Fernandes, 2009, p. 41).

Essa estratificação de classes em países dependentes criou uma burguesia que funciona para organizar os interesses socioeconômicos que produzem as classes, opera para dar continuidade a interesses externos, aprofunda a concentração de renda e exclui uma ampla parcela da população nacional das riquezas socialmente produzidas.

É uma burguesia egoísta de caráter autocrático e conservador, assim, faz qualquer coisa para manter as suas estruturas de poder elitista, inclusive assumindo o controle político, através das estruturas do Estado, para impedir qualquer mudança. Florestan alerta que essa foi a maneira que a burguesia encontrou para sobreviver, pois vive com um medo permanente das mudanças vindas do ambiente interno (que aconteçam mudanças na estratificação social) e externo (a flutuação da economia em países de economia central), assim ela não enxerga nenhuma possibilidade de superação da dependência (Fernandes, 2008, 2009).

Essa leitura nos permite dizer que enquanto resquícios do passado e inovação do presente, a velha relação política se conserva através da aliança entre frações de classe da burguesia com as arcaicas

oligarquias que resistem no País, organizadas ao nível do Estado. E com isso, a dominação da classe burguesa se impõe, seja de forma autoritária ou democrática, constituindo a sua hegemonia baseada na sobreposição da força ao consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. É, por assim dizer, tarefa do Estado desorganizar e absorver continuamente as lideranças das classes subalternas por meio de seus aparelhos burocráticos, impedindo-as de ter maior expressão democrática na política nacional (Gomes, 2021).

Por isso, para Fernandes o subdesenvolvimento não é uma fatalidade histórica, mas uma escolha, produto da luta de classes. Uma escolha feita por uma burguesia que não consegue renunciar aos seus privilégios.

### Considerações finais

Uma leitura atenta do pensamento social brasileiro nos permitiu identificar o conjunto de determinações que se interpôs na sua formação social e a particularidade com a dinâmica do capitalismo mundial. Como se depreende do que foi tratado aqui, observamos que no período de formação do capitalismo brasileiro é recorrente o processo desigual e combinado no âmbito econômico, político e social, com um padrão histórico de desenvolvimento, marcado por uma sociedade controlada pela burguesia e pelo Estado.

Tentamos demonstrar os aspectos determinantes da dependência, com base nos estudos de Trotsky e Florestan Fernandes, e sintetizamos algumas características tratadas no texto:

i) O caráter desigual e combinado que integra estruturas econômicas arcaicas e modernas no Brasil é o que mantém o capitalismo dependente, o que inibe a possibilidade de um desenvolvimento autônomo; ii) o controle de dominação externa, juntamente com a

burguesia que não abre mão de seus privilégios, impede os trabalhadores de ter acesso a qualquer mudança na estratificação social, e simultaneamente impossibilita uma autonomia real do país.

A pesquisa nos permitiu inferir que no Brasil e na América latina o subdesenvolvimento é o tipo possível de capitalismo, marcado por seu caráter desigual e combinado, o que reforça o lugar dependente, precário, heterogêneo e controlado por interesses estrangeiros.

Dos nossos estudos, concluímos, portanto, que a inserção dos países latino-americanos no capitalismo mundializado, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista, apresenta peculiaridades próprias, que limitam a expansão do capitalismo no subcontinente.

## Referências

ARRIZABALO, M. X. *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. 2. ed. Madrid: Instituto Marxista de Economía (IME), 2016. 720 p.

CARDOSO, M. L. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, v. 10, p. 89-128, 1996.

CASTELO, R. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello de (org.) *et al. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 291-327.

COGGIOLA, O. Trótski e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. *Novos Rumos*, Ano 19, n. 42, p. 4-23, 2004.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, p. 21-34, 2001.

COSTA, D. V. A. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Bahia: UFRB, 2011.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio e interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

GOMES, C. M. C. *Crise e Dependência: fatores contra-restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*. Projeto de Pesquisa Produtividade/CNPq, 2023-2026, 42 f. 2022.

GOMES, C. M. C. Crise, Democracia Restrita e Golpe de 2016. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 57, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/129>. Acesso em: 02 jan. 2023.

GOMES, C. M. C.; SOUZA, A. K. N. *A inovação-restauração das formas democrático-burguesas como característica da revolução passiva no Brasil*. R. *Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 298-308, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p298>.

IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, v. 10, p. 25-33, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto - PIB*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/ PIB.php>. Acesso em: 02 jan. 2023.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Outubro*, v. 6, p. 73-80, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

LOPES, Thaís. *Relatório final de pesquisa*. UFPB, PROPESC. Edital 01/2020/PROPESC/Seleção de Projetos de Iniciação Científica 2020/2021- Modalidade PIBIC/CNPq/UFPB. Disponível em: <http://www.propesq.ufpb.br/propesq/contents/editais-e-chamadas/ edital-01>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PRADO, F. C. "Ainda sobre as questões do desenvolvimento...". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 45, p. 67-91, 2016.

TRÓTSKI, L. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

## O conservadorismo em ascensão no Brasil: ideologias dominantes e o patriarcado em processo

Leidiane de Souza Oliveira

### Introdução

A década de 2011 a 2020 foi marcada pelo que se caracterizou como um “fim de ciclo” do social-liberalismo, advindo da intolerância dos setores dominantes com o projeto de conciliação de classes quanto à transferência de renda para os mais pauperizados, o que culminou na ruptura com o projeto político e conciliatório petista por meio de um golpe que passou institucionalmente por *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e promovendo o então vice-presidente Michel Temer à Presidência da República, passando ele a representar o grupo politicamente ultraneoliberal cujo fortalecimento acarretou um contexto de aceleradas derrotas políticas e sociais, com destaque para a regressão de direitos que atingem os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Reside no período de 2011 a 2020, então, a perspectiva de hegemonização e fortalecimento dos grupos políticos dominantes, já envolvidos de modo menos acelerado em práticas e discursos de não aceitação das melhorias para a classe trabalhadora e da ocupação de espaços políticos (como conselhos, secretarias, ministérios), criados pela via governamental para sujeitos políticos

historicamente oprimidos, a exemplo das mulheres, da população LGBTQIA+, dos indígenas, das comunidades tradicionais, dos quilombos e das pessoas com deficiência, para citar alguns exemplos.

Ressaltamos que a ocupação do Poder Legislativo brasileiro ainda guarda uma profunda relação com a configuração da política brasileira tradicionalmente masculinizada, representada por famílias de latifundiários e empresários sob forte influência de valores religiosos de cunho intolerante com qualquer diversidade e perspectiva de transformação dessa estrutura, o que nos remete a uma retomada de traços constitutivos do conservadorismo que conferem novas formas de expressão, porém sob os mesmos interesses.

É nesse sentido que, para nós, só faz sentido entendê-lo no processo de disputas entre os grupos dominantes (paladinos do conservadorismo) e os sujeitos coletivos que se propõem a transformar a configuração histórica da política brasileira, o que, embora se expressem a partir de novas organizações (partidos, movimentos, bancadas parlamentares, mandatos e mandatas coletivos/as e grupos de diferentes naturezas), estão orientados por conflitos ora mais intensos, ora mais sutis.

Importante destacar, também, que, na contemporaneidade, as relações sociais entre homens e mulheres vão ser inflexionadas pelo modo como, concretamente, o conservadorismo e o patriarcado, nas suas formas de ser e enquanto complexos sociais históricos e distintos, vão se articular em ações e discursos ideológicos, impondo desafios conjunturais para as mulheres, sobretudo as trabalhadoras.

### **O conservadorismo no Brasil e sua ascensão no contexto das ideologias dominantes**

Não nos propomos a uma explicação ou reconstrução do conservadorismo clássico, mas partimos de sua conformação e das

continuidades que atravessam a sua configuração na contemporaneidade. Para um maior aprofundamento das investidas conservadoras contra as ideias iluministas e da Revolução Francesa, Escorsim Netto (2011); Ferreira e Botelho (2010) e Souza (2016) são boas fontes de consulta.

Nossa concordância em afirmar que o conservadorismo se expressa na contemporaneidade, mesmo reconhecendo suas expressões contemporâneas, é o fato de termos uma elite que se põe contrária a conquistas civilizatórias e emancipatórias que ampliem a cidadania. Daí porque reafirmam as opressões e se negam ao reconhecimento de suas necessidades a partir de políticas públicas, denotando preconceito, intolerância, racismo, machismo, xenofobia, dentre outros.

De acordo com R. Keller (2019, p. 104):

O que grava a sociedade brasileira neste começo de século XXI não é o antagonismo entre as classes trabalhadoras x empresários. A recodificação da luta de classes acompanha o grau de consciência dos integrantes da classe trabalhadora, denotando a visão de mundo que incorporaram diante das contradições sociais postas, muitas vezes mediadas pela grande imprensa aliada aos interesses do capital. Há uma comunhão de esforços subjetivos entre a ideologia dos empresários e a assimilação por integrantes da classe trabalhadora, que os une em torno da ideologia da dignificação pelo trabalho.

O caráter ideológico do conservadorismo se revela quando seus projetos elegem padrões considerados “o certo”, ao passo que negam a existência de grupos que não se enquadram nos padrões, tendendo a negar suas conquistas civilizatórias e emancipatórias e ganhando espaço em parte significativa da sociedade. E mesmo que se apresentem de modo mais ou menos ofensivo, ancorado em instituições

distintas em momentos históricos diferentes, resguardam essa raiz de defesa de privilégios e contraposição à ampliação de direitos.

Cabe, aqui, uma concordância com Iasi (2017, p. 380) quanto à afirmação de que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos de que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa.

É no âmbito das disputas entre os interesses dominantes (com destaque para sua dimensão patriarcal) e a resistência feminista classista e antirracista na segunda década do século XXI que, no âmbito da luta de classes, dão vida ao movimento histórico e conjuntural o qual consideramos um momento particular de um processo histórico mais amplo, não se configurando, para nós, em virtude disso, como uma “onda conservadora” (Demier, 2016), um “novo conservadorismo” (Lacerda, 2019) ou um “neoconservadorismo” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Recorremos, todavia, às contribuições desses/as autores/as, considerando a validade histórica dos elementos trazidos em suas análises que consideramos serem aspectos contemporâneos ligados a uma raiz do conservadorismo, enquanto ideologia da classe dominante, com variações de suas expressões em diferentes conjunturas.

Na formação sócio-histórica brasileira e na forma particular como o conservadorismo se constitui aqui, as mediações do patriarcado, do fundamentalismo religioso e de um Estado atrelado a interesses capitalistas internacionais se constituem enquanto aspectos centrais da conformação atual de processos políticos

antidemocráticos, antifeministas, racistas, LGBT fóbicos e intolerantes com pessoas consideradas fora de um padrão imperativo dominante imposto ao conjunto dos indivíduos, ou seja, o padrão masculino, branco e heterossexual.

Enquanto ideologia da crise, o conservadorismo cumpre uma função política importante, uma vez que se encontra circunscrito no movimento dialético entre produção e reprodução de modo que:

As ideologias predominantes de então, o liberalismo político e o liberalismo econômico – além do pragmatismo e do utilitarismo –, consentem no denominador comum segundo o qual o mercado é o protagonista do desenvolvimento socioeconômico e a garantia da livre-iniciativa individual é o requisito indispensável para o desenvolvimento dos países – uma ideologia certamente revolucionária se comparada ao obscurantismo teológico característico do mundo medieval (Souza, 2016, p. 105).

Ainda que objetivamente distintos, e, em alguns contextos, opostos em suas perspectivas, o liberalismo e o conservadorismo apresentam em comum a discordância quanto a qualquer possibilidade de permissão para avanços políticos que apontem para a ruptura com a ordem dominante. Ora com mais flexibilidade para reformas (social-liberalismo), ora mais intolerante, ambos se expressam simbioticamente no contexto político e social brasileiro das duas primeiras décadas do século XXI.

Resgatamos aqui uma contribuição de Suéllen Keller, quando a autora afirma:

Ainda que o típico posicionamento conservador esteja situado numa certa passividade e aceitação em relação ao que está posto, o conservadorismo costuma se manifestar de

forma eminentemente reativa. Ele se mantém presente nas subjetividades e na construção de movimentos contrarrevolucionários, mas uma das características centrais do conservadorismo é a de que ele se expressa de forma mais ofensiva quando há alguma possibilidade de transformação (Keller, 2019, p. 110).

É com base nesses elementos em comum que o conservadorismo moderno (Escorsim Netto, 2011; Ferreira e Botelho, 2010) deixa de corresponder a um pensamento intransigente na defesa do absolutismo, passando a se aproximar do liberalismo quando “[...] algumas reformas podem até ser admitidas, contanto que resultem de um longo processo de experimentação e não de uma ruptura radical com o passado” (Escorsim Netto, 2011, p. 9).

Historicamente determinado, o conservadorismo não pode ser transposto em sua forma clássica, expressando no Brasil traços peculiares que, nos anos 2000, adquirem notoriedades nas produções teóricas e ações políticas antidemocráticas, de fundo intolerante com a diversidade própria da população brasileira, e, acima de tudo, com as demandas da classe trabalhadora, cujas conquistas de direitos encontram ameaças contundentes.

A particularidade do conservadorismo no Brasil dos anos 2000 é uma articulação com a ideologia liberal e suas dimensões mais incisivas, unificando ao mesmo tempo a contraposição ao reconhecimento de direitos da classe trabalhadora e a intolerância à consolidação da cidadania de grupos historicamente oprimidos.

As bases dessa articulação são retomadas por Amanda Silva, quando a autora afirma que:

No Brasil, em tese, o Estado democrático de direito serve para assegurar o respeito às liberdades civis, os direitos humanos e as garantias fundamentais, através da força de lei

constitucional. Todavia, no capitalismo contemporâneo, monopolista, – representado por sua face neoliberal –, deslegitima o conjunto de direitos conquistado no ciclo democrático que encontra dificuldade para se solidificar e se ampliar em solo brasileiro. Entretanto, com o aviltamento de medidas conservadoras radicais aliadas ao neoliberalismo, é tendencial que a coerção seja também alargada para aqueles que mais requerem de políticas sociais para sobreviver neste modo societário [...] (Silva, 2021, p. 99).

No caso brasileiro, há uma histórica dificuldade de romper com os interesses elitistas no âmbito do Estado, havendo, mesmo para o caso de avanços como os da primeira década dos anos 2000, uma articulação das forças reativas tanto neoliberais como conservadoras e até das duas juntas, conforme apontamos no quarto capítulo.

Situado na luta de classes, o conservadorismo se relaciona com os interesses de manutenção de uma ordem societária globalizada, no sentido que Lukács ressalta:

Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente, a serviço de uma dominação sobre aqueles que são oprimidos [...] (Lukács, 2013, p. 133).

Nesse movimento, sob circunstâncias conjunturais específicas, o conservadorismo guarda uma relação política entre a contemporaneidade e alguns dos seus traços constitutivos apontados por Escorsim Netto (2011), que já eram evidentes no século XIX. Além disso, o conservadorismo encontra sujeitos e formas políticas representativas sob novas roupagens no Brasil do século XXI, embasando-se nos seguintes argumentos: "*1. Só são legítimas a autoridade*

*e a liberdade fundadas na tradição; 2. A liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita; 3. A democracia é perigosa e destrutiva; 4. A laicização é deletéria; 5. A razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; 6. A desigualdade é necessária e natural*" (Escorsim Netto, 2011, p. 60-63, grifos da autora).

Com base em tais elementos, é evidente que "[...] *o pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, rechaçando a cultura da ilustração e os traços mais salientes da modernidade [...]*" (Escorsim Netto, 2011, p. 60-63, grifos da autora).

Ao passo que o conservadorismo contemporâneo tenta impor uma nulidade das diversas identidades forjadas na formação sócio-histórica brasileira (negra, indígena, população rural, população LGBTQIA+), a forma como as demandas foram incorporadas pelas políticas social liberais, sobretudo de 2003 a 2015, apresenta um caráter de insuficiência em relação às demandas apresentadas, não tardando a serem desvalorizadas no discurso político e nas medidas institucionais na última metade da segunda década dos anos 2000.

É importante considerar, também, o fato de não haver uma oposição forte entre conservadorismo e liberalismo no Brasil atual, sendo necessário levar em conta as particularidades da formação social brasileira e a funcionalidade do processo de colonização e sua intransigência e traços contínuos, mesmo na pós-independência. Destacamos, nesse sentido, nossa concordância com a análise de Eagleton (1997, p. 49) sobre a ideologia, sobre a qual ele afirma que:

A sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores dos seus deveres e inteligentemente conformistas, que alguns consideram típicos apenas da fase "clássica" do capitalismo; só que esses modos particulares de subjetividade entram em conflito com as formas

bastante diferentes da condição de sujeito apropriada a uma ordem “pós-modernista”, e essa é uma contradição que o próprio sistema é incapaz de resolver.

Resguardadas as mediações históricas, os aspectos liberais e conservadores contemporâneos estimulam um individualismo exacerbado em lugar do humanismo; ou substituem o historicismo por uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata; além de fazer isso apelando para o irracionalismo em lugar da razão dialética (Coutinho, 2012).

De modo particular, os argumentos supracitados incidem na vida e na história das mulheres, o que confere um caráter patriarcal ao modo como o conservadorismo se impõe.

### O patriarcado como parte do processo ideológico conservador

O conjunto de regras e relações opressoras historicamente naturalizadas na vida das mulheres pode ser tensionado pela laicização do Estado e pelo uso da razão crítica e seus questionamentos aos fundamentos patriarcais.

Nessa mesma direção, Ferreira e Botelho (2010, p. 12) destacam as investidas do conservadorismo contra teorias e ações progressistas desde o século XVIII, considerando que “[...] o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na idade média”.

No tocante aos anos 2000, sobre algumas das investidas conservadoras recentes no Brasil, Amanda Silva (2021, p. 102-103) destaca:

Em novembro de 2019, Guedes mencionou a possibilidade de um AI-5 (Ato Institucional nº5) diante das insurgências populares que saíssem do *controle*. Sua simpatia à ditadura

militar não se limita à história brasileira de 1964 a 1988, mas à ditadura de Pinochet no Chile, na qual normas neoliberais foram a assinatura do ditador, aplaudida por Guedes, transformando-se na primeira experiência do funcionamento neoliberal apadrinhada pelos Estados Unidos.

A ameaça às instituições democráticas embasa frequentemente a radicalização das medidas regressivas tanto em relação aos direitos como em relação ao reconhecimento das liberdades e da diversidade, conforme pode ser verificado após o golpe parlamentar de 2016.

Partimos do patriarcado como definido pelo feminismo desde os anos 1970, configurando “[...] uma relação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens” (Delphy, 2009, p. 173), cujas expressões contemporâneas, como veremos, comportam mediações importantes com a luta de classes, com o Estado e com o fundamentalismo religioso.

É, portanto, mais do que uma relação pessoal de poder, como aparece em autores como Weber (2004) e Freyre (2003), cujo poder do pai no espaço da família tradicional e, no caso do Brasil Colonial, é a instância reguladora das relações. Nos apoiamos na análise feminista do patriarcado enquanto “[...] uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida” (Saffioti, 2004, p. 105).

De acordo com essa autora, trata-se, portanto, de uma “[...] estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independente da figura humana singular investida de poder” (Saffioti, 2004, p. 102). Desse modo:

Não se trata de uma relação privada, mas civil; Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem

restrição; Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; Tem uma base material; Corporifica-se; Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2004, p. 57-58).

Sendo assim, a determinação patriarcal nas “relações sociais de sexo” (Devreux, 2005; Cisne, 2014) ou nas “relações patriarcais de gênero” (Saffioti, 2004; Almeida, 2017) se expressa nas desigualdades vivenciadas pelas mulheres, de modo particular pelas mulheres trabalhadoras e negras.

Concretamente, isso vai resultar em propostas legislativas que se somam ao Estatuto do Nascituro, datado de 2007, ao Estatuto da Família (PL nº 6583/2013), que visa restringir a família a casais heterossexuais; ao Projeto de Lei nº 5069/2013, que visava criminalizar o aborto, decorrente de qualquer motivação, sendo colocado como um retrocesso para a luta das mulheres; e ao Projeto Escola sem Partido (PL nº 7180/2014), uma proposta para eliminar qualquer debate sobre a história das relações entre os gêneros masculino e feminino e a diversidade sexual e de gênero, inclusive com uma perspectiva criminalizante para professores/as que abordem esses conteúdos. Sob o argumento de neutralidade política no ambiente escolar, esse projeto foi recolocado na agenda legislativa em 2019 por meio de uma versão conhecida como 2.0 – o PL nº 246/2019, proposto pela deputada federal Bia Kicis, do Partido Social Liberal (PSL).

A relação dialética entre economia e política, tendo o trabalho enquanto mediação de primeira ordem, constitui-se no fundamento para a apreensão das relações particulares, que se revelam no atual fortalecimento da direita, do projeto neoliberal e do crescente terreno conservador no Brasil.

Do ponto de vista da teoria social e do movimento de ruptura com a razão dialética no século XX, a pós-modernidade, enquanto corrente de pensamento, condensa traços que a legitimam como sustentação teórica do conservadorismo. Não há dúvidas de que o trato teórico de fenômenos na sua aparência, bem como a ruptura com a racionalidade crítica que a caracteriza, permitem considerar que existe um traço conservador em sua constituição, o que não pode apontá-la como uma identidade do conservadorismo. Tratando da incidência política do pós-modernismo, Anderson (1999, p. 26-27) destaca que, conforme Hassan e sua influência enquanto teórico pós-modernista:

Quanto à política, as velhas definições perderam praticamente todo significado. Termos como “esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução, materialismo e idealismo” tornaram-se quase inúteis, a não ser para perpetuar o preconceito.

Harvey (2014, p. 301), em uma análise contundente da condição pós-moderna e sua incidência histórica nas variadas dimensões da vida social (política, cultura, tempo, arquitetura, ciências sociais, etc.), considera que:

Os termos do debate, da descrição e da representação são com frequência tão circunscritos que parece não haver como escapar de interpretações que não sejam autorreferenciais. É convencional nestes dias, por exemplo, descartar toda sugestão de que a “economia” (como quer que se entenda essa palavra vaga) possa ser determinante da vida cultural, mesmo (como Engels e Althusser sugeriram) “em última instância”. O estranho na produção cultural pós-moderna é o ponto até o qual a mera procura de lucros é determinante em primeira instância.

A inflexão pós-moderna no debate da desigualdade que marca as relações patriarcais entre os gêneros tende a tratar a questão como um fenômeno ahistórico, quando não alheio às determinações de classes, de modo que, a partir dos anos 1980, as desigualdades e suas distintas configurações, como a violência, a divisão sociossexual do trabalho e a intervenção política de sujeitos feministas, vêm sendo abordadas como relações individuais de poder, questões de identidade e de diferença, ou tem se buscado justificá-las como escolhas transitórias no âmbito das subjetividades.

Corroboramos que a investida no discurso da diferença constitui-se uma estratégia de cooptação da direita, de base antirradical e irracional, que acaba influenciando na fragmentação das bandeiras de luta da classe trabalhadora, como nos adverte Pierucci (2013, p. 127), referindo-se à incorporação da diferença na teoria feminista como algo que, para ele, “[...] a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença”.

Outra investida da pós-modernidade no campo das relações patriarcais entre os gêneros (ou relações sociais de sexo) é abordá-las a partir da *identidade*, com um viés desestorizador.

Uma crítica a essa perspectiva identitária das relações sociais e da política, a partir de demandas individualizadas, é realizada por Haider (2019). Em sua análise da relação dos movimentos negros com a identidade, ele define a política identitária como “[...] a *neutralização* de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas” (Haider, 2019, p. 37, grifos do autor).

Sendo funcional ao modo como a governabilidade e os interesses das elites incorporam ao seu modo as demandas da classe trabalhadora em seus movimentos identitários, as políticas identitárias

cumprem, também, a função de distanciar uma verdadeira e necessária transformação nas condições desiguais de vida, próprias de uma sociedade de classes. Para Haider (2019, p. 49):

Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente.

Conforme afirmam Ferreira e Botelho (2010, p. 12-13):

[...] A avaliação do passado colonial parece ser uma questão-chave, e espinhosa, que o pensamento conservador brasileiro deve enfrentar. [...] por outro lado, diferente de outros países da América ibérica, no Brasil houve relativa continuidade em relação à situação colonial no pós-independência, tanto em termos políticos, com a permanência da monarquia encabeçada pelos Braganças, quanto socioeconômicos, com a persistência da escravidão, do latifúndio, da agricultura de exportação.

Expressões contemporâneas desse continuísmo são evidenciadas por inúmeros casos de trabalho em situação análoga à escravidão descobertos e revelados constantemente, pelo genocídio da população negra sob a violência policial, particularmente em comunidades periféricas, evidenciando o encarceramento de uma população majoritariamente negra.

Se é possível operar com uma revisão do pensamento conservador no Brasil, é também necessário nos questionar que práticas políticas e que sujeitos são sustentados por esse pensamento e ao mesmo tempo o sustenta, tendo em vista que:

É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (Ferreira e Botelho, 2010, p. 12).

Nesse sentido, o viés conservador dos sujeitos elencados aqui como representantes do conservadorismo, que serão melhor analisados no próximo capítulo, revelam as características destacadas acima, além de difundirem o patriarcado como via de conservação das relações sociais.

A Bancada Evangélica, por exemplo, se utiliza dos discursos religiosos para enquadrar as lutas das mulheres feministas, especificamente contra a legalização e descriminalização do aborto; o Projeto de Lei Escola sem Partido, por sua vez, se contrapõe a uma concepção da educação enquanto política pública que pode contribuir para a construção de relações igualitárias. Da mesma maneira, o MBL aglutina pautas conservadoras e neoliberais, recorrendo a um conjunto de teóricos que são suas referências e organizando intervenções públicas que atacam o igualitarismo, mesmo aquele meramente formal.

Recorrendo à miséria da razão, à defesa da propriedade privada e da meritocracia, se contrapondo às perspectivas progressistas e evidenciando certa ojeriza ao comunismo e ao marxismo, corroboramos que o conservadorismo, em suas expressões contemporâneas no Brasil – mais difundido como neoconservadorismo, tendo como um de seus traços “[...] o reestabelecimento ou o (re)fortalecimento dos princípios religiosos como fundamento do comportamento moral

dos indivíduos” (Eufrásio, 2019, p. 84) –, além de representar uma parcela da direita brasileira, representa, também, “[...] o ideário que hegemonizou a direita e levou Bolsonaro à presidência” (Lacerda, 2019, p. 17).

Algumas análises como a de Biroli (2017) apresentam a concepção de que há um casamento entre o conservadorismo e o liberalismo no Brasil atual, que se expressa enquanto um “[...] reacionarismo moral conservador que se estabelece nas investidas correntes contra a agenda mais ampla dos direitos humanos e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados” (Biroli, 2017, p. 24-25).

É nesse sentido que as políticas e o conjunto de direitos sociais na segunda década dos anos 2000 não se distanciam das medidas sociais liberais da primeira década, adentrando um período de acelerada regressão, que, ao mesmo tempo, atendem às elites representantes do conservadorismo e do ultraliberalismo.

### Considerações finais

A ideologia da classe dominante é acionada como uma forma de convencimento, visando tanto se impor por meio de coerção como estabelecer consensos em seu favor. É um modo constantemente atualizado de incidir sobre os valores da classe trabalhadora, de modo que, quanto maior a necessidade de venda da força de trabalho para se reproduzir, mais essa classe carece de mediações e reflexões para o exercício da consciência de classe em si e classe para si.

Obviamente, a classe trabalhadora encontrará, dado seu potencial político organizativo, novas estratégias de organização e incidência, apesar dos desafios encontrados mediante a acentuação da exploração e da flexibilização. Entretanto, esses achados se darão sempre em condições mais adversas – objetiva e subjetivamente –, superando

ideologias tais como a colaboracionista, a do “patrão de si mesmo” a da “adequação de seu próprio tempo”, dentre outras.

São as condições objetivas que obstaculizam o desenvolvimento das capacidades humanas, que afetam a organização coletiva consciente sob mediações culturais, políticas e educacionais, que, uma vez desenvolvidas de modo desigual, subalterno e imediato, favorecem a miséria da razão, ainda que, ontologicamente, homens e mulheres sejam dotados de suas capacidades reflexivas críticas.

Nesse sentido, por ter como motivação central a contraposição aos avanços progressistas políticos e sociais da modernidade, o conservadorismo, embora recorra aos avanços econômicos e tecnológicos, opera como um importante aliado da miséria da razão, colaborando para a disseminação de valores retrógrados e até reacionários dos quais o patriarcado passa a estruturar discursos antifeministas, orientar práticas de sujeitos políticos e de instituições estatais, e, aliado ao racismo, incide não só nos comportamentos e valores, mas também no cotidiano da vida das mulheres brasileiras.

Como demonstramos, está posta uma ofensiva antifeminista que, para se impor enquanto um valor coletivo, fortalece o patriarcado, reforçando um lugar de naturalização e necessária manutenção da desigualdade das mulheres como uma dimensão que sustenta o conservadorismo político nas suas expressões contemporâneas e que recorre à irracionalidade para se sustentar.

A partir de então, temos uma década cuja vitória dos grupos dominantes e ideologicamente conservadores (e patriarcais) se impõem sucessivamente, desde a infiltração de grupos antipartidários e contrários à organização popular de esquerda, nas mobilizações de 2013, passando pela polarização e pelo descrédito popular nas eleições de 2014 e pelo processo de destituição do mandato da presidenta Dilma em 2016, coroada nas eleições de 2018 com a eleição

do então presidente Jair Bolsonaro, expressão da articulação entre a irracionalidade e a ascensão do conservadorismo, com destaque para os discursos e as posturas patriarcais do governante e um plano de governo de base antidemocrático e antidireitos.

## Referências

ALMEIDA, J. P. *Organismos internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BIROLI, F. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: BUENO, W. et al. (org.). *Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 17-26.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2014.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.

DEMIER, F. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. Introdução. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 9-24.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo, 1997.

EUFRÁSIO, A. *Expressões do conservadorismo moral na atualidade: a culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*. 2019. 242 f. Tese (Dou-

torado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

IASI, M. De onde vem o conservadorismo? In: IASI, M. *Política, estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017. p. 379-388.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. Introdução. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010. p. 11-22.

HAIDER, A. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Veneta, 2019.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 25. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

KELLER, R. J. *A ofensiva do conservadorismo: luta de classes e crise do socialismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 2 v.

KELLER, S. B. *A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 1 v.

LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PIERUCCI, A. F. *Ciladas da diferença*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, A. O conservadorismo brasileiro na atualidade: sua filiação à agenda neoliberal. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2021.

SOUZA, J. M. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora UNB, 2004.

## PARTE II

### CRISE, TRABALHO E PRECARIZAÇÃO

## Reprodução do capital sob hegemonia financeira e as novas determinações do trabalho no pós-2008

Fabiana Alcântara Lima

### Introdução

As crises são etapas necessárias à acumulação do capital e da sua imanente capacidade de reprodução. Dito de outro modo, o capitalismo não sobrevive sem crises. Na obra de um dos mais proeminentes intelectuais do pensamento moderno, não há formulação acabada sobre as crises em um texto específico. As proposições marxianas transitam ao longo do edifício *teórico* de sua elaboração máxima *O capital*, subdividido em três livros, além do livro IV, intitulado *Teorias da Mais-valia*. O que permitiu certa flexibilidade analítica radicada na lógica de compreensão de suas partes como uma unidade contraditória, desde as determinações gerais até as particulares, do modo de produzir e de se reproduzir da sociedade capitalista.

É em seu terceiro livro, especificamente, dos capítulos XXI a XXVI<sup>1</sup>, que o pensador desenvolve de modo mais sistemático a

---

1 Destacamos, especificamente, o capítulo em que Marx retoma a sua análise sobre o dinheiro e suas funções parasitárias ou, se preferirmos, sobre o *capital portador de juros*, forma desenvolvida do capital fictício.

sua teoria da crise. Ainda que a investigação da produção de mercadorias tenha sido o ponto de partida de Marx, as análises sobre os fenômenos monetários ganham centralidade no debate marxista contemporâneo sobre a crise e a sua ofensiva contra o trabalho. Distintas atividades, situadas na esfera dos serviços, aparecem deslocadas da produção de mercadorias, reatualizando debates que põem em xeque a teoria marxiana do valor<sup>2</sup>. No livro *O privilégio da servidão*, Ricardo Antunes (2018) sugere que essa tendência é parte da nova era digital-informacional, que deixa de ser exceção para se tornar regra e fonte geradora de mais-valor.

As contribuições subscritas neste texto fazem parte das reflexões suscitadas durante a retomada crítico-investigativa em torno das tendências contemporâneas do trabalho e a sua relação umbilical com a crise capitalista<sup>3</sup>, tendo como marco teórico-analítico a deflagração da crise de 2008. Argumentamos que a crise contemporânea expressa por diferentes formas de valorização do capital potencializa, em grande magnitude, as relações de precarização do trabalho associadas ao endividamento da classe trabalhadora, constituindo mecanismo de reprodução do capital, sob o domínio rentista. No decênio pós-2008, o capital necessita cada vez mais de respostas que não só garantam a recuperação de suas taxas de lucro e extração de

---

2 Também indicamos a coletânea de pesquisas presentes no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II* organizado por Ricardo Antunes, em que apresenta divergências em relação às teses do filósofo alemão Jürgen Habermas nos livros *A nova obscuridade* (1989) e *Teoria do agir comunicativo* (1991). Também dialoga criticamente com as análises de André Gorz nos livros *O imaterial* (2003) e *Metamorfozes do trabalho* (2005), que também aparecem nas edições subsequentes.

3 Refere-se ao Projeto de Tese intitulado *Para a crítica do empreendedorismo: uma contribuição a partir do debate marxista sobre a Crise capitalista*, que objetiva analisar o fenômeno do empreendedorismo como tendência da reprodução do capital, sob orientação do professor Dr. Marcelo Braz Moraes Reis (PPGSS/UFRN).

mais-valor, mas também de mecanismos ídeo-políticos que buscam legitimar suas necessidades de reprodução, transferindo para o trabalhador os custos com meios de produção e força de trabalho.

Metodologicamente, utilizou-se neste texto uma pesquisa bibliográfica que recupera algumas teses do debate marxista sobre a crise, com ênfase na função do crédito ao processo de reprodução do capital. O debate será auxiliado por dados sobre a temática, a partir de relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) e da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da CNC (2023), buscando problematizar as contradições da reprodução do capital sob a hegemonia financeira, a partir da crítica da economia política em Marx. Concomitantemente, buscamos compreender as particularidades da ofensiva contra o trabalho nos países latino-americanos, em especial, no Brasil.

No que se refere ao debate marxista sobre o fenômeno da crise e suas diferentes tradições teóricas, priorizaremos o recurso às categorias da obra marxiana, que nos oferece indicações metodológicas decisivas ao estudo da crise do capital, à saber; *reprodução do capital*, *capital social total*, *capital fictício e valor*. Além dessas indicações trabalhadas nos livros I, II e III de *O capital*, também tomamos como referências pensadores da tradição marxista, com destaque à recuperação das análises leninistas sobre o imperialismo clássico.

### **Trabalho e reprodução do capital: tendências da crise sob hegemonia financeira**

A crise estrutural que começamos a experimentar em meados dos anos 1970 do século XX, com o aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, através da expansão do mercado

financeiro e das altas taxas de juros, fez requerer do grande capital medidas de ajustes com vistas à reestruturação da economia mundial. O capital dispõe de meios variados para a sua realização na esfera do consumo, uma vez que o objetivo é encurtar ao máximo o seu tempo de rotação, articulando *capital produtivo, comercial e monetário*.

Podemos dizer que no âmago da crise encontra-se a acumulação de capital e suas necessidades variáveis de expansão, a partir da aplicação de mais-valor ao processo produtivo. Em seu primeiro livro, Marx demonstra que o valor é determinado pela proporção constante e variável de capital, sempre suscetíveis a modificações. Assim, só é possível pensar acumulação a partir do momento em que o capitalista investe na compra de meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável). A essa dinâmica o pensador denominou *composição orgânica do capital* ( $q$ )= $c/v$ . Ao valorizar por meio do trabalho vivo o valor constante do trabalho morto, através do aumento da produtividade do trabalho, o objetivo da produção capitalista alcança seu fim. Há, no entanto, uma tendência à redução da composição orgânica do capital, particularmente, em períodos de crise.

Desse modo, temos que a capacidade da força de trabalho produzir valor no processo produtivo, mediante o trabalho assalariado, se constitui necessidade primeira da acumulação. Quanto mais extração de mais-valor do processo produtivo, maior é a capacidade de reprodução do capital. Mas a possibilidade do capital valorizar-se não se encerra nela. “As leis dessa centralização dos capitais ou da atração do capital pelo capital não podem ser desenvolvidas aqui. Bastará uma breve indicação dos fatos”, advertia Marx (2010, p. 459) ao tratar de uma das mais importantes leis da sua obra magna. Quando formulou a *Lei geral da acumulação capitalista* subscrita no capítulo XXIII do seu primeiro livro, Marx já indicava sinais da estagnação da

concentração e centralização dos capitais individuais nos pólos industriais, ao assinalar que o sistema de crédito “se converte numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para a centralização dos capitais” (Marx, 2010, p. 459). O pensador cita como exemplo o seu potencial no desenvolvimento das forças produtivas – digam-se, os novos estabelecimentos industriais, novas máquinas, transportes, etc.

É somente nos livros II e III que Marx aprofunda suas análises de modo a desvelar as leis de produção e de reprodução do capital enquanto unidade indissociável, ao buscar “a conexão real entre os ciclos dos capitais individuais como conexão dos movimentos parciais do processo de reprodução do capital social total” (Marx, 2014, p. 179). As crises se manifestam, expressamente, quando o *movimento total do capital* é interrompido na esfera da reprodução. Somente em articulação com ela o capital produtivo consegue desenvolver mecanismos de contratendência à crise, conforme examinou Marx no capítulo IV do seu segundo livro.

No referido capítulo, ao tratar das três figuras do processo cíclico do capital, Marx explica que o seu *movimento de rotação* é interrompido diversas vezes, em diferentes estágios, provocando modificações nas formas do capital produzir e se reproduzir com vistas à acumulação. Nessa direção, compreender a reprodução do capital em Marx, implica considerar o *capital social total* representado pelas formas capital produtivo, capital monetário e capital mercadoria, que constitui sua grandeza plena de valor. Ou seja, a acumulação que se cumpre na circulação só pode ser pensada a partir da conexão entre os três ciclos. E para dizê-lo nas suas próprias palavras:

O capital, como valor que valoriza a si mesmo, *não encerra apenas relações de classes*, um caráter social determinado e que repousa sobre a existência do trabalho como trabalho

assalariado. Ele é um movimento, um processo cíclico que percorre diferentes estágios e, por sua vez, encerra três formas distintas do processo cíclico. Por isso ele só pode ser compreendido como movimento, e não como coisa imóvel [...]. O valor percorre aqui diferentes formas, diferentes movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumentando de tamanho [...]. Os movimentos do capital aparecem como ações do capitalista industrial individual na medida em que ele funciona como comprador de mercadorias e de trabalho, vendedor de mercadorias e capitalista produtivo, ou seja, na medida em que, por meio de sua atividade, serve de mediação ao ciclo (Marx, 2014, p. 184).

Nessa passagem, há duas questões que consideramos heurísticas para a compreensão das determinações da crise e as formas aparentes de valor. Ao afirmar que o capital *não encerra apenas relações de classes* determinadas pelo trabalho assalariado, Marx sugere que a esfera da circulação – mesmo não sendo espaço produtor de mais-valor – se constitui potencial espaço de realização de valor e *locus* privilegiado de valorização do capital, suposição que segue sendo afirmada no capitalismo contemporâneo. A segunda, é que ainda que as proposições marxianas acerca de seus “esquemas de reprodução” tenham sido objeto de inúmeras polêmicas no debate marxista sobre a crise<sup>4</sup>, o pensador já indicava pistas sobre o modo como a força de trabalho se oculta nas formas autonomizadas de valor. As crises, nesse aspecto, se constituem como elemento fundante no

---

4 Ganham destaque as críticas de Rosa Luxemburgo presentes na obra *A acumulação do capital* (1913). Nos termos de Rosa, Marx não deu a devida atenção aos processos situados fora das cadeias da produção de valor, centralizando suas atenções aos capitais individuais. A partir dessa crítica, estaria sendo delineada a sua teoria do subconsumo..

comando das formas de reprodução do capital. Veja-se a anotação de Rosdolsky (2001, p. 319):

Em agudas contradições, crises, convulsões, se evidencia a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às relações de produção em vigor. A violenta aniquilação do capital [nas crises], não por circunstâncias alheias a ele mas como condição de sua autoconservação, é a forma mais contundente de aviso para que ele desapareça e dê lugar a um estágio superior de produção social.

O objetivo dessa forma de organização que tem como predomínio a formação e expansão dos monopólios será o de obter *superlucros*<sup>5</sup>. Pensemos na formação dos trustes e carteis e no controle do capital pelos bancos (*oligarquia financeira*). Merece destaque a *forte influência internacional antidemocrática*<sup>6</sup> da organização monopólica no estágio imperialista, em meados do século XX.

A tendência à financeirização do capital, que caracteriza o capitalismo contemporâneo, tem como marco histórico a transição do século XIX para o século XX, com a passagem do capitalismo em que predominava a livre concorrência para um capitalismo em que predominam os grandes monopólios financeiros e empresariais. Estágio também conhecido como Imperialismo, cujos determinantes continuam vigentes no século XXI, sob novas condições.

A transição remete aos estudos apontados originalmente por Hilferding em seu livro *O capital financeiro* (1985), também analisadas por Lênin no clássico ensaio *O Imperialismo, fase superior do*

---

5 Todos os lucros superiores à taxa de lucro social média.

6 Não menos importante é destacar o papel que tiveram as empresas norte-americanas controladas por essa oligarquia na implantação dos regimes ditatoriais na América Latina.

*capitalismo* (1916) e por Rosa Luxemburgo (1913) em *A acumulação do capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tais estudos permitem afirmarmos que o capital financeiro potencializou em grande magnitude as contradições capitalistas.

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de "poder" financeiro em relação a todos os restantes (Lenin, 2019, p. 45).

A interpretação leninista sobre o imperialismo em sua fase clássica, se manifesta na iminência da primeira guerra imperialista. Nela, constrói-se um complexo de determinantes do que viria a se tornar uma crise mundial. Ao encontrar dificuldades para realização do valor (venda de mercadorias), empresários de diversos setores produtivos passam a adotar mecanismos para conter a tendência à queda da taxa de lucro, seja através da fixação de um preço superior ao preço de mercado (*preço de monopólio*), seja através da significativa apropriação do excedente econômico – diga-se, da parcela de mais-valor produzida pelos trabalhadores assalariados e não assalariados.

Essas contradições são expressas, particularmente, na elevação do grau de exploração da força de trabalho enquanto mecanismo de contratendência à queda das taxas de lucro dos investimentos industriais, em particularidades e proporções distintas, desde as crises do início do século XX, até a crise de 1929 e, posteriormente, a crise do final da década de 1970. No capitalismo contemporâneo, a rápida recuperação das instituições bancárias frente ao colapso

financeiro nos EUA em 2008 e, como consequência, o endividamento crescente dos trabalhadores –, ratificam o potente mecanismo que o crédito se tornaria em face das necessidades de reprodução do capital.

### O colapso financeiro de 2008 e as novas determinações da produção global

Na seção anterior preocupamo-nos em concatenar algumas teorias que norteiam a compreensão da crise contemporânea examinadas por Karl Marx e alguns pensadores marxistas que o sucederam, particularizando o debate sobre o imperialismo, decisivo à compreensão da crise contemporânea, em que o dinheiro assume novas funções no processo de reprodução do capital. Aqui faremos uso, em especial, do Livro Terceiro, em que Marx desenvolve a sua teoria do *capital fictício*, categoria fundamental à compreensão da crise deflagrada nos Estados Unidos em 2008 e suas manifestações, hegemonicamente financeiras.

Quando ainda inexistia o caráter internacionalizado do capital, o filósofo estudou os fenômenos monetários e o processo de produção de valor implícito nas relações financeiras, demonstrando que nem modificando as formas assumidas no processo de valorização se altera a insaciabilidade do capital pela extração de mais valor, a cada novo estágio de sua reprodução ampliada. Ou seja, mesmo no ciclo de valorização comandado pelo dinheiro, a relação-capital se submete à produção de mais-valor.

O economista francês François Chesnais no livro *A mundialização financeira* (1998) parte do suposto da hegemonia financeira como *pedra angular* das tendências essenciais da internacionalização do capital. Nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial, a

livre flutuação de capitais consagrou o sistema *Bretton Woods*<sup>7</sup>, um *sistema monetário internacional* dominado pelo dólar.

A quebra de barreiras políticas dos países periféricos, processo também conhecido como desregulamentação e liberalização dos mercados sob a hegemonia norte-americana, tornou-se fundamental à refuncionalização do sistema de crédito (política monetária), especialmente, a partir da década de 1990, tornando-se objeto de análises que evidenciam o caráter reificado do capital. Ao assumir uma “forma fetichista consumada da circulação de capital” (Chesnais, 1998, p. 169), o dinheiro capital assume uma função central no processo de reprodução do capital, tal como tratou Marx especialmente nos capítulos XXI a XXVI do seu terceiro livro.

As manifestações fenomênicas da crise, portanto, expressam o caráter reificado do capital. Tais expressões são trabalhadas com rigor no livro *Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*, em que Marcelo Braz (2016), tendo como horizonte os impactos da crise de 2008 na realidade portuguesa, busca desvelar a sua essência se valendo da crítica marxiana e marxista. O autor parte do suposto da crise como expressão de *contradições concentradas*, “relacionadas ao problema do valor, à sua criação no processo produtivo e à sua realização no processo de circulação” (Braz, 2016, p. 30).

Sob tais circunstâncias, essa nova dinâmica de acumulação que modificou a finalidade do processo de valorização do capital por intermédio da mercadoria dinheiro, só pode existir, teoricamente, destruindo valor de uso. No plano concreto, significa menos força trabalho ou mais desemprego, conforme analisa Braz (2016,

---

7 Como estratégia de superação da crise de 1929, o *Bretton Woods* proporcionou o crescimento econômico do pós-guerra, e 23 anos depois da dissolução desse sistema, por decisão unilateral dos EUA em 1971.

p. 33-34) ao trazer que “Ao não encontrar a rentabilidade esperada nos espaços produtivos se voltaram para atividades financeiras, ampliando sua atuação nas esferas não produtivas”. O autor ainda destaca que a condição de superacumulação, predominante no contexto atual da crise, é impensável sem os determinantes da produção.

Nas suas lições sobre a lei do valor, Marx (2010) demonstra as formas multifacetadas do processo de transformação do dinheiro em capital, que tem como ponto de partida a produção do excedente econômico, identificado em sua grandeza como mais-valor e extraídas da produção e circulação de mercadorias, até a forma específica assumida pelo capital como portador de juros, definido com suas próprias palavras, como um “[...] capital vadio, à espera de aplicação” (Gomes, 2020).

Tratam-se de novas determinações da produção global e expressa a relação estabelecida entre capital produtivo e o que Marx no capítulo XXI denominou *capital fictício*, forma desenvolvida do capital portador de juros. Segundo Chesnais (2005, p. 35), “esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos [...]”. Grosso modo, podemos dizer que a análise do capital fictício está no centro do debate sobre a crise contemporânea.

Quando Marx desenvolveu a teoria do *capital fictício*, o ouro se colocava como lastro do equivalente geral de troca, o dinheiro. Ou seja, equiparava-se a cédulas de dinheiro, tal como conhecemos. Recordem-se a comercialização de dinheiro, durante as rotas comerciais no interior da Europa, dos séculos X e XI, que fez surgir a necessidade dos bancos. No capítulo assinalado anteriormente, o capital fictício é identificado sob as formas *capital bancário*, *dívida pública* e *capital acionário*.

Na medida em que o dinheiro representa o valor, como medida de valor e equivalente geral de troca, mesmo que a forma preço dele se afaste e se autonomize, a busca por fazer dinheiro sem passar pelas agruras da produção se impõe e, se a ela não se colocam obstáculos, ela assume a forma de *capital fictício hipertrofiado* (Marques e Nakatani, 2009). A deflagração da crise financeira em 2008, portanto, conduziu ao aprofundamento da contradição produção/apropriação de valor, sob o comando do capital fictício, haja vista a dificuldade do capital assegurar valorização da massa total de capital acumulado. Ou seja, investe-se menos capital ao nível da produção.

A primeira manifestação dessa crise ocorreu na esfera financeira, não por acaso, nos Estados Unidos, país onde se desenvolveu um maior grau de capital fictício, a partir do colapso dos empréstimos *subprime*<sup>8</sup>, tem sido analisada como marco histórico da nova dinâmica capitalista. O colapso do sistema financeiro provocou a falência do quarto maior banco norte-americano, o *Lehman Brothers*. Além disso, as duas maiores empresas automobilísticas do mundo também entraram em crise, a *General Motors* e a *Chrysler*. “Um dos resultados anunciados da reestruturação dessas empresas é a demissão de 52 mil trabalhadores” (Marques e Nakatani, 2009, p. 69), o que traduz o caráter *universal e global* da crise estrutural, que não se limita a esfera das finanças da economia norte-americana<sup>9</sup>.

---

8 “Esse tipo de contrato é que foi chamado de *subprime*, devido ao elevado índice de inadimplência das famílias. O banco ou a agência hipotecária que corria inicialmente o risco ia transferindo vários desses contratos, combinados com contratos mais seguros e transformados em um derivativo vendido para outras instituições no mercado financeiro.

9 Nos referimos, especialmente, às particularidades da crise manifestada em momentos e proporções distintas nos países da América Latina.

O resultado foi a elevação das taxas de juros, desemprego, empobrecimento e *hiperendividamento* das famílias norte-americanas, consequências expressas mundialmente, no decênio pós-2008, conforme analisam Duménil e Lévy (2014). Em *A crise do neoliberalismo*, os autores argumentam que o colapso representa uma crise de hegemonia do neoliberalismo, ou seja, uma crise do domínio norte-americano sobre a economia mundial. Ao fazer um estudo comparativo entre a *Grande Depressão* e a crise de 2008, também chamada de *Grande Contração*, os autores argumentam como principal determinante a perda da proeminência econômica dos EUA, representada pela queda do investimento interno na indústria e o aumento da dívida doméstica<sup>10</sup>. O resultado foi uma crescente dependência das importações de países emergentes como a China, a Índia, a Rússia e o Brasil.

No Brasil, mesmo com as medidas implementadas pelo governo – de aumento da base monetária sobre a qual os bancos podem realizar empréstimos; de redução do imposto de renda e do imposto sobre o produto industrializado dos automóveis, de aumento das linhas de crédito dos bancos federais, inclusive do banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), entre outras, o número de demitidos aumenta de forma assustadora (Marques e Nakatani, 2009, p. 74).

No livro recém-publicado, intitulado *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*, o cientista social Iuri Tonelo (2021) analisa os determinantes dessa crise, para além dos aspectos eminentemente econômicos<sup>11</sup>. Para o autor, trata-se de

---

10 O crescimento industrial norte-americano caiu de 40% para menos de 10%.

11 O referido autor destaca os bilhões injetados pelo governo dos EUA para o salvamento dos bancos, seguradoras e empresas, enquanto componente decisivo da crise.

uma dinâmica que tem alterado de forma estrutural os fenômenos ídeo-políticos, especialmente, aqueles relacionados à ofensiva do capital contra o trabalho e as estratégias no campo da luta de classes. Nessa obra, o autor levanta a hipótese do processamento de uma *nova reestruturação produtiva*, expressa tanto pelo declínio do padrão de acumulação sob hegemonia neoliberal, quanto pela elevação da precarização estrutural do trabalho.

É inegável que a crise expressa pela contradição produção/realização do valor teve como consequência direta a redução dos postos formais de trabalho, repercutindo na elevação do grau de informalização e precarização da força de trabalho sobranante. A novidade consiste no que alguns especialistas vêm chamando de *dominância financeira* sobre o trabalho, que se caracteriza pelo endividamento crescente e expansão do capital financeiro para todas as esferas da vida, seja através de hipotecas (predominante nos países centrais), seja através de crédito de consumo (predominante nos países periféricos) conforme analisa Lena Lavinas *et al.* (2021).

Em nível do Brasil, os dados são incontestáveis. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da CNC (2023), o endividamento bate terceiro recorde este ano e atinge 79,3% das famílias brasileiras. Certamente, percentual relacionado também ao crescimento das ocupações por conta própria. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022)<sup>12</sup> revela que no terceiro trimestre de 2022 o número

---

12 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho, investigando características como ocupação, renda e subutilização da força de trabalho no Brasil.

médio anual de trabalhadores por conta própria chegou a 25,5 milhões em 2022, com alta de 2,6% no ano. Foi o maior nível da série histórica da pesquisa e ficou 27,3% maior que em 2012, quando era de 20,1 milhões (o menor da série).

No que se refere aos estudos sobre o trabalho, queremos com este texto demonstrar, ainda que sumariamente, que quando o capital financeiro se torna hegemônico, no contexto imperialista em seu estágio monopolístico, no final do século XIX até os primeiros anos do século XX, o capital trata de desenvolver mecanismos na esfera produtiva e para além dela, centrais à potencialização do trabalho precário no capitalismo contemporâneo. Tais contradições são conduzidas ao ápice no contexto da crise estrutural deflagrada em meados da década de 1970 e, com fecundas contradições a partir da crise do subprime nos EUA e a subsequente recessão mundial.

### *A ofensiva do capital contra o trabalho no pós-2008: novo ciclo?*

Diferente das crises cíclicas, em que era possível deslocar as contradições dentro dos limites imediatos do sistema e retomar a taxa média de lucro. A crise contemporânea se caracteriza, fundamentalmente, pelo *bloqueio sistemático* desse deslocamento. Isso acontece, por exemplo, quando as necessidades de ajustes do capital são transferidas para instituições políticas sob medidas reformistas (Mészáros, 2010). Trata-se de uma dinâmica comandada pelos banqueiros e acionistas do grande capital, que ditam as regras monetárias sobre Estados e trabalhadores.

Essa dinâmica ratifica que a crise estrutural contemporânea se funda na capacidade do capital deslocar contradições para esferas ou países onde ela ainda não foi manifestada (Mészáros, 2010). É o que ocorre, por exemplo, com a devastação da natureza – no Brasil,

o emblemático caso da Amazônia –, a crise das instituições políticas, das estruturas familiares – diga-se, as desigualdades do conjunto das relações humanas; de classe, gênero, raça, religião, etc. Assim, a crise estrutural do capital revela-se como uma verdadeira *crise de dominação* em geral (Mészáros, 2010), sustentada por uma ofensiva sem precedentes do capital contra o trabalho.

Sob uma outra lente de análise, as determinações do que se convencionou chamar de crise contemporânea já haviam sido tratadas nas teses mandelianas. No capítulo xxv do livro *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista* oferece pistas sobre as novas configurações da crise. Uma obra que nasceu de análises conjunturais sobre o quadro histórico das recessões de 1974/75 e 1980/82, que marcou a ruptura com o período de expansão do pós-guerra da economia internacional. No referido capítulo, o autor afirma que “a função objetiva da crise é a de constituir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios) capitalista” (Mandel, 1990, p. 212).

As proposições mandelianas sugerem que a interrupção da realização é determinada precisamente pelo seu valor de uso, cujos elementos se situam no processo material de produção, ainda que sob a hegemonia financeira. Podemos citar como exemplo a expansão do setor de serviços e o crescimento das atividades improdutivas, como formas de valorização da massa de capitais acumulados. Tais atividades constituem-se alvos das estratégias contemporâneas de valorização do capital na esfera da venda de serviços e mercadorias, discussão a qual Mandel (1985) dedica um capítulo no livro *O capitalismo tardio*.

No capitalismo contemporâneo modificam-se algumas funções dos componentes que à época de Marx exerciam um papel menos evidente no processo de acumulação, à exemplo do crédito, da

pequena produção, do trabalho por conta própria, do empreendedorismo, etc. A questão que nos parece central, à luz da análise marxiana, é a reatualização dos mecanismos financeiros desenvolvidos com vistas à reprodução do capital.

A acumulação em sua forma contemporânea depende da disponibilidade de crédito e da sua capacidade de formação de capital fictício, indissociável da sua natureza produtiva. Considerado um os pioneiros no debate, David Harvey (1996) no livro *Condição pós-moderna*, toma essa categoria como referência para a análise das crises de superacumulação<sup>13</sup> e seus mecanismos de alocação de excedentes de capital. Em outro estudo mais recente e, sob novas influências teóricas<sup>14</sup>, Harvey destaca:

A mercadoria é realmente trocada por dinheiro no supermercado, mas a maneira como ela faz isso esconde informação sobre o trabalho (valor) que entrou em sua criação. O capital fictício tem de ser entendido do mesmo modo. Ele não é produto da mente delirante de um banqueiro co-cainômano de *Wall Street*, mas uma forma real de capital – dinheiro que se tornou mercadoria, dotada de um preço. Embora o preço seja fictício, somos todos forçados a responder por ele (seja pagando uma hipoteca, procurando juros para a nossa poupança ou contraindo empréstimos para alavancar um negócio) (Harvey, 2014, p. 172-173).

---

13 Como sabemos, esses períodos em que o capital está desvalorizado e subinvestido têm precisamente a função de elevar mais uma vez a taxa média de lucros de toda a massa de capital acumulado, o que por seu turno permite a intensificação da produção e da acumulação de capital, conforme as análises mandelianas.

14 Nos referimos ao abandono da influência da Escola Francesa Regulacionista (com destaque para o conceito de regime de acumulação flexível no livro *Condição Pós-Moderna*, de 1989, em favor das teorias marxianas da acumulação primitiva e marxistas sobre o imperialismo.

Tratam-se de trabalhadores vinculados aos setores produtivos de venda de mercadorias e prestação de serviços, *locus* privilegiado de valorização do capital na fase atual de acumulação financeira. Na nossa interpretação, essa dinâmica reflete o movimento global de valorização do capital. Podemos tomar como exemplo a expansão do trabalho por conta própria no Brasil associado ao endividamento<sup>15</sup> incentivado pela oferta de crédito (capital bancário). Essa modalidade de trabalho, na medida em que cumpre função na realização do valor, possibilitando ao capital encurtar o seu tempo de rotação, vinculam-se às cadeias produtivas que materializam a produção do valor, tudo se passando como uma relação autônoma.

Contudo, os leitores dessa tradição teórica sabem que o dinheiro se converte em capital na medida em que se vincula ao movimento global, sendo, portanto, na forma inicial dinheiro que se gesta o processo capitalista de produção. Ao examinar o desenvolvimento do sistema de crédito no capítulo XXV do Livro III, Marx (2017) chama a atenção para o fato de que este é uma expressão desenvolvida da produção capitalista, haja vista a sua função à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e valorização do capital.

A ofensiva do capital contra o trabalho sob hegemonia financeira, portanto, é ocultada pelas expressões fenomênicas da crise, que

---

15 Trata-se do público investigado na minha pesquisa doutoral. Mesmo em condições de pandemia, o Brasil alcançou no final de 2020 recorde no número de registros de MEI, com um total de 11,3 milhões de MEIs ativos, 20% a mais do que no fim de 2019, quando o segmento tinha 9,4 milhões de registros (Portal do Empreendedor, 2020). De acordo com o SEBRAE/PB (2020), com base em dados da Receita Federal, o índice de inadimplência dos microempreendedores individuais na Paraíba sofreu um aumento de quase 15% entre os meses de dezembro de 2019 e maio deste ano. Em dezembro de 2019, esse percentual era de 42,75%: dos 130.102 MEIs registrados no estado, 74.488 estavam adimplentes, o que revela a tendência ao endividamento dos MEIs.

tendem a dificultar a compreensão dos seus determinantes numa perspectiva de totalidade, de modo a apagar a contradição fundamental capitalista. Escondem, no entanto, potenciais meios de criação e realização do mais-valor. Do mesmo modo, aparece nas análises burguesas sobre a crise capitalista, vulgarmente chamada de crise econômica e associada aos custos do Estado com encargos sociais e trabalhistas. A aparente escassez de dinheiro no mercado, mais conhecida como insuficiência de liquidez, é o seu contrário: o excesso e centralização de capitais na esfera produtiva.

### Considerações finais

Vimos, ao longo do texto, que as crises se manifestam, expressamente, quando o *movimento total do capital* é interrompido. Essa interrupção se desenvolve na esfera da reprodução. Somente em articulação com ela o capital produtivo consegue desenvolver mecanismos de contratendência à crise, conforme examinou Marx. O pensador não conheceu a condição de superacumulação que caracteriza o estágio atual do capitalismo, inclusive, o que se convencionou chamar de *financeirização*. No entanto, quando esse estágio ainda não estava plenamente desenvolvido, o filósofo estudou as conexões entre os fenômenos monetários e o processo de produção de valor implícito nas relações financeiras, demonstrando as formas aparentes da crise e a sua necessidade histórica.

“Aqui tudo parece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifesta o preço real e seus fatores reais; o que se vê são apenas barras, dinheiro metálico, cédulas bancárias, letras de câmbio e títulos” (Marx, 2017, p. 547). Após a Segunda Guerra Mundial, as dívidas entre os Estados das nações periféricas cresceram de forma desenfreada. No Brasil, esse endividamento ocorreu

a partir da década de 1960, a partir do surgimento do petrodólares<sup>16</sup>. Nas décadas seguintes, as taxas de juros sobre os empréstimos triplicaram, levando a consequências desastrosas no que se refere à instabilidade econômica nacional e à queda do produto interno bruto (PIB) dos países devedores.

Portanto, ainda que a expansão do crédito seja uma constante histórica do capital em seus estágios de crise, com o colapso de 2008, essa tendência assume novas conotações associadas às necessidades do sistema global de produção e suas determinações rentistas sobre o trabalho. Do ponto de vista fenomênico, o que aparece como saída da crise, na realidade, exerce função específica ao modo de operar do capitalismo sob a dominância financeira, que tem atingido, drasticamente, a completude da classe trabalhadora e, com piores efeitos, os trabalhadores que atuam na esfera da circulação, *locus* privilegiado de valorização do capital na contemporaneidade.

A compreensão da crise contemporânea exige, portanto, a recuperação da análise marxiana da crise e dos mecanismos de reprodução do capital, reeditados sob as novas circunstâncias históricas, o que conduz ao argumento central trabalhado ao longo do texto: a de que a ofensiva do capital contra o trabalho sob o domínio financeiro no pós-2008 representa a construção de uma nova hegemonia sobre a esfera da reprodução social. Essa ofensiva expressa à face *reificada* do capital-dinheiro, demonstrando que a sua aparente autonomia se funda na exploração da força de trabalho mundialmente e numa voracidade sem precedentes.

---

16 O termo se refere às divisas decorrentes da exportação de petróleo, em dólares. Com a crise de 1973 e a súbita elevação do seu valor, os países exportadores desse produto receberam um crescente fluxo de divisas. Dadas as limitações de suas economias internas, estes países utilizaram essas divisas no mercado financeiro internacional.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAZ, Marcelo. *Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François (org.). *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

GOMES, C. M. C. Crise e dependência: as contradições do (neo)desenvolvimento econômico no capitalismo periférico. In: GOMES, C. M. C. (org.). *A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho potencial da crise brasileira*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020, p. 87-128.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARVEY, David. *Para entender O capital: livros II e III*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho*. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/ff2505b84b22bdcdbdf134ea9069e28.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ff2505b84b22bdcdbdf134ea9069e28.pdf). Acesso em: 30 maio 2021.

LAVINAS, Lena; BRESSAN, Lucas; RUBIN, Pedro. O redesenho das políticas sociais no capitalismo financeirizado, endividamento. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEUFRJ), 2021. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>. Acesso em: 5 ago. 2023.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em seis tomos. Lisboa-Moscovo: Editorial Avante!, 1984. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. *O que é capital fictício*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. *O Capital: Livro II: O processo de circulação do capital*. Edição Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. *O processo global de produção*: Livro III. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

TONELLO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021. (Mundo do trabalho).

## A crise brasileira e o ajuste financeiro no governo Temer

Eloá Almeida da Costa  
Gleizille N. Coutinho B. de Araújo  
Cláudia M. Costa Gomes

### Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar uma síntese dos estudos sobre o tema, adensados por meio de projeto de pesquisa<sup>1</sup>. Versa, particularmente, sobre o modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e as medidas de política econômica para responder à crise do capital no país a partir de 2015.

Ao longo dos dois últimos anos da pesquisa, demos prioridade ao estudo sistematizado do atual “modelo de desenvolvimento” do capitalismo brasileiro, marcado por uma formação social heterônoma (Fernandes, 2008), que se constitui como a síntese recente da economia política de crise do capitalismo brasileiro, acelerada a partir de 2014.

Os estudos desenvolvidos na referida pesquisa tiveram como objetivo analisar a conjuntura brasileira, a partir do ajuste econômico

---

1 Estudos sobre a temática, iniciados na pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPB/CNPq) desde o ano 2021 em interface com o Projeto de Pesquisa de Produtividade (CNPq) em andamento, intitulado: Crise e dependência: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016.

implantado com o programa: “Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro” (2015), perfazendo análise a partir de pesquisa bibliográfica<sup>2</sup> e documental sobre dados empíricos, para investigar os elementos que possibilitassem visualizar estatisticamente, através dos indicadores sociais de pobreza e desigualdade social, os efeitos das medidas adotadas pelo governo brasileiro, tomando como referência os anos 2015-2018.

Por meio de abordagem quali-quantitativa, orientada pela análise crítica em torno do objeto de estudo, buscamos conferir nova relevância às informações divulgadas por meio de relatórios institucionais de organismos de pesquisa, os quais buscam sistematizar um conjunto de dados e informações acerca da realidade. Portanto, optamos pela coleta de dados específica de indicadores sociais, compreendendo-os como recurso metodológico de grande relevância.

Assim, analisando a realidade por meio de aproximações sucessivas, embasadas pelo método da crítica da economia política, trabalhamos com a coleta, tratamento e análise dos indicadores sociais referentes ao crescimento econômico do país (PIB - Produto Interno Bruto), renda, desemprego, pobreza e desigualdade social. Nossos empenhos basearam-se na perspectiva de apreensão da totalidade, fundamentada pelo conjunto de conhecimentos teóricos adquiridos por meio de leituras sistemáticas, estudos direcionados, organização e participação em seminários, análise criteriosa de relatórios e com base no acúmulo dos resultados de pesquisas anteriores (Araújo, 2023, p. 58).

---

2 A pesquisa bibliográfica teve como base as referências catalogadas no banco de dados do software EndNote Web, criado durante a vigência da iniciação científica 2021/2022. O banco de dados é atualizado continuamente com base nos objetos de pesquisa, foi desenvolvido com o propósito de facilitar o acesso às referências bibliográficas mais utilizadas pelos pesquisadores do GEPET.

Trabalhamos com o pressuposto de que a s mula política desse ajuste implicou no aprofundamento do receituário neoliberal em curso no país, com cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos públicos em serviços sociais, flexibiliza o do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais, programa de privatiza es, desregulamenta o das rela es trabalhistas, do sistema previdenciário e aumento da dívida pública. Medidas que compõem o tipo de política econômica adequada para assegurar a inser o periférica do Brasil no mercado mundial (Gomes, 2022).

Em 15 de dezembro de 2016, entrou em vigor a Emenda Constitucional N. 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, conhecido como “Teto de Gastos”, que congelou por 20 (vinte) anos o acréscimo nos investimentos sobre as políticas de educa o, saúde e assistência social, afetam diretamente os usuários mais dependentes dos serviços ofertados pelo Estado. A justificativa utilizada pelo governo foi a necessidade de conter a evolu o da dívida pública sobre o PIB, que cresceu sobremaneira com os anos de retra o econômica, de modo a manter uma saúde fiscal do Estado, que sinalizasse positivamente a investidores de capital (Araújo e Costa, 2023).

Nesse sentido, inferimos que as medidas de ajuste econômico, como a EC 95<sup>3</sup>, a reforma trabalhista e da previdência, são algumas das expressões da barbárie do capital em tempos de crise. Todos esses processos são verdade um só, que vão se desenvolver em tempos e ritmos diferentes, todavia compondo um mesmo e amplo

---

3 A Emenda Constitucional n  95/2016, conhecida como “Emenda do Teto de Gastos”, estabeleceu um novo regime fiscal no Brasil, limitando o crescimento das despesas primárias do governo federal por 20 anos. Seu objetivo   conter o aumento da dívida pública por meio de restri es orçamentárias rigorosas, impactando diretamente áreas como saúde, educa o e segurança social.

movimento de acumulação do capital, em detrimento dos direitos mínimos da classe trabalhadora.

Seus efeitos são expressos nos indicadores sociais e demonstram o retrocesso nas garantias constitucionais de direito, a precarização e a focalização dos serviços públicos, a redução do escopo estatal e o avanço do capitalismo financeiro em suas formas de extração de mais-valia da classe trabalhadora, tendo impacto redistributivo de renda e redução da participação do PIB nos gastos sociais.

Por fim, considerando as informações mais importantes que problematizam as questões relacionadas ao objeto da pesquisa e extraindo delas as categorias analíticas de crise, capital financeiro e imperialismo como necessárias para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no país, analisaremos a conjuntura brasileira a partir de 2015, que evoca o programa e ajuste macroeconômico neoliberal como saída a crise, supondo que as determinações do ciclo econômico mundial, que joga um papel importante na divisão internacional do trabalho, aprofunda o caráter dependente da economia brasileira, que avança na crise e se sustenta no plano histórico concreto da larga *depresión* (Roberts, 2016) do capitalismo em sua fase atual.

### **Crise, imperialismo e capital financeiro**

A configuração da crise aberta desde os anos setenta do século XX é determinante na formação de um novo bloco histórico em nível mundial, para responder às disjuntivas da acumulação capitalista no atual estágio de seu desenvolvimento histórico, centralizado pelo imperialismo, que tem no capital financeiro sua particularidade.

O ponto de partida de nossa reflexão considera que a crise aberta a partir de 2008, efetivamente consolida a formação de um novo bloco histórico a nível mundial que vinha

se constituindo desde o ajuste neoliberal no final dos anos 1970, provocando assim uma rápida movimentação geopolítica para responder as disjuntivas da acumulação capitalista nessa etapa de seu desenvolvimento histórico. Centralizado pela ofensiva imperialista estadunidense os efeitos demolidores são múltiplos e conflituosos, não só do ponto de vista econômico e político, mas ao nível societário e civilizatório (Gomes, 2020, p. 87).

Essa caracterização histórica comporta elementos de um debate mais estrutural, que pressupõe o conceito de crise e abrange uma variedade de significados que se pode encontrar em análises marxistas de diversas procedências e fundamentos e que não cabe nos limites deste trabalho explicitar<sup>4</sup>. Importa saber, como categoria analítica, que o conceito de crise se define nos marcos do processo de acumulação, o qual revela em um nível mais complexo as barreiras e os limites do capital para se expandir. Isso significa aportar uma perspectiva conceitual da crise, cujas características basilares nas circunstâncias atuais estão centradas no regime mundial de valorização financeira como *locus* privilegiado da acumulação, que tem como base a oligopolização de grandes capitais, os quais impulsionam a formação de um capital financeiro.

Essa dimensão da centralização de crescentes massas de capital líquido sob o controle monopolista por uma fração de classe burguesa, que passa a acumular capital na forma de juros e comanda o capital produtivo, dá origem ao conceito de capital financeiro tão bem analisado por Lenin (1917), Hilferding (1910), Hobson (1906), Bukárin (1926) e Rosa Luxemburgo (1913).

---

4 CF. Grespan, J. Uma teoria para as crises. In: SAMPAIO JR., Arruda (org.). *Capitalismo em Crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 29-55.

Segundo os teóricos da II Internacional, o Imperialismo corresponde à forma que assume o capitalismo ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Lenin enfatizou a fusão do capital bancário com o capital industrial, fusão que deu passo à formação dos trustes capitalistas internacionais em luta pela partilha do mercado mundial; Hilferding colocou em evidência o papel da exportação de capitais em direção a novas regiões, buscando contra-arrestar a tendência à queda de lucros; Bukhárin enfatizou o fenômeno da aglomeração através do qual o Estado reforça o poder dos monopólios capitalistas privados; Rosa de Luxemburgo analisou o tema da dissolução das formações sociais comunitárias e sua proletarização como consequência da exportação de capital do imperialismo (Luce, 2011, p. 19).

Em sua crítica à economia política, Marx (2002, p. 191) nos ensina que “a produção de mais-valia ou a geração do excedente é a lei absoluta desse modo de produção” e alerta para o processo de concentração de capital que é, em última instância, o processo de reprodução ampliada do capital, no qual a cada novo ciclo de produção aumenta o capital acumulado nas mãos do proprietário dos meios de produção, gerando assim uma concentração cada vez maior de capitais.

À vista disso, a formação monopólica de capital pressupõe o predomínio da exportação de capitais frente à produção/exportação de mercadorias, que vai se caracterizar pelo crescimento dos bancos como um dos processos essenciais dessa transformação, agrupando grandes quantidades de capital dinheiro, que se encontra em circulação sob a hegemonia da oligarquia financeira mundial.

Nesse estágio imperialista, o capital financeiro vai assumir a hegemonia do capitalismo monopólico. Daí, igualmente, a centralização e concentração do capital se tornarão cada vez mais acumulados pelos possuidores desse capital financeiro, com a formação dos trustes,

carteis e dos holdings, cuja intenção é alterar a composição orgânica do capital e interferir na lei tendencial à queda da taxa de lucros.

Cabe, sem exaustivas explicações, assinalar que a lei tendencial à queda da taxa de lucros, subscrita no capítulo XIII do livro III de *O Capital* é no âmbito da teoria do valor uma das mais importantes para a análise do regime de produção capitalista, revelando a forma invisível e contraditória da acumulação. O valor excedente e a taxa de mais-valia aparecem sob a forma de lucro e a taxa de lucro, que, por sua vez, implica em um acréscimo da composição orgânica do capital, ou seja, um aumento da produtividade do trabalho e uma diminuição relativa do trabalho empregado.

Nesse sentido, pode-se dizer, de modo muito generalizado, que a tendência ao declínio da taxa de lucro, se realiza por meio da elevação da produtividade social do trabalho e o correlato aumento da composição orgânica do capital. Ou seja, o investimento que os capitalistas direcionam para o capital constante (meios de produção) em detrimento do capital variável (força de trabalho ou soma global dos salários).

Assim, a elevação da composição orgânica do capital é resultado do aumento das forças produtivas do capitalismo, ou seja, do progresso técnico-científico. Nos termos do próprio Marx, significa que o capital constante ( $c$ ) cresce mais rápido que o capital variável ( $v$ ). E o aumento da composição orgânica do capital ( $c/v$ ), sempre tende a diminuir a taxa de lucro ( $l' = m/c+v$ ): onde  $l'$  é a taxa geral de lucro;  $m$  a massa de mais-valia produzida;  $c$  o capital constante e  $v$  o capital variável. Se dividirmos o numerador e o denominador por  $v$  teremos:  $l' = (m/v) / [(c/v) + (v/v)]$  e portanto,  $l' = m' / (o' + 1)$ , onde  $m'$  é a taxa de mais-valia ou de exploração e  $o'$ , a composição orgânica do capital (Carcanholo, 2013).

Partindo desses pressupostos, pode-se afirmar que a crise e sua possibilidade de deflagração estão contidas desde o nível mais

abstrato até o mais concreto nas leis que governam o desenvolvimento da economia capitalista. No âmbito da teoria do valor, as crises fazem parte do processo de acumulação de capital, necessárias para restabelecer a rentabilidade e as taxas de lucro. Essa determinação incide na aplicação da mais-valia para a ampliação e reprodução do processo produtivo que se dá através da compra de meios de produção e força de trabalho de modo imperativo. Isso significa que a acumulação para se realizar, necessita que uma parte da mais-valia seja consumida produtivamente. Portanto, quanto mais-valia se aplica no processo produtivo, maior é a capacidade produtiva e a possibilidade de produção de valor.

Portanto, ao valorizar por meio do trabalho vivo o valor constante do trabalho morto, através do mecanismo de aumento da produtividade do trabalho, o objetivo da produção capitalista alcança seu fim. E o faz diminuindo o valor do capital variável, aumentando a massa de trabalho não pago e aplicando produtivamente esse mais-valor, garantindo com isso o sistema de reprodução ampliada do capital, que é em resumidas contas, o incremento da acumulação através dos mecanismos de centralização e concentração do capital, o que faz com que a cada novo ciclo de produção se agregue valor acumulado nas mãos dos proprietários dos meios de produção, aumentando, por assim dizer, a massa de capital concentrada. Esse fato exige que se eleve a composição orgânica do capital, repondo, com isso, a necessidade do aumento da produtividade, com o objetivo de acumular mais e sucessivamente (Gomes, 2020).

Como deduz Marx, se a taxa de lucro é vital para que o capitalista possa acumular, contraditoriamente, quanto mais se desenvolve a acumulação, mais difícil é a obtenção de taxa de lucro para continuar o processo de acumulação. Essa contradição revela tanto o caráter transitório do modo de produção capitalista quanto seus

limites históricos, levando-o a afirmar que “[...] a verdadeira barreira para a produção capitalista é o próprio capital” (Marx, 2002, p. 245). Isso quer dizer que os problemas gerados no interior do próprio regime de acumulação motivam uma predisposição inexorável às crises, a partir da tendência declinante da taxa média de lucro.

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização [...] (Marx, 1984, p. 183).

Assim, no marco do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, a dinâmica da acumulação, como sistema de concentração e centralização do capital, alcança uma magnitude ainda maior do que à época de Marx, chegando entre o final do séc. XIX e começo do séc. XX a uma etapa superior com a formação monopólica de capital, no qual há um predomínio da exportação de capitais frente à produção/exportação de mercadorias, que vai se caracterizar pelo crescimento dos bancos como um dos processos essenciais dessa transformação, agrupando grandes quantidades de capital dinheiro que se encontrava em circulação, sob a hegemonia da oligarquia financeira mundial, fazendo atingir a sua fase imperialista.

Nos exames de Marx, no livro III de *O Capital*, pode-se verificar uma análise originária a respeito do capital rentável identificado sob a forma de capital bancário, dívida pública e capital acionário, que à época já expressava as determinações mais desenvolvidas do processo de concentração e centralização do capital, constituída

na forma específica assumida pelo capital como portador de juros (capital especulativo parasitário); definido, com suas próprias palavras, como um “capital vadio à espera de aplicação” (Marx, 1984).

Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia, em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício (Paulani, 2009, p. 5).

No estágio imperialista, o capital financeiro vai assumir a hegemonia do capitalismo monopólico, que se reveste de verdadeiras corporações capitalistas multinacionais, que operam respectivamente, através da concorrência da riqueza financeirizada e do capital produtivo, tendo como ponto de partida, justamente a desmedida pressão que “os ganhos especulativos exercem sobre o excedente-valor produzido” (Carcanholo, 2015, p. 286).

Em resumidas contas, pode-se dizer que a financeirização<sup>5</sup> é a expressão mais desenvolvida da realização da riqueza no capitalismo

---

5 Na pesquisa buscamos perquirir sobre o debate em torno do conceito de capital financeiro dentro da tradição marxista, o que não cabe nos limites do presente artigo polemizar, mas ressaltar a observação criteriosa de David Harvey (1990, p. 287), ao dizer que “[...] o próprio Marx nunca usou essa expressão, mas deixou para a posteridade uma série de escritos não muito articulados sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital-dinheiro. A definição de capital financeiro que derivaria da perspectiva de Marx relaciona-se com o tipo particular do processo de circulação de capital que se baseia no sistema de crédito”.

em seu estágio superior, a qual assume a forma dominante do capital rentista especulativo e parasitário. A composição entre capital industrial e bancário permite a constituição de um sistema de dominação financeira do capital sob o predomínio dos bancos e das multinacionais (frações particulares da burguesia) que monopolizam as funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-mercadoria, exercendo uma descomunal influência sobre a acumulação em geral.

A crise é, assim, o momento de desvalorização e “queima” de capital, o que faz com que a concorrência se converta de “uma irmandade prática da classe capitalista em uma luta entre irmãos inimigos” (Marx, 2017, p. 251). É precisamente na concorrência intercapitalista, regida pela maximização da rentabilidade (acréscimo da taxa de lucro), que os capitalistas procuram aumentar a produtividade do capital, provocando com isso tensões no interior das forças produtivas. Essa tendência, nas crises, induzem os capitalistas a substituir a força de trabalho por meios de produção. Tal substituição provoca um aumento na composição do capital e vai produzir efeitos no sentido de dificultar cada vez mais a valorização do capital (só possível de se obter por meio da força de trabalho).

E por aqui se esclarece que a crise de 2008 não é uma particularidade exclusiva do capital financeiro, ainda que seu epicentro detonador tenha sido o colapso das hipotecas norte-americanas. A causalidade se encontra na lei tendencial à queda da taxa de lucros, como afirmamos anteriormente, refletindo profundamente as dificuldades crescentes de valorização do capital na esfera produtiva, o que conduz os capitalistas a valorizar seu capital na esfera financeira.

Acontece que essa saída do capitalismo de se liberar das esferas improdutivas e menos produtivas do capital, procurando criar condições inovadoras para iniciar uma nova fase de crescimento,

através da financeirização, demonstrou-se impresumível, considerando que a recuperação da crise de 2008 se produziu de maneira muito limitada com um píffio crescimento do PIB mundial de 2%. “[...] A década precedente à pandemia, a de 2010, teve crescimento global médio de 3%, abaixo da década imediatamente anterior, de 3,4% por ano” (Ipea, 2022, p. 12).

Em última instância, isso explica a necessidade, cada vez maior, de desvalorização e exploração da força de trabalho e a total destruição dos direitos e garantias sociais, resultado das conquistas democráticas e das lutas dos trabalhadores no último século, implicando uma regressão social sem precedentes (Gomes, 2020, p. 12).

Na sugestiva indicação de Arrizabalo (2016), os ajustes do fundo monetarista que demarcaram a etapa neoliberal, constituíram a resposta do capital à irrupção da crise dos anos setenta e o retorno à normalidade do imperialismo. Do ponto de vista estratégico, a quebra das barreiras econômicas por meio de mecanismos políticos consistiu, necessariamente, em maior liberdade para o capitalismo imperialista estadunidense estabelecer suas novas regras, com destaque para as funções do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional – instituições financeiras orientadas após o declínio de Bretton Woods –, que impuseram inúmeras reformas e ajustes estruturais, ocasionando saldos positivos para o capital.

Portanto, a sùmula política desses ajustes implicou na padronização do receituário neoliberal que se seguiu nos anos 2000, com cortes nas despesas com políticas sociais e investimentos públicos em serviços sociais, flexibilização do mercado financeiro para a presença de bancos internacionais, programa de privatizações, desregulamentação das relações trabalhistas, sistema previdenciário, entre outros.

## O ajuste financeiro no Governo Temer: uma ponte para qual futuro?

Nessa seção, apresentamos uma síntese dos principais resultados provenientes dos dados coletados através de nossa pesquisa documental, extraídos do relatório final da pesquisa de iniciação científica<sup>6</sup>. Esses resultados evidenciam as implicações do ajuste econômico por meio de evidências empíricas, e constituíram a base para a análise qualitativa da crise brasileira, a qual se caracterizou pelo ajuste do capital financeiro no país no período de 2015-2018 (Araújo, 2023).

No percurso da pesquisa, pudemos inferir que os impactos da crise de 2008 e as modificações nas relações de produção e reprodução do capital no Brasil, a partir de 2016 – com a presidência interina de Michel Temer – se consolida, por meio do ajuste fiscal no país, sob as bases do rentismo e da especulação do mercado financeiro, difundido e estruturado nas iniciativas neoliberais ortodoxas (Costa, 2022). Desse modo:

Ao longo dos dois últimos anos da pesquisa de iniciação científica – 2021-2023 demos prioridade ao estudo sistematizado dos planos de trabalho, os quais evidenciaram as mutações no “modelo de desenvolvimento” do capitalismo brasileiro, marcado por uma formação social heterônoma (Fernandes, 2006), que se constitui como a síntese recente da economia política de crise do capitalismo brasileiro, acelerada a partir de 2014 e que representa, por assim

---

6 Araújo, G. N. C. B. *Ajuste Econômico e Subdesenvolvimento no Governo Temer: As implicações do desmonte em dados empíricos*. Relatório Final de Pesquisa. Edital 01/2022/PROPEQ. Seleção de projetos de iniciação científica 2022/2023 – modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2023.

dizer, a síntese da “herança maldita” da transição democrática da Nova República, com seus limites estruturais no plano da organização do poder político de classe (Gomes, 2023, p. 2)<sup>7</sup>.

Como sinalizamos anteriormente, ao atentarmos para a conjuntura de crise que se instaura no capitalismo mundial a partir dos anos 1970, verifica-se que a urgência à lucratividade do capital, relaciona-se com a implantação de medidas contracionistas sob a égide do neoliberalismo, ancorado aos fundamentos da valorização da iniciativa privada e de um Estado mercantilizado, que garanta às condições próprias de um desenvolvimento desigual e combinado, que tem na desregulamentação das políticas e direitos da classe trabalhadora, seu objetivo central. Nesse cenário, o processo de financeirização do capital se sobrepõe como estratégia para retomada do padrão imperialista, como parte da mundialização do capital para as economias periféricas (Lima, 2019).

A concretização dessas medidas apresenta-se, particularmente, como um fenômeno arcaico de retomada da extração de mais valor na contemporaneidade, marcada pela especulação monetária rentável, de que é exemplo o capital portador de juros, convertido na forma social dominante no plano das economias internacionais e a tendência decrescente do valor de uso, cujas consequências se expressam por meio da precarização da força de trabalho e aniquilamento dos recursos naturais, cada vez mais escassos (Gomes, 2020).

---

7 Cf.: Gomes, C. M. C. *Determinações do Ajuste Permanente no Brasil: Crise e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho*. Projeto de Pesquisa. Crise e rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho. Projeto de Pesquisa. Edital 01/2023/PROPEQ. Projeto de iniciação científica 2023/2024 – modalidade PIBIC-UFPB-CNPQ.

Ancorado nos fundamentos neoliberais, o capital vincula como justificativa de saída à crise a reestruturação de suas bases produtivas e do Estado com a flexibilização de suas relações comerciais e financeiras, com fins na rapina do lucro em países economicamente dependentes. À vista disso, a política macroeconômica neoliberal:

[...] amplia os mecanismos que fazem com que uma parcela da mais-valia produzida pelas economias dependentes seja apropriada e acumulada nas economias centrais, exigindo do capitalismo periférico a maior elevação das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna (Melchior e Oliveira, 2017, p. 19).

No interregno da crise de 2008, o Estado brasileiro manteve a política macroeconômica neoliberal, como medida para manter a demanda agregada em um contexto de tensão. É importante considerar que as circunstâncias encontradas na última década pelos governos brasileiros na situação internacional foram esmagadoras (Gomes, 2020).

Os dados revelam que o Brasil não conseguiu manter um ritmo mais intenso de crescimento econômico sem produzir um déficit externo crescente. “A taxa de crescimento média anual do PIB real (3,2%) foi bem inferior à média secular (4,5%). O hiato é praticamente nulo, em torno de 0,03%” (GONÇALVES, 2013, p. 72). Influenciado pelo circuito das commodities, os registros indicam que houve melhora nos indicadores conjunturais da vulnerabilidade externa do país, afluindo um rápido ciclo de crescimento, que colapsou a partir de 2014. Começou, a partir daí, a generalização mais forte do ajuste fiscal, especialmente quando o governo Dilma Rousseff (2010-2018) anunciou os cortes no orçamento federal em 2015, para um montante de R\$ 69,9 bilhões do

orçamento geral da União, como justificativa para equilibrar as contas públicas e atender à meta de superávit primário de R\$55,3 bilhões para aquele ano (Gomes, 2020, p. 110).

Nesse sentido, o programa “Travessia Social - Uma Ponte para o Futuro” – implementado no Governo Temer (2015-2018) é um exemplo dos objetivos da política de equilíbrio fiscal já em curso no país há praticamente duas décadas e que “direciona a economia para um modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária, etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa” (Oeiro, 2019, p. 2).

À vista disso, o referido programa objetivou conquistar o empresariado e as entidades patronais em linha de fogo aberto contra o governo Rousseff-Temer (2014-2016), que levaram o país a uma recessão e crescimento praticamente nulo em termos de PIB per capita, ao redor de 1,0% ao ano no período 2017 a 2019 (Ipea, 2019).

Com efeito, as modificações nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro foram mais contundentes nesse período. Diante do argumento de que era preciso fazer mudanças estruturais, passou a crescer a grita de analistas econômicos e políticos por um pacote de medidas e ajuste ortodoxo neoliberal em defesa dos monopólios e contra os direitos dos trabalhadores e as pautas democráticas. “Ampliou-se, sobremaneira, o assalto ao Estado brasileiro por parte dos capitalistas rentistas” (Ouriques, 2018; Gomes, 2020, p. 119).

Nesse sentido, a agenda de desenvolvimento para o Brasil, contida no programa “Uma Ponte para o Futuro”, impôs um sistema rígido de transferência dos gastos correntes aos gastos financeiros, cujo carro chefe foi a Emenda Constitucional 95 (EC 95), também

conhecida como “Teto dos Gastos Públicos”, que fixou o congelamento por vinte anos das despesas com políticas sociais, com ênfase nos cortes em saúde, educação e assistência social. Com a aprovação da EC 95, a Constituição brasileira de 1988 sofreu alteração para que se pudesse instituir o Novo Regime Fiscal.

Esta agenda compreende alguns elementos registrados no tripé: redução estrutural das despesas públicas, diminuição do custo da dívida pública e crescimento do PIB. Tais medidas seriam implementadas a partir de um orçamento inteiramente impositivo e de “base zero”; na recuperação dos investimentos estrangeiros de capital, concomitante à injeção no setor privado; uma política de equilíbrio fiscal que passa pela desvinculação das receitas sociais, a fim de apresentar crescimento dos valores de superávit primário e; pelo efetivo controle da dívida pública, diante do pagamento e pela redução das taxas de juros (Costa, 2023, p. 9-10).

Em termos de desenvolvimento econômico no país, observamos que o ano de 2012 registrou um crescimento de apenas 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), seguido por relativo aumento em 2013 (crescimento de 2,3% do PIB), com uma estagnação de 2014 (com o crescimento de ínfimos 0,1%) e o grave recuo de 2015. Este último ano foi demarcado pela queda de 3,5% do PIB, configurando o pior resultado da economia do país desde a década de 1990 (IBGE, 2017). Na realidade, o ano de 2015 foi de grande recessão, volumosos déficits e aumento da dívida pública, o que justifica o assalto ao Estado brasileiro e as contas públicas. Nesse mesmo ano, o déficit primário foi para R\$114 bilhões e o déficit nominal foi para R\$616 bilhões (representando mais de 10% do PIB).

Importante destacar que, no Brasil, o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

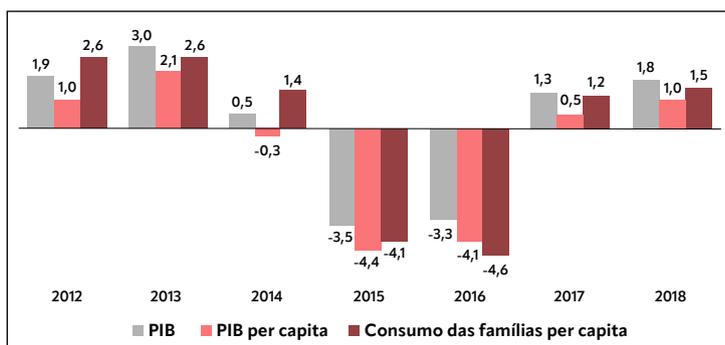
Estatística (IBGE). O PIB é uma métrica complexa que requer a integração de diversos conjuntos de dados, alguns dos quais são gerados internamente pelo IBGE, como o índice de inflação, enquanto outros provêm de fontes externas como o balanço de pagamentos fornecido pelo Banco Central. O IBGE desempenha um papel fundamental na coleta, compilação e análise de uma gama de dados econômicos e sociais para calcular o PIB, contribuindo assim para a compreensão da situação econômica do país (Araújo, 2023).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados. O PIB não é o total da riqueza existente em um país. Esse é um equívoco muito comum, pois dá a sensação de que o PIB seria um estoque de valor que existe na economia, como uma espécie de tesouro nacional. Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período. [...] O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo (IBGE, 2023, s.p.).

Analisando as informações coletada por meio da nossa pesquisa documental e de acordo com as informações apresentadas na Figura 1, exibimos os resultados médios anuais, desde 2012, de três indicadores fundamentais para análises econômicas, qual seja: a taxa de variação do Produto Interno Bruto - PIB, do PIB per capita

e do consumo das famílias<sup>8</sup>. Os dois primeiros indicam a variação anual média da renda gerada na economia como um todo e por habitante, enquanto o terceiro revela o ritmo das despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias, ou seja, está fortemente relacionado à renda das famílias (Araújo, 2023).

**FIGURA 1.** Taxa de variação anual em volume do PIB, PIB per capita e do consumo das famílias per capita - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração de Araújo (2023).

De acordo com o recorte da pesquisa, inferimos que no biênio 2015-2016, os três indicadores sofreram significativas quedas. Já nos dois anos finais, houve uma modesta recuperação quando comparado aos anos do início da série. Ainda nos dois anos finais foram registradas baixas taxas de crescimento do consumo das famílias.

8 Segundo Sistema de contas nacionais do IBGE, o consumo das famílias é estimado a partir da estrutura apurada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares. A despesa das famílias com consumo final é igual ao valor gasto por elas com a aquisição de bens e serviços usados para atender às suas necessidades e desejos. Essa despesa não inclui a compra de bens de capital como máquinas e imóveis (formação bruta de capital fixo) nem a de bens de valor, como joias e obras de arte (consideradas como “reservas de valor”).

Assim, nos quatro anos finais da série histórica, de 2015 a 2018, as taxas acumuladas de crescimento apresentaram variações negativas acumuladas de 3,7%, 7,0% e 6,0%, mesmo considerando a recuperação observada em 2017 e 2018 (Figura 1). Com relação ao Pib per capita, registrou no ano de 2016 R\$30.558,75 contra R\$29.466,85 de 2015. Em 2017, de R\$31.843,95 e de R\$33.593,82 em 2018. Durante 2015 e 2016 a economia entrou em recessão, já com impeachment consumado forneceu base para subsidiar os discursos da necessidade de ajuste fiscal, uma linha de política econômica pautada na urgência de controle de gastos (simbolizada na Emenda constitucional 95/2016, a chamada “Lei do Teto de Gastos”) que contribuiu para a estagnação na taxa de crescimento entre 2017 e 2018. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook), durante os anos 2015-2018 o Brasil perdeu posição entre as maiores economias do mundo. Em 2011, o Brasil ocupava a 7ª posição até 2014. Em 2015 e 2016, o biênio de recuo da atividade econômica, o Brasil perdeu duas posições, passando para 8º em 2017 e 9º nos dois últimos anos. Entre 2015 e 2018 em termos de Pib per capita caiu cinco posições no ranking mundial, chegando à posição 87º em 2018 (Araújo, 2023, p. 69).

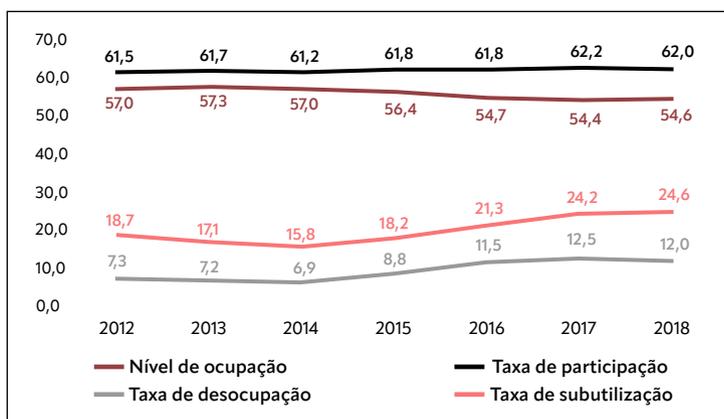
Com relação aos indicadores do mercado de trabalho, a Figura 2 apresenta a série histórica com quatro medidas essenciais do mercado usadas pelo IBGE: a participação, ocupação, subutilização e desocupação da força de trabalho<sup>9</sup>.

---

9 De acordo com a metodologia usada pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, a força de trabalho é o conjunto das pessoas de 14 anos ou mais de idade que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência. O conceito conhecido popularmente como “desemprego” aparece na definição de “desocupação”. De acordo com as definições do IBGE, a desocupação se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos)

Como é notório, a partir de 2015 há um aumento contínuo na taxa de subutilização da força de trabalho. Em 2018, houve redução da desocupação (12,0%), que permanece quase o dobro da observada em 2014, embora a subutilização tenha crescido (24,6%), segundo os dados do IBGE (2023).

**FIGURA 2.** Indicadores selecionados do mercado de trabalho - Brasil - 2012-2018

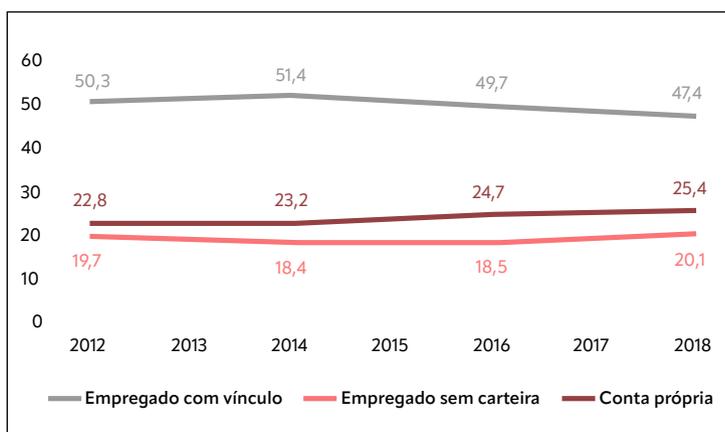


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2018. Síntese de Indicadores Sociais 2019.

que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Já a população ocupada refere-se ao conjunto de pessoas com idade para trabalhar que, na semana de referência da pesquisa, trabalhou pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc. (Araújo, 2023, p. 72-73).

Dentro desse cenário desfavorável para o trabalho, as condições não se mantiveram favoráveis nem mesmo para os trabalhadores ocupados, tendo em vista que entre 2015 e 2018 houve uma queda brusca nas ocupações com vínculo formal, como na Figura 3.

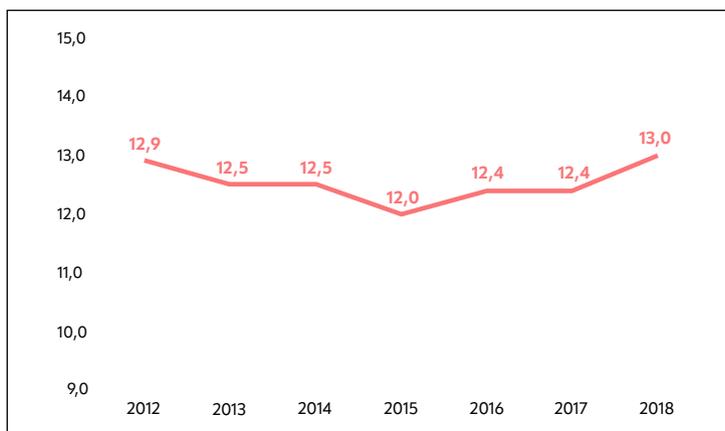
**FIGURA 3.** Participação dos trabalhadores com 14 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas de posição na ocupação - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2018. Síntese de Indicadores Sociais 2019.

Com relação aos indicadores de renda, a razão entre os rendimentos médios dos trabalhadores com os 10% maiores rendimentos e dos 40% com os menores rendimentos (R10/40), é um indicador importante. A Figura 4 demonstra que até 2015 houve redução da desigualdade de renda do trabalho. No entanto, entre 2015-2018, observou-se movimento contrário. Segundo a razão de renda, é possível inferir que em 2018, os 10% mais ricos recebiam 13 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos (Araújo, 2023).

**FIGURA 4.** Razão entre os rendimentos médios de todos os trabalhos dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos, segundo a população ocupada - Brasil - 2012-2018

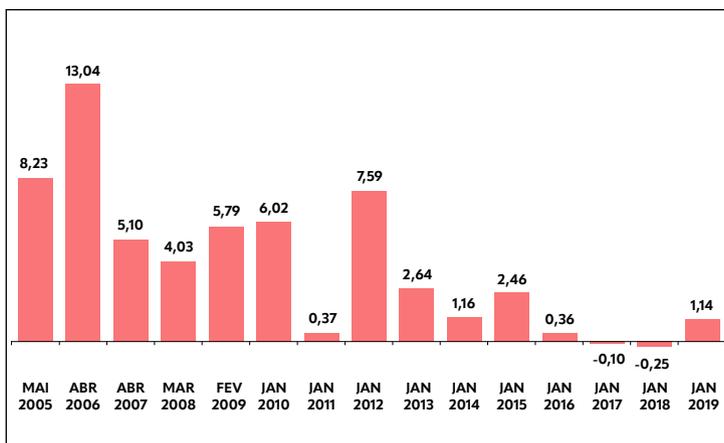


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2018. Síntese de Indicadores Sociais 2019.

Outro fator que pode impactar no comportamento na distribuição de renda é a valorização/desvalorização do salário mínimo. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

Com o reajuste de janeiro de 2015, o piso foi fixado em R\$788,00, o que representou ganho real de 2,46%; e, em 2016, foi elevado para R\$880,00 - aumento real de 0,36%. Assim, entre maio de 2005 e janeiro de 2016, o aumento real acumulado do salário-mínimo foi de 72,98%. Nos dois anos subsequentes, entretanto, o percentual de reajuste que recaiu sobre o salário-mínimo foi inferior ao INPC-IBGE - 0,1%, em 2017, e -0,25, em 2018, impondo-lhe perda de 0,34% (DIEESE, 2019, p. 3).

FIGURA 5. Aumentos Reais no Salário Mínimo 2003-2019 (em %)

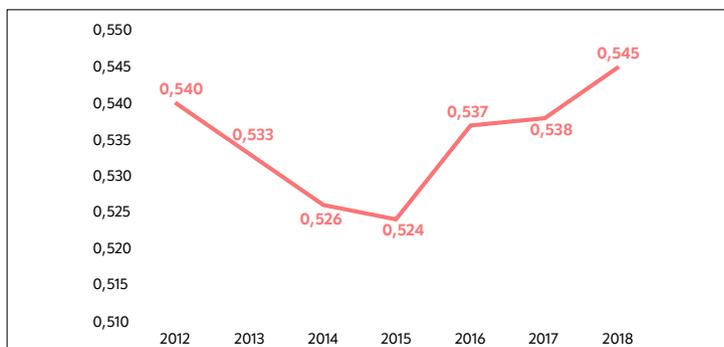


Fonte: Dieese. Nota Técnica, 2019.

Com relação aos indicadores de desigualdade, todos sabem que o coeficiente de Gini é a medida usualmente utilizada para calcular a desigualdade a partir da distribuição de renda. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade da renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada). Assim, quanto mais próximo de um a medida estiver, maior é a concentração de renda na referida população (Araújo, 2023).

Conforme apresentado na Figura 6, o indicador apresentou tendência de queda entre 2012 e 2015, atingindo o menor valor neste último ano, 0,524. A partir disso, entre 2015-2018 o índice apresentou comportamento crescente, chegando a 0,545 em 2018, o maior valor da série apresentada.

FIGURA 6. Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012-2018. Síntese de indicadores Sociais 2019.

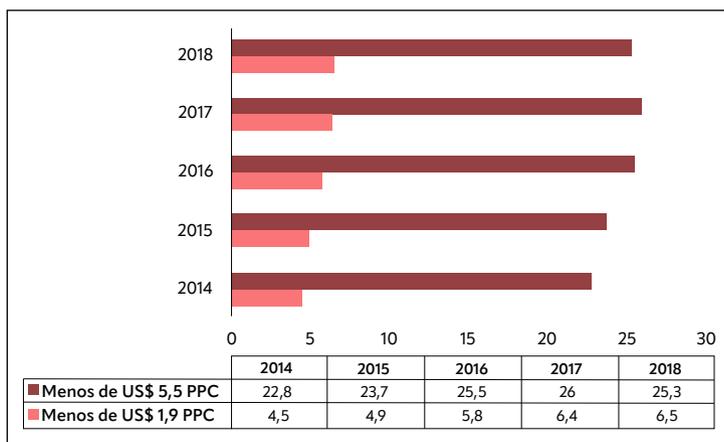
Pudemos ainda rematar, com base nos indicadores levantados, que a partir de 2015 cresce a proporção de pobres até atingir 26,0% em 2017.

Com relação aos indicadores de pobreza, para fins de comparação internacional, o IBGE faz uso da medida padrão do Banco Mundial que utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países. A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, Purchasing Power Parity - PPP), o que representa a média das linhas de pobreza encontradas em 15 (quinze) dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda per capita. O Banco Mundial recomenda o uso das linhas de US\$ 3,20 (três dólares e vinte centavos) PPC para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos) PPC para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com

mais outros 46 (quarenta e seis) países. No caso do Brasil, tomando como referência o salário-mínimo do ano 2018, o valor US\$1,90 (um dólar e noventa centavos), corresponde a R\$145,00 mensais. Enquanto, a linha US\$5,50 (cinco dólares e cinquenta centavos), corresponde a R\$420,00 mensal (Araújo, 2023, p. 91).

À vista disso, no Figura 7 é possível perceber o comportamento das linhas da pobreza. Na linha de US\$1,90 PPC por dia mostra que entre 2014 e 2018, houve um aumento de 2,0 pontos percentuais, resultando em 6,5% da população brasileira com rendimento inferior a US\$1,90 PPC no ano de 2018.

**FIGURA 7.** Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil - 2012-2018



Fonte: IBGE, 2012-2018. Elaboração: Araújo, 2023.

Portanto, todos esses indicadores atestam de maneira contundente, que a agenda de desenvolvimento promulgada pelo Governo

Temer, através do programa “Uma Ponte para o Futuro”, foi desastrosa para a classe trabalhadora, gerando taxas elevadas de desemprego, desigualdade social, pobreza e concentração de renda.

### Considerações finais

Buscamos encontrar as determinações mais universais que sobrevivem sobre as circunstâncias presentes no Brasil, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo sob o regime de acumulação com dominância financeira e sob o avanço geopolítico do mercado mundial na busca por valorização de capital no transcurso da crise dos anos 70 até os dias atuais. Crise causada pela queda da taxa de lucro, que é resultado das dificuldades cada vez maiores de valorização do capital e que se manifestou por meio do baixo nível de investimento e reduzido crescimento econômico mundial (Gomes, 2020).

No artigo, pudemos verificar que o ajuste financeiro, feito a partir da agenda de governo de Michel Temer (2015-2018), foi realizado no sentido de contornar a crise brasileira e representou a diminuição dos direitos dos trabalhadores, a redução do acesso a serviços públicos e a subtração do financiamento de direitos sociais que não chegaram a custar sequer 1% do total do PIB no Brasil, no período analisado.

A justificativa utilizada pelo governo foi a necessidade de conter a evolução da dívida pública sobre o PIB, que cresceu com os anos de crise econômica, de modo a manter uma saúde fiscal do Estado, que sinalizasse positivamente os investidores de capital (Araújo, Costa e Gomes, 2023).

Tentamos demonstrar que as diretrizes desse ajuste financeiro foram na realidade de austeridade fiscal para as políticas sociais, a partir do teto de gastos, das desvinculações orçamentárias

e desindexações dos salários e das rendas dos trabalhadores vinculados ao Estado, da Reforma trabalhista e da entrega das estruturas econômicas para o capital privado.

Constatamos, portanto, que o ajuste financeiro imposto a partir de 2016 configura como uma medida nefasta à sobrevivência da classe trabalhadora, uma vez que interessa mais retomar as relações com o grande capital estáveis novamente, a despeito de serviços precários à população, que visa tão somente aumentar os lucros de empresas privadas e intensificar a produção de mais-valia contra restando a queda tendencial as taxas de lucro, provocadas pela crise, que se aprofunda no Brasil a partir de 2014.

Verificamos que essa agenda de desenvolvimento econômico ganhou materialidade, com o novo regime fiscal, “Teto de Gastos”; as reformas trabalhista e previdenciária e tantas outras iniciativas que visavam contrabalançar a tendência de queda da taxa de lucro.

Seus efeitos se deram na redução do gasto público – em especial nas despesas sociais em saúde, educação e assistência social – com proporção do PIB, ao passo que não tratou da redução sobre as transferências constitucionais e isenções fiscais, das despesas financeiras e créditos extraordinários. Tais medidas impactaram não só nos indicadores de trabalho e renda, pobreza e desigualdade social, mas destruíram quase por completo o caráter universal das políticas sociais.

Como se depreende do exposto até aqui, a pesquisa revelou a partir dos dados indicadores sociais analisados que só em 2018 aproximadamente 52,5 milhões de pessoas no Brasil viviam com rendimentos inferiores a US\$5,50 por dia, segundo o IBGE (2019).

Como conclusão, a investigação demonstrou um crescimento na concentração de renda pelos 10% mais ricos, a duras custas da parcela dos 40% mais pobres entre os anos 2015-2018, que sustentam o

acirramento da estrutura exploratória do capital, a qual se assenta nas políticas de ajuste permanente no país, configurando-se como um conjunto de medidas nefastas à sobrevivência da classe trabalhadora.

Por fim, acreditamos que os principais resultados encontrados neste trabalho trazem novos elementos para o debate sobre a crise da economia política brasileira.

## Referências

ARAÚJO, G. N. C. B. *Ajuste econômico e subdesenvolvimento no governo Temer: as implicações do desmonte em dados empíricos*. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica, 2022/2023; modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2023.

ARAÚJO, G. N. C. B.; COSTA, E. A.; GOMES, C. M. C. O ajuste no Governo Temer: uma agenda para qual desenvolvimento? *Anais do Encontro Nacional e Internacional de Política Social*, v. 1, n. 1 (2023): A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises, 2023.

ARRIZABALO, M. X. *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. 2. ed. Instituto Marxista de Economía (IME), Madrid, 2016. 720 p.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 34, n. 17, p. 53-76, 2017.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo, Ortodoxia e Ajuste Econômico: crítica da economia política brasileira. 2015. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/10/Marcelo-Carcanholo.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CARCANHOLO, M. D. Duas décadas de neoliberalismo no Brasil: a economia política da continuidade. *Revista Periferias*, Buenos Aires, Año 2013, n. 6, p. 173-197. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/fisyp/20130214110720/PeriferiasFINAL16.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

DIEESE. *Salário mínimo de 2019 é fixado em R\$ 998,00*. São Paulo, jan. 2019. (Nota Técnica, 201). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.

COSTA, E. A. *Crise e Ajuste no governo Temer: uma ponte para qual futuro?* Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica, 2021/2022; modalidade PIBIC/CNPq/UFPB, 2022.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022. 2023. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-consumiram-463-do-orcamento-federal-em-2022/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.

GOMES, C. M. C. *Crise e Dependência: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*. Projeto de Pesquisa Produtividade, CNPq, 2023-2026, 42 f.

GOMES, C. M. C. *O Capitalismo em crise: fatores contra restantes nas políticas econômicas brasileiras a partir de 2016*. Projeto de Pesquisa, 2022, UFPB/PIBIC/CNPq, 32 f.

GOMES, C. M. C. Crise, democracia restrita e golpe de 2016. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 57, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5821>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GOMES, C. M. C. Crise e dependência: as contradições do (neo)desenvolvimento econômico no capitalismo periférico. In: GOMES, C. M. C. (org.). *A crise e os limites históricos do capitalismo: o lugar das políticas sociais no torvelinho potencial da crise brasileira*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020, p. 87-128.

GRESPLAN, J. Uma teoria para as crises. In: SAMPAIO JR., Arruda (org.). *Capitalismo em Crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 29-55.

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&cid=210167>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2017. (Rendimento de Todas as Fontes 2017). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101559_informativo.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2018. (Rendimento de Todas as Fontes 2018). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

IBGE. Produto Interno Bruto - PIB. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/explica/PIB.php](https://www.ibge.gov.br/explica/ PIB.php). Acesso em: 21 abr. 2023.

IPEA. *Carta de Conjuntura*, n. 57, 4º trimestre 2022. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/11/221123\\_notai16\\_economia\\_mundial.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/11/221123_notai16_economia_mundial.pdf). Acesso em: 30 nov. 2022.

IPEA. *Carta de Conjuntura*, jun. 2019. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/carta\\_de\\_conjuntura\\_27.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/carta_de_conjuntura_27.pdf). Acesso em: 8 jul. 2020.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, 2002, p. 51-72. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>. Acesso em: 1 mar. 2023.

LENIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1989.

LUCE, M. S. *Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 1. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017; Civilização Brasileira, 1984.

MELCHIOR, D.; OLIVEIRA, G. A. Reformas do capitalismo brasileiro contemporâneo: uma análise a partir da teoria marxista da dependência. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC22/mc222.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, 2013.

OEIRO, J. L.; DE PAULA, L. F. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar*. 2019. Disponível em: <file:///Users/claudia/Downloads/AeconomiabrasileiranogovernoTemereBolsonarofinal280920191.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

OXFAM. *Bem público ou riqueza privada*. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/bem-publico-ou-riqueza-privada/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

OXFAM. *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. Relatório da Oxfam Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>. Acesso em: 10 maio 2022.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB). *Uma Ponte para o Futuro*. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 375 p.

## Um retrato do trabalho precarizado no Brasil: perfil, condições de trabalho e ações coletivas dos entregadores por aplicativo

Bárbara Bruna da Trindade Gomes  
Laudicéia Araújo Santana

### Introdução

Este capítulo se propõe a fazer uma caracterização dos entregadores sob demanda de aplicativos, traçando seu perfil e as condições de trabalho a partir de uma pesquisa realizada pela Aliança *Bike*; como também identificar as reivindicações desses trabalhadores e suas estratégias de organização. Tem como base um estudo realizado por uma das autoras no seu trabalho de mestrado no qual estudou as juventudes precarizadas e seu potencial explosivo.

Em um contexto de crescente economia digital no marco do capitalismo e avanços tecnológicos cada vez maiores, a empresa de tecnologia Uber surge como pioneira de uma nova configuração e controle de trabalho. A lógica do funcionamento da Uber estabelece uma forma singular de subordinação do trabalhador ao capital, na qual através de aplicativos uma empresa oferece sua plataforma digital como forma de intermediação entre meios de produção, força de trabalho e o mercado consumidor. Essa lógica se expandiu para muitas outras empresas que fazem uso da mesma forma de prestação de serviço, como por exemplo: *Uber Eats*, *Ifood*, *Rappi*, entre outras.

O presente capítulo organiza-se em quatro seções. A primeira seção traça de maneira sumarizada um panorama do avanço do uso das tecnologias em um momento de precarização do trabalho no capitalismo global. A segunda visa com base na pesquisa da Aliança *Bike* conhecer melhor essa juventude precarizada a partir do seu perfil sócio-econômico e das condições de trabalho a que estão submetidos; a terceira seção apresenta as lutas e reivindicações dos trabalhadores uberizados por melhores condições de trabalho e regulamentação trabalhista. A última seção apresenta reflexões conclusivas sobre a precarização do trabalho.

### **Avanço tecnológico e precarização do trabalho: um panorama do atual estágio do capitalismo global em relação ao trabalho**

O avanço das tecnologias da informação, da robótica e o uso dos aplicativos de transporte e serviços promove o agravamento da precarização do trabalho e a perda dos direitos trabalhistas, configurando o processo de uberização do trabalho, termo decorrente da palavra Uber. Uma característica marcante desse tipo de trabalho é a invisibilidade do trabalhador, embora as grandes plataformas digitais façam uso de um discurso poderoso e atrativo, classificando os trabalhadores como autônomos e empreendedores de si mesmos.

Esse desenvolvimento de aplicativos para gerar lucro, aprofundando o controle dos trabalhadores, encontra total sentido na lógica neoliberal, na lógica de que além da hegemonia do capital financeiro sobre as demais frações do capital e contra a classe trabalhadora (Anderson, 1995) há uma ideologia baseada na meritocracia, individualismo e competitividade crescentes. Se aprofunda uma visão na qual os trabalhadores são vistos como competidores. Nesse tipo de trabalho uberizado/plataformizado a noção de empreendedorismo,

como ideologia dominante, vem sendo difundido de forma mais massiva, sobretudo pela mídia e por agências como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), como uma forma de viabilizar a transição das juventudes para a vida adulta e para o mercado de trabalho de uma forma precarizada, mas que aparece como natural e não como produto de relações sociais.

Os discursos propagados pelas grandes plataformas digitais utilizam a ideia de autonomia e empreendedorismo como propaganda atrativa, presente, sobretudo, na possibilidade de jornadas de trabalho mais flexíveis e sem padrão, rompendo com a estrutura bilateral do contrato de trabalho formal. Na realidade, essa difusão da noção de liberdade no trabalho, esvazia o conteúdo laboral da atividade que os trabalhadores desempenham e ainda exime as plataformas de qualquer responsabilidade trabalhista, aplicando formas de flexibilização e precarização das relações de trabalho, utilizando as recentes tecnologias como cerne desse processo, em outras palavras, as plataformas digitais são usadas para reconfigurar a exploração do trabalho.

O aumento da flexibilidade do trabalho possibilitado pelas novas tecnologias da informação permitiu grandes mudanças na organização da produção, juntamente a isso, a generalização do conceito de empreendedorismo tem impactado de maneira decisiva a classe trabalhadora, sobretudo os jovens, uma vez que essa nova morfologia do mercado de trabalho tenta construir um “indivíduo” de novo tipo, dotado de espírito empreendedor, confiante e capaz de assumir riscos moderados.

O desenvolvimento tecnológico constituído, sobretudo, pela nanotecnologia, robótica e tecnologia da informação, tem promovido transformações significativas no mundo e nas relações de trabalho. Especificamente no Brasil, essas transformações foram acentuadas a

partir dos anos 90, com a implantação das políticas neoliberais do governo Collor, generalizando medidas de cunho liberal da contratação dos trabalhadores por modalidades que ficavam abaixo do estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A aprovação em 2017 da Reforma Trabalhista (Lei 13.467) ampliou e institucionalizou a precarização do trabalho, como aponta o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE):

A reforma instituiu um cardápio de contratos de trabalho precários, seja pela insuficiência de horas trabalhadas, seja pela possibilidade de redução de direitos; alterou a extensão da jornada de trabalho por meio de diversos mecanismos, inclusive de negociação individual; reduziu garantias relativas ao salário, às férias, à isonomia salarial e proteção às mulheres lactantes; incluiu medidas que facilitam a demissão e reduzem a possibilidade de o trabalhador reclamar seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Além disso, aprovou pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva” (DIEESE, 2019, *apud* Costa, 2020).

Com essa contrarreforma, a informalidade, como afirma Antunes (2009), vai ocorrer no seu sentido mais profundo, desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira assinada. Os novos contornos, organização e gestão que vem se configurando no mercado de trabalho, estão se tornando mais reconhecíveis através do trabalho mediado pelas plataformas digitais.

Nos últimos anos, o cenário das cidades brasileiras passou a contar com a figura dos entregadores por aplicativo, notadamente a partir de 2020 houve uma maior proliferação da categoria, em virtude da pandemia do vírus COVID -19, uma vez que, com a

impossibilidade da livre circulação de pessoas, o serviço de *delivery* passou a ser a alternativa mais utilizada como forma de continuidade de parcela do comércio.

Nesse contexto de ampliação da precarização, o desemprego atingiu 13 milhões de trabalhadores e 600 mil micros, pequenas e médias empresas fecharam nos primeiros meses de 2020. Aliada à crise econômica, o país voltou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) com uma estimativa de que 33,1 milhões de pessoas passam fome, segundo dados da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar), citados por Benites (2022), e que 4,1% da população enfrenta falta crônica de alimentos.

A crise revelou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, na desindustrialização, no trabalho informal, na especialização da produção de bens primários para exportação, e que tem como principal comprador de *commodities* a China, onde se iniciou a epidemia (Costa, 2020, p. 970).

No Brasil, aproximadamente 1,5 milhões de pessoas trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias, de acordo com dados divulgados em maio de 2022, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Esses trabalhadores estão inseridos na chamada *gig economy*, termo utilizado para caracterizar as relações laborais entre funcionários e empresas que contratam mão de obra para realizar serviços esporádicos e sem vínculo empregatício, sobretudo via aplicativos.

Notadamente, a partir de 2020 houve uma maior proliferação da categoria; em virtude da crise pandêmica de COVID-19, que passou a ser essencial em um momento no qual parte da população

precisou parar suas atividades básicas externas para mitigar a propagação do vírus e evitar o colapso do sistema de saúde. O serviço de *delivery* passou a ser a alternativa mais utilizada como forma de continuidade de parcela do comércio.

Esse tipo de serviço, conforme Abílio e Sabino (2019), ratificam o poder das empresas-aplicativo em gerar ocupações novas, organizadas por novos meios. Por se apresentar como uma alternativa para geração de renda, as empresas-aplicativo surfam na gravidade do desemprego juvenil, nesse sentido, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021), que se referem ao 1º trimestre de 2021, apontam uma taxa de desemprego de 46,3% entre a população mais jovem.

### Quem são esses trabalhadores precarizados?

O estudo inédito realizado na cidade de São Paulo, especificamente nos bairros Tatuapé, Santa Cecília, Paulista, Pinheiros, Santana e Itaim Bibi, no ano de 2019 pela Associação Brasileira do Setor de Bicicleta - Aliança *Bike*, fez um levantamento quantitativo sobre o tema, que possibilitou traçar um perfil sociodemográfico dos entregadores, diagnosticar as principais condições de trabalho em termos de rendimentos e jornada de trabalho e mapear a relação com bicicletas e mobilidade urbana.

A pesquisa considerou as variáveis: idade, escolaridade, cor ou raça, investimentos e gastos com bicicleta e outros equipamentos, quilometragem percorrida, tempo de experiência na profissão, horas e dias trabalhados por semana e ganhos mensais.

A motivação para a pesquisa foi o crescimento considerável da quantidade de entregadores e o baixo conhecimento do fenômeno

em um contexto dinâmico e incerto de precarização das condições de trabalho.

Para se ter uma ideia da dimensão da questão, segundo a Aliança Bike (2019), na ciclovia da Avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo (eixo cicloviário de maior uso em todo o país), os ciclistas com bolsas térmicas eram 2% dos 4.840 ciclistas contados em 2018, e, passaram a ser 7% dos 6.377 em 2019. Em números absolutos, passou de 73 em 2018 para 467 em 2019, um aumento de 5,4 vezes em um ano.

Conforme os dados extraídos do estudo da Aliança *Bike* (2019), os entregadores são homens adultos jovens. Das 270 entrevistas, apenas 3 foram feitas com mulheres. Nesse sentido, da amostra, 99% são homens e por esse motivo não é feito recorte de gênero. Os entregadores ciclistas têm em média 24 anos, 50% possuem até 22 anos, sendo que o mais jovem tinha 16 anos, enquanto o mais velho 59 anos. Nesse aspecto, não é incomum verificar menores de idade prestando tais serviços.

Referente à escolaridade, 40% têm até o ensino fundamental completo, 53% têm até o ensino médio completo, 4% têm até o nível superior e 1% pós-graduação, um detalhe é que apenas 16% afirmaram ainda estudar. Em relação à cor ou raça, 71% se declararam negros (sendo 44% pardos e 27% pretos), 26% brancos, 2% amarelos e 1% indígenas.

No tocante à relação dos entregadores com outros empregos, 86% dizem não ter outro emprego, 9% têm emprego fixo e 5% têm trabalho esporádico, popularmente conhecido como bico. Das 39 pessoas que têm outros empregos, 3% ou em números absolutos 8 pessoas, trabalham também fazendo entregas para restaurantes, fora de aplicativos.

E esses sintomas do subemprego e da vulnerabilidade econômica são mais sentidos pela classe mais pobre. Muitos jovens, especialmente negros e com baixa escolaridade, estão subordinados a essas novas formas de trabalho impostas pelas empresas-aplicativo. Esse tipo de entrega por bicicleta evidencia a degradação contemporânea do trabalho, além dos desafios para a resistência e compreensão frente a essa nova configuração de organização do trabalho (Abílio, 2019).

A presença de tantos rostos pretos em condições de trabalho informais maçantes assinalam para o grande e crescente problema do racismo e também da desigualdade social. Sobretudo, com o início da quarentena em virtude da pandemia de COVID-19, muitos empregos formais foram perdidos e, com o aumento da demanda de serviços de *delivery*, muitos desempregados viram como uma alternativa de obtenção de renda.

Em relação a investimentos e gastos com a bicicleta, apenas 5% responderam que não realizaram nenhum investimento para iniciar a prestação de serviços; enquanto que 27% gastaram com conserto ou manutenção; 31% compraram uma bicicleta; 59% alteraram o plano de dados do celular; e 67% precisaram comprar a mochila térmica que armazena os produtos a serem entregues, ainda 16% dos entrevistados alegaram ter realizado despesas em relação a acessórios para bicicleta, como exemplo: lanternas de iluminação, capacete, capa de chuva, etc. essas informações corroboram com a tese de que as empresas repassam para os trabalhadores os custos fixos do seu trabalho, aumentando a exploração não apenas da força de trabalhos dessas pessoas, mas também repassando para elas custos que tradicionalmente eram responsabilidade dos donos dos meios de produção.

No que tange à quilometragem percorrida diariamente pelos entregadores, o estudo dividiu a metodologia em duas análises, 1- distância entre residência e região de trabalho; e 2- quilômetros pedalados em entregas. No primeiro caso, a média é de 10,3km; no segundo, estimou-se uma média de 40km. Portanto, é possível afirmar que a média semanal percorrida ultrapassa os 300km, já que a pesquisa apurou que 57% dos entrevistados trabalham todos os dias da semana, 24% seis dias por semana e 11% cinco dias.

O estudo da Aliança *Bike* também analisou há quanto tempo esses entregadores faziam esse trabalho e sua relação com a bicicleta. Observou-se que 37% dos trabalhadores faziam entregas há menos de 3 meses, 28% entre 3 e 6 meses, 22% entre 6 meses e 1 ano, 11% entre 1 e 2 anos, e 2% mais de 2 anos. Obtendo, portanto, que 65% atuavam no setor há menos de 6 meses.

Em relação ao uso da bicicleta, foi diagnosticado que existem dois extremos: dos 270 entrevistados, 49% não usavam a bicicleta, já 37% utilizam há mais de 5 anos. Uma hipótese apresentada pelo estudo é que grande parte dos entregadores não foram impactados pelas políticas públicas de implantação de ciclovias nos últimos anos na cidade de São Paulo, além disso, foram potencializados de maneira negativa pela concentração desta rede no quadrante sudoeste da cidade.

O que torna ainda mais complexa a discussão e desumana a realidade é saber que essa juventude não possuindo meio de transporte, tem a possibilidade de alugar bicicletas através de aplicativos de instituições financeiras. É importante observarmos que em plena era informacional há o retorno de atividades braçais que é o caso dos entregadores de bicicletas. Nesse quesito, a Aliança *Bike* analisou a partir de 38 entrevistas realizadas com quem estava com

bicicletas compartilhadas no momento do uso ou aguardando chamado ao lado de estações do sistema Itaú.

Referente aos planos de empréstimos, cerca de 32 entrevistados afirmaram possuir planos do “Bike Itaú-TemBici”, dos entrevistados, 26 têm plano mensal de R\$20,00. Apenas 4 afirmaram usar bicicletas “Yellow”, pagando R\$1,00 a cada quinze minutos, e 2 disseram não ter plano nenhum. Em resposta às motivações de fazer uso da bicicleta compartilhada, os principais motivos foram: “É mais barato do que comprar e manter uma própria”, seguindo de “Ainda não possuo recursos para adquirir uma bicicleta própria”.

Ainda de acordo com os dados obtidos pela Aliança Bike, em relação à dedicação dos entregadores aos aplicativos, verificou-se que para 59% se motivaram a usar a bicicleta e fazer entregas em virtude de estar desempregados, seguidos por 14% que gostam de andar de bicicleta e 11% dizem que é um trabalho para se fazer nas horas vagas. Renda extra foi a motivação para 4% dos entrevistados.

Em relação às vantagens da entrega por bicicleta, respostas como: flexibilidade de horário, não ter patrão e ser um emprego sem processo seletivo também foram obtidas.

Nessa perspectiva, é inegável que a condição do trabalhador uberizado é extremamente precária, como enfatiza Abílio (2020), esses trabalhadores estão disponíveis para o trabalho, mas são utilizados de forma inconstante e variável, isto é, são trabalhadores sob demanda, remunerado estritamente pelo tempo em que efetivamente produz, numa jornada de trabalho que já nem é preestabelecida, sendo utilizado e gerenciado de acordo com a demanda, assim, ainda que o trabalhador esteja à disposição da empresa, parte

---

1 O Bike Itaú é um sistema de compartilhamento de bicicletas públicas que é operado pela tembici e patrocinado pelo Itaú.

de sua jornada não é reconhecida como tempo de trabalho, além de ser apropriada pelo dono da empresa como excedente.

A maioria dos entregadores, cerca de 57%, trabalha 7 dias por semana, seguido pelos que trabalham 6 dias somando um percentual de 24% e outros 8% que trabalham de 2 a 4 dias por semana. No geral, a média de horas a disposição do aplicativo é de mais de 9 horas por dia. O aumento da jornada de trabalho acarreta na subutilização dos trabalhadores, esses passam a ter vínculos com jornada e remuneração menores que suas necessidades.

Nesse sentido, a despeito da remuneração, em média, ciclistas entregadores ganham R\$ 936 por mês, o motivo pelo qual os trabalhadores dedicam tantas horas aos aplicativos, explica-se pela baixa remuneração ganha por eles, como pode ser visto na tabela 1 a seguir:

**TABELA 1.** Faixa de Horas Trabalhadas e Rendimento Mensal

Quantidade de horas trabalhadas por dia	Quantidade de entregadores	Média de rendimentos mensais
Até 5 horas	19	R\$ 466,20
De 6 a 8 horas	78	R\$ 752,90
De 9 a 12 horas	132	R\$ 1.105,80
Mais de 12 horas	15	R\$ 995,30
Total geral	244*	R\$ 936,00
26 entrevistados não responderam o rendimento mensal		

Fonte: Aliança Bike, 2019.

A partir dos dados acima se conclui que, para aumentar seus ganhos, os trabalhadores se submetem a longas jornadas de trabalho, sem, todavia, ter a garantia de que terão remuneração superior ao próprio salário-mínimo, já que a média salarial dos que

trabalharam mais de 12 horas diárias ficou em R\$ 995,30 e o salário-mínimo em 2019, ano que foi realizado o estudo, era de R\$ 998,00.

Nesse quesito é importante frisar que trabalhadores por demanda de aplicativo ganham apenas o referente pelas entregas realizadas e não pelo tempo total que ficam disponíveis à plataforma. Assim, os entregadores presentes na linha “Mais de 12 horas”, na verdade estiveram logados à plataforma por todo esse tempo, mas não necessariamente fizeram entregas por mais de 12 horas, logo, por esse motivo seus rendimentos foram inferiores aos que entregadores da linha “De 9 a 12 horas”.

Abílio e Sabino (2019) fazem uma ressalva importante sobre a remuneração, mostrando que um determinado percentual dos valores obtidos com as entregas ou viagens realizadas será destinado a remunerar a própria plataforma digital. Observando assim, que o trabalhador não mantém consigo o valor inteiro que arrecada com as viagens ou entregas.

Verifica-se, portanto, uma completa inversão da alteridade, uma vez que os riscos do negócio são amplamente assumidos pelos trabalhadores, que devem providenciar desde o meio de transporte ao equipamento necessário para armazenamento do produto a ser entregue, que, na maioria das vezes, estampa a própria marca da empresa para a qual presta serviços. Ou seja, além de tudo, o trabalhador realiza um trabalho não pago de fomento da marca (Abílio e Sabino, 2019, p. 121).

Além das altas jornadas e baixas remunerações, os entregadores relataram os problemas específicos do seu dia a dia. Um total de 40% alega que o principal problema é a falta de segurança no trânsito, em seguida 30% afirmam a falta de infraestrutura adequada, falta de segurança pública com um percentual de 19% e falta

de sinalização 4%. Esses são problemas indissociáveis da atividade exercida pelos entregadores, isto é, são problemas reais, rotineiros e palpáveis. Fica claro o quanto a falta de proteção e regulamentação permite ao empregador transferir os custos do trabalho para o trabalhador. Além disso, o empregador ainda se exime das responsabilidades com a jornada de trabalho, segurança e as condições de saúde.

Portanto, a narrativa de que o trabalhador por aplicativos é um empreendedor de si, cai por terra facilmente quando verificadas as condições de trabalho e as novas formas de gestão e controle do trabalho praticadas pelas empresas-aplicativo. Ao vender a ilusão de trabalho autônomo, inovador e sem patrão, os aplicativos camuflam a realidade e submetem os trabalhadores ao pior dos padrões, o mercado, os nivela independente do grau de instrução, burla proteções trabalhistas e situações de assalariamento, ampliando os processos de informalização, premissas que casam com o ideário neoliberal, que em uma análise marxista, “lança parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz de outra parte máquinas” (Marx, 2010, p. 82).

As variáveis jornada de trabalho e rendimentos ajudam a ratificar o quanto o processo de erosão do trabalho assalariado aumentou nas últimas décadas, configurando uma das questões centrais para aquilo que se convencionou chamar de uberização/plataformização do trabalho. A diminuição da jornada e o aumento da taxa repassada pelas empresas são pontos que sempre estão presentes nas pautas de reivindicação dos entregadores.

Em um contexto econômico onde a população pobre e negra se concentra nos empregos informais e de baixa formação exigida, a ofensiva e a negação de direitos para alguns trabalhadores é um ataque além de classista, racista. Nesse sentido, as ações coletivas e

resistências dos entregadores representam não só a luta dessa categoria, mas de toda população mais vulnerável que continua tendo seus direitos negados e suas necessidades negligenciadas.

Em consonância com os dados da Aliança Bike supracitados, constata-se que os trabalhadores jovens, apesar de não serem o único grupo social para o qual trabalhos precarizados são direcionados, aparecem em destaque com relação a outras faixas etárias. No entanto, essa juventude, não é apenas receptora passiva de políticas neoliberais e de trabalhos precários.

Para Reis (2019), os jovens possuem um potencial contestatório historicamente evidenciado em tempos de crises sociais. Desde a década de 1960, particularmente com os fenômenos da contracultura, a juventude passa a ser vinculada a rebeldia, bem como com a fração da classe que tem poder de contestar a ordem e impulsionar mudanças sociais.

Na última década temos presenciado, com certa periodicidade, a ocupação das ruas e dos espaços públicos por jovens, seja por questões ligadas a estatização do ensino universitário e à resistência à privatização da educação pública do nível médio e fundamental como foi o caso do Chile, seja pela bandeira da democratização das instituições e por melhores condições de educação, exemplo do México ou por uma variedade de pautas relacionadas a direitos, transporte, liberdade de expressão, moradia popular, vemos os jovens que tomam ruas, ocupam prédios públicos e universidades e reivindicam seus direitos.

### **Lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho**

No que tange os trabalhadores por demanda de aplicativos, apesar dos problemas e suas respectivas resoluções serem diferentes a

depender das características existentes em cada mercado de trabalho, as conquistas ao redor do mundo representam uma oportunidade para entregadores e motoristas dos demais países conseguirem algum avanço no reconhecimento dos seus direitos, ou ao menos servem de combustível para essa massa trabalhadora mostrar seu potencial de resistir e reivindicar.

Neste sentido, merece destaque a aprovação da lei “AB-5”, no estado norte-americano da Califórnia (*CALIFORNIA LEGISLATIVE INFORMATION*, 2019). De acordo com essa lei, as empresas da *gig economy* têm por obrigatoriedade registrar seus prestadores de serviço como empregados, lhes proporcionando direitos como salário-mínimo, seguro-desemprego, feriados remunerados, assistência médica, indenização por danos sofridos no trabalho, sindicalização (Abílio e Sabino, 2019). Essa conquista é fruto de intensas lutas, reivindicações e greves, exigindo melhores condições de trabalho.

Ainda no âmbito internacional, outra conquista que merece destaque, conforme Moda (2022), é a aprovação da *Ley Rider* no Estado Espanhol, onde tal lei passou a reconhecer o vínculo empregatício entre os entregadores e as empresas, além de determinar que as corporações divulguem instruções e as regras dos algoritmos que servem de base para a organização dos processos de trabalho.

Em outros países europeus, a exemplo de França, Reino Unido e Suíça, o reconhecimento do vínculo de emprego entre trabalhadores e empresas de aplicativos são também conquistas da luta que melhoram as condições de um trabalho que continua sendo precarizado e podem inspirar lutas pelas mudanças das relações trabalhistas no mundo. Além disso, no final de 2021, como colocam Filgueiras e Sanz (2020), a Comissão Europeia deu alguns direcionamentos de como os países da União Europeia devem tratar esses trabalhadores.

Todos esses avanços ao redor do mundo, mesmo que parciais, só foram possíveis graças ao poder contestatório dos trabalhadores, ou seja, a força desses que mesmo fragilizados e fragmentados conseguem mostrar coragem de resistir e reivindicar. De acordo com estudo sobre as condições de trabalho dos entregadores de aplicativos de Recife e Brasília, realizado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT em 2021, no ano de 2016, em Nova York, os motoristas da Uber criaram a *Alles*, uma associação solidária que lutava por melhores condições de trabalho depois que o preço das viagens despencou em 15%. Ainda na cidade de Nova York, um coletivo de entregadores criou o movimento “*Los Deliveristas Unidos*”, que ganhou adesão rapidamente de milhares de seguidores nas redes sociais e estabeleceu manifestações pela regulamentação da profissão.

O processo de luta pelos direitos dos entregadores de aplicativos não esteve presente apenas em países europeus e nos Estados Unidos da América. Na América Latina, podemos citar como exemplo Argentina e México. Em 2018 na Argentina, entregadores se mobilizaram em busca do aumento das tarifas, isso resultou na criação de uma associação e de um aplicativo próprio de entrega. Já no México, o coletivo *Ni Un Repatidor* conseguiu abrir diálogo com algumas plataformas e o Estado por direitos básicos como salário mínimo (CUT, 2021).

Os pequenos avanços alcançados nos países, citados anteriormente, abrem precedentes importantes para sua organização em escala global. No Brasil, por exemplo, tivemos o breque dos *apps*, apagões e a formação de associações e cooperativas como resposta às condições extremamente precárias de trabalho.

A manifestação aconteceu em 2020 em plena pandemia, quando um grupo de trabalhadores foi às ruas em todo o país para

denunciar suas condições de trabalho. Assim, no dia primeiro de julho de 2020, os entregadores realizaram o primeiro “Breque dos apps”, que tinha como objetivo paralisar os aplicativos de *delivery* por um dia, na tentativa de trazer à tona suas demandas e reivindicações. Por meio de postagens na rede social *Instagram* e vídeos no *YouTube*, os entregadores divulgaram as pautas mobilizadas com o uso da *hashtag* #ApoioBrequeDosApps, chamando a atenção da imprensa e de movimentos de esquerda que ajudaram na divulgação da causa.

Como resultado do breque surge o movimento Entregadores Antifascistas, tendo Paulo Lima, conhecido como Galo antifascista, sua principal liderança. Galo ficou conhecido após um vídeo seu denunciando as dificuldades de trabalhar para os aplicativos viralizar e isso acabou ajudando a impulsionar as reivindicações nas redes sociais. Dias depois aconteceu o segundo Breque, no dia 25 de julho de 2020.

A grande manifestação reuniu na pauta de suas reivindicações algum tipo de proteção social, direito à alimentação, reajuste das taxas pagas pelas empresas, equipamento de proteção individual, entre outras questões que tratavam de condições mínimas de trabalho. No tocante a equipamentos de proteção, ressalta-se que o cenário de aumento das mortes de motociclistas e ciclistas, de acordo com o diário do transporte (2021), os óbitos de motociclistas (incluindo motoristas de aplicativo) representam 16% do total de motociclista mortos em 2020, em 2019 essa proporção foi de 12%, já o número de mortes de ciclistas também aumentou passando de 31 em 2019 para 37 em 2020, alta de 19,35%.

Embora sendo uma legislação temporária em vigor apenas no período da pandemia, o Brasil sancionou o Projeto de Lei 1665/2020, de autoria do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP),

que estabeleceu diversas garantias aos trabalhadores uberizados. Mesmo provisória, representou um exemplo de como se pode ter uma legislação que assegure direitos na conjuntura do trabalho precário no país. Moda (2022) coloca que foi a primeira legislação nacional aprovada em benefício dos trabalhadores plataformizados.

De todo modo, as lutas e as vitórias devem ser comemoradas, tendo clareza com seus limites, especialmente quando consideramos que as disputas em torno das leis trabalhistas nos últimos anos foram marcadas pela remoção de direitos. O avanço nas legislações e no entendimento sobre essa relação de trabalho estão enraizados aos processos de lutas travados pelos trabalhadores, sendo crescente as articulações e as ações coletivas desempenhadas por estes. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e demais organismos internacionais vêm prestando apoio em defesa dos trabalhadores plataformizados, entendendo a urgência da regulamentação da profissão e dos vínculos trabalhistas (CUT, 2021).

O descontentamento em torno da situação dos prestadores de serviço por aplicativo, notadamente o elo mais frágil dessa relação, e a necessidade de regulamentar e proteger a categoria atingem as grandes cidades brasileiras, esse descontentamento foi além das carreatas e paralisações, em algumas cidades do país existem instâncias formais de representação como associações e sindicato de motoristas que anseiam por mais segurança e condições mais dignas de trabalho.

As maiores associações de motoristas conseguem canalizar algum diálogo com as empresas, o que não necessariamente significa que suas reivindicações são consentidas. Todavia, eles conseguem apresentar as suas principais demandas.

Segundo Cannas (2019), em Porto Alegre existem duas entidades de representação dos motoristas de aplicativos. A Associação

Liga dos Motoristas de Aplicativo (ALMA) e a Apoio aos Motoristas Por Aplicativos (AMPA), as duas organizações foram constituídas pelos próprios motoristas, não possui sede física, apenas páginas no *Facebook*, onde é disponibilizado informações de suas principais atividades, como reuniões com vereadores e outros gestores municipais de Porto Alegre.

Também identificamos via *facebook* a Associação dos Motoristas de Aplicativo de São Paulo (AMASP), sua missão é reunir, prestar apoio, orientar os motoristas e incentivar o mutualismo entre os associados. E por sua vez, no estado da Bahia, existe a Associação dos motoristas particulares e de aplicativos do estado da Bahia (AMPABA) possui página própria organizada na internet e Estatuto Social registrado (Cannas, 2019).

Para Braga (2015), as lutas, os protestos foram e continuam sendo marcantes nos contextos nacional e internacional, as mobilizações sociais são a força motriz dos trabalhadores que surgem como resposta a um contexto de crise que sempre tem maior incidência nestes, sobretudo os mais precarizados. Fruto de agudas contradições sociais, o “preariado global” como denomina o autor, é a fração da classe trabalhadora extremamente precarizada, principalmente nas periferias do sistema capitalista. E essa precarização do trabalho fica muito nítida nas condições de trabalho dos entregadores de aplicativos, como já exposto.

No entanto, a atuação isolada dos trabalhadores, por si só, não possui poder de alterar de maneira substancial as condições de trabalho, para isso é preciso transformar lutas econômicas em lutas políticas, levando em consideração que um país como o Brasil envereda pelo caminho da informalização e do notável esvaziamento das regulações trabalhistas e que histórica e estruturalmente tem

um mercado de trabalho marcado pela alta rotatividade no emprego, dispersão salarial.

As empresas-aplicativo sempre buscam dar uma contrarresposta, em nível global, a esse movimento de reivindicação de direitos trabalhistas por parte de seus trabalhadores, nesse sentido todas elas contam com um reforçado setor de relações governamentais, formado por advogados que constantemente fazem *lobby*, isto é, fazem pressão no legislativo para barrar a aprovação de projetos de leis que regulamentem o trabalho uberizado. Sobre isso, Moda coloca que:

As empresas do setor buscam diferentes formas de cooptação das reivindicações dos trabalhadores: durante as disputas em torno da “Ley Rider” espanhola, por exemplo, a Deliveroo incentivava, através de bônus e promoções, a filiação dos entregadores numa associação contrária à regulação do trabalho, buscando com isso demonstrar que os próprios trabalhadores não queriam o reconhecimento do vínculo empregatício. Outro exemplo interessante ocorreu no Brasil, ano passado, com a realização do “Fórum dos Entregadores”, uma reunião organizada pelo iFood com entregadores escolhidos pela empresa para debater os problemas da categoria, tentando com isso *melhorar* alguns dos aspectos existentes no serviço sem atacar o principal problema apontado pelos entregadores no Breque dos Apps: as baixas taxas pagas pelas empresas (Moda, 2022, s.p.).

Dessa forma, a disputa por uma nova morfologia do mercado de trabalho passa necessariamente pela organização desses trabalhadores para ampliar a sua capacidade de luta por uma regulamentação de suas atividades laborais como forma de frear o processo de precarização em curso.

## Considerações finais

Um aspecto importante que podemos frisar é que a luta dos entregadores por aplicativos, embora não consiga de maneira substancial alterar as condições de trabalho atuais, mobiliza uma parcela da opinião pública e impõe limites aos sucessivos ataques à classe trabalhadora e ao aprofundamento dos retrocessos. Pela pressão dos trabalhadores, na Câmara dos Deputados, há projetos de lei em tramitação que tratam dos direitos desses profissionais.

Por conseguinte, a resistência é uma estratégia da classe trabalhadora, sobretudo quando entendemos que o desenvolvimento tecnológico não é neutro, ou seja, suas direções e objetivos possuem sentidos políticos e lutar por melhorias torna-se necessário, principalmente em um país como o Brasil, que historicamente é marcado por relações empregatícias precarizadas, pela informalidade, baixos rendimentos e altas jornadas, que acentuaram-se ainda mais após a aprovação em 2017 da contrarreforma trabalhista, apresentada pelo presidente da época Michel Temer como uma resposta liberal de superação da crise, do desemprego e aumento da competitividade.

Todavia, o que se verificou em consequência de sua aprovação foi a ampliação da informalidade, manutenção dos altos níveis de desemprego e a regulamentação da terceirização, configurando um cenário propício para o aumento da pejetização do mercado de trabalho no Brasil. Além de tudo isso, o contrato de trabalho intermitente passa a ganhar mais importância após a reforma trabalhista, especialmente em ocupações com prevalência de jovens trabalhadores, no setor de serviços e no comércio.

No atual contexto de massificação da uberização, verifica-se que tudo parece ser passageiro, nesse sentido, inovações, trabalho, empreendedorismo e instituições precisam sempre receber novos

conceitos, no intuito de atrair cada vez mais consumidores. À medida que as plataformas digitais avançam no conhecimento tecnológico, aumentam os serviços oferecidos, proporcionando a contratação de trabalhadores além das possibilidades atualmente já disseminadas.

Nesse sentido, o trabalho oferecido pelas plataformas digitais não possui a menor relação com empreendedorismo, pois além de não serem detentores dos meios de produção e não possuírem qualquer influência na gestão dos negócios, os trabalhadores estão submetidos a péssimas condições de trabalho, sem nenhuma proteção social do Estado.

O Estado, por sua vez, com orientação econômica neoliberal, em que direitos são transformados em custos econômicos, exime-se dos seus deveres constitucionais e não garante o mínimo de proteção, respeito e valorização social aos trabalhadores, estes que inseridos em um brutal excedente de mão de obra, são atraídos pela demanda das plataformas e movidos pela necessidade cotidiana de sobrevivência.

## Referências

ABÍLIO, L. C.; SABINO, A. M. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 109-135, 2019.

ABÍLIO, L. C. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002020000300579&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002020000300579&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 jan. 2021. Epub 15 jan. 2021.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS – ALIANÇA BIKE. *Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo, 2019*. Disponível em: [https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio\\_s2.pdf](https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf). Acesso em: 17 jul. 2022.

BENITES, Geovana. De volta ao passado: com metade da população em insegurança alimentar, Brasil é a “cara da fome”. *Humanistas*, ago. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2022/08/04/de-volta-ao-passado-com-metade-da-populacao-em-inseguranca-alimentar-brasil-e-a-cara-da-fome/>. Acesso em: 5 out. 2022.

BRAGA, R. *A Pulsão Plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

CANNAS, F. R. Movimentos de Resistência do Trabalhador Uberizado. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 132-145, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020V20N39P132-145>. Acesso em: 21 jun. 2022.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 23 jul. 2023.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. *Condições de Trabalho, Direitos e Diálogo Social Para Trabalhadoras e Trabalhadores do Setor de Entrega Por Aplicativo em Brasília e Recife*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

MARX, K. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MODA, F. Uberizados no Brasil: quem são; como resistem. *Outras Palavras*, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/uberizados-no-brasil-quemsao-como-resistem/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FILGUEIRAS, V.; SANZ, A. R. Brasil e Espanha: duas respostas à uberização. *Outras Palavras*. Publicado em set. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/brasil-e-espanha-duas-respostas-a-uberizacao/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

REIS, L. H. F. *Juventude LTDA.: a ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211371>. Acesso em: 13 jan. 2023.

## LGBTs e trabalho no *telemarketing*: mediações entre a conformação do precariado brasileiro e o heteropatriarcado

Jéssica Juliana Batista da Silva

Luciana Batista de Oliveira Cantalice (*in memoriam*)

### Introdução

Este estudo suscita questões entre duas categorias que contribuem para o debate na área de Serviço Social, que trata das discussões acerca do trabalho e suas refrações na sociedade capitalista contemporânea e as crescentes elaborações e discussões sobre as Relações Sociais de Sexo<sup>1</sup>, que vêm ganhando destaque no interior da profissão. Nessa seara, o tema deste artigo trata da inserção precarizada de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) em Centrais de Teletendimento e seus determinantes de precarização e opressão.

---

1 O conceito de relações sociais de sexo parte de uma perspectiva do feminismo materialista francófono, que, na língua original significa “*Rapport Sociaux de Sexe*” e tem estreita relação com a divisão sexual do trabalho e os estudos marxistas. Cisne (2014, p. 62) pontua que na língua francesa o conceito de Relações Sociais de Sexo não significa “*Relations Sociaux de Sexe*”, portanto, “[...] *rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto “*relation*” diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas”. Desta forma, *Rapport Sociaux de Sexe* designa e sublinha a dimensão de classe e a centralidade do trabalho nos estudos feministas.

Temos como centralidade neste estudo a discussão acerca das contradições no mundo do trabalho apresentadas no contexto de crise e reestruturação do capital e os impactos dessas transformações no cotidiano dos(as) trabalhadores(as), e, sobretudo, como esse processo conforma também mudanças no perfil da classe trabalhadora, reafirmando e recriando modalidades da Divisão Sexual do Trabalho, incorporando o elemento da sexualidade.

No atual estágio do capitalismo e das contradições entre capital e trabalho, observamos que se forja no contexto de crise, a retomada do crescimento econômico incluindo mediações com a ascensão do precariado (Braga, 2012). Nesse sentido, o contexto de reestruturação dos mercados e restauração do capital trouxe consigo “características sexuadas da flexibilidade” (Soares, 2010), com forte apelo ao “trabalho considerado feminino” (Falquet, 2008), caracterizado pela precarização nos planos do social, do trabalho, da organização e pela exploração das mulheres. Mais recentemente, podemos nos remeter a essas estratégias no “recrutamento” da população LGBT nos mercados considerados feminizados.

Apontamos então, enquanto reflexo desse processo, a expansão do Setor de Serviços no Brasil. Esse setor retrata as principais características do trabalho diante da reestruturação do capital, tendo como estratégia a manutenção dos níveis de produção e de acumulação, surgindo da “[...] destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas e pela conquista de novos mercados e da exploração mais intensa de mercados antigos” (Marx, 2008, p. 19).

Partindo dessa determinação, apontamos que na contemporaneidade um setor incluído no Setor de Serviços, demandado pelo processo de restauração do capital e que revela as nuances mais próprias das características atuais do mercado de trabalho é

o Setor de Teletendimento, que vem ganhando notoriedade nos estudos sobre os mercados reestruturados.

Nessa direção, nossas análises sobre a temática proposta se referenciam nos estudos sobre a formação do precariado desenvolvidos por Ruy Braga (2012) e mais precisamente, da fração do precariado inserida em Centrais de Teletendimento, comumente chamadas de empresas de *Telemarketing* ou *Call Centers*. Partimos da análise das mediações existentes entre a precarização do trabalho e o caráter heteropatriarcal da precariedade estabelecida para determinados segmentos, que se expressa na dimensão privada da vida e se externaliza para a dimensão pública, refletindo no trabalho e nas condições em que é ofertado.

Desse modo, os setores mais precarizados da economia, incluídos na Superpopulação Relativa, tornam-se peça chave para a problematização sobre a conformação do precariado. Este, um segmento marcado por uma característica de precariedade atribuída aos(as) trabalhadores(as) neste estágio de precarização do proletariado, absorvidos(as) sob determinadas condições aviltantes de trabalho, assumindo novos contornos na conjuntura atual.

Esse fenômeno encerra novas formas de exploração-domação-opressão da classe trabalhadora, mobilizando uma força de trabalho disponível e barata para o mercado, formada em sua estrutura essencialmente por mulheres e grupos formados por sujeitos(as) que não somente mulheres, mas que se colocam no universo do que é associado ao feminino, quais sejam, a população LGBT.

Sobre esse aspecto, situamos nesta abordagem que esta concepção é centrada no patriarcado (Saffioti, 2015) e no heterossexismo (Falquet, 2014)<sup>2</sup>, enquanto determinantes na conformação do per-

---

2 Para a análise aqui apreendida, conciliamos as elaborações teóricas das duas autoras supracitadas por entender que embora assumam perspectivas distintas

fil do precariado brasileiro com base no sexo e sexualidade. Desse modo, o processo de exploração sobre a força do trabalho guarda expressões determinadas pelo heteropatriarcado.

Este, pois, tem uma característica que lhe é peculiar: “[...] além de mulheres e não brancos é muito comum encontrarmos entre os teleoperadores brasileiros inúmeros trabalhadores portadores de deficiências, além de um expressivo contingente formado por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros [...]” (Braga, 2012, p. 197) o que nos levou a refletir a necessidade de demarcar e situar o lugar que esses(as) trabalhadores(as) ocupam, pois se trata de uma classe social que tem idade, cor, sexo e sexualidade – e nestas últimas, foram apoiadas a centralidade de nosso estudo.

Quanto ao percurso teórico-metodológico desta pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada na teoria social crítica, compreendendo este objeto de estudo alicerçado nas três categorias nucleares do método materialista histórico dialético: contradição, mediação e totalidade. Nossa incursão teórica dialogou com autores e autoras que comungam com esta perspectiva de análise e na articulação entre as categorias Trabalho e Relações Sociais de Sexo, os quais determinam as escolhas teóricas pautadas nos estudos feministas materialistas, condição primordial para que pudéssemos redimensionar nossa perspectiva de análise para os(as) sujeitos(as) LGBTs.

A partir dos elementos que reunimos como material de pesquisa, calcadas no diálogo com outras fontes bibliográficas tais como artigos, dissertações, teses, livros, revistas, artigos, matérias

---

em relação aos conceitos de sexo e “gênero”, ainda assim satisfazem nossas perspectivas em analisar as refrações do patriarcado e heterossexismo quando redimensionamos essa análise para considerar a sexualidade, ou seja, os(as) sujeitos(as) LGBT.

jornalísticas, procedemos com a análise do material alicerçadas em três temáticas centrais, que visou: a) identificar os elementos comuns a todos(as) os trabalhadores do *telemarketing* que o particulariza enquanto um trabalho precário; b) identificar as relações sociais de sexo no *telemarketing* e a relação com o trabalho considerado feminino; c) analisar as determinações heteropatriarcais do processo de inserção de LGBTs neste nicho laboral, os quais discutiremos a seguir.

### Reestruturação produtiva e mudanças estruturais no mundo do trabalho sob o regime de acumulação flexível

O mundo do trabalho passa por transformações que acirram ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora no contexto de crise do Modo de Produção Capitalista, processo constitutivo e resultante de suas próprias contradições. Esse quadro nos mostra tendências já declaradas de possibilidades ainda mais abrangentes de se explorar a força de trabalho. A crise estrutural do sistema capitalista (Mészáros, 2011) e suas expressões, sobretudo, se colocam na presença de combinações de processos que não são inéditos, mas se alargam à medida em que as relações postas pelo Modo de Produção também se modificam.

Nessa direção, a crise estrutural do capitalismo se dá quando se esgotam as soluções do sistema de reparação da sua dinâmica destrutiva de produção e reprodução, pondo sérias ameaças até mesmo ao futuro da humanidade.

[...] a crise estrutural do sistema do capital como um todo – qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura mais profunda, no sentido

de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também os domínios da nossa vida social, econômica e cultural (Mészáros, 2011, p. 17).

Ante a crise do sistema, emerge na sociedade um processo de mudanças estruturais para recompor a economia capitalista, se colocando enquanto saída possível e retomada do crescimento econômico e das taxas de lucro, operando, sobretudo, uma ofensiva contra o trabalho e contra a classe trabalhadora. Esse conjunto de estratégias denomina-se Reestruturação Produtiva, e sob estas, estão imbricadas as mudanças no mundo do trabalho, corroborando para a lógica neoliberal “[...] resumida no tríplice mote da “flexibilização” (da produção e das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal)” (Netto, 2012, p. 417).

A Reestruturação Produtiva, firmada na Acumulação Flexível resulta na precarização e na desestruturação das relações clássicas de trabalho, consolidadas no período precedente. Ou seja, articula-se à desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho e as privatizações, onde se acarreta transformações na produção, na organização, gestão e consumo da força de trabalho; na constante tentativa de adequar os(as) trabalhadores(as) a esta lógica, no advento das novas tecnologias, aliadas ao processo de produção, conjunto de características da chamada Revolução Informacional.

Esta dinâmica revelou também outras formas de flexibilização e precarização do trabalho e da classe trabalhadora. Alves (1999, p. 8) aponta que nessa década houve uma integração do sistema financeiro coordenados pelas comunicações instantâneas. Trata-se de um contexto de mudanças estruturais em nível mundial, que modificam e colocam em cena um novo perfil ao mundo do trabalho, cada vez mais “[...] complexificado, fragmentário e heterogêneo”.

Em nosso entendimento, as mudanças ocorridas nesse contexto, sua dinâmica e seus rebatimentos na classe trabalhadora e como essas novas configurações estão intimamente ligadas, reforçam condições de subalternidade e de degradação da classe, contrariando principalmente as elaborações e argumentos defensores de que uma mudança organizacional com introdução de novas tecnologias libertaria o trabalho da exploração.

O capital necessita expandir-se e encontra na empresa flexível (Harvey, 1992) a oportunidade à sua expansão e como rebatimentos desse processo, utiliza-se de meios de intelectualizar e modernizar o trabalho<sup>3</sup>, portanto, devemos salientar que essa modernidade não tornou o trabalho menos gerador de valor às empresas capitalistas, do contrário, alargou seus traços de exploração e opressão à classe trabalhadora (Antunes, 2006), mesmo quando se trata de trabalho formalizado. Sobre este aspecto, cabe a indagação de Lojkin (2011, p. 10) em face desta concepção: “[...] os “privilegiados”, trabalhadores formais estão mesmo assegurados em face do processo de vulnerabilização a que somos testemunhas?”.

Ainda nessa direção e retomando as estratégias de restauração do capital, apontamos enquanto tendência a significativa expansão de assalariados(as) no Setor de Serviços, caracterizando um processo de terceirização que tem se colocado como central no mercado de trabalho no Brasil. Cabe salientar, entretanto, que apesar de se colocar enquanto tendência e enquanto setor que mais cresce e emprega em tempos de crise, este se transfigura como um dos mais

---

3 Vivemos, hoje, portanto, a experiência da “condição pós-moderna”, postulado por David Harvey. Condição que particulariza a acumulação flexível, que se apresenta como um novo patamar da denominada ofensiva do capital, atingindo a sociedade como um todo nos seus níveis mais diversos de economia, trabalho, cultura, política, na vida cotidiana, conforme Alves (1999).

afetados pelas novas formas de organização, gestão e consumo da força de trabalho.

Desse modo, pautamos nosso argumento analítico de que essa fração da classe trabalhadora apoiada à margem e sob essas condições de vida e trabalho se aproxima do que denominamos precariado brasileiro, estando na condição de trabalhadores(as) não qualificados(as) ou semiqualiificados(as), precarizados(as), sub-remunerados(as) e com dificuldades de organização coletiva (Braga, 2012).

Não nos é novo destacar as alternativas do capital de superação às suas próprias crises e nesse intermédio, busca-se, com vistas a realização do lucro e a exploração desmedida da classe trabalhadora dar “[...] respostas positivas a demandas das classes subalternas [que] podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse da maximização dos lucros” (Netto, 2011, p. 29).

Em contraponto à condição geral do desemprego vivenciada pela classe trabalhadora, os Serviços vêm então, como lugar de alternativa também àqueles(as) que não são absorvidos(as) em outros postos de trabalho. Sobre os(as) “não absorvidos(as)”, ao qual Harvey (1992) toma enquanto “o outro”, aponta-se:

[...] se já houver na sociedade membros (*mulheres, negros, povos colonizados, minorias de todo tipo*) que possam ser conceituados prontamente como o outro, a união da exploração de classe com o sexo, raça, o colonialismo, a etnicidade, etc. pode produzir toda espécie de resultados desastrosos. O capitalismo não produziu “o outro”, mas por certo fez uso dele e o promoveu sob formas dotadas de um alto grau de estruturação (Harvey, 1992, p. 101, grifo nosso).

É sob essa perspectiva que, ideologicamente, se lança a premissa de que o capital é democrático e permeável às demandas das

classes subalternas (Netto, 2011), visando apontar estratégias para que a demanda por trabalho seja absorvida pelo mercado, tornando-o “acessível”.

Nesse contexto, enquanto setor constitutivo do Setor de Serviços, destacamos as Centrais de Teletendimento. Esse setor caracteriza-se ainda por ser um ramo de trabalho mais acessível a quem, por exemplo, concluiu o ensino médio (no *telemarketing*, trata-se da escolaridade mínima exigida), mesmo em face de uma maior entrada de pessoas com diploma de ensino superior que também não encontram vagas disponíveis de emprego no mercado formal de trabalho. No *telemarketing*, a força de trabalho caracteriza-se em sua maioria por sujeitos(as):

[...] com escolaridade equivalente ao ensino superior incompleto. Se há a observância da curva ascendente na criação de empregos em uma sociedade marcada pelo desemprego, deve-se, contudo, observar o movimento descendente, concernente às condições de trabalho e sua respectiva degradação (Venco, 2009, p. 155).

O *telemarketing* é uma expressão viva do sistema capitalista, ainda que se ofereça a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal e se apresente como o grande pólo empregador e propague a ideia de possibilidades e oportunidades para trabalhadores(as) que, em outros mercados, não seriam absorvidos(as). Trata-se de uma estratégia também ideológica, que em sua essência comunga para a atração de uma massa que possa ser mais facilmente explorada e desvalorizada.

Embora o discurso de acessibilidade seja a tônica e se coloque aos(as) trabalhadores(as) possibilidades de ascensão, esse é um discurso falseado, ou seja, o(a) trabalhador(a) continua sendo explorado(a) pelo capital, vendendo sua força de trabalho sem conseguir

ascender profissionalmente. Já confirmara Venco (2009), esses postos de trabalho são vistos como temporários passageiros e sem prospecção de segurança em longo prazo e há ainda trabalhadores(as) que não os veem como um trabalho, ou seja, “[...] muitos enxergam essa ocupação como uma possibilidade de, no futuro, alcançar outra oportunidade de trabalho” (Oliveira, 2009, p. 124).

Nessa direção, os setores mais precarizados da economia, incluídos na superpopulação relativa, tornam-se peça chave para a problematização sobre a conformação do precariado brasileiro. E no Setor de Teletendimento encontramos características que corroboram com nossa problematização.

Venco (2009), pois, caracteriza esses(as) trabalhadores(as) quanto a essa questão afirmando que as relações precárias encontradas no *telemarketing* se devem ao fato da profissão ser eminentemente considerada enquanto uma ocupação feminina e com forte apelo à construção do “ser-mulher”, aferindo então que as contradições, desafios e os antagonismos encontrados nesse setor se pautam nas Relações Sociais de Sexo.

### **Divisão sexual do trabalho e heterogeneidade da classe trabalhadora: capitalismo, patriarcado e heterossexismo na conformação das relações entre os sexos**

O debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres é permeado de forma indissociável do entendimento de como o trabalho é distintamente apropriado e explorado sob a perspectiva do sexo. E, de forma ampla, compreende tanto a atividade profissional quanto às atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico (Kartchevsky-Bulport *et al.*, 1986).

Nas pesquisas sobre o teletendimento empregadas como aporte teórico neste trabalho, é consenso, mesmo entre aquelas que não

se dedicaram de forma exclusiva a analisar as Relações Sociais de Sexo no referido setor, a expressividade de mulheres que atuam em Centrais de Teleatendimento. Venco (2006) ressalta, a partir das pesquisas que realizou no Brasil e na França, que essas similitudes do que chamamos de trabalho considerado feminino são expressivas: as mulheres são em média 7 em cada 10 teleoperadores(as). Na França, o número de mulheres em Centrais chega a 81% nas empresas terceirizadas; no Brasil esse número se eleva, podendo chegar a 85%, em sua maioria, jovens e mulheres.

Hirata e Kergoat (2007) situam que há duas acepções para pensarmos em termos de divisão sexual do trabalho: uma que trata dessas diferenças no mercado, ofícios e profissões e outra que vai além do reconhecimento dessas desigualdades, mas aponta como elas são sistemáticas e hierarquizadoras das atividades e dos sexos.

Já colocara Kergoat (2009), homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, são, na verdade, produtos de relações sociais, envolvidas nas Relações Sociais de Sexo, tendo na divisão sexual do trabalho sua forma específica, concebida como relações “[...] desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas [...]” (Hirata, 1995, p. 38-39).

No *telemarketing*, essas assimetrias se materializam no quadro funcional das empresas, onde a maioria das mulheres presentes nesse setor encontram-se enquanto teleoperadoras na hierarquia funcional, enquanto demais cargos de maior prestígio são assumidos pelos homens.

É na divisão sexual do trabalho que se encontra a centralidade das tensões em torno desses dois grupos sociais sexuados, que dita os princípios organizadores da “separação” e da “hierarquização”, legitimados por uma ideologia naturalista, que remete os papéis

sociais a um destino biológico, onde respectivamente: a) existem trabalhos de homem e trabalhos de mulher; b) as funções desenvolvidas por homens têm mais valor social agregado que as desenvolvidas por mulheres (Kergoat, 2002, 2009).

Nesse sentido, em relação aos homens, a ocupação das mulheres não segue a mesma dinâmica e a desvalorização dos trabalhos focalizados para as mulheres retroalimenta a visão de que o trabalho considerado feminino é complementar e secundário (Freitas, 2010).

A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, *sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais* (Souza-Lobo, 2011, p. 152, grifo nosso).

Essas justificativas incidem na associação, por exemplo, da força de trabalho feminina à desqualificação e a designação das mulheres às tarefas de menor grau de dificuldade e complexidade, que se mantêm como extensão das tarefas domésticas e dos atributos que se construíram socialmente, carregando a lógica de “natureza feminina”: a paciência, a destreza, a docilidade. Esses atributos são vistos como qualidades – “qualidades sexuadas” – naturais da mulher, para trabalhos monótonos, repetitivos, que exigem maior paciência e minúcia, com destaque para as atividades manuais, o que revela que esse argumento se centra tanto na apropriação da força de trabalho quanto dos corpos femininos: “as mulheres têm dedos ágeis” (Souza-Lobo, 2011).

Venco (2006) constata que no Setor de Teleatendimento as atividades marcadas por processos repetitivos e pré-estabelecidos constituem os espaços femininos no mercado de trabalho. Esse fato teve

uma constituição histórica, passando pelas datilógrafas, as telefonistas e recentemente, as operadoras de *telemarketing*, ou teleoperadoras. Ou seja, uma profissão “para mulheres”.

É a partir dessas compreensões sobre a divisão sexual do trabalho que se dá a sustentação para compreender a realidade do trabalho considerado feminino<sup>4</sup> (Falquet, 2008), espaço deveras naturalizado enquanto subalterno em relação a outras ocupações. Cabe destacar que a maior parte desses trabalhos se concentra em atividades terceirizadas e subcontratadas. Esta reconfiguração cria, sobretudo, novos postos de trabalho, tanto informais quanto assalariados, como o *Telemarketing*, a atividade no *Call Center*.

Deste modo, algumas considerações iniciais sobre o caráter feminizado do *telemarketing* são salutares para compreendermos como o “trabalho considerado feminino” assume uma nova reconfiguração na divisão sexual do trabalho quando algumas ocupações, e neste caso, a de teleoperador(a), passa a incorporar em seu corpo funcional um segmento que não somente é composto de mulheres, mas por sujeitos(as) com características estereotipadamente consideradas femininas.

Kergoat (2002; 2009) sustenta que a divisão sexual do trabalho assume novas configurações e varia as suas modalidades conforme o tempo e a sociedade em que vivemos e que, portanto, não é imutável. Numa mesma direção, Hirata (1995, p. 46) expõe que

---

4 Adotaremos neste trabalho a expressão cunhada por Jules Falquet (2008). Para a autora, esta expressão engloba o trabalho desvalorizado que denomina o *continuum* ao qual as mulheres estão submetidas (trabalho de manutenção, sexual e de produção e cuidados), mas que pode ser exercido por pessoas de sexo masculino, no entanto, “[...] permanece sob a responsabilidade por excelência das *pessoas socialmente construídas e consideradas mulheres*” (p. 131, grifo nosso), acrescentamos: e por pessoas que se associam ao que é considerado feminino (Cisne e Santos, 2018).

embora permanente insistente e com continuidades, a divisão sexual do trabalho é social e histórica, acentuando contradições que colocam possibilidades de deslocamentos ou rupturas que “[...] podem ser constatadas em conjunturas de expansão da economia, de crises, e da introdução de novas tecnologias [...]”. Sobre esses deslocamentos, trataremos a seguir.

### **As determinações heteropatriarcais da inserção de LGBTs no telemarketing**

A Divisão Sexual do Trabalho, e, por conseguinte, a classe trabalhadora é uma, porém diversa do ponto de vista das relações sociais. Por seu turno, ela tem outro componente organizativo, que parcamente encontra sustentações no interior das análises sobre a Divisão sexual do trabalho, estudo ao qual nos propomos contribuir, que não trata apenas da diferença entre homens e mulheres quanto ao sexo no mercado de trabalho, conforme problematizado na sessão anterior: a dimensão da sexualidade.

No que concerne à Divisão Sexual do Trabalho, de acordo com Cisne (2018), a sexualidade é um campo repleto de mediações materiais e ideológicas, que se manifesta individualmente, mas permeia antagonismos e explorações mais estruturantes no âmbito das relações sociais. Tão logo, sob este prisma é necessário compreender que não há uniformidade quanto às opressões vivenciadas pelos(as) diferentes sujeitos(as) sociais quando se trata de uma análise mais ampla sobre o trabalho, fugindo às questões meramente identitárias.

Compreender essa diversidade não significa cair em particularismos identitários, numa perspectiva fragmentária. Trata-se, ao contrário de analisar em uma perspectiva de totalidade a classe trabalhadora, considerando suas

particularidades, compreendendo-a como um todo dialético e como tal, envolve contradições (Cisne, 2018, p. 14-15).

Ratificamos, pois, que esse é um salto qualitativo nos estudos sobre a classe trabalhadora, no sentido de entender que, como sobreavisa Devreux (2005, p. 564): “[...] a sexualidade e o campo das relações sexuais fazem parte do problema das relações sociais de sexo [...]”, mas que essa não é uma dimensão inteiramente singular pertencente somente ao âmbito privado dos indivíduos – homens e mulheres –, mas suas expressões se materializam na vida dos(as) sujeitos(as) e estão envoltos em antagonismos muito mais amplos e estruturantes.

Logo, a sexualidade não está fora dessas relações, a julgar por questões que envolvem essa dimensão, os quais deságuam em processos de sexismo e heterossexismo<sup>5</sup> funcionais ao patriarcado e que retroalimentam mecanismos de violências e subalternidade aos(às) que não se enquadram na ordem sexual hegemônica, pautada na heterossexualidade – e esse aspecto tem relação estreita com o trabalho (Santos, 2005).

Sobre a análise patriarcal na dimensão da sexualidade, esse sistema promove a ideologia das diferenças sexuais, que estruturam e dão base material para a exploração, a dominação e opressões entre os sexos e, acrescentamos a esta análise, as diferentes formas de expressão da sexualidade – portanto, uma ideologia patriarcal e heterossexista, ou heterocêntrica, como considera Wittig (1978). O heterossexismo então compõe, junto ao patriarcado, o Sistema Heteropatriarcal.

---

5 Um dos pilares do heterossexismo está fundado na premissa da concepção de que a heterossexualidade está dada, que todas as pessoas são heterossexuais, conforme L. Nogueira (2018).

Pensar a questão LGBT no âmbito dos estudos aqui propostos requer uma reorientação no que concerne aos significados dos termos que estão dispostos nesta sigla. LGBT refere-se ao segmento formado por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no entanto, é um segmento de sujeito(as) coletivos(as) diversos(as).

A diversidade humana também prevê especificidades e o movimento LGBT é formado, em primeiro lugar por homens e mulheres que têm sexo e sexualidade, estes não são somente um dado natural, mas tem uma construção social e histórica (Cisne, 2014).

Pensar a análise da reorganização do trabalho no conjunto amplo das relações sociais subentende o “trabalho considerado feminino” à instituição do patriarcado. Esse dispositivo modifica as Relações Sociais de Sexo e mobiliza o heterossexismo, visando um enquadramento à negação de tudo que possa ser ou parecer este-reotipadamente feminino e a desvalorização constante a toda forma de expressão que se associe às mulheres, em seu conjunto amplo de diversidades.

Destarte, visando compreender as transformações capitalistas atuais e esta ratificação principalmente no que tange aos temas do trabalho, sexo e sexualidade, voga-se o entendimento de que a divisão do trabalho, hodiernamente, não é estritamente “sexualmente cega” (Souza-Lobo, 2011), como discutida nas décadas de 1970 e 1980, pela autora quanto às operárias nas fábricas e nas diferenciações entre os homens e as mulheres nesses nichos. Dito de outra forma, a lógica do capital é indiferente ao sexo e opera segundo a conveniência de obtenção dos superlucros. Afirmamos que também é indiferente a sexualidade.

Podemos tomar que nesta sociabilidade, LGBTs se constituem de sujeitos(as) integrados(as) à lógica capitalista, no entanto, de forma precária pelo diferencial, como já aludimos, que no tempo atual

já não podemos mais afirmar que o capitalismo é cego ao sexo e à sexualidade e, portanto, essa relação de integração ou não integração se dá de forma muito complexa, as quais discutiremos a seguir.

### Particularidades das expressões das Relações Sociais de Sexo e sexualidade no Telemarketing: o precariado e a relação com o “trabalho considerado feminino”

Compreender a incidência do sexo feminino nesse setor se tornou mister para as mediações que realizamos nas discussões sobre as tendências atuais no mundo do trabalho e a ascensão do precariado em Centrais de Teletendimento, segmento formado expressivamente de LGBTs, ou seja, homens e mulheres marcados por identidade de sexo e orientação sexual divergentes dos padrões dominantes – a heterossexualidade e a cisgeneridade.

Os dados de pesquisa que trazem a realidade de sujeitos(as) LGBT no mundo do trabalho ainda são muito parcos na literatura brasileira e a maioria delas, ao se referirem a “gênero” e trabalho, analisa essencialmente a dicotomia homens/mulheres no mercado, pouco trazendo a análise sobre a relação trabalho e sexualidade.

Diversos(as) autores(as) concordam sobre este perfil predominante no *telemarketing* e que se tratam, sobremaneira, dos segmentos marcados por inúmeras situações discriminatórias.

Um dos primeiros estudos sobre a condição das mulheres no *telemarketing* foi realizado pela pesquisadora Cláudia Mazzei Nogueira (2011), estudo que ensejou diversas análises à luz da produção e reprodução social. Já no âmbito da sexualidade, destacamos enquanto pesquisa norteadora deste estudo, a dissertação de mestrado de Mariana Oliveira, um estudo denso e teórico que analisou a sexualidade enquanto característica constitutiva da dimensão sexuada do trabalho.

Venco (2006) já afirma que se as mulheres encontram um espaço favorável à contratação no *telemarketing*, o segmento de pessoas LGBTs também são “privilegiados(as)” na escolha do perfil de trabalhadores(as) para esse emprego. E Rocha (2014, p. 86), reitera que assim como colocado para as mulheres no recrutamento, LGBTs, são vistos(as) como pessoas “[...] mais sensíveis e pacientes, que são características pessoais importantes, consideradas pela gerência como mais adequada à atividade”.

O ponto de convergência entre as constatações acerca do alto contingente de mulheres e de pessoas LGBTs no *telemarketing* se dá pela associação das qualidades pessoais a que as mulheres historicamente foram construídas e que são reproduzidas ou associadas aos(às) sujeitos(as) LGBTs, conforme os extratos a seguir, de um supervisor, trazido na pesquisa realizada por Venco (2006, p. 70): “[...] um heterossexual não tem um feeling, uma sensibilidade para lidar com tudo isso, com problema emocional, um homem heterossexual não tem em si uma persistência, ele é mais racional e objetivo”. Nesse sentido, um homem heterossexual é o oposto de tudo aquilo que possa se associar a um universo feminino.

Nessa direção, existem dois fatores, para Freitas (2010) que comungam na contratação de pessoas LGBTs: a possibilidade de emprego e a submissão. Se nos referenciarmos pelo ângulo das possibilidades de emprego e do discurso empresarial que atesta o *telemarketing* como espaço diferenciado e livre de preconceitos, num primeiro momento, poderíamos asseverar o caráter positivo da contratação de muitas pessoas LGBTs em *Call Centers*, contudo, apesar de se colocarem no mercado enquanto promotoras de oportunidades, existem algumas discrepâncias entre o discurso empresarial de celebração da diversidade e as respostas concretas de como lidam com a diversidade no cotidiano.

Muitas pesquisas apontam que as empresas estão se colocando numa tendência de implantar políticas de não discriminação como um dispositivo que viabilize a contratação de pessoas que são reconhecidas na sociedade enquanto “minorias” e que por esse motivo, têm dificuldades de serem contratadas por outras empresas.

Um levantamento realizado por Sobrinho (2015), a partir de uma pesquisa realizada pela Elancers<sup>6</sup>, apresenta uma contra-tendência a esta realidade, conferindo que 7% de 10 mil empresas entrevistadas durante o estudo não contratariam de forma alguma um(a) trabalhador(a) homossexual. Outros 11% considerariam contratar, com a condição de não ser em cargos de chefia ou de maior visibilidade na empresa, “[...] porque esses cargos representam a organização em eventos públicos e a associação de imagem poderia ser negativa” (Sobrinho, 2015, s.p.).

Trata-se de um caso que não ocorre de forma isolada, mas de uma articulação entre várias empresas que vêm adotando em seus processos seletivos e recrutamentos de pessoal a marca da diversidade como principal captadora de força de trabalho.

A grande contradição, no entanto, se dá no modo como se dá esse discurso – na materialidade –, e de como as ações dessas empresas operam num sentido de encobrir realidades vivenciadas por esses(as) sujeitos(as), atuando com o imperativo da celebração da diversidade como forma de utilizá-los para trazer resultados financeiros para as empresas ou como colocados por Tóry Oliveira: “[...] falamos de diversidade como uma responsabilidade e como uma

---

6 A Elancers é uma empresa de recrutamento virtual, especializada no recrutamento e gestão de pessoas. Funciona como uma plataforma *online*, com um sistema, que mantém uma base de dados. A empresa cadastrada nesta base tem acesso a informações sobre candidatos (as) às vagas.

forma verdadeira de ganhar dinheiro. Pessoas diversas geram resultados” (2017, s.p.).

No entanto, essa afirmativa também enseja contradições. Na mesma pesquisa realizada pela Enlacers, um dado nos parece importante para refletir sobre este setor, pois, para muitos (as) LGBTs, “[...] só é possível trabalhar em *Call Center*. Por telefone ninguém está te vendo. A voz pode enganar. Mas se o emprego exigir a presença física, o patrão rejeita o gay porque o cliente acha que está vendo a empresa” (Sobrinho, 2015, s.p.).

As estratégias empresariais de construção de identidades e oportunidades de igualdade, ao desafiar o discurso hegemônico da heterossexualidade e a cisgeneridade, acabam por serem incorporadas por alguns(mas) trabalhadores(as) LGBTs. Freitas (2010) acredita que esse fato se relacione com as formas de violação que alguns(as) sujeitos(as) homossexuais e transexuais passam em relações anteriores no mercado de trabalho, principalmente pela recusa de muitas empresas em contratar pessoas com estereótipo notavelmente LGBT<sup>7</sup>.

[...] Se você vai procurar emprego em determinadas empresas, você tem estudo, você tá apta pra exercer aquela função, *mas se a pessoa vê que você é homossexual*, eles não te contratam, eles dão preferência pro hétero. Já [...] nessas empresas

---

7 Quando abordamos a discussão sobre o estereótipo LGBT, trata-se da sexualidade e identidade sexual expressa visivelmente ou declarada. Falamos de um grupo que adquire estereótipos classificados socialmente como constitutivos LGBT. Ou seja, estamos, em sua grande maioria, abordando as construções sociais de mulheres com estereótipos masculinos, que logo são figuradas às lésbicas e homens com estereótipos femininos, associados a gays. Do mesmo modo, o mesmo processo ocorre com as identidades Trans\*. Os estereótipos estão ligados ao corpo, ao modo que as pessoas se apresentam e logo são classificadas. Afere-se que esta forma de classificação carrega consigo argumentos estritamente heterossexistas.

de *call center*, eles contratam qualquer pessoa [...] (Oliveira, 2015, p. 69, grifo nosso).

Com relação às ditas qualidades exigidas pelas empresas para atuar na área, as características consideradas femininas neste caso são automaticamente transportadas para os(as) sujeitos(as) LGBT com o incremento da “criatividade”, a capacidade de se comunicar, motivação para o trabalho.

Gomes (2016), por exemplo, coloca que essas empresas aproveitaram-se das desigualdades sociais às quais pessoas LGBT estão submetidas e por tal argumento, são inseridas e o fator positivo, na verdade, pode demonstrar segregação.

Um dos estudos que também problematizou essa relação e contribuiu para as análises e aprofundamentos teóricos dessa pesquisa foi realizado por Lya Urbini (2015), retratando a relação entre a invisibilidade e a ocultação de sujeitos(as) corroboram com o regime da exploração.

Na mesma direção, Venco (2006) concorda com Martinelli (2015), expondo um dos principais motivos pelos quais as empresas de *telemarketing* “preferem” esse perfil. Numa entrevista com um teleoperador homossexual, constatou que entre os(as) homossexuais os níveis de produtividade são maiores, sendo geralmente elogiados pelas gerências.

O gerente da empresa pesquisada por Venco aborda a questão da invisibilização das pessoas LGBT na sociedade como uma realidade e enfatiza que o *telemarketing* é uma forma concreta das pessoas poderem “se esconder”, pois, o telefone “[...] atua como um anteparo social que oculta os que se sentem ou realmente são, de alguma forma, discriminados na sociedade” (Venco, 2006, p. 69). Esse argumento é utilizado, sobretudo como justificativa ao elevado número de LGBTs no *telemarketing*.

[...] operador de *telemarketing* acho que bate o recorde. 90% dos nossos colaboradores são gays. [...] Eu acho que é porque o trabalho deles não é diretamente com a pessoa, é por telefone. A pessoa está do outro lado, a pessoa não está vendo quem está falando com ela. Eu acho que é uma forma deles serem respeitados (Oliveira, 2015, p. 68).

Relega-se neste caso, ao(a) pessoa LGBT a inteira responsabilidade na manutenção de seu emprego, a motivação, nesse caso, não trata de um atributo natural e reforça o estereótipo do(a) sujeito(a) LGBT como pessoas engraçadas, adaptáveis, que estão sempre felizes. De acordo com uma gerente: “[...] essas pessoas são excelentes profissionais, comprometidas, não faltam, estão sempre com as metas do mês superadas [...] eles brincam entre eles, mas produzem muito” (Venco, 2006, p. 72). De certa forma, as empresas apostam nesse perfil, mas para os(as) LGBT essa é a única forma de garantir a manutenção de seus empregos:

[...] o *gay* vai para o *telemarketing* porque é criativo, é uma pessoa motivada, uma pessoa que sabe que, se você não fizer de tudo para permanecer nesse trabalho, vai morrer de fome lá fora, porque não ia pagar o aluguel da sua quitinete no centro [...] (Martinelli, 2015, p. 69).

Esse fator se deve, sobremaneira, e é a principal razão da característica central do *Call Center*: atividade ser realizada à distância, via telefone, onde os(as) teleoperadores(as) ficam protegidos(as) e escondidos(as), de modo que o argumento da “boa aparência” não tenha a mesma ressonância que nos espaços de atendimento ao público vis-à-vis (Oliveira, 2015). Ou, como Braga (2012, p. 199) afirma “[...] o *Call Center* transformou-se em uma espécie de “refúgio” para o precariado urbano mais discriminado no mercado de trabalho [...]”.

## Considerações finais

De forma imediata, a precarização do trabalho a sujeitos(as) LGBTs tem uma existência objetiva que não apresenta a essência das suas contradições. Afirmar, pois, que o setor de *telemarketing* é composto em sua maioria por um contingente de trabalhadoras mulheres e de LGBTs nada nos diz sobre as contradições e determinações desse fenômeno. Nossa tarefa visou ir além da aparência fenomênica e apreender sua essência, o movimento que o envolve, os processos e em que essa estrutura se pauta.

Dito isto, apreendemos o trabalho como central em nosso estudo, pois ele é produto das relações originalmente humanas, é o que coloca os seres, homens e mulheres, em contato com a materialidade (Ranieri, 2011). E, para além do trabalho, a sexualidade constitui uma dimensão central na vida dos(as) sujeitos(as), nos planos objetivo e subjetivos dos seres. Trabalho e sexualidade então conformam aquilo que é de mais peculiar das ações humanas. Portanto, homens e mulheres, para além de sexos que conformam a maneira como estes se colocam no mundo do trabalho, têm sexualidade.

A escolha em analisar a força de trabalho LGBT em Centrais de Teletendimento se justifica então, por considerarmos este “[...] um terreno privilegiado para observação das atuais transformações do precariado brasileiro” (Braga, 2012, p. 189). Essas transformações, então, reforçam condições de subalternidade de sujeitos(as) historicamente discriminados(as) na sociedade e recriam a lógica de divisão sexual do trabalho, trazendo-lhes novos elementos.

Essa compreensão nos conduziu ao entendimento da necessidade de inter-relacionar as duas categorias centrais deste trabalho, assentada em relações de exploração-subordinação-opressão imbricadas em relações de classe, sexo e sexualidade. A divisão sexual do

trabalho, portanto, “[...] é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade” (Kergoat, 2009, p. 67).

Partimos da assertiva de que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho precarizam ainda mais as condições de vida da população LGBT, seguindo as determinações da divisão sexual do trabalho e corroborando para a opressão a esses(as) sujeitos(as) de modo análogo à precarização imputada às mulheres no mercado de trabalho.

Apoiamo-nos nessa perspectiva de análise por julgar que se trata de um redimensionamento do objeto de investigação que nos garante analisar o trabalho para além da divisão sexual entre homens e mulheres concebidos(as) enquanto seres homogêneos(as), mas apontando as diferenças nelas contidas, incluindo a sexualidade e demarcando de que modo a população LGBT se insere nessas atividades e são mediadas por essas relações.

Levando em consideração esses aspectos, pontuamos que homens e mulheres seguem dinâmicas diferenciadas no mercado de trabalho, pois, “[...] ainda que a exploração capitalista recaia sobre o conjunto da classe trabalhadora, algumas categorias são particularmente atingidas” (Freitas, 2010, p. 61).

Assim, afirmamos que o precariado inserido no Setor de *Telemarketing* é marcado pela divisão sexual do trabalho e esta é determinante à conformação do perfil do precariado brasileiro com base no sexo. Portanto, é uma relação social que num momento de flexibilização do trabalho é apropriada pelo capital, tendo, sobretudo nexos com a apropriação e o rebaixamento do valor da força de trabalho e na garantia dos superlucros.

Ora, problematizar e compreender a divisão sexual do trabalho é compreender que as Relações Sociais de Sexo organizam a

divisão do trabalho e são permeadas por antagonismos no interior da sociedade capitalista.

As Centrais de Teletendimento desse modo têm base material para atender aos princípios de desestruturação e degradação do mundo do trabalho. Tais aspectos se assentam na ordem capitalista-patriarcal-heterossexista, que estruturam as relações sociais e o precariado brasileiro.

## Referências

ALVES, G. *Trabalho e Mundialização do Capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização*. 2ª ed. Londrina: Praxis, 1999.

ANTUNES, R. *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAGA, R. *A política do precariado – Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, M. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CISNE, M. Prefácio. In: NOGUEIRA, L. et al. (org.). *Hasteemos a bandeira colorida – Diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

DEVREUX, A. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

FALQUET, J. Os desafios atuais para o feminismo materialista. In: GURGEL, T.; CISNE, M. Entrevista com Jules Falquet. *Temporalis*, ano 14, n. 27, p. 245-261, jan./jun. 2014.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008.

FALQUET, J. Romper o tabu da homossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, ano VI, n. 5, dez. 2012.

FREITAS, T. V. *Entre o tempo da produção econômica e o da reprodução social: a vida das teleoperadoras*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2010.

GOMES, F. C. R. *Mulheres no setor de telemarketing: uma análise na cidade de São Luís/MA em tempos de flexibilização e precarização do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, H. Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 65, jan./mar. 1995, p. 38-49.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KARTCHEVSKY-BULPORT, A. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY-BULPORT *et al.* *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, D. A relação Social de Sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-Posições*, v. 13, n. 1 (37), jan./abr. 2002.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOJKINE, J. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

MARTINELLI, B. P. *Particularidades do trabalho nos Call Centers: Um estudo das teleoperadoras de Campinas/SP*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco Raul Cornejo *et al.* 2ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, L. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, Leonardo *et al.* (org.). *Hasteemos a bandeira colorida – Diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, M. E. R. G. *Diversidade sexual e mundo do trabalho: uma análise a partir da experiência de gays e lésbicas do setor de telefonia/telecomunicações do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2015.

OLIVEIRA, S. M. Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, T. Empresas saem do armário e adotam políticas voltadas para LGBT's. *Carta Capital*, 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/empresas-saem-do-armario-e-adotam-politicas-voltadas-para-lgbts>. Acesso em: 16 maio 2023.

RANIERI, J. *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo, Boitempo, 2011.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, S. M. M. *O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual*. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFPE, 2005.

SOARES, V. Apresentação. In: COSTA, A. *et al.* *Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo*. Recife: SOS Corpo, 2010.

SOBRINHO, W. P. Duas em cada dez empresas se recusam a contratar homossexuais no Brasil. *Carta Capital*, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/duas-em-cada-dez-empresas-se-recusam-a-contratar-homossexuais-no-brasil-1703.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

URBINI, L. Tecnologias da Exploração – Sobre como o PL 4330, o telemarketing e a terceirização têm a ver com você. *Revista Geni*, nº 22, ISSN 2358-2618, maio 2015. Disponível em: [www.revistageni.org/05/tecnologias-da-exploracao](http://www.revistageni.org/05/tecnologias-da-exploracao). Acesso em: 10 abr. 2023.

VENCO, S. Centrais de teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?  
*In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo, 2009.

WITTIG, M. El pensamiento heterocentrado. *Conferencia anual de la Modern Language Association.* Nueva York, 1978.

**PARTE III**

**NEOLIBERALISMO  
E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL**

## Neoliberalismo e políticas sociais no Brasil: uma análise sob a perspectiva do capitalismo dependente

Tatiana Brettas

A pesquisa teórica precisa ser redefinida e reorientada. Ela não pode gravitar em torno de um falso modelo, de um modelo que “não se repete”, nem “é universal” e tampouco “pode ser universalizado”.

FLORESTAN FERNANDES,

*Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*

### Introdução

O terreno que assenta o debate sobre as políticas sociais no capitalismo dependente ainda é muito arenoso e requer um esforço necessariamente coletivo para proporcionar maior solidez às análises. Na literatura brasileira ainda predominam muitas comparações com o desenho assumido pelas políticas sociais em alguns poucos países europeus ocidentais no pós-Segunda Guerra Mundial. E assim, contornar a ideia da “distorção”, da “falta”, da “incompletude” como caminho para a caracterização do que seria a particularidade no contexto da dependência torna-se um movimento ainda em construção.

As grandes bases do debate crítico que hoje conhecemos no campo das políticas sociais no Brasil se construíram no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Sob forte influência do pensamento desenvolvimentista, então hegemônico na esquerda, as discussões foram muito afetadas pela experiência do Estado de bem-estar social europeu – mesmo já dando sinais de esgotamento – e pela mobilização produzida no país entre o final da década de 1970 e os anos 1980. Essa mobilização se desdobrou na criação de ferramentas organizativas construídas pela classe trabalhadora, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nas lutas pelas Diretas Já, na Constituinte e, finalmente, em 1988, nas definições da chamada Constituição Cidadã.

O saldo político foi uma produção teórica que, embora muito preocupada em pensar a realidade brasileira, buscou inspiração em fontes europeias voltadas a elaborar modelos e tipologias. Tendo como referência a particularidade assumida pelas políticas sociais em poucas experiências de universalização, esses modelos buscaram encontrar os “tipos” mais gerais de Welfare State” (Draibe, 1990, p. 5). Ao que tudo indica, o esboço registrado na Constituição de 1988 alimentou uma expectativa de que teríamos chegado perto de reproduzir em solo brasileiro uma realidade experimentada décadas antes em partes do continente europeu. Por esse caminho, a reflexão sobre a política social no Brasil foi se construindo na busca por enquadrar nossa trajetória em paradigmas que usavam uma mesma “régua” para tratar de realidades completamente diferentes.

Uma das intelectuais que mais influenciou o debate sobre o tema durante o período sinalizado foi a livre-docente e

professora do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE/Unicamp), Sonia Draibe. Seus textos sobre as políticas sociais e a caracterização do suposto Estado de bem-estar no Brasil tiveram imensa repercussão em diversas áreas como a Economia, as Ciências Sociais e o Serviço Social.

Embora já esteja superada a ideia de que houve um *Welfare State* no Brasil e as tipologias formuladas tenham pouca influência no debate mais recente, muitas das análises de Sonia Draibe (1990; [1988] 1993; 1993) ainda reverberam nas produções sobre o tema, em especial o trabalho escrito com Liana Aureliano (1989) – publicado no âmbito de um projeto desenvolvido em um convênio entre o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a Comissão econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Mesmo quando colocam de lado comparações mais explícitas com a realidade europeia, as perspectivas que explicam a política social no Brasil por meio da “ausência” de uma abrangência universal predominam no debate. Este fato mostra que o conteúdo central elaborado naquele período permanece e alimenta as abordagens que veem as reduzidas experiências de universalização existentes na história do capitalismo como uma tendência geral das políticas sociais. Esse é o pano de fundo para caracterizar como uma “distorção” ou “incompletude” as realidades em que essa suposta tendência não se materializa.

Em outras palavras, é possível perceber que as abordagens hegemônicas apresentam, de maneira mais ou menos explícita, as políticas sociais universais como sendo algo não apenas possível de ser generalizado no contexto das relações capitalistas, mas desejado. As supostas “faltas” seriam uma particularidade nossa, algo como um fato isolado, uma “má formação” em uma estrutura que caminha para a generalização da cobertura. E assim, de uma maneira

por vezes discreta e quem sabe até não intencional, o debate crítico segue reatualizando a compreensão de que seria perfeitamente possível produzir os antídotos para resolver as desigualdades sociais do interior do próprio capitalismo. Os países e regiões dependentes em que esta suposta tendência não se materializa configurariam como desvios de rota.

Esses pressupostos, ainda muito vivos na produção acadêmica e em grande parte das ferramentas de luta da classe trabalhadora, acabam influenciando as análises sobre o neoliberalismo. Hiperdimensionando o significado das conquistas constitucionais por um lado e perdendo de vista o sentido geral do desenvolvimento capitalista nos marcos da dependência por outro, as dificuldades de implementar grande parte do que foi registrado na Constituição de 1988 aparecem como um problema conjuntural. A inviabilidade na materialização dos direitos constitucionais – usualmente atribuída ao período neoliberal – parece fazer crer que, se fosse em outro momento histórico, teria sido possível tirar todos os direitos do papel. Dito de outro modo, o conflito entre a realidade restritiva no campo dos direitos sociais e a legislação social abrangente é explicada basicamente pela chegada do neoliberalismo no país.

Na busca por encontrar um outro fio condutor, o objetivo deste artigo é analisar as alterações na configuração das políticas sociais no contexto do neoliberalismo no Brasil sob a perspectiva do capitalismo dependente. Para tanto, seguiremos o diálogo com Draibe tentando identificar como suas abordagens influenciaram e ainda influenciam a caracterização do neoliberalismo e o debate sobre as políticas sociais no período recente.

Na próxima seção, trataremos de discutir o potencial redistributivo das políticas sociais no capitalismo dependente. Nossa

intenção nesse ponto é problematizar a perspectiva que aponta a universalização como uma tendência geral das políticas sociais, tomando como referência a experiência de alguns países europeus no pós-Segunda Guerra. Na sequência, buscaremos abordar como a chave de leitura pautada no Estado de bem-estar se desdobra em uma abordagem sobre a emergência e configuração das políticas sociais no país que privilegia os acontecimentos no século 20 e as comparações com a realidade europeia.

O recuo histórico voltado a refletir sobre a trajetória das políticas sociais se justifica dado que, se o objetivo é analisar a política social no Brasil, a contextualização deve *priorizar* o resgate da realidade brasileira. Isso não significa que devemos desconsiderar ou silenciar sobre fenômenos existentes fora dos limites do país. Mas apenas cuidar para não construir uma argumentação que aponte os acontecimentos externos como se dessem conta de construir referências suficientes para analisar a realidade interna. Precisamos ter sempre em vista a dialética entre o interno e o externo, como nos ensinam os clássicos marxistas que debatem a dependência. É possível perceber que atualmente, na grande maioria dos textos que abordam as políticas sociais no neoliberalismo, os antecedentes são construídos a partir da realidade de uma fração diminuta da Europa, o que tende a reforçar a perspectiva da universalização das políticas sociais como uma tendência para todos os países.

Na quarta seção, faremos um esforço de identificar os principais pontos que contribuem para a caracterização do neoliberalismo no Brasil. O desafio fundamental é analisar o momento histórico, sem perder de vista as determinações mais estruturais em que se assentam os traços constitutivos das políticas sociais no bojo das relações de dependência. Como procuraremos sustentar, a viabilidade

histórica do caráter redistributivo do Estado dependente não pode ser tratada como uma dimensão exclusivamente conjuntural.

### Apontamentos sobre as possibilidades de distribuição da riqueza no capitalismo dependente: os caminhos das políticas sociais

O debate sobre as desigualdades entre os países capitalistas ganha forma durante os anos 1950 e 1960 nos termos da discussão sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Mesmo análises de esquerda, incluindo correntes reformistas influenciadas pelo marxismo, estavam permeadas por uma abordagem que explicava as diferenças entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de uma maneira isolada. Como denuncia Osorio (2016, p. 497, grifo nosso), “o desenvolvimento é [entendido como] o resultado de *esforços e capacidades internas* alcançadas por capitais e nações, e a *ausência ou debilidade de esforços e capacidades* é o que explica, por sua vez, o subdesenvolvimento dos demais”. Para o autor, essas abordagens ainda permeiam algumas interpretações marxistas e contribuem para dar vitalidade às teses de que o capitalismo na América Latina seria “jovem” ou “atrasado”.

A explicação das profundas desigualdades sociais no continente latino-americano por estas bases produz, como horizonte de resposta, a expectativa em relação ao “amadurecimento” das relações capitalistas. O chamado capitalismo “desenvolvido” seria a referência de maturidade a ser alcançada por todas as “jovens” formações econômico-sociais, que se caracterizariam pela “falta” de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o aprofundamento das relações capitalistas seria a solução para os problemas e não a sua base fundante. As raízes desse debate estão fincadas na teoria do desenvolvimento

que a Cepal contribuiu para difundir no continente. Marini sintetiza a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento elaborada por essa teoria que ele buscava combater:

O subdesenvolvimento seria, portanto, uma situação anterior ao desenvolvimento econômico pleno (quando já houvesse sido completado o desdobramento setorial), existindo entre os dois momentos a chamada decolagem (take off, para empregar a linguagem em voga na época), na qual a economia em questão já reuniria as condições para iniciar um desenvolvimento autossustentável (Marini, [1994] 2010, p. 105).

É neste contexto dos anos 1950 e 1960 que o debate da dependência ganha força. Identificada como algo externo, funcionaria como um impedimento para a passagem de um desenvolvimento “para fora” para um desenvolvimento “para dentro”. Aí reside um dos pontos centrais de fundamentação para a suposta insuficiência do capitalismo. A ruptura com a dependência externa possibilitaria superar as “ausências” e “incompletudes” e produzir um capitalismo em que a formação de um mercado interno e a distribuição de renda poderiam, enfim, desabrochar, promovendo a superação do subdesenvolvimento.

Por um outro caminho, nos anos 1960 e 1970 frutificará todo um conjunto de militantes e acadêmicos que, atuando em organizações políticas e/ou nas universidades, buscará refutar essa abordagem e apresentar uma discussão voltada para a compreensão da dependência por bases marxistas revolucionárias.

Cada um à sua maneira, Florestan Fernandes ([1972] 1975; [1975] 2005), Octavio Ianni ([1971] 2009; 1974) e Ruy Mauro Marini ([1973] 2022; 2013), juntamente com Vânia Bambirra ([1972] 2012) e Theotônio dos Santos ([1972] 2021), dentre outros,

construirão alicerces sólidos para uma crítica a esse pensamento desenvolvimentista e terão, na disputa pela compreensão da dependência, uma de suas frentes de batalha. Certamente, a efervescência política na América Latina neste período – em que podemos destacar a revolução cubana em 1959, a chegada da Unidade Popular ao governo via ascensão de Salvador Allende à presidência do Chile em 1970, e a resolução dos conflitos no Brasil via a ditadura empresarial-militar em 1964 – vão fazer parte do caldo cultural e político que sustenta essas elaborações.

O que todos esses autores possuem em comum é a análise de que o capitalismo dependente não deve ser caracterizado como jovem ou insuficiente, mas sim como uma forma particular de desenvolvimento. O resgate dos elementos que contribuem para situar a dinâmica das relações capitalistas e a produção e reprodução das desigualdades entre países e regiões do mercado mundial é parte fundamental dessa abordagem.

A perpetuação das relações de dependência, fruto da consolidação do capitalismo trazida pela era imperialista, expressa a tendência, engendrada séculos atrás, a concentrar e centralizar a riqueza produzida em poucos países. Como aponta Jaime Osorio (2016, p. 499, grifo nosso), a constituição das relações capitalistas viabilizou “processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram *pontos de partida radicalmente diferentes* entre as economias que se interrelacionam e que participam da divisão internacional do trabalho”. Ou seja, o período colonial assentou bases muito desiguais entre colônias e metrópoles, que se atualizaram por meio da divisão internacional do trabalho e da constituição das relações capitalistas.

Estes pontos de partida distintos não produzem uma linha de continuidade em que os países se distinguem uns dos outros por

um suposto grau de desenvolvimento que tenderia a evoluir e ampliar a distribuição de renda. Do mesmo modo, a dependência não é algo externo. Ao contrário, está entranhada nas relações internas de produção e, portanto, nas condições que possibilitam a exploração da força de trabalho<sup>1</sup>.

O que sintetiza o caráter revolucionário dessa abordagem é a compreensão de que a ruptura com a dependência pressupõe a contestação do próprio modo de produção. Não se trata de uma versão incompleta do capitalismo, mas uma forma particular, com características próprias e que não tende a reproduzir os mesmos movimentos que os países do centro imperialista do sistema. Isto porque a generalização das relações capitalistas e o seu aprofundamento não tendem a produzir uma situação que aponte para um maior acesso a direitos sociais para todos os países do globo.

Os momentos históricos em que setores da classe trabalhadora de uns países conseguiram alcançar direitos sociais mais amplos decorreram, em grande medida, da capacidade de expropriação de riquezas de outros países (nos quais a classe trabalhadora tenderá a não conseguir o mesmo acesso). O movimento geral é de concentração de riquezas socialmente produzidas, e não de redistribuição generalizada.

No que diz respeito ao “estado da arte” do debate sobre os direitos sociais, a antiga controvérsia sobre o caráter da dependência e o sentido do desenvolvimento das relações capitalistas parece ter importantes desdobramentos. Ao alimentar expectativas de que a configuração das políticas sociais deveria se aproximar gradualmente das experiências dos países do centro, a análise pressupõe

---

1 Para uma caracterização mais detalhada da dependência, ver Marini ([1973] 2022).

que os países capitalistas tendem a percorrer uma mesma trajetória, em que se diferenciam entre si pela “quantidade” de desenvolvimento, e não pela “qualidade” distinta de seus processos históricos. É nesta chave de leitura que faz sentido buscar as razões para as “*distorções* da política social brasileira, assim como seus baixos graus de eficiência e efetividade sociais” (Draibe, 1990, p. 3, grifo nosso).

No entanto, o Estado de bem-estar social, longe de ser passível de funcionar como um “modelo a ser seguido”, precisa ser contextualizado à luz das disputas geopolíticas materializadas na bipolaridade da Guerra Fria – na qual o eixo capitalista precisou apresentar alternativas diante da ameaça, real e concreta, das experiências socialistas. A ampliação de direitos representou uma concessão que a grande burguesia de alguns países – acuada pelos conflitos – precisou fazer para evitar contestações mais radicais para as desigualdades sociais, potencializadas pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial. Os direitos conquistados foram fruto da luta da classe trabalhadora e viabilizados pela capacidade de apropriação de riquezas produzidas em diversas partes do globo. Como sintetiza Osorio:

Definitivamente, capitais e Estados de economias desenvolvidas exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas. E o conjunto dessas transferências de valor, por meio de diversos procedimentos, potencializam o desenvolvimento de algumas economias e debilitam o desenvolvimento de outras (Osorio, 2016, p. 509).

Sendo assim, o desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo dependente precisa ser compreendido tendo como pano de fundo as colossais transferências de valor direcionadas aos países

do centro imperialista. Não se pode perder de vista o movimento mais geral que sustenta a reprodução contínua das desigualdades entre os países capitalistas. O Estado sob condições de dependência não dispõe das mesmas condições em relação aos países do centro para atuar nos conflitos entre as classes sociais. Afinal, a abrangência dos direitos sociais não depende apenas dos “esforços e capacidades internas”, mas também das disputas em torno do processo de produção e apropriação da riqueza. Fato que envolve não apenas os contraditórios interesses das classes sociais fundamentais, como também a forma como cada país se insere no mercado mundial e as relações que se desdobram, externa e internamente, deste posicionamento.

Usualmente, a reflexão sobre as possibilidades redistributivas do Estado, ao assumir um caráter excessivamente genérico, não faz distinção entre os países que estão se apropriando de riquezas produzidas para além de seus territórios e os que, ao não conseguirem reter toda a riqueza que produzem, lançam mão, por exemplo, de mecanismos de compensação como a superexploração (Marini, [1973] 2022). Desse modo, é importante destacar que as respostas do Estado dependente para as demandas da classe trabalhadora não caminham para a universalização. Ao contrário, tendem a ser estruturalmente fragmentadas e focalizadas. Estes traços não são uma característica restrita ao neoliberalismo.

A fundamentação teórica construída sob a perspectiva da dependência precisa dar condições para virar a chave e voltar a atenção para a forma particular de desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. Como alerta Florestan Fernandes ([1974] 1995, p. 142), “se é preciso romper com o “modelo clássico”, isso é necessário para compreender-se o capitalismo da periferia e onde ele conduz”. Essa recomendação parece ainda profundamente atual e

provocativa, tendo em vista que são complexas as mediações necessárias para sustentar análises comparativas. Especialmente quando envolvem realidades que, além de possuírem distintos pontos de partida, se desdobram em pontos de chegada substantivamente distantes uns dos outros. Nesse sentido, é preciso avaliar o significado de formulações desse porte pautando a compreensão nos países dependentes e refletir de que maneira persiste o desafio de produzir novas sínteses sobre a trajetória das políticas sociais no país.

### **Reflexões sobre o debate acerca da trajetória das políticas sociais no Brasil**

No que diz respeito à emergência das políticas sociais, o período de referência está situado tradicionalmente nos anos 1930. Sônia Draibe (1990, p. 8), em um de seus principais e mais referenciados textos, na seção intitulada *A morfologia do Estado de Bem-Estar Social no Brasil*, destaca que “entre os anos 1930 e a década de 1970, construiu-se e consolidou-se institucionalmente, no Brasil, um determinado tipo de Welfare State, um sistema específico de proteção social”. Ela afirma ainda que, ao pensar a periodização de constituição do Welfare no Brasil, “somente podemos ter como ponto de partida a década de [19]30, considerados o conjunto de transformações do Estado brasileiro e as formas de regulação social de corte nacional que aí têm início” (Draibe, 1990, p. 8).

Na literatura especializada, ainda hoje, as produções sobre a emergência e trajetória das políticas sociais resgatam em peso suas formulações. Foi mencionado que os trabalhos de Draibe já não reverberam para alimentar uma tipologia do Estado de bem-estar social, sendo esta uma caracterização em desuso na produção teórica sobre a política social em nosso país. No entanto, todo o debate

sobre a marcação temporal da autora está profundamente imbuído do referencial teórico assentado nas tipologias e na análise comparativa com países da Europa. Diante disso, parece ser pertinente refletir sobre o sentido de reivindicar os marcos temporais construídos em torno de modelos que estão sendo rejeitados do ponto de vista teórico.

Sem a pretensão de respostas conclusivas, as questões que devemos nos colocar são: o marco inicial nos anos 1930 para as políticas sociais não estaria impregnado pela tentativa de buscar no Brasil as experiências que se assemelham ao Estado de bem-estar social europeu? Como a base teórica da autora e o exercício de elaboração das tipologias influenciou o “visto” e o “não visto” na caracterização da trajetória das políticas sociais?

Essas problematizações são pertinentes tendo em vista que a consolidação das relações capitalistas no Brasil apresenta dimensões e contradições bastante distantes das formações econômico-sociais europeias. No país em que a escravidão foi mais longa e consistente no mundo, não é tarefa simples compreender o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. A necessária articulação entre classe-raça-gênero que sustenta, de forma bastante peculiar, a emergência das relações entre capital e trabalho no Brasil, não caberá em nenhum modelo ou tipologia que tenha por base as experiências da Europa (ou qualquer outro continente).

Partimos do pressuposto de que a reflexão sobre as origens da política social deve estar atrelada ao debate sobre a transição para o capitalismo dependente e, portanto, da emergência da “questão social” no Brasil. Por “questão social” entendemos um conjunto de determinações que podem ser expressas por um triplo vetor: (1) a interação entre capital e trabalho considerando as relações de exploração-expropriação-opressão que daí se desdobram; (2) os

processos de luta e resistência contra as bases em que as desigualdades são produzidas; (3) o Estado (Iamamoto, 2001<sup>2</sup>; Netto, 2001). Assim, é indissociável do modo de produção capitalista e tem nas políticas sociais operadas pelo Estado formas de enfrentamento que atenuam, mas de forma alguma, podem superá-la.

Existe ainda um longo caminho até a consolidação de um debate sobre as origens da “questão social” e a transição para o capitalismo no Brasil. Muitas são as polêmicas em relação aos marcos históricos e ao início das lutas e resistências que possibilitaram a formação da classe trabalhadora. De uma maneira geral, a produção hegemônica situa a gênese da “questão social” na primeira ou segunda década do século 20, muito em função do crescimento da imigração europeia e das experiências de luta trazidas por trabalhadores anarquistas que vieram para o Brasil. Daí se desdobrariam as respostas do Estado, a partir de 1930, por meio da configuração das políticas sociais. Até então, a “questão social” teria sido tratada pelo braço coercitivo do Estado, sendo muito mais uma questão de polícia do que de política.

Os esforços feitos no sentido de problematizar e adensar essas discussões estão crescendo e ganhando repercussão. A preocupação em entender as particularidades na constituição do capitalismo no Brasil propicia um retorno às mudanças vivenciadas em meados do século 19 e como seus desdobramentos implicaram na constituição da relação entre capital e trabalho e na formação das classes sociais fundamentais (Hardman e Leonardi, 1982; Castelo, 2021; Sabino e Teles, 2021). No esforço de compreender o significado da transição para o capitalismo em meio à escravidão, Marcelo Badaró Mattos

---

2 Para Iamamoto (2001) existe ainda um terceiro vetor dado pela atuação do Estado no sentido de atenuar, no campo da distribuição da riqueza, as desigualdades geradas no âmbito da produção.

(2008) destaca como a relação entre trabalhadores escravizados e livres foi fundamental para a formação da classe trabalhadora e seus processos de luta e resistência. Esses são alguns dos aspectos da realidade brasileira que por vezes ficam invisibilizados quando as bases explicativas giram em torno de transições para o capitalismo que percorreram caminhos muito distintos do nosso.

Buscando articular a discussão entre “questão social” e política social, Antônio Souza (2022) faz uma bela crítica à caracterização da “questão social” como caso de polícia no período anterior a 1930. À luz de documentos produzidos pelas instituições policiais, o autor demonstra o envolvimento da polícia na elaboração e execução de ações voltadas para o enfrentamento da pobreza urbana desde 1870 até a segunda década do século 20. Somente a partir daí vai haver uma espécie de especialização em que a polícia irá atuar predominantemente por meio de ações repressivas. Em suas considerações finais assevera:

Ficou evidente, a partir da documentação analisada, que as atuais políticas de assistência social têm sua genealogia composta muito mais por uma linha de continuidade das ações estatais no século XIX executadas pela polícia, do que propriamente por uma ruptura advinda da caridade e/ou da filantropia. Neste sentido, a assistência promovida pelo Estado no século XIX não permite conjecturar a aplicabilidade de conceitos como “protoformas”, mas sim como um mesmo processo de continuidade de ação estatal que se moderniza a cada instante na busca por soluções que permitam controlar e docilizar “humanisticamente” a pobreza urbana (Souza, 2022, p. 111).

Ou seja, com base no levantamento de documentos que abarcam as últimas décadas do século 19, é possível dizer que havia

uma atuação do Estado sobre a “questão social” que não se limitava à coerção. Para o autor, possui sustentação também a afirmação de que essas ações, mesmo substantivamente distintas do que será produzido posteriormente, já configurariam um desenho de Assistência Social elaborada e implementada pelo Estado.

De fato, é difícil imaginar que a formação de um mercado de trabalho livre poderia ser organizada apenas por meio da força. Os mecanismos de controle sobre a força de trabalho foram mais sofisticados e envolveram também práticas assistenciais. O estabelecimento de relações de produção assentadas no trabalho livre é um processo longo, que se inicia antes da abolição formal da escravidão e se intensifica depois disso<sup>3</sup>. A gestão e organização do espaço urbano que ganha corpo, especialmente na segunda metade do século 19, produz demandas complexas que recaem sobre o Estado e perpassam respostas voltadas a legitimar as mudanças em curso. Desse modo, parece bastante razoável dizer que muitos dos elementos que compõem o processo de constituição das relações capitalistas no Brasil se perdem quando todas as atenções estão concentradas somente no século 20.

Também mobilizado a contestar o marco inicial nos anos 1930 para tratar da emergência de direitos sociais, Luiz Werneck Viana (1999, p. 57), no livro *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1976, alertava para os riscos do que chamou de uma “mitologia estadonovista”. Duas tradições no debate sobre a legislação trabalhista seriam abarcadas por essa “mitologia”: uma primeira que desconsiderava as pressões da classe trabalhadora para

---

3 Para se ter uma ideia de como o sistema escravista definhava, entre 1850 e 1852, ou seja, em apenas dois anos, a população escrava que correspondia a 31% da população total caiu para 15%. Em 1887, um ano antes da Abolição, o percentual se resumia a 5% (Moura, [1959] 2014, p. 101).

a garantia dos direitos e atribuía ao Estado um carácter de outorga. A segunda, um desdobramento da primeira, “concebia a revolução de 30 como um marco divisor, quando a partir de então a chamada “questão social” teria deixado de se constituir num “caso de polícia”, passando o Estado a disciplinar o mercado de trabalho em benefício dos assalariados”.

Em sua provocação, Luiz Werneck Viana (1999) problematiza o quanto essa sinalização contribui para legitimar o novo período. Ao mesmo tempo em que possibilita o apagamento das lutas existentes no período anterior, dá margens para escamotear as iniciativas voltadas a um maior controle sobre a força de trabalho com vistas a adequá-la às exigências advindas da consolidação das bases industriais. Para o autor, com essa “mitologia estadonovista”, além exaltar a nova ordem, “disfarçava-se o carácter verdadeiro da legislação getuliana – controladora e repressiva do comportamento operário” (Viana, 1999, p. 57).

Para além de se considerar pertinente ou não o questionamento em relação aos marcos que atualmente figuram para apresentar a gênese das políticas sociais, parece fundamental apreender a combinação entre o uso da força e práticas integradoras, voltadas à construção de legitimidade política para o aprofundamento das relações capitalistas. Mesmo no século 20, é possível perceber como, no Brasil, os direitos sociais se combinam à restrição de direitos políticos e civis.

A ditadura do Estado Novo (1937-45) e empresarial-militar (1964-85) são exemplos de como as políticas sociais foram usadas para impulsionar as relações capitalistas. A violência do Estado atuou como uma potência econômica a serviço dos interesses da classe dominante e se desdobrou no aprofundamento da dependência em meio à modernização das forças produtivas. As políticas sociais, embora seguissem pontuais e fragmentadas, foram expandidas e serviram como

base de legitimação das ditaduras. Em que pese o que significou do ponto de vista das conquistas à classe trabalhadora, serviram fundamentalmente para levar as relações capitalistas a um novo patamar.

Em síntese, longe de autorizar uma identificação mistificadora entre expansão de direitos e ampliação da democracia, o que a trajetória das políticas sociais no país nos mostra é como o par dialético coerção/consenso aparece de forma integrada para impulsionar o avanço do capitalismo dependente e da “questão social”. As políticas sociais devem ser pensadas de modo articulado ao conjunto de desigualdades produzidas e reproduzidas continuamente no capitalismo dependente. Se por um lado figuram como bandeiras de luta da classe trabalhadora, por outro consistem em respostas do Estado (de classe) comprometido com a continuidade das relações capitalistas. Sua abrangência se dá a partir das possibilidades concretas e particulares de atuação no campo da distribuição das riquezas produzidas.

O destaque se faz pertinente não para contestar a importância das políticas sociais para viabilizar melhores condições de vida à classe trabalhadora, mas para dialogar com abordagens que não se pautam pela existência de *contradição* nas políticas sociais. Em Draibe (1997, p. 10), oscilam dois tratamentos distintos: um que caminha pela ideia de *oposição*. Por essa via, as políticas sociais, ao reduzirem as desigualdades, vão na contramão dos interesses capitalistas. Contribuem para estabelecer barreiras e “domesticar” as forças de diferenciação da riqueza, da renda e do consumo que por definição operam através do mercado capitalista<sup>4</sup>; o segundo tratamento traz a ideia de *complementação* entre a configuração das políticas

---

4 “O sistema de políticas sociais próprio do *Welfare State* assegurou o direito às condições básicas da vida, *reduzindo e represando* a força do mercado [...]” (Draibe, 1997, p. 8, grifo nosso).

sociais e a dinâmica de reprodução das relações capitalistas. Ela afirma que existem “vantagens econômicas [...] da simultaneidade do ajustamento macroeconômico e da política social”<sup>5</sup>. Essas elaborações alimentam muitas produções no campo das políticas sociais, de modo que estimulam a atribuição de um conteúdo exclusivamente positivo e de conquista para as políticas sociais. Ora são vistas como um freio ao capitalismo, se opondo aos seus efeitos deletérios, ora como um motor na produção de relações capitalistas que beneficiam o conjunto da sociedade.

Nosso objetivo, portanto, é tão somente reforçar o caráter contraditório das políticas sociais – o qual se acentua no capitalismo dependente. Significa considerar que as políticas sociais servem aos interesses da classe dominante e não apenas da classe trabalhadora. Esta compreensão deve ser a base que assenta o debate sobre sua trajetória no Brasil. Para além disso, destacamos que não se produziu aqui uma rede de proteção social abrangente, mas se forjou estruturalmente um conjunto de políticas sociais expandidas de maneira fragmentada e pontual, tendo a violência como uma marca constitutiva. Esse é o pano de fundo em que devem ser pensadas as alterações trazidas pelo neoliberalismo.

### **Capitalismo dependente e políticas sociais no neoliberalismo: indicações para o desmonte de um debate**

Antes de entrar na discussão das políticas sociais propriamente dita, será necessária uma caracterização do neoliberalismo. Para

---

5 “[...] o crescimento econômico, nos seus atuais termos, ganha sustentabilidade apenas quando envolve também uma aposta na maior equidade. [...] Equidade e desenvolvimento são, então, termos de uma mesma matriz dinâmica [...]” (Draibe, 1997, p. 11).

Draibe (1993, p. 88), trata-se de “um *discurso* e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas”. Essa concepção do neoliberalismo como um receituário centrado em alterações no âmbito do Estado predomina ainda hoje e é possivelmente o que dá sustentação às abordagens que identificam uma suposta redução do Estado no período recente. Draibe reforça esta análise e destaca sua ampla difusão ao afirmar:

Finalmente está a tese do *Estado mínimo*. O Mercado constituindo o melhor e mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, a redução do Estado (do seu tamanho, do seu papel e das suas funções) é o mote e o móvel dessa ideologia, repetida já suficientemente para que não necessitemos nela nos deter (Draibe, 1993, p. 89).

Seguindo por outro caminho, não devemos reduzir a análise a alterações no âmbito do Estado. Uma reconfiguração do Estado só pode ser entendida tendo por base os elementos que sustentam a produção e apropriação da riqueza, bem como as disputas entre as classes sociais. Ao considerar o Estado isoladamente, tornam-se grandes os riscos de assentar a discussão em marcos meramente politicistas ou distributivistas. Quanto maior a ofensiva burguesa sobre a *produção e extração* de mais-valor, maiores os desafios para o enfrentamento de seus desdobramentos por meio da *distribuição* da riqueza produzida.

Assim, entendemos o neoliberalismo como um momento do capitalismo que se inaugura mediante o projeto burguês de dominação empreendido para resolver a crise dos anos 1960/70. Para John Smith (2022, p. 48), trata-se de “uma nova etapa imperialista do desenvolvimento capitalista, onde o “imperialismo” é definido por sua essência econômica: a exploração dos trabalhadores do Sul pelos

capitalistas do Norte”. O ponto central da mudança está na chamada “arbitragem global do trabalho”, o que implica em: (a) viabilizar cortes de custos das empresas na Europa, América do Norte e Japão por meio do deslocamento da produção para os países de capitalismo dependente, ou (b) via a imigração dos trabalhadores destes países para as empresas do Norte. Significa dizer que “o valor de todo tipo de ativos financeiros derivados desses lucros e o padrão de vida dos cidadãos dessas nações tornaram-se muito dependentes de maiores taxas de exploração dos trabalhadores nas chamadas “nações emergentes”” (Smith, 2022, p. 48).

As novas dimensões do processo produtivo sustentam uma intensificação dos fluxos financeiros e inauguram a financeirização do capital, fenômeno caracterizado por estabelecer uma nova relação entre produção e finanças. Dado que o valor só pode ser gerado no âmbito da produção, a pressão por uma maior rentabilidade financeira implica em ampliar as bases de extração de mais-valor (Brettas, 2020) e os “ganhos de arbitragem” passam a ser um trunfo nesse sentido.

Esse novo momento proporciona condições para, no bojo de tantas e tão variadas formas de violência, sustentar a superexploração, a expropriação e formas de dominação e opressão de gênero, raça, etnia e orientação sexual, que afetam de forma muito significativa as condições de vida da classe trabalhadora, como destaca Smith (2020). Por meio destas condições, se revigoram as possibilidades de apropriação extremamente concentrada da riqueza produzida.

Os mecanismos de transferência de valor consistem em uma dimensão constitutiva da dependência e atuam como um dinamizador das relações capitalistas no centro, especialmente em momentos de crise e de busca pela sua superação. A intensificação dos investimentos externos nos países dependentes é estimulada pelas possibilidades de superexploração da força de trabalho e se desdobra em

transferência de valor via remessas de lucros, *royalties*, dividendos e etc. Estes investimentos funcionam como um dos mecanismos que permitem a apropriação, pelo centro, de parte expressiva do valor gerado na periferia, assim como o intercâmbio desigual.

No entanto, deve-se ressaltar que a modalidade mais pujante de transferência de valor neste período passa a ser o serviço da dívida (Salgado, 2006). As transferências assentadas no capital fictício, com destaque para a pilhagem do fundo público via dívida pública dos países dependentes, embora não sejam uma novidade, ganham novo peso e dimensão e irão desenhar, com tintas fortes, as particularidades da financeirização nos países do Sul.

O Estado, longe de cultivar uma presença “mínima”, vai encontrar no sistema da dívida pública o caminho para atender aos interesses da burguesia, alimentando a rentabilidade assentada nos ganhos financeiros. Atua de maneira forte e duradoura, via o fundo público, para canalizar recursos em direção às classes dominantes que, dentro e fora do país, atuam pressionando por medidas de ajuste fiscal.

Desde meados dos anos 1990 até muito recentemente foram feitas várias alterações na legislação brasileira para facilitar a transferência de montantes para o pagamento da dívida pública. A Lei de responsabilidade fiscal (LRF), juntamente com a Desvinculação de receitas da União (DRU) se somaram aos compromissos assumidos com o superávit primário num cenário arquitetado para estabelecer os marcos legais que legitimam a apropriação rentista do fundo público. Em 2016, um novo patamar foi estabelecido por meio da Emenda Constitucional 95, que constitucionalizou o ajuste fiscal. Em 2023, tramita a proposta de revogação da EC 95 e aprovação do Novo arcabouço fiscal, voltado para atenuar os compromissos assumidos, mas sem implicar em uma significativa mudança de rota

na supremacia rentista<sup>6</sup>. Sem sombra de dúvidas, as alterações na gestão do fundo público nas últimas décadas representam o peso que o pagamento da dívida pública passou a ter nas respostas do Estado às demandas das classes dominantes. Essas alterações têm repercussão também sobre a configuração das políticas sociais, como veremos.

No que diz respeito à contribuição de Sônia Draibe ao debate mais atual das políticas sociais, podemos dizer que sua abordagem está bastante vinculada à sua compreensão do neoliberalismo. Para a autora:

[...] também no domínio das políticas sociais, o fôlego teórico neoliberal é bastante reduzido. Suas proposições compõem, *negativamente*, um conjunto de argumentos de ataque ao Estado de bem-estar social e, *positivamente*, um conjunto de propostas de reformas dos programas sociais, movendo-se sobretudo num campo mais prático de *prescrições* para as políticas públicas no setor social (Draibe, 1993, p. 89, grifos da autora).

A chave de leitura de Draibe segue sem tocar nos fundamentos da produção da riqueza e o neoliberalismo está situado como um receituário com fins de combater os ganhos trazidos pelo *Welfare State*. Sua caracterização das políticas sociais terá imensa repercussão em diversas áreas de conhecimento e tem seu eixo na identificação de um suposto tripé:

Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes [focalizar], esses parecem ser os vetores estruturantes das reformas de

---

6 Sobre esse tema ver Castelo (2017).

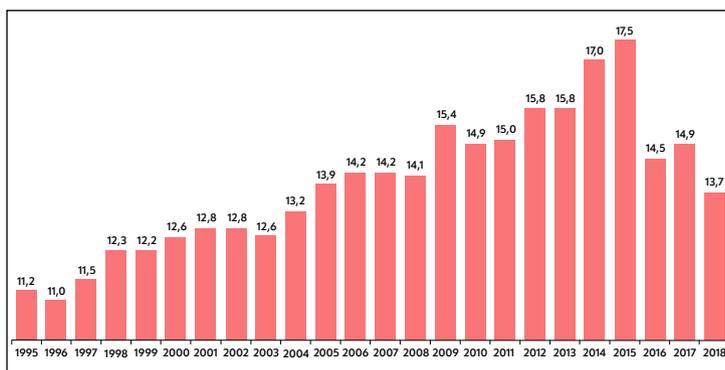
programas sociais preconizadas pelo neoliberalismo, principalmente quando suas recomendações se dirigem a países latino-americanos em processo de ajustamentos econômicos (Draibe, 1993, p. 97).

Com esses alicerces, suas análises trazem poucos elementos para pensar a particularidade do neoliberalismo no Brasil. O desenvolvimento das relações capitalistas, embora tenha características universais que afetam todos os países inseridos no mercado mundial, possui particularidades que não devem ser desconsideradas. Trata-se não apenas de uma ofensiva do capital sobre o trabalho, mas do capital do Norte sobre o trabalho do Sul, como já destacado. Isso significa que, nesse momento do imperialismo, é cada vez mais indispensável considerar os traços do capitalismo dependente. Como já sinalizado, partimos do pressuposto de que a focalização e a fragmentação são traços estruturais das políticas sociais no Brasil e não uma novidade histórica trazida pelo atual projeto burguês de dominação.

A consolidação do neoliberalismo no Brasil possui aspectos que não estão presentes em nenhuma outra formação econômico-social. O fim da ditadura empresarial-militar e os movimentos, substantivamente heterogêneos, que envolveram as disputas em torno da redemocratização, produziram a aprovação de uma Constituição Federal que concede singularidade aos antecedentes do neoliberalismo no país. Assim, teremos no Brasil – com exclusividade – um duplo e contraditório movimento. Se por um lado, a correlação de forças não era capaz de permitir que as classes dominantes ignorassem por completo as conquistas constitucionais, por outro, havia força política para operar internamente alterações que vinham caracterizando a ofensiva burguesa no neoliberalismo, em especial depois da queda do Muro de Berlim (1989) e do fim da União Soviética (1991).

Neste sentido, considerando a trajetória das políticas sociais no período anterior ao neoliberalismo, não se sustenta a ideia de que teria havido uma redução nos gastos públicos com as políticas sociais de 1990 para cá. O gráfico 1 mostra a trajetória do gasto social federal entre 1995 e 2018. Mesmo havendo, eventualmente, pequenas reduções na passagem de um ano para outro, o sentido geral dos gastos é de aumento, com uma ligeira mudança de patamar nos governos do PT. Observações: Para o período 2016/2018 os valores foram estimados a partir dos dados do Portal da Transparência relativos às despesas executadas em cada ano em cada uma das seguintes funções: Educação, Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Trabalho.

**FIGURA 1.** Trajetória do gasto social federal total de 1995 a 2018 (em % do PIB)



Fontes: STN 2002 a 2017 – Portal da Transparência – CGU para as despesas sociais a preços correntes e IPEADATA para o PIB a preços de mercado (valores correntes).  
Elaboração: Gomes e da Cruz (2021).

Somente a partir de 2016 começa a haver uma redução significativa nos gastos, o que pode ter relação com os desdobramentos do golpe chefiado por Temer e da aprovação da EC 95. A intensidade

da queda, entretanto, pode também estar relacionada à dificuldade de levantamento de dados, o que produziu uma alteração na forma como foram calculados os gastos entre 2016 e 2018.

De um modo geral, para a análise da trajetória dos gastos é preciso ter em mente que até os anos 1980 não havia sido construído um aparato institucional, ou mesmo legal, que se traduzisse em uma rede de proteção social abrangente. Pelo contrário. Para ficarmos nas políticas que vão compor a chamada Seguridade Social (somente depois da CF-88): a política de saúde era caracterizada pela medicina previdenciária, ou seja, um atendimento atrelado à venda da força de trabalho, o que deixava grande parte da população economicamente ativa descoberta; a Previdência Social só podia ser acessada pelos trabalhadores formais, não sendo possibilitada a contribuição como autônomo; a Assistência Social possuía um escopo de atuação muito reduzida e era fortemente atravessada pelo primeiro-damismo<sup>7</sup>, não recebendo do Estado o mesmo tratamento “profissional” das demais políticas.

Mesmo não saindo completamente do papel, a implementação ao longo dos anos 1990/2000 de direitos sociais não existentes antes da Constituição de 1988 envolveu volumosos recursos financeiros e muito *trabalho* para desenhar as novas orientações e equipamentos sociais. A materialização das mudanças não se deu no ato da aprovação da lei, mas posteriormente, por meio da construção de programas, projetos, compra de materiais, equipamentos,

---

7 Fenômeno que expressa a vinculação histórica das primeiras-damas a ações caritativas e participações no âmbito da gestão de instituições sociais. Se por um lado este fenômeno materializa a posição da mulher nessa sociedade e a naturalização de uma suposta responsabilidade com o “cuidado” com as pessoas, mostra também a identificação das demandas no campo da assistência social a práticas ligadas à ideia da ajuda, que não exigem um tratamento profissionalizado.

aquisição de novas instalações, contratação e formação de profissionais habilitados para construir uma rede de atenção que não existia e etc. Trata-se de um processo de montagem de uma estrutura nova de acesso aos direitos conquistados que, em meio às disputas políticas, passa a estar, mesmo que precariamente, disponível para a população.

O neoliberalismo, portanto, não implicou em um “desmonte das políticas sociais”<sup>8</sup> no Brasil, como usualmente se fala. A ideia do desmonte pode ser pertinente para pensar a realidade dos poucos países europeus que viveram o *Welfare State*. O fato de ter ocorrido um ataque à estrutura construída por cerca de três décadas nesses países, não deveria autorizar uma generalização da análise para outras regiões.

O que houve em nosso país foi a conjunção de determinações complexas que propiciaram uma “montagem” permeada de contradições. Em um período marcado por uma derrota histórica da classe trabalhadora no mundo, vivenciamos o registro, sob a forma de lei, de direitos sociais que não puderam ser completamente ignorados dada a correlação de forças interna.

Ao rejeitar as abordagens que destacam a redução dos gastos sociais bem como a focalização e fragmentação como novidades trazidas pelo período atual, identificamos uma alternativa de caracterização que particulariza as políticas sociais nesse momento histórico. Para tanto, devemos considerar as mudanças trazidas pelo projeto burguês para resolver a crise capitalista vivenciada nos anos 1960/70 e a importância da financeirização para sustentar as margens de rentabilidade.

---

<sup>8</sup> Uma crítica mais detalhada da caracterização das políticas sociais no neoliberalismo pela via do “desmonte” foi feita em Brettas (2020).

O novo patamar de relação entre produção e finanças recoloca as tensões entre as classes sociais e apresenta novas requisições para o Estado, que irá se reconfigurar absorvendo a demanda burguesa pela intensificação dos fluxos financeiros. Embora o crescimento da dívida pública seja a grande expressão desse novo momento, é insuficiente para abarcar todas as dimensões das alterações.

Se é possível dizer que, no neoliberalismo, houve uma ampliação no número de pessoas atingidas por direitos sociais no Brasil, não se deve deixar de registrar que essa ampliação se deu assentada na financeirização das políticas sociais (Brettas, 2020). Em síntese, foram três frentes principais que mobilizaram a maior abrangência: (a) a monetarização dos benefícios, tais como o Bolsa Família, bolsas de assistência estudantil e tantas outras que proliferaram neste período; (b) as desonerações fiscais que possibilitaram atendimento gratuito ou a baixo custo para população por intermédio da iniciativa privada, como por exemplo, o Prouni e toda a variedade de impostos tributários concedidos aos setores ligados à saúde; (c) o endividamento das famílias, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), voltado especificamente a financiar cursos superiores privados, ou o crédito consignado direcionado aos setores populares, que possibilitou alternativas “via mercado” quando o acesso às políticas sociais não era viabilizado. Desse modo, foi possível alimentar os conglomerados altamente financeirizados, que cresceram substantivamente com a generosa contribuição do fundo público e fortalecer os vínculos de parcelas da classe trabalhadora com as instituições financeiras.

Não pretendemos nos aprofundar numa caracterização da financeirização das políticas sociais neste trabalho, apenas sinalizar todo um conjunto de alterações que ficam invisibilizadas no debate hegemônico sobre o tema. A reconfiguração das políticas sociais

precisa ser vista como parte das ações que o Estado produz para responder às requisições trazidas pelo novo momento histórico.

Daí o esforço em caracterizar o neoliberalismo e destacar as alterações trazidas no campo da produção e apropriação do valor produzido. A financeirização das políticas sociais só pode ser entendida quando integra a reflexão sobre a configuração do Estado às mudanças nas relações entre o capital e o trabalho produzidas por esse novo momento. Parte fundamental deste caminho de análise é reconhecer o caráter contraditório das políticas sociais e como foi possível, materializar parcialmente as conquistas constitucionais e, ao mesmo tempo, estabelecer fluxos do fundo público destinados aos interesses da supremacia rentista.

Em outras palavras, a construção de uma mudança de rota na análise envolve refletir sobre abordagens que mistificam o sentido e o potencial das políticas sociais. Sem perder de vista sua importância tática, devemos compreender os seus limites, especialmente na particularidade da dependência. Ao que tudo indica, nosso grande desafio é retomar os grandes debates sobre o modo de produção capitalista e os caminhos para a revolução brasileira. Para isso, é importante uma ruptura com as ilusões desenvolvimentistas e suas práticas políticas.

### Considerações finais

O fundamental da perspectiva apresentada foi construído em torno da preocupação em articular o debate do capitalismo dependente às particularidades da formação econômico-social brasileira. Escapar da expectativa em torno da universalização das políticas sociais não é uma tarefa simples e requer um cuidado constante em

manter o foco nos mecanismos de produção e apropriação da riqueza, mesmo quando se busca compreender a atuação do Estado.

Se está no núcleo central das relações capitalistas o desenho das disparidades na apropriação da riqueza produzida, não estará no aprofundamento dessas relações ou no Estado a possibilidade de sua superação. A luta pela ampliação das políticas sociais deve fazer parte das pautas de reivindicação de todas as organizações políticas que atuam sobre as desigualdades sociais; mas não se pode perder de vista que a “questão social” será resolvida somente por meio da superação das relações capitalistas.

É inerente às políticas sociais uma contradição fundada na capacidade de atender demandas da classe trabalhadora de maneira a sustentar a continuidade dos mecanismos de exploração da força de trabalho e formação de consensos. Em outras palavras, se por um lado garantem direitos, por outro, legitimam as relações de assalariamento que obscurecem a extração do mais-valor. No neoliberalismo no Brasil, essa contradição aparece na medida em que a ampliação na abrangência das políticas sociais beneficia os interesses do capital fictício. O aumento das pessoas com conta em banco, viabilizada pela exigência de um cartão bancário para o recebimento de um benefício como o Bolsa Família, por exemplo, insere, pela via da política social, todo um segmento de usuários a serem seduzidos para programas de empréstimos e outros serviços bancários.

A abordagem pela via da financeirização das políticas sociais, ao expressar a principal mudança dos novos tempos, tem potencial para recolocar os termos do debate. Propicia alternativas teóricas à leitura hegemônica pautada na noção eurocêntrica do desmonte neoliberal do *Welfare State*, que foca na “redução-ampliação” de recursos por parte do Estado. Houve, na verdade, ampliação de gastos sociais e de abrangência das políticas sociais no Brasil. A grande

questão para entender essa contradição – que aparenta ser um paradoxo impossível aos olhos desenvolvimentistas – é trazer para a análise uma articulação entre as alterações na relação produção-financeiras decorrentes do neoliberalismo e as respostas do Estado burguês a esse novo momento. Por esse caminho, a financeirização figura como um alicerce inescapável para a compreensão das bases em que se assentam as contraditórias nuances das políticas sociais na atualidade.

## Referências

- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. M. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: MPAS/CEPAL. *A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989, v. 3, p. 85-178.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, [1972] 2012.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BOSCHETTI, I. Entrevista. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.
- BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021.
- CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XXVII, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.
- SANTOS, T. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da "Nova República"*. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2021.
- DRAIBE, S. M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-15, out.-dez. 1997.

- DRAIBE, S. M. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. *In: NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP). Cadernos de Pesquisa*, n. 8. Campinas: NEPP/Unicamp, [1988] 1993, p. 1-50.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN, mar. 1990, v. 4, p. 1-66.
- FERNANDES, F. As contradições do capitalismo dependente. *In: FERNANDES, F. Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, [1974] 1995, p. 123-144.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1975.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, [1975] 2005.
- GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília-DF: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.
- HARDMAN, F. F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1982.
- IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 9-32, 2001.
- IANNI, O. *Imperialismo na América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, [1971] 2009.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). Dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2022, p. 167-216.
- MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. *In: MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 47-71.
- MARINI, R. M. A crise do desenvolvimentismo. *In: CASTELO, Rodrigo (org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, [1994] 2010, p. 103-118.

MATTOS, M. B. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, [1959] 2014.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 41-49, 2001.

OSORIO, J. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. *Direito & Práxis*, v. 07, n. 13, p. 494-539, 2016.

SALGADO, J. G. G. América Latina en la conformación de la economía-mundo capitalista: las transferencias de excedente en el tiempo largo de la historia, y en la época actual. In: SALGADO, J. G. G. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2006, p. 77-152.

SMITH, J. Imperialismo no século XXI. In: FERNANDES, Luís Eduardo (org.). *Introdução ao imperialismo tardio*. Recife: Ruptura, 2022, p. 47-64.

SMITH, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LOPEZ, Emiliano (org.). *As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 33-74.

SOUZA, A. R. M. Questão social e assistência na formação do Brasil: o papel da polícia. *Ser Social*, Brasília, v. 24, n. 50, p. 96-114, jan./jun. 2022.

SOUZA, C. S.; TELES, H. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 42, p. 44-61, jul./dez. 2021.

VIANA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

## **A dívida pública e o Fundo Público no capitalismo: uma análise dos impactos para a classe trabalhadora e as políticas sociais**

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

Celyane Souza dos Santos

Maria de Fátima Leite Gomes

### **Introdução**

O sistema capitalista, em sua lógica perversa, incorpora estratégias de contenção para suas crises estruturais. Esse atributo, necessário para a manutenção da ordem vigente, relaciona-se diretamente com os mecanismos propulsores da acumulação do capital.

Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de analisar a dívida pública que enfatiza a luta de classes e a disputa pelo fundo público. Neste sentido, busca investigar de forma crítica e reflexiva o capital financeiro e a diminuição das políticas sociais, para tanto, será importante explicar sobre a relação da dívida e do fundo público, bem como os impactos para a classe trabalhadora, analisando através deste estudo as estratégias do capital e da dívida pública, e o processo de desestabilização da política social.

Em tempos de capital financeiro, a ampliação do Estado para os interesses do capital e retraimento das políticas sociais, perpetua de

maneira mais intensa a dívida pública. Durante o processo do modo de produção, a mesma ocupa uma posição de destaque e assume diversas características desde o período de acumulação primitiva.

Para tanto, frisando a racionalização do capital na contemporaneidade, não é possível abordar a dívida pública sem mencionar a articulação existente com o fundo público. Ambos trazem uma configuração impactante para a classe trabalhadora e as políticas sociais, que, por sua vez, está duplamente inserido nos condicionamentos.

Esse modelo de desenvolvimento, à luz do neoliberalismo, opera em condições de impulsionar a economia de mercado, a partir das regras do ambiente econômico internacional. Dessa maneira, molda-se às exigências impostas aos países periféricos, cumprindo as suas receitas: abertura das economias ao comércio e finanças internacionais, redução dos gastos públicos (privatizações, quebra de monopólios e enxugamento de gastos sociais), desregulamentação dos mercados (ênfase no investimento privado), combate à inflação e maior disciplina fiscal.

Portanto, a discussão pretende contribuir diretamente com as análises dos impactos na vida da classe trabalhadora e como ocorre a apropriação do fundo público pela classe dominante, além de explicitar como se torna rentável para o capital financeiro de forma que seja, também, uma estratégia utilizada em tempos de crise do capital.

### **A configuração da dívida pública como uma estratégia de manutenção do capital**

Para situar a articulação da dívida pública e a apropriação do fundo público pelo capital, faz-se necessário apreender o papel significativo que a dívida pública exerce na reprodução do capital, principalmente, mediante a implementação das políticas de orientação

neoliberal. No movimento do real, a espiral da dívida pública dos Estados capitalistas, atua na contramão da ampliação do bem-estar da sociedade, incorporando um discurso sob a não penalização da geração atual.

Historicamente, os recursos financeiros centralizados pela dívida sempre foram cativos dos mercados financeiros. Com a nova etapa da acumulação financeira, os dividendos tornam-se também um mecanismo importante de transferência de riqueza e de acumulação. A pressão dos mercados sobre os grupos industriais impõe novas normas de rentabilidade e exigências de redução de custos salariais, aumento de produtividade e flexibilidade nas relações de trabalho (Salvador, 2010, p. 611).

Na contemporaneidade, o capital portador de juros, permeia um rendimento monetário que provém ou não de um capital. Nesse sentido, a dívida pública constitui uma dimensão significativa na produção do capital ampliado, o que tange justamente a valorização deste capital fictício. Vale ressaltar, que a inserção da dívida pública desde a acumulação primitiva, exerce um papel de meio propulsor para a consolidação do capital, perpetuando o sistema mesmo diante as crises estruturais.

Em tempos de capital fetiche, a configuração da espiral da dívida pública modifica-se mediante as formas de reprodução do capital e seus imperativos, no modelo atual de produção, o que não altera sua estrutura, mas explicita características específicas. Iamamoto (2009, p. 18) levanta alguns aspectos:

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito.

Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção o fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

Nessa perspectiva, mesmo consciente da estrita necessidade da exploração da força de trabalho, na configuração atual do capital, através do capital fictício, tornou-se possível a obtenção de lucro por meio apenas da rentabilidade dos juros. Entretanto, isto não extingue as crises estruturais que afetam o sistema, ao contrário, surgem outras formas de acumulação do capital excedente.

Desde a crise dos anos de 1970, através das estratégias de manutenção a ferro e fogo, os Estados capitalistas conseguiram ser exitosos na recuperação das taxas de lucro e na valorização do capital. No epicentro, localizava-se o capital fictício, ou seja, na forma do capital portador de juros e sua “forma aloucada”, o que demonstra, em termos da produção global capitalista, uma base crescentemente parasitária ou fictícia de valorização do capital.

Nesse sentido, a dívida pública é um pilar importante de sustentação da valorização do capital, sobretudo, no contexto atual da valorização do capital fictício que em concordância com Yamamoto (2009, p. 18):

[...] no caso da dívida pública, o Estado tem que pagar aos credores o juro referente ao capital emprestado. O credor possui o título de dívida contra o Estado, que lhe dá direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto anual dos impostos.

A reprodução cada vez maior do capital, em termos de totalidade, sobre base fictícia, contribui para a exacerbação da crise do

capital. Considerando a crise atual do capital, cujos principais Estados capitalistas injetaram uma enorme quantidade de recursos para o “grande capital”, ocasionando no inchaço da dívida pública. Sendo assim, o aumento da dívida pública ocorreu não por ineficiência do Estado, mas para evitar a desvalorização do capital fictício, como aponta Brettas (2012, p. 107):

A utilização do Estado para garantir as condições de acumulação capitalista foi um dos elementos levantados por Marx e reforçados por muitos dos principais pensadores da tradição marxista, dentre os quais destacamos Mandel. Não nos parece que, ainda que as proporções sejam maiores atualmente, isso seja suficiente para advogarmos no sentido da necessidade de uma revisão da lei do valor. Ao contrário, é justamente porque a lei do valor está operante, e, com isso, a tendência decrescente de taxa de lucro, que o fundo público vai, paulatinamente, assumindo essa posição.

Ainda em conformidade com Brettas (2012), voltando-se para a discussão da dívida pública realizada por Marx, a autora traz características históricas do papel da dívida pública na acumulação do capital. Para tanto, menciona que a dívida pública se estabelece como um ponto de partida na acumulação do capital, elemento este colocado como inescapável nesse processo. É possível enfatizar que nesse processo:

[...] a dívida pública, que contribuiu para a consolidação do capitalismo, no período pós-guerra estimulou a aceleração da acumulação de capital e passou desde o final do século xx, a cada vez mais alimentar um processo de reprodução ampliada de base financeira-especulativa por meio do capital fictício. Trata-se, desse modo, de uma mudança no lugar

que a dívida pública assume no circuito de valorização capitalista (Brettas, 2012, p. 100).

A funcionalidade da dívida pública para o capital, ganha destaque no período da crise, ao redimensionar os seus pressupostos na valorização do capital fictício. Para analisar-se o desenvolvimento do capitalismo e as particularidades assumidas na contemporaneidade, faz-se necessário compreender esses meios propulsores do sistema. O modo de produção estabelece a dissociação entre trabalhadores e meio de produção, a partir do momento em que o capital se torna mais independente não se concentra nessa dissociação, no entanto, a reprodução é disseminada de forma mais abrangente.

Quando se refere aos meios propulsores da acumulação primitiva, baseia-se nos elementos utilizados para a acumulação do capital, como a dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo. Para Marx, estes elementos destacam-se como os meios que impulsionam a acumulação primitiva, é possível estabelecer que eles tenham em comum o uso da força e poder do Estado, dimensionado por diferentes níveis de distribuição a depender do período ao qual estava sendo perpetuado (Brettas, 2012).

Desde o sistema colonial que o crédito público se origina, contendo formas de organização diferentes, considerando à época alocada. Sua primeira experiência ocorreu na Idade Média em Gênova e Veneza, logo se disseminando pela Europa e desde então, impulsiona a perpetuação do sistema, considerando-se uma alavanca que contribuiu para a origem do capitalismo industrial. A dívida pública, por exemplo, ocorreu primeiro na Holanda, o que imprimiu a marca do Estado na era capitalista, e sendo utilizado até os dias atuais (Brettas, 2012).

Desse modo, a dívida pública posiciona-se, em sua funcionalidade para o capital, como um relevante instrumento de consolidação

das relações capitalistas de produção, independente das formas de organização de determinada governança. Mais uma vez, em concordância com Brettas (2012), a qual discute verdadeiramente as concepções de Marx, vale ressaltar que a dívida pública adquire o caráter coletivo, principalmente quando se refere à partilha das riquezas nacionais. Para um melhor esclarecimento, a autora aponta:

Apesar de uma suposta preocupação com o bem comum e a satisfação da coletividade, presente em determinadas formas de governo, os interesses que estão à frente desse processo buscam garantir e defender a propriedade privada. Esses interesses particulares, ao aparecerem como universais, tornam coletivo o sentimento de responsabilidade sobre seus ônus – como é o caso da dívida pública – ainda que os ganhos permaneçam sendo apropriados privadamente (Brettas, 2012, p. 96).

Contudo, mesmo que ocorra a desapropriação da classe trabalhadora mediante a dívida pública, existe o discurso da antítese da propriedade coletiva social, que precisa ser mantida e preservada, enfatizando o direito à propriedade privada. Em uma linguagem mais simplista, significa que a proteção à propriedade privada, no sistema capitalista, deve ser exercida por todos aqueles inseridos, sejam eles pertencentes à classe trabalhadora ou burguesa, mesmo que os trabalhadores não sejam detentores das grandes acumulações que estão se deteriorando no período de uma crise.

Vale salientar que, a busca do bem comum e do disseminado sentimento de coletividade abarcado quando situamos dívida pública, refere-se, inevitavelmente, ao princípio de proteger a propriedade privada e a reprodução das relações capitalistas. Portanto, para enfatizar a legitimidade da dívida pública, e centralizá-la como verdade, torna-se uma responsabilidade coletiva, disseminando um

sentimento orgânico de comunhão dos interesses particulares. No contexto atual:

[...] os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas –, só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, como efeito impulsionado dos Estados nacionais: por um lado a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho [...] (Iamamoto, 2009, p. 20).

As consequências para a classe trabalhadora serão apontadas mais adiante, no entanto, ao indicar o sentimento de coletividade, frisamos o caráter perverso onde o capitalismo finca suas raízes para garantir sua reprodução, ou seja, assume um caráter inexorável, que permite racionalizar as irracionalidades do capitalismo durante os períodos das crises financeiras (Harvey, 2010). O dogma da dívida pública se insere como primordial na consolidação do capital, como uma alavanca do sistema, dotado de capacidade criadora e fortalecedora desse modo de produção.

Como um instrumento a favor dos capitalistas, a dívida pública trouxe facilidade e comodismo, uma vez que, ao tempo em que os empresários são credores do Estado, suas somas volumosas se convertem em títulos de dívida pública, favoravelmente lucráveis, ou seja, as partes que lhes cabem dos impostos, representam também os juros de seu capital, frente ao desenvolvimento da moderna bancocracia, ou “império dos bancos” no sistema de financeirização. A função do banco no referido processo dá as bases substanciais para a acumulação do capital, podendo-se dizer de forma

realista que os lucros dos juros exacerbados ultrapassam o inimaginável (Brettas, 2012).

Segundo Yamamoto (2009, p. 19), “A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do superávit primário afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais”. Diante disso, ainda permanecem como duplo credor, favorecendo-se com os empréstimos e como guardiões dos tesouros do país.

A dívida pública também estabelece relações de um Estado-nação para outro, através do sistema internacional de crédito, adotado na agenda do capitalismo desde o princípio. A atividade de empréstimo implica na transferência de recursos, redimensionada por meio da dívida pública, que amplia as formas de lucro enquanto existem problemáticas na produção, sendo aplicado na atualidade e não somente quando esse fator ocorre (Brettas, 2012).

Nessa perspectiva, mesmo aparentando que os recursos obtidos estejam na esfera da circulação, ainda sim, são resultados da exploração e superexploração humana. Muitas vezes, advinda da utilização da força de trabalho precarizada, seja ela do trabalho infantil ou da expropriação da força do trabalho informal. As relações obscuras entre a dívida pública e o crédito internacional, intensificam as consequências para a classe que vive do trabalho, que em tempos de crise são impactadas duplamente.

A relação com o fundo público se insere, nesse contexto, na medida em que os impostos aparecem em duas centralidades, no apoio à dívida pública na receita, cobrindo juros e pagamentos, e no sistema tributário, como uma engrenagem do sistema que permite a acumulação da dívida com vistas a conter despesas exorbitantes. Os recursos são apropriados quando a dívida está

avolumada e ocasiona no aumento dos impostos, com vistas ao pagamento de um novo endividamento (Brettas, 2012).

Para tanto, recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo de endividamento, através da tributação indireta e o princípio da tributação excessiva.

### **A apropriação do fundo público e os impactos para a classe trabalhadora e as políticas sociais**

Ao debater a relação da dívida pública com a função do Estado na reprodução do capitalismo, direciona-se a discussão da apropriação dos recursos do Estado por parte do capital, centralizando o fundo público, visando compreender também, sobre a dívida pública. O questionamento passa a situar onde se localizam esses recursos e quais os impactos na classe trabalhadora.

A concepção sobre o fundo público firma-se na abordagem dos recursos arrecadados através dos impostos dos usufrutos da sociedade, sejam dos contribuintes ou através do consumo, aplicados de forma responsável para as necessidades da população. Desse modo, Brettas (2012, p. 101) afirma:

Partimos do entendimento de que o fundo público é composto por recursos arrecadados sob a forma de impostos e contribuições pagos tanto pela classe trabalhadora, quanto por capitalistas. Principalmente nos países em que há uma grande desigualdade de renda e riqueza, como é o caso brasileiro, essa arrecadação não se dá de forma igualitária, muito menos progressiva, de modo que a maior parte advém de parcelas significativas do salário recebido pela classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, do total de recursos do fundo público, mais da metade é arrecadada por meio de impostos indiretos (Salvador, 2010) e menos de 4% advém

de tributações sobre o patrimônio, que seria uma forma de onerar os detentores de propriedade privada. Isto sem falar que mesmo a parcela paga pelos capitalistas tem sua origem no trabalho e, portanto, na mais-valia extraída por meio da exploração da classe trabalhadora.

A destinação dos recursos arrecadados, a princípio deveria estar retornando em forma de políticas sociais e melhorias que qualificam as condições de vida da classe trabalhadora, visando uma forma mais “igualitária” de distribuição de renda. A maneira que se dá esta repartição, depende da correlação de forças existentes em determinado período do desenvolvimento capitalista.

À vista disso, firma-se a concepção da realidade contraditória perante o fundo público, inerente ao modo de produção capitalista e estabelecido na maioria das categorias analisadas. O fundo público é objeto de disputa, inserido no centro da luta de classes, observando que existem interesses distintos sobre o mesmo, da classe trabalhadora ou do capital (Brettas, 2012).

Ademais, nessa relação antagônica das classes existe o Estado, que através de suas ações se coloca a favor de uma classe, e mesmo diante da pressão da sociedade encontrar estratégias que firmam uma posição para a classe dominante. O fundo público sob a responsabilidade estatal, por sua vez, acaba direcionando para os interesses da classe dominante. A classe trabalhadora é afetada diretamente por essa apropriação, como aponta Iamamoto (2009, p. 20-21):

[...] os investimentos especulativos em ações de empresas no mercado financeiro apostam na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar expectativas de lucratividade futuras das empresas, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento

da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais [...].

Mediante o sentimento de coletividade, a dívida pública é partilhada para a sociedade, principalmente para os trabalhadores que pagam impostos desiguais, tributados de forma dupla em seus salários.

Como mencionado anteriormente, mais um reflexo na vida do trabalhador decorre também, do redimensionamento do fundo público, ao invés de retorná-lo para a sociedade por meio das políticas sociais, será apropriado pelo capital, na promessa de cobrir a dívida pública. Um exemplo preciso, na conjuntura atual brasileira, centra-se no discurso do déficit da previdência, que abrange o emocional coletivo para aplicar um desmonte na Política da Previdência Social, que penaliza a classe que vive do trabalho, buscando a legitimidade dos mesmos e englobando uma fala que responsabiliza e traz para a classe trabalhadora o ônus da dívida.

O corte nos gastos públicos atingiu seriamente as políticas sociais, afetando ainda mais a qualidade dos (precários) serviços públicos básicos. Seguindo essa lógica, foram propostas também, mudanças no Sistema de Seguridade Social, neste sentido, o então sucateamento dos serviços sociais públicos contribuiu para disseminar uma ideia de sua ineficiência e da necessidade de sua privatização.

Ou seja, o fundo público, sendo composto majoritariamente de impostos pagos pela classe trabalhadora, é utilizado para o pagamento da dívida, que por sua vez, é apropriada pelo capital. Diante disso, o capital toma conta de recursos advindos dos trabalhadores, usurpando assim a sua real finalidade: o retorno do pagamento desses

impostos para sociedade, na forma de investimentos públicos em infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde entre outros. Ou seja, a dívida pública funciona como um mecanismo de absorção.

O redirecionamento desses recursos para o pagamento da dívida pública são resultados diretamente do sucateamento das políticas sociais, as quais se tornam cada vez mais focalizadas e exclusivas, desamparando boa parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza, além de tornar as políticas sociais, um mecanismo funcional à reprodução do capital, isto é, o modo como serão implementadas as políticas sociais, é definido pela correlação de forças presentes no interior do próprio Estado, mas sempre com cuidado de não afetar a lógica de acumulação do capital (Oliveira, 2015).

Dessa forma, sua ampliação ou redução deve sempre ocorrer em funcionalidade com as demandas capitalistas (contrarreformas); a exemplo disso, temos os Estados que adotam políticas de cunho reformista, as quais, embora ampliem até certo ponto as políticas sociais, continuam a garantir a reprodução do processo de exploração e acumulação. Pode-se concluir, segundo Brettas (2012, p. 105):

De qualquer forma, podemos perceber que “ao lado do déficit público e das receitas e despesas estatais como proporção do PIB [...] as proporções e o lugar da dívida pública dos principais países confirmam o lugar estrutural do fundo público na sociabilidade geral” (Oliveira, 1998, p. 24). O autor articula, portanto, a importância que o fundo público passa a ter para a reprodução ampliada do capital ao aumento da dívida pública, explicitando que este é um dos principais mecanismos do Estado na garantia das condições de acumulação capitalista.

Nesse sentido, as políticas sociais são subordinadas aos objetivos macroeconômicos e demarcadas pelos mecanismos de estabilização,

como parte do processo de ajuste estrutural, concebido para concretizar-se durante esse governo. A política social em questão está submetida aos interesses macroeconômicos do grande capital, transgredindo desta forma a seguridade social em seu propósito de universalização e democratização dos direitos sociais, orientando-a sob o signo da privatização e mercantilização.

É necessário compreender que, apesar de a privatização ser o objetivo central dos neoliberais, só interessa na medida em que a administração de fundos e a produção de serviços possam se converter em atividades econômicas rentáveis. Por isso, nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, onde a maioria da população é pobre, espera-se tão somente um processo seletivo de privatização dos benefícios sociais, incentivados por políticas estatais, dirigidas à criação de um mercado disponível e garantido.

Portanto, a classe trabalhadora afetada por todos os lados, busca força para se erguer mediante a crise, fragmentada, fragilizada e tentando sobreviver. O contexto se agrava na crise e o Estado posiciona-se em favor do capital, a agenda neoliberal se intensifica, assim como a correlação de forças, as políticas sociais são minimizadas, atendendo aos pobres entre os pobres. Os governos de esquerdas são perseguidos e o fundo público apropriado, mediante a falácia da dívida pública.

### Considerações finais

Como explicitado, a lógica do sistema capitalista incorpora as sucessivas crises estruturais, atributo que implica na necessidade de articular estratégias de reprodução, que, por sua vez, corrobora com a manutenção do sistema. De acordo com Harvey (2010), às crises financeiras permitem racionalizar as irracionalidades do

capitalismo. Nos momentos das crises, o capital reconfigura-se, cria novos modelos de desenvolvimento e expansão, novos campos de investimentos, novas formas de poder de classe, ou seja, reinventa as suas formas de exploração, de modo que não atinja sua estrutura, e primordialmente as formas de acumulação (Harvey, 2010).

Por sua vez, o capital ultrapassa uma crise estrutural, desde 1970, designado como período de uma “onda longa recessiva”, como mencionado por Mandel (1990). Nesse sentido, as transformações societárias foram ocasionadas devido às estratégias advindas do sistema, com vistas a perpetuar sua reprodução, ou seja, rentabilidade em forma de lucro e acumulação.

As respostas concentraram-se nas seguintes medidas: reestruturação produtiva, mundialização do capital, neoliberalismo e financeirização, na esfera do Estado. Através do Consenso de Washington, foi expandido em âmbito mundial, a implementação da agenda neoliberal, com o objetivo de desarticular o Estado de Bem-Estar Social, impulsionando a refuncionalização do Estado, de modo que, diminua sua ampliação para o social e expanda-se para o capital.

Dessa forma, através da minimização do Estado, ocorre o ataque aos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores. As políticas sociais são maciçamente impactadas, uma vez que, redimensionam o caráter universal, as tornando focalizadas e seletivas.

Isto ocorre, também, mediante os meios propulsores da acumulação capitalista, através da dívida pública que permite o consenso social e a reprodução do modo de produção capitalista. A apropriação do fundo público fragiliza ainda mais a classe que vive do trabalho, comprometendo-a de várias formas e retirando direitos sociais, através das conquistas frente às políticas sociais, durante a fase aguda do neoliberalismo no Brasil.

O orçamento público não se limita a uma peça técnica e formal ou a um instrumento de planejamento; ele é, desde suas origens, uma peça de cunho político. No orçamento é que são definidas as prioridades de aplicação dos recursos públicos e a composição das receitas, ou seja, sobre quem vai recair o peso do financiamento tributário. Não se trata de uma escolha somente econômica, mas principalmente resultado de opções políticas, refletindo a correlação de forças sociais presente na sociedade (Salvador, 2012, p. 19).

Assim, o capital em sua forma mais perversa suprimiu grande parcela das formas de reação da classe trabalhadora, firmando ainda a superexploração e extração dupla da mais-valia e retenção direta do salário, enquanto os lucros advindos do capital fictício tornavam-se mais cruéis, sobretudo quanto às formas de arrecadação, sugando do trabalhador desde a força de trabalho até o consumo. Logo:

A correlação da luta de classes no país, no contexto do neoliberalismo, foi desfavorável aos trabalhadores e decisiva para o predomínio dos impostos indiretos e regressivos na estrutura tributária. O sistema tributário foi edificado para privilegiar a acumulação capitalista e onerar os mais pobres e os trabalhadores assalariados [...]. O orçamento público no capitalismo brasileiro é refém dos rentistas do capital financeiro, obstaculizando a construção de um sistema de proteção social universal. Os ricos neste país continuam não pagando impostos, pois, suas rendas estão isentas da tributação. Ao mesmo tempo em que a maior parcela do orçamento é destinada ao capital portador de juros, por meio do pagamento de juros e amortização da dívida pública (Salvador, 2012, p. 15-16).

Portanto, a classe trabalhadora se vê desprotegida pela minorização das políticas sociais e, além disso, enquadra-se na perspectiva de

endividamento social. Assim, reafirma-se a urgência da consolidação e expansão das políticas sociais no orçamento público, respeitando a demanda por direitos já regulamentados. Tal afirmação significa que o orçamento público deve atender, prioritariamente, aos direitos sociais de forma irrestrita.

## Referências

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. *In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BRETTAS, T. Dívida Pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. *In: SALVADOR, E. et al. Financeirização, fundo público e política social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Capítulo "Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa", p. 93-120.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15-50.

MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio/Ed. da Unicamp, 1990.

MENDES, M. Sistema Orçamentário Brasileiro: planejamento, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público. *Caderno de Finanças Públicas*, Brasília, n. 9, p. 57-102, dez. 2009.

O'CONNOR, J. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, E. A. A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital. *Ser Social*, Brasília, v. 17, n. 37, p. 348-367, 2015.

OLIVEIRA, F. *Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2009.

ROCHA, P. Concepções dos fundos e seus impactos nas políticas sociais. *In: MAGALHÃES JÚNIOR, J.; TEIXEIRA, A. C. (org.). Fundos públicos e políticas sociais*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004. (Publicações Pólis, 45). Anais do seminário "Fundos Públicos e Políticas Sociais", agosto de 2002, p. 85-92.

SALVADOR, E. Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 104, p. 605-631, 2010.

SALVADOR, E. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 4-22, 2012. DOI: 10.5433/1679-4842.2012V14N2P4.

SALVADOR, E. *Fundo público e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2010.

## Fundo Público e dívida pública: repercussões da disputa orçamentária para a Seguridade Social brasileira

Ana Manoela da Silva Lima

### Introdução

O presente capítulo apresenta os resultados encontrados na dissertação de Mestrado, intitulada: *Fundo Público e Seguridade Social brasileira: o Ajuste Financeiro nos Programas de Transferência de Renda entre 2015-2018* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (2019).

Para o momento, reservamos as discussões que giram em torno de identificar o papel do Estado brasileiro entre 2015-2018 em relação ao ajuste financeiro, bem como seus desdobramentos em relação a disputa orçamentária do fundo público entre o pagamento da dívida pública e as políticas sociais da Seguridade Social brasileira

Partimos do pressuposto que a disputa pelo orçamento do fundo público no capitalismo contemporâneo constitui um espaço de luta econômica, política e social. Nosso intuito é fornecer subsídios para uma reflexão crítica e apresentar dados e argumentos que exponham o custo do desenvolvimento econômico, numa dinâmica

em que os recursos do Fundo Público que são, em sua maioria, destinados ao capital financeiro.

### A crise do capitalismo contemporâneo e o capital rentista

Na atualidade, as análises a respeito das políticas sociais no capitalismo contemporâneo devem ser consideradas a partir do exame do ciclo de acumulação capitalista marcado pela hegemonia do capital financeiro, em que a disputa pelos recursos do fundo público se torna ainda mais acirrada. Os estudos indicam que a forma contemporânea de acumulação, faz com que haja um aumento de transferências dos recursos do orçamento público para o pagamento dos serviços da dívida pública, que é fonte primordial para a remuneração dos capitalistas rentistas.

Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo é marcado pela crise desencadeada nos fins da década de 1970 e início de 1980, caracterizada enquanto crise estrutural, uma vez que atinge os diversos âmbitos e não se estabeleceu, até os dias atuais, um considerável crescimento e recuperação de seu auge. Esta crise trouxe consigo profundas transformações societárias, políticas e econômicas, considerada como o fim das três décadas gloriosas ou “anos dourados” do capitalismo.

Particularmente, a crise como resposta fundomonetarista<sup>1</sup> (Arrizabalo, 2016) atinge os países de forma e custos diferenciados,

---

1 Trataremos a crise como resposta fundomonetarista a partir da tese de Arrizabalo Montoro (2016) em seu livro *Capitalismo y Economía Mundial*. Neste sentido, considera que a crise atinge os países de forma a combinar subprodução, desemprego, queda da taxa de lucro e ainda alcançar o padrão de financiamento público capitalista. Segundo o autor a crise dos fins dos anos de 1970 revela que a imposição do capital foi de assolar as conquistas sociais até então adquiridas, dando lugar aos desmontes pelas políticas de ajuste permanente do FMI, que se

instaurada com o esgotamento dos preceitos do Welfare State, e que, segundo Oliveira (1998), foi responsável pela instauração do padrão de financiamento público, em que o fundo público passou a ter papéis de extrema importância no financiamento da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho, “[...]atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (Oliveira, 1998, p. 19-20).

Recuperamos aqui uma das estratégias utilizadas pelo capitalismo para retomada do padrão vivenciado no estágio imperialista, sendo esta a financeirização do capital, como parte do processo conhecido por mundialização do capital<sup>2</sup> (Chesnais, 1996). O autor afirma que há um “novo capitalismo” de fins do século XX que é caracterizado por um administrador praticamente anônimo de um fundo de pensão de ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares. Esta nova fase pressupõe então novas formas de centralização dos capitais financeiros, que tem função justamente de se multiplicar no interior da esfera financeira. Desta forma, a financeirização do capital:

[...] foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos

---

espalham por todo mundo e se materializaram de acordo com as particularidades de cada país, e sobretudo da condição de luta de classes. Chamando atenção aqui para os casos dos países que se encontravam em regimes ditatoriais, com pouca ou nenhuma resistência por parte dos trabalhadores, como é o caso dos países latino-americanos.

- 2 O termo “mundialização” é utilizado como uma melhor tradução para o termo inglês da “globalização”, defendido pelos teóricos críticos, pois tem como efeito diminuir a amplitude contida no conceito de global. Dessa forma “[...] o termo mundial, mais do que global, propaga a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento” (Chesnais, 1996, p. 24)

esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reproduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações- tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2004, p. 122-123).

O capital financeiro desenvolve-se, na medida em que o capital industrial cede o capital monetário aos bancos sob a forma de juros. Esse processo permite a fusão entre capital industrial e bancário e, por conseguinte, a constituição de um sistema de financeirização do capital sobre o predomínio dos bancos, acelerando na fase monopólica o processo de centralização do capital, tal qual definiu Marx:

[...] isto é, que os pequenos capitalistas sejam engolidos pelos grandes e que os primeiros sejam descapitalizados. Trata-se mais uma vez - só que elevada à segunda potência - da separação entre condições de trabalho e produtores, aos quais ainda pertencem esses pequenos capitalistas, já que entre eles o trabalho próprio ainda desempenha um papel; [...] (Marx, 1986, p. 186).

Derivados do padrão pós-guerra com o fim da década de ouro do capitalismo, o cenário político e econômico dos países centrais trouxeram desdobramentos que acabam recaindo sobre os países periféricos. Acentuados pelo processo de mundialização as modificações nas relações políticas aparecem especialmente com a

hegemonia dos Estados Unidos como principal fonte do capital financeiro, impondo regras para o benefício desse último.

Seu desenvolvimento traz como uma das principais consequências a criação de duas agências internacionais que ditam regras aos países periféricos até a atualidade: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Se configura como marco da financeirização do capitalismo a questão da dívida adquirida pelos países centrais que recaiam sobre os países periféricos, de modo que cabiam à esses últimos aderir propostas de ajustes econômicos com “reformas” recomendadas pelas agências internacionais.

A dívida externa desses países ganhou novos contornos e dimensões em que as ações culminaram para um fim maior: o pagamento dos serviços da dívida, onde o Brasil se tornou parte desta dinâmica de endividamento e imposições dos organismos internacionais.

### **A disputa pelo Fundo Público no Brasil: a drenagem de recursos via dívida pública**

A dívida pública vem adquirindo um papel de centralidade no tocante a reprodução do capital. Vivenciamos ao longo desses anos uma série de imposições por parte dos organismos internacionais em nome do pagamento da dívida, num pacote que combina ajustes fiscais, contrarreformas das políticas sociais, privatizações e, sobretudo, medidas que geram lucratividade ao setor financeiro.

Segundo Lupatini (2012) a dívida pública, principalmente nas últimas décadas, constituiu uma das principais dimensões que atuam na reprodução ampliada do capital, sobretudo na valorização do capital fictício. Também Fatorelli (2013) explica que a maior

parte das dívidas públicas, sejam elas de ordem externas ou internas, são contraídas sem contrapartida alguma para o âmbito social.

O que podemos observar é o crescimento dos custos financeiros, refinanciamento da dívida e ainda uma auto-geração da mesma, exigindo em contrapartida a entrega de recursos para que sejam pagos os juros, comissões e derivados, resultando num aumento da dívida cada vez mais significativo. Fatorelli (2013) segue trabalhando com o conceito de “sistema da dívida” o qual adotaremos para entender melhor como funciona essa disputa orçamentária em torno dos recursos públicos. No seu entendimento, o endividamento público aparece como um mecanismo que consiste em transferir recursos da esfera pública para o setor privado e a utilização desse endividamento de forma inversa, retirando recursos ao invés de acumular, onde o custo com essa dívida pública é transferido para o setor mais empobrecido da sociedade, sobretudo através do aumento de tributos, privatizações, parcos investimentos nos serviços públicos e políticas sociais, entre outros desmontes.

Nesse sentido, podemos inferir que a dívida pública não exerce o papel que deveria, qual seja: um mecanismo que visa a obtenção de recursos para servir de financiamento para os governos e/ou investimentos públicos, de acordo com a Constituição do país. Mais adiante, a economista segue destacando alguns dos mecanismos que geram dívidas: a utilização para financiar ditaduras, eleições e guerras; refinanciamento; salvamento bancário; negócios especulativos; transformação de dívidas privadas; capitalização de custos, juros sobre juros; modelo tributário injusto.

Em termos de números, as pesquisas apontam um maior crescimento da dívida após o ano de 2008 com a crise mundial. Atualmente, esta se apresenta como uma das possíveis saídas da

crise o que levou ao seu aumento significativo durante os últimos anos, utilizando-se dos:

[...] “pacotes de salvamento” dos Estados capitalistas aos grandes bancos, corretoras, financeiras, grandes empresas privadas etc. para evitar uma brutal desvalorização do capital fictício. Esse mesmo Estado capitalista, sob “pressão da dívida”, faz crescentes e intensos “ajustes”: privatizações, ataque a previdência social, redução de pensão e salários de servidores públicos, aumentos dos impostos diretos (os quais recaem, em grande parte, sobre a classe trabalhadora), alteração de leis que minimamente asseguravam alguns direitos sociais aos trabalhadores, austeridade orçamentária e paralisação das despesas públicas, etc. (Lupatini, 2012, p. 74-75).

A dívida pública, aparece assim, como os gastos estatais que não são cobertos pelas receitas. Para tanto, é permitido ao Estado a emissão sem lastro e lançar títulos da dívida pública no mercado a juros atraentes para os investidores. O papel da oligarquia financeira é de deter esses títulos, manter os juros elevados e recebê-los. É obtido nos países periféricos mecanismos que assegurem o fluxo aos donos dos títulos, sendo utilizados da redução de gastos estatais em nome da formação de superávit primário que asseguram continuar “[...] succionando valores sob forma monetária” (Netto e Braz, 2012, p. 246-247). Superávit esse construído através da diminuição de investimentos em políticas sociais, “Reformas” e “ajustes estruturais” que combinam o corte de gastos e as privatizações.

Nesse sentido, Oliveira (1988) define o Fundo público enquanto elemento fundamental para a reprodução do capital e da classe trabalhadora, em uma tensão desigual por sua disputa. Reflete, portanto, um espaço de disputa de classes, onde o trabalho busca a utilização de parte do recurso para atender suas necessidades, traduzida

nas políticas sociais e no outro plano o capital busca sua utilização para assegurar que o Estado utilize de meios para sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, participação no mercado financeiro e serviços da dívida pública, principalmente.

Assim, segundo Salvador (2017), a financeirização da riqueza e a pressão dos mercados financeiros pela disputa orçamentária estatal que compõe o fundo público, implicando diretamente nas políticas do tripé da Seguridade Social – assistência social, previdência social e saúde –, transformando seus benefícios em mercadorias a serem compradas, como os planos de saúde e fundos de aposentadorias privadas. A ordem do dia é o esvaziamento dos recursos da Seguridade, sendo uma das principais maneiras por meio da extração de recursos advindos sociedade via de impostos diretos e indiretos, das contribuições e também da apropriação das taxas da mais-valia.

Para tanto, Salvador (2012) considera que o orçamento público é o que irá garantir concreticidade a ação que o Estado planeja, sendo o espelho das primazias do governo em relação às políticas sociais que serão elencadas como prioridade. Para o autor, o fundo público atua nesse processo assegurando os recursos para o financiamento dessas políticas sociais, revelando sua dualidade ao garantir a manutenção do capitalismo na esfera econômica e ao mesmo tempo garantir o contrato social.

Dentre os elementos que garantem maior apropriação dos recursos, possuímos no Brasil a dinâmica de uma carga tributária regressiva, que se caracteriza pelo fato de que o pagamento dos tributos é atribuído igualmente entre aqueles que mais detêm renda e os que menos detêm. Dessa forma, o que se põe é uma oneração maior para a classe trabalhadora, não promovendo uma redistribuição de renda e riqueza, mas sim contribuindo para que se encontre cada vez mais concentrada.

Assim como nos revela os dados abordados por Salvador (2017) ao analisar os números do IRPF-Imposto sobre as Rendas das Pessoas Físicas entre os anos de 2007 a 2013, percebemos que a faixa salarial de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo são os que mais possuem rendimentos tributáveis, chegando cerca de 67,7% com isenção de 20,93%. Em comparação aos que recebem mais de 160 salários mínimos podemos ver a discrepância, uma vez que estes só possuem 12,55% de rendimentos tributáveis e 65,80% de isenção. Soma-se a esses dados também “[...] a concentração na alocação dos recursos nos serviços da dívida pública – juros, encargos e amortizações –, rubrica com destinação sempre maior que todo o recurso da seguridade social” (Behring, 2008, p. 50).

Corroborando com os dados a respeito da dívida pública, a análise apresentada pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública (2018), podemos destacar que grande parte do orçamento foi destinado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida, com cerca de 42,43 % do orçamento total. Para as políticas sociais, a área da Previdência recebe o maior investimento com cerca de 22,69%. Para os outros setores, poucos são os que recebem mais de 1% desse total investido, por exemplo, os gastos com agricultura, saneamento, cultura, habitação, direito e cidadania não chegam juntos a esse percentual.

É válido chamar atenção para os mecanismos que acentuam essa disputa de orçamentos, que tendem para uma maior valorização do capital financeiro: a DRU (Desvinculação de Receitas da União)<sup>3</sup> e a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Outro elemento

---

3 Em dezembro de 2011, o governo de Dilma Rousseff aprovou no Congresso Nacional nova emenda constitucional que manteve a prorrogação da DRU até o final de 2015. Em 2012, por meio desse mecanismo, o Governo Federal gastou livremente R\$ 60 bilhões de sua arrecadação com impostos, contribuições

de suma importância para essa apropriação é a formação do superávit primário, que consideramos como um dos pontos-chaves no que diz respeito à retirada do orçamento da seguridade e das contas públicas.

A tendência no Brasil dos últimos anos é de uma política superavitária apresentando percentuais mais altos do que os exigidos pelo FMI, ao passo que cresce a dívida pública paga pelos trabalhadores. Tem assim, um efeito negativo para os recursos da seguridade transferindo-os para o mercado financeiro, uma vez que, para as contribuições sociais, como fonte de sua formação, estão sendo apropriadas para o superávit e pagamento dos serviços da dívida pública.

---

sociais e de intervenção no domínio econômico, excetuando as contribuições previdenciárias, montante que será desviado das despesas sociais. A justificativa para essa nova prorrogação da DRU foi o enfrentamento da crise econômica mundial. A DRU é fundamental para alcançar a meta de superávit primário. Em 2011, alcançou-se uma meta de superávit de R\$ 128 bilhões, equivalentes a 3,1% do PIB, e a DRU respondeu por quase metade desse valor. Em 2011, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 114, ela foi prorrogada novamente até 31 de dezembro de 2015, excluindo-se a desvinculação de recursos para a educação. Por meio da PEC n. 31, de 2016, já no governo Temer, foi prorrogado a DRU de 2016 a 2023, ampliando o percentual de 20% para 30%, excluindo-se a desvinculação de receitas destinadas à saúde e à educação. A desvinculação foi estendida aos estados, Distrito Federal e municípios, também com a exclusão das despesas destinadas à saúde e à educação. A decisão mais importante depois da prorrogação da DRU foi a EC. N. 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por 20 exercícios posteriores, os valores foram os dos exercícios imediatamente anteriores, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA). Essa EC congela o orçamento da União, especialmente em relação às despesas sociais. Uma das suas consequências lógicas é a discussão (relativa ao primeiro semestre de 2017) de mais uma Reforma da Previdência Social, que implicará em mais tempo de trabalho e de contribuição, além da redução dos valores dos benefícios aos futuros aposentados e pensionistas. (Rego e Marques, 2018, p. 216).

Para a nossa quadra histórica brasileira, o ano de 2003 trouxe para a política brasileira promessas de novos rumos com a eleição que fez ascender ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT) representados pela figura de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à frente da Presidência da República com bandeiras levantadas pela defesa da classe trabalhadora e ideários da esquerda. Dentre suas propostas, o que destacamos para esse momento é o da promessa de compensar os impactos que o ajuste neoliberal construiu no país nos governos anteriores.

Para esse momento, alguns autores consideram que o governo Lula adota para o seu governo o modelo de política econômica que ficou conhecido na literatura como “neodesenvolvimentismo”<sup>4</sup> ou “novo-desenvolvimentismo”, com a ressalva de que existem diferentes enfoques para tratar a respeito dessa temática. Apesar dos prefixos “neo” e “novo” que simbolizam inovações, muitos de seus princípios adotados faziam alusões a modelos anteriormente vivenciados no país. Desse modo, o neodesenvolvimentismo na perspectiva de Castelo (2010) vem a apresentar-se como “[...] uma espécie de terceira via na batalha pela hegemonia ideopolítica para formar uma estratégia de crescimento que se contraponha aos modelos já existentes na região” (Castelo, 2010, p. 94).

Dessa forma, o neodesenvolvimentismo apresenta-se de forma heterogênea, com características de outros modelos de

---

4 Na pesquisa, verificamos que o neodesenvolvimentismo é a expressão usada para designar o período brasileiro do último decênio, sob os governos do PT os quais buscaram conciliar industrialização, modernização e aumento de investimentos em políticas econômicas com equidade social. Uma versão mais controlada do neoliberalismo, que durante os mandatos de Lula-Dilma, se anunciou por meio de mudanças no modo de regulação econômica, assegurando juridicamente os novos processos do aparato estatal e privado, sem o risco de desestabilização política (Gomes, 2018, p. 3).

desenvolvimento adotados nas agendas governamentais do Brasil, dentre eles resguarda características do próprio neoliberalismo, do qual se propõe como opositor. Suas características baseadas no nacionalismo, industrialização com substituição de importações e Estado intervencionista, o que se apresenta como proposta para o social seria o investimento para que o crescimento econômico se efetive, pois este atuaria como condicionante primordial para o progresso social.

A verdadeira face do neodesenvolvimentismo se constituiu em respostas de cunho paliativo, focalizado, seletista, que não representam ações transformadoras para uma sociedade mais igualitária, com a repartição dos bens produzidos e da propriedade privada. Ou seja, por mais que se tenham intervenções voltadas ao social, estas não se apresentam enquanto reformas – no sentido progressivo – ao sistema.

Segundo Araújo (2018), com a chegada da crise mundial de 2008, se instaura novamente a insegurança no que tange a queda da rentabilidade do capital. No entanto o governo Lula, sob o amparo do capital financeiro, estabelece uma política expansionista que visava garantir a reprodução ampliada, permitindo assim, mesmo que em condições mínimas, a manutenção do pacto da governabilidade. Todo esse contexto permitiu a manutenção do Partido dos Trabalhadores no poder após os dois mandatos de Lula. Agora representados pela figura de Dilma Rousseff (2011-2016), quando foi possível dar continuidade ao legado da ideologia neodesenvolvimentista, principalmente no âmbito econômico. Os materiais retratados por Rego e Marques (2018, p. 255) segue nos confirmando:

Em 2011, primeiro ano do mandato Dilma Rousseff, o superávit primário superou em quase R\$ 1 bilhão a meta fixada

para aquele ano, atingindo R\$ 128,7 bilhões ou 3,11% do PIB. A política monetária, após a manutenção da taxa básica de juros em 10,75% entre julho de 2010 e janeiro de 2011, iniciou um novo processo de altas, que quase levou a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) a 12,5% em julho daquele ano. Essa política econômica manteve as ambiguidades do governo Lula, buscando fortalecer o lado social do governo, ao mesmo tempo em que implementou uma política monetária contracionista e concentradora de renda (Rego e Marques, 2018, p. 255).

No entanto, cabe destacar que o ano de 2014, momento eleitoral que garantiu a reeleição de Rousseff, apresentou-se ao país uma de suas maiores recessões, com queda do PIB em cerca de 9% entre os anos de 2014 e 2016 (Barbosa Filho, 2017). Para o autor, esta crise resulta da combinação de choques entre a oferta e a demanda.

Nesse sentido, o que de fato remete ao déficit de financiamento dos serviços públicos é a contraface da utilização desses recursos para a reprodução e expansão do capital. Em concordância com a análise de Gomes (2018), a tríplice dinâmica entre financiamento público, reprodução da força de trabalho e acumulação capitalista, se mostra instável com ônus recaindo para o retraimento nos investimentos e na renda, com abertura cada vez mais ao capital internacional que retirou parte significativa dos ganhos fiscais do Estado, tornando responsabilidade dos fundos públicos do país financiar a reprodução do capital e a força de trabalho.

O receituário neoliberal que seguiu espreitando o ordenamento político do país com o governo FHC e como vimos com alguns resquícios na era neodesenvolvimentista, apresentou uma agenda de corte e contrarreformas nas parcas conquistas sociais. A predominância das privatizações, primazia do capital internacional,

flexibilização trabalhista, reformas na previdência, o *boom* da política da assistência social e dos programas de transferência de renda como ações paliativas, são alguns redirecionamentos estatais que podemos destacar para o trato da questão social<sup>5</sup> no país.

Por quanto, o neodesenvolvimentismo brasileiro nos apontou uma série de ações que seguiam no curso do consenso entre as classes, visando desmobilizar os movimentos sociais com ações pontuais de cunho compensatório enquanto garantia a realização dos grandes investimentos realizados pelas multinacionais. Como sabemos, todo esse cenário foi favorecido a partir da implementação da Nova Matriz econômica nos anos de 2011 e 2012, com o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores e a ex-presidente Dilma Rousseff no poder. Segundo Barbosa Filho (2017), essa Nova Matriz incorporou políticas de forte intervenção do estado na economia, numa combinação entre política monetária com redução da taxa de juros e política fiscal com intervencionismo nos investimentos, aumento de gastos, além de concessões de subsídios e redução de preços.

Nesse sentido, os caminhos para o capital internacional eram sempre pauta de maior valor no país, o que podemos afirmar a ligação entre o contexto internacional e a conjuntura interna ao país, quando interrompeu, em 2014, o ciclo de crescimento que vinha desenvolvendo.

---

5 Os nossos mecanismos de organização do Serviço Social têm se empenhado na luta contra os cortes nas áreas das políticas sociais, reconhecemos que estas são frutos de lutas sociais em busca de garantias de direitos. Sob esta ótica, o nosso Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) junto com seus respectivos Conselhos Regionais se empenhou em vastas discussões e compilação de material sobre a temática, com intuito de fortalecer o entendimento da classe trabalhadora e o esclarecimento das pautas que tinham como matéria a luta pelos direitos sociais em desconstrução.

Com vista a melhor compreensão sobre esse período no Brasil, recuperamos o corolário que desemboca nos duros cortes recentes das políticas sociais brasileiras. Iniciamos com o ajuste fiscal anunciado para o ano de 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff que trouxe consigo a já mencionada PEC 87/2015 aprovada no governo ilegítimo de Michel Temer que além de prorrogar a DRU até o ano de 2023, aumentou o seu percentual de desvinculação para 30% sobre as receitas.

O ano de 2016 constituiu mais um marco para o acirramento do ajuste fiscal com a Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>6</sup>, mais conhecida como a PEC do Teto, que limita as despesas primárias por um período de 20 anos, permitindo apenas o reajuste de acordo com o ano anterior via Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse cenário traz implicações diretas no tocante às políticas sociais, que impede o investimento na educação, saúde, ciência e tecnologia, uma vez que fazem parte das despesas discricionárias (Carta Capital, 2015)<sup>7</sup> do governo federal. Outras estratégias também entram em jogo para o desmonte das políticas e direitos sociais, como a contrarreforma Trabalhista e a previdenciária.

Sobre o momento histórico vivenciado em 2016, temos concordância que:

A velocidade e agressividade do ajuste fiscal reforçam a tese de que o golpe de 2016 foi motivado pelo interesse e compromisso ideo-político de intensificar a atuação do Estado

---

6 Aprovada em meio a um contexto de ajuste fiscal, a emenda impõe um teto para o crescimento das despesas primárias do governo, com o objetivo de controlar o déficit público e estabilizar a dívida.

7 Despesas discricionárias são aquelas que o governo tem a liberdade de decidir o montante investido.

na canalização de recursos públicos para amortecer os efeitos da crise junto aos interesses do capital. A política de conciliação de classes e os ajustes fiscais e contrarreformas adotadas pelos governos Lula e Dilma não foram capazes de aplacar a sanha do capital nem foram suficientes para impedir o golpe, orquestrado pelo então vice-presidente e capitaneado pelo PMDB, que, não esqueçamos, era a principal base de sustentação política desses governos (CFESS, 2018, s.p.).

Em números, os dados apreciados a partir da publicação da revista *Carta ao Capital* (2015)<sup>8</sup>, o corte orçamentário foi de cerca de 69.946 bilhões do Orçamento Geral da União em nome do equilíbrio das contas públicas. São números alarmantes para o âmbito das políticas sociais, como no caso dos ministérios das cidades com corte de 17,232 bilhões, o bloqueio atingiu 11,774 bilhões de reais na saúde e 9,423 bilhões na educação. Contamos ainda com os ministérios dos Transportes com 5,735 bilhões e da Defesa cerca de 5,617 bilhões.

Corroborando com essas informações, os dados da ANFIP (2017) nos mostra ainda no ano de 2016:

[...] os números levantados na nova edição da Análise da Seguridade Social, destacando a queda de 7,4% do Produto Interno Bruto (PIB), as renúncias fiscais de R\$ 271 bilhões, a redução de 2 milhões de postos formais de trabalho, a queda de 12,4% da arrecadação, a desvinculação de R\$ 630 bilhões em receitas da Seguridade (ANFIP, 2017b, s.p.)<sup>9</sup>.

---

8 O texto discute os setores mais afetados pelos cortes e as justificativas econômicas e políticas para a medida, além de analisar as possíveis consequências para o cenário econômico e social do país.

9 O relatório traz uma avaliação em detalhes no que tange ao financiamento e aos resultados da seguridade social no Brasil em 2016, revelando um déficit

Confirmando a evidência dos dados acima, observamos a partir dos dados de (Rego e Marques, 2018), que a taxa de desemprego, entre 2015-2016 atingiu mais que o dobro, em relação à PNAD de 2014 que era de 6,5%. Em 2017, ainda no primeiro semestre, chegou a 13,7%, com o total de 14,2 milhões de desempregados. Todo esse desmonte das políticas sociais, acima aludidos é, primordialmente, fruto das respostas aos organismos internacionais para o fortalecimento do capital internacional no país. Ao longo dos anos assistimos diversas interferências advindas do FMI e organismos internacionais nos ditames da política econômica do Brasil. No nosso recorte temporal podemos destacar o documento intitulado *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*<sup>10</sup>, no ano de 2017, organizado pelo Banco Mundial.

Esses dados comprovam que a crise brasileira se aprofunda a partir de 2016 tendo como elemento de primeira ordem o ajuste na política econômica, de caráter rentista e financeiro, que implica não só um desmantelamento das políticas sociais, mas um verdadeiro colapso nas contas públicas e nos serviços sociais, agregando uma crise social sem precedente na história republicana do país.

### **Imposição da financeirização para Seguridade Social brasileira**

Ao analisarmos a disputa pelo fundo público no Brasil, as consequências do que chamamos de financeirização da riqueza nos coloca uma agenda cada vez mais brutal para as políticas da Seguridade

---

significativo, além de buscar esclarecer as causas e implicações desse resultado no período analisado.

- 10 O relatório *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, publicado pelo Banco Mundial em 2017, tem como objetivo analisar os gastos públicos do Brasil e os impactos em políticas sociais.

em nome da mercantilização dos serviços público e, sobretudo, do enriquecimento do capital rentista, como os dados nos apontam.

Assistimos, desde a promulgação da Carta Magna de 1988, a construção e as dificuldades de efetivação da Seguridade Social brasileira. Ao que tange a particularidade desse sistema no fundo público do país, começaremos esse subtópico com uma importante afirmação constatada a partir de diversos estudos na atualidade: “[...] o sistema da Seguridade Social é financeiramente sustentável, sendo capaz de gerar volumoso excedente de recursos” (Gentil, 2019, p. 7). Guardaremos essa alegação para entendermos mais tarde as falácias dirigidas às políticas sociais em torno de supostas crises e necessidades de cortes/ajustes.

Como anteriormente salientado, as fontes de financiamento do fundo público advém, sobretudo, da própria sociedade através dos impostos, das contribuições e também da apropriação das taxas da mais-valia. Em termos de Seguridade Social, sua fonte de financiamento foi instituída juntamente com a Constituição Federal de 1988, se desenvolvendo ao longo dos anos e apresentando saldos positivos e até mesmo superavitários.

Para compreendermos o orçamento e financiamento da Seguridade devemos primeiramente estar cientes de que eles fazem parte de leis também previstas na CF de 1988. Em sua análise, Gentil (2019, p. 14) destaca:

O sistema de Seguridade Social criado em 1988 mostra-se elaborado realisticamente do ponto de vista das fontes de financiamento que lhe dão suporte e, ao mesmo tempo, ajustado à realidade socioeconômica nacional. O Brasil apresenta um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com parcela significativa da população empregada na agricultura, baixa capacidade de poupança individual por

parte da maioria da população e muitos bolsões de miséria. O sistema da Seguridade Social afastou-se corretamente da noção de seguro, que vincula o benefício à contribuição proporcional do afiliado, para apoiar-se no princípio do direito da cidadania, pois só assim poderia dar conta de enfrentar as enormes carências da população.

A partir de então, os orçamentos a que se pretende destinar devem estar previstos a partir dos Planos Plurianuais, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, todos esses sob iniciativa do Poder Executivo. É na Lei Orçamentária Anual que aparece, pela primeira vez no texto Constitucional, diretrizes para o orçamento da Seguridade Social, bem como outros artigos também dispõem sobre o financiamento mais detalhado da seguridade brasileira, como é o caso do Art. 195. Neste, define as fontes desse financiamento, deixando a cargo da sociedade (de forma direta e indireta) por meio dos recursos dos orçamentos da União em seus três níveis, especificamente do empregador, do trabalhador, sobre as receitas de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior.

Esses recursos descritos na Constituição, são conhecidos hoje, respectivamente, como contribuições no INSS, CSLL e Cofins. Pesquisadores da área orçamentária nos fornece uma série de dados que nos mostram que os recursos arrecadados a partir dessas fontes de financiamento se mostram superavitários até o ano de 2015 (ANFIP, 2017, 2018; CFESS, 2018; Gentil, 2019; Fatorelli, 2019; Salvador, 2017b).

De acordo com dados do CFESS Manifesta (2018) entre os anos de 2002 e 2017, o Orçamento da Seguridade Social obteve crescimento de cerca de 71,2%, com R\$540,2 bilhões em 2002 e atingindo o montante de R\$924,7 bilhões em 2017. O Orçamento Geral

da União acompanha esse crescimento com aumento de 53,2% no mesmo período, passando de R\$1,3 trilhão para R\$ 2 trilhões (CFESS, 2018). Em números sobtantes temos no governo Lula R\$ 72,7 bilhões em 2005 e R\$ 53,9 bilhões em 2010; e nos governos Dilma R\$ 76,1 bilhões em 2011; R\$ 82,8 bilhões em 2012; R\$ 76,4 bilhões em 2013; R\$ 55,7 bilhões em 2014; e R\$11,7 bilhões em 2015 (Fatorelli, 2019).

Seguindo as análises já apontadas sobre a relação entre o fundo público e o pagamento da dívida e seus juros, podemos considerar que esses números poderiam ser ainda maiores se os desvios não ocorressem, principalmente via DRU e desonerações.

Ao longo dos anos, assistimos ao aumento no tocante às desvinculações das receitas da Seguridade com a DRU, como a crescente renúncia tributária para as empresas. A última coluna demonstra o total do montante que se desviou do orçamento das políticas sociais, em que os números para o ano de 2016 chegam a ultrapassar o dobro do desfinanciamento que encontrávamos em 2008.

Seguindo atualizando os dados, o relatório da ANFIP (2018) nos traz um desvio da DRU para o ano de 2017 em cerca de 113 bilhões. Somam-se a esses desvios a existência de pagamentos fora da Seguridade que estão garantidos.

A análise dos dados permite afirmar a existência de outros recursos financiados pelo orçamento da Seguridade, os quais cresceram 81,88% acima da inflação (medida pelo IGP-DI), significativamente mais que a evolução de 48,94% do OSS (Salvador, 2017b). Esse montante tem sido desvinculado, o que fornece a principal justificativa para o discurso falacioso da crise da seguridade social. A pesquisa de Fatorelli (2019) também revela que, em 2016, pela primeira vez, não houve sobra de recursos na Seguridade Social. A autora atribui essa situação à política monetária do governo, que gerou um

alto número de desempregados e trabalhadores informais, comprometendo a arrecadação previdenciária.

De fato, conseguimos visualizar que o problema da crise não advém dos gastos exacerbados com as políticas sociais. Essas continuam se desenvolvendo no capitalismo financeirizado com a dúbia funcionalidade de atender pontualmente algumas necessidades da classe trabalhadora e também de fornecer subsídios para a reprodução do capital financeiro justamente via financiamento pagos pelos próprios trabalhadores e desviados em nome do pagamento da dívida.

Os dados elaborados pela Auditoria Cidadã da dívida com os números de 2018 e a partir das fontes oficiais do governo, nos mostra a discrepância que continua a ocorrer com o destino do orçamento da união, ao mesmo tempo em que achamos a justificativa para os duros ataques à previdência social. Esta última apresenta o segundo maior orçamento levando 24,48% do total do orçamento, perdendo apenas para o montante destinado para o pagamento de juros e amortização da dívida com cerca de 40,66% ou 1,055 trilhões de reais em 2018. Como bem nos chama atenção para as informações contidas ao lado do gráfico, os gastos com os pagamentos da dívida não fazem parte da PEC do Teto (EC nº 95/2016).

No recorte da política de Previdência Social, política contributiva a partir dos empregados e empregadores, podemos destacar que essa foi e vem sendo o principal alvo das reformas governamentais, procurando cada vez mais diminuir tanto os valores repassados como o seu público alvo. O discurso falacioso, difundido principalmente por interesses ligados ao ramo dos negócios, e que ganha amplo apoio e divulgação dos aparelhos midiáticos, procura reproduzir essa lógica da necessidade de reforma.

A previdência foi alvo de contrarreformas nos anos de 1998 (FHC), 2003 (Lula) e 2015 (Dilma), que iam em direção da redução de direitos e abertura para os planos privados de capitalização.

As pesquisas nos apontam que a previdência é a política da seguridade com maior financiamento do orçamento geral da união. No período marcado pelo ajuste fiscal, as reduções aparecem já nas alterações realizadas em 2015 no governo Dilma Rousseff (2011-2016), que por meio de medidas provisórias – mais tarde convertidas em lei – restringiram o acesso ao seguro desemprego e abono salarial, bem como à pensão por morte e auxílio-doença, com mudanças no Fator Previdenciário na ampliação da idade para aposentadoria (CFESS, 2018).

Em termos comparativos entre os gastos previdenciários e o pagamento dos juros da dívida, as pesquisas de Salvador (2017a) a partir das fontes oficiais do governo, apontam que ao longo dos anos, o que predomina é o investimento na política, mudando significativamente no ano de 2015. O cenário muda a partir dos cortes anunciados e redirecionamentos do montante para o capital financeiro, em que os valores para o ano de 2015 mostram a inversão do que vinham ocorrendo, onde para o pagamento dos juros foram destinados cerca de 502 bilhões, enquanto para a previdência 436 bilhões.

No recorte da Saúde, muitas foram às lutas contra os severos cortes que essa vem recebendo durante os governos. Orientada pelos princípios da universalidade, gratuidade, redistributividade e descentralização a partir da Constituição Federal, é válido aqui aludir que no período de 2008 a 2016, a função saúde foi perdendo espaço no conjunto das despesas da seguridade, chegando a um decréscimo de 12,86% em 2008, para 11,85% do orçamento da seguridade em 2016 (Salvador, 2017b, p. 11)

Nesta perspectiva, assistimos no país um processo de destruição do Sistema Único de Saúde (SUS), através de estratégias como a destruição e sucateamento dos serviços e equipamentos públicos, a criação das Organizações Sociais da Saúde (OS), as transformações dos hospitais universitários em Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), a partir de 2011, e também via regulamentação dos planos em empresas privadas, favorecendo a mercantilização da saúde (CFESS, 2018).

Sua participação no OSS segue em relevância, sendo alvo de grandes cortes no período analisado em que “A função saúde caiu de 13,5% em 2002, para 11,2% em 2017, o que revela a impossibilidade de sua universalização” (CFESS, 2018, s.p.). Os dados disponibilizados pelo CFESS segue nos mostrando que em 2017, primeiro ano de impacto do congelamento com a PEC do Teto e segundo ano de vigência do novo percentual da DRU, a função saúde atingiu redução de 7%.

Também os dados da ANFIP (2017), ainda nos revela que houve uma queda de valores em relação à saúde e o gasto per capita, onde em 2016 esse número fechou com R\$ 526,00, – menor do que os resultados entre 2011 a 2015 –, retrocedendo aos valores de 2010. Segundo o mesmo, isso resulta no agravamento das carências e a situação do subfinanciamento do setor, com o gasto anual *per capita*, há uma média irrisória de R\$1,47 habitante/dia.

No campo da assistência Social, o orçamento do primeiro ano do mandato do ex-presidente Lula estava em torno de um total (gastos diretos e gastos tributários) de R\$15,9 bilhões enquanto no fim dos seus dois mandatos, esse valor sofreu um aumento para R\$72,0 bilhões no ano de 2010. Já com o governo de Dilma, manteve-se o crescimento apesar dos anúncios de cortes no âmbito social, chegando a uma média inicial de R\$75,1 bilhões e R\$91,3 bilhões

em 2015. É importante salientar, que grande parte desse orçamento foi destinada aos programas de transferência de renda direta, vinculados a essa política, a exemplo do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada.

Apesar desses avanços em termos orçamentários, a nossa pesquisa revela, em termos comparativos, que a desvinculação, ainda de 20% via DRU em 2015 desvinculou cerca de R\$ 61 bilhões das três políticas da seguridade e em 2016 (CFESS, 2018), com valores atualizados para 30%, chegou a R\$ 99,4 bilhões (ANFIP, 2017, p. 44), aproximando-se ao orçamento da função assistência social em 2017, que foi de R\$ 83,8 bilhões. Dentro desse orçamento, o FNAS detém maior montante, principalmente via BPC que está garantido constitucionalmente ao salário mínimo, chegando a 66% do orçamento em 2017, ainda conforme dados do CFESS (2018).

Seguindo essa exposição dos dados, levantados pelo Conselho de Serviço Social, inferimos a queda dos serviços socioassistenciais em cerca de 23,2% entre 2012 e 2017 e como não constituem despesas obrigatórias, a tendência é de aprofundarem-se os cortes. Observamos também, que as áreas mais atingidas foram os programas, projetos e ações no campo da gestão, comprometendo a existência e funcionamento do SUAS. Em termos de números, cabe ainda registrar:

Os valores transferidos perderam 47,7% de recursos entre os anos de 2012 e 2017. Em 2017, as despesas com ações voltadas para a estruturação e funcionamento do Suas (Cras e Creas, o Acessuas Trabalho, o apoio à gestão do sistema nas esferas subnacionais e avaliação da política), caíram praticamente pela metade em relação a 2012 e corresponderam somente a 40,0% daquele de 2013. Em 2015, essas ações alcançaram seu menor investimento, com a execução de pífios R\$93,2 milhões (CFESS, 2018, s.p.).

Não podemos deixar de destacar outra questão de fundo na qual se constituiu essa política. Uma vez que ainda é nesta que se situa os Programas de Transferência de Renda mínima e que se refere ao caráter focalizado dos mesmos. Em consonância com Mauriel (2013), em que esta afirma que os programas de combate à pobreza (temporários e focalizados), encontram-se cada vez mais distante do princípio da universalidade que defende a proteção, se presume que a institucionalização desses programas foi acontecendo desarticuladamente do sistema de seguridade social.

Aqui já foi dito que os programas de transferência de renda se constituíram como carro chefe dos governos Lula-Dilma, no âmbito das políticas sociais, que certamente trouxe implicações nas eleições dos quatro mandatos sob tutela do Partido dos Trabalhadores. E apesar do boom e melhorias inegáveis adquiridas, a pesquisa demonstra que não ficaram de fora dos cortes orçamentários, com corte que chegou a 50% do orçamento em 2018, desdobrados em cancelamentos de beneficiários do BPC e Bolsa Família (CFESS, 2018).

Esses dados, aliados a todos os demais, reforçam o que conjecturamos no caminho de ida de nosso objeto de estudo, o qual sugeria que com o fim do ciclo neodesenvolvimentista e o recrudescimento do neoliberalismo no país, o Estado brasileiro ajustaria suas contas com o capital.

### Considerações finais

Ao fim do exposto, nossas análises nos revelam o corolário que assola nosso país, com drásticas consequências para a classe trabalhadora. Numa condição de país de capitalismo dependente, o Brasil assume uma série de responsabilidades que lhes são impostas pelos

organismos internacionais, mesmo que isso signifique sequelas negativas para o mesmo, como o alto endividamento, desequilíbrio das balanças comerciais e inúmeros impactos societários.

Compreendemos que o regime de acumulação do capital, preconiza em seu cerne a busca por maiores patamares de lucro aos capitalistas. Para a contemporaneidade, destacamos sua fase da mundialização e financeirização do capital, em que os agentes capitalistas que recebem maior parte da lucratividade são aqueles que sobrevivem da esfera especulativa, os rentistas.

Ao fim do exposto, nossas análises nos revelam o corolário que assola nosso país, com drásticas consequências para a classe trabalhadora. Numa condição de país de capitalismo dependente, o Brasil assume uma série de responsabilidades que lhes são impostas pelos organismos internacionais, mesmo que isso signifique sequelas negativas para o mesmo, como o alto endividamento, desequilíbrio das balanças comerciais e inúmeros impactos societários.

Por fim, podemos visualizar o quadro que se forma em nome da garantia de lucratividade do capital. Nenhum desses ajustes surtiu efeitos aos recursos destinados ao capital rentista via pagamento da dívida pública. Uma dívida que só cresce e a altas taxas de juros, que necessita ser alvo de auditoria para compreendermos o que e quanto estamos pagando. É em nome desse capitalismo que estamos assolados cada vez mais em altos níveis de desigualdades sociais e degeneração da vida de pessoas que são marginalizadas socialmente.

## Referências

ANFIP. *Análise da Seguridade Social em 2016*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/publicacoes/analise-da-seguridade-social-em-2016/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

ANFIP. *Análise da Seguridade Social da ANFIP aponta déficit de R\$ 57 bilhões em 2016*. 2017b. Disponível em: <https://apafisp.org.br/2017/10/analise-da-seguridade-social-da-anfip-aponta-deficit-de-r-57-bilhoes-em-2016/>. Acesso em: 2 mar. 2019.

ANFIP. *Análise da Seguridade Social em 2017*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/publicacoes/analise-da-seguridade-social-em-2017/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BEHRING, E. R. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In: BOSCHETTI, I. et al. (org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 10 mar. 2019.

CARTA CAPITAL. Ajuste Fiscal: governo anuncia cortes de 69,9 bilhões de reais do Orçamento. *Carta Capital*, 22 maio 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/ajuste-fiscal-governo-anuncia-corte-de-69-9-bilhoes-de-reais-do-orcamento-6830>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Em Defesa da Política de Assistência Social e do Trabalho de Assistentes Sociais. In: CFESS Manifesta. 2º Seminário Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social. Fortaleza: agosto, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-2SeminarioAssistencia-Site.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

FATTORELLI, M. L. *Auditoria Cidadã da Dívida Pública: Experiências e Métodos*. Brasília: Inove Editora, 2013.

GENTIL, D. L. *A política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira: uma história de desconstrução e de saques*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

GOMES, C. M. C. O choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa do lulopetismo. *Revista Katálisis*, v. 21, n. 1, Santa Catarina, 2018.

- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LUPATINI, M. Crise do Capital e Dívida Pública. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARX, K. O Processo Global da Acumulação Capitalista. In: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro terceiro, volume III, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultura, 1986.
- MONTORO, X. A. *Capitalismo y Economía Mundial*. IME-ARCIS-UdeC, Madrid, 2016.
- NETTO, J. P. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. In: NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital força de trabalho e fundo público. In: OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, S. (org.). *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (org.). *Economia Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Sarai-va, 2018.
- SALVADOR, E. S. *Fundo Público e seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SALVADOR, E. S. *Financeirização do capital, Fundo Público e Política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SALVADOR, E. S. Seguridade Social em tempos de Contra-reforma. In: Minicurso na VIII Jornada Internacional de Políticas Sociais. Universidade Federal do Maranhão. 125 slides. UFMA, 2017a.
- SALVADOR, E. S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017b.
- SOUZA FILHO, R. Fundo Público e Políticas Sociais no capitalismo: considerações teóricas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 16, São Paulo, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0318.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

## Crise do capital, transformações societárias e impactos nas universidades públicas

Fernanda Alves Ribeiro Paz

Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

### Introdução

Ao longo de sua história, a universidade tem relevante papel social por contribuir com o desenvolvimento humano e social, formando pessoas no sentido cultural, moral e político. E, dessa forma, a educação e o conhecimento até o século XX eram vistos como bens públicos e direitos humanos essenciais para a sociedade e, por isso, havia a defesa da qualidade no sentido científico e social. Assim, a universidade não tinha a função de restringir sua formação a aspectos pragmáticos, utilitários da vida cotidiana, mas de capacitar as pessoas para a vida em sociedade (Dias Sobrinho, 2015).

Embora não se negue a responsabilidade que as universidades têm para o desenvolvimento da sociedade, a partir da reestruturação produtiva do capital e da política macroeconômica neoliberal, elas passam a ter seu papel social questionado, sendo pressionada a transformar seu processo de formação a fim de atender aos anseios do setor produtivo, que requisita um novo perfil de trabalhador, em decorrência das constantes inovações tecnológicas em seu processo de produção para manter a competitividade intercapitalista.

Por esse motivo, a educação tem se tornado mercadoria através da oferta do ensino superior privado, que cresce de forma significativa ao longo dos últimos anos, visando formar o novo perfil profissional exigido pelo capital, enquanto as universidades públicas sofrem com o processo de desfinanciamento do Estado<sup>1</sup>, que segue orientações dos organismos multilaterais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio – promovendo a precarização da educação pública, que tem deixado de ser tratada como bem público para tornar-se produto da exploração comercial, com claro intuito de mercadorizar esse serviço de grande interesse para investimentos capitalistas.

Assim, a educação é um elemento da vida social que atua na reprodução da força de trabalho, se conformando às necessidades estruturais da sociedade e somando-se aos processos produtivos, com o objetivo de desenvolver nos trabalhadores as habilidades, competências e técnicas que colaboram para um determinado modo e organização de produção.

Ante o exposto, o objetivo desse artigo é discutir os impactos das transformações no mundo do trabalho e da política neoliberal para as universidades públicas, que são questionadas em seu papel social, implicando em redução do seu financiamento, problematizando, assim, as orientações dos organismos multilaterais para a educação superior pública brasileira e o tensionamento que exercido por eles sobre o Estado para a mercadorização da educação superior.

---

1 Esse processo não necessariamente segue essa ordem, isso porque o desfinanciamento não é decorrente das privatizações, mas estas são resultado daquele, uma vez que o Estado provoca a “necessidade” das privatizações por ele mesmo precarizar o que é público com vistas a atender aos interesses do mercado com novos nichos de exploração.

Para a sua construção, recorreremos aos relatórios do Banco Mundial (1994, 1995, 2006, 2015, 2017), as obras de Dias Sobrinho (2015), Gramsci (1999, 2001, 2007a; 2007b), Harvey (1992; 2011), Huws (2018), Leher (1999), Santos (2010) e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022) sobre perfil dos estudantes do ensino superior público e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) sobre financiamento da educação superior brasileira.

### **A universidade pública brasileira sob o fio da navalha**

Ao longo da história, as universidades têm sido reconhecidas como espaços plurais do saber, capazes de fomentar o conhecimento crítico e promover o desenvolvimento humano e social, a partir da busca de soluções para os problemas que afligem a sociedade e, dessa forma, contribuem para o desenvolvimento (Dias Sobrinho, 2015). Dessa forma:

A universidade é uma instituição da sociedade cuja missão essencial consiste em dar forma e conteúdo à construção da vida das pessoas e, ao mesmo tempo, contribuir para solucionar os problemas do conjunto da população, no âmbito de sua competência e de acordo com suas possibilidades (Dias Sobrinho, 2015, p. 584).

Contudo, diante das mudanças que atingem o modo de produção capitalista, a partir dos anos de 1960, com a crise do modelo de produção fordista e o processo de reestruturação produtiva – que é impulsionado pelo modelo de produção toyotista ou acumulação flexível – a política macroeconômica neoliberal surge como arcabouço político e ideológico com soluções estratégicas para a saída da crise. As orientações propostas vão apresentar profundos

impactos para as políticas sociais como um todo, trazendo sérias consequências para a educação pública.

A reestruturação produtiva apresenta impactos significativos não só no âmbito da produção, que passa por intensas modificações se contrapondo a rigidez do modelo fordista, mas também promovendo profundas transformações societárias, que irão impactar na forma de ser das universidades, com novas demandas para a formação profissional.

Nesse contexto, universidades têm sofrido profundas inflexões, com tensionamentos para remodelar seu papel social, a fim de atender às necessidades da reestruturação produtiva que tem a flexibilidade e a polivalência como características centrais. Esse contexto exigiu um novo perfil profissional, que se adapte às demandas impostas por esse modelo de produção, que não mais deseja um profissional especializado, com amplo saber em determinada área do conhecimento, mas um profissional mais adaptativo, flexível e capaz de operar com novas tecnologias, podendo migrar facilmente de função.

Importa esclarecer, entretanto, que tal conformação das políticas públicas – entre elas a de educação – aos interesses do setor produtivo, não carrega em si nenhum aspecto de novidade do ponto de vista ideológico e de manutenção de hegemonia. Faz parte da lógica capitalista que todas as esferas da vida social colaborem para alimentar o seu modo de produção de cada tempo histórico.

Nesse sentido, a educação sempre foi, hegemonicamente, mecanismo de promoção de consensos e de assimilação de valores do mundo burguês. Até por esse motivo, historicamente, o acesso à educação superior, especialmente nas economias dependentes, como a brasileira, se deu de maneira restrita, por muito tempo se limitando quase que exclusivamente às camadas privilegiadas da sociedade,

enquanto aos trabalhadores oferecia-se a formação de nível técnico, preparando-os para um trabalho essencialmente manual.

Partindo dessa compreensão, Gramsci aponta no Caderno 22 que era preciso um trabalhador de novo tipo para atender ao modo de produção fordista da época. O ajuste deveria ser feito do ponto de vista cultural, ideológico e até mesmo moral. Desse modo, o americanismo<sup>2</sup>, segundo a interpretação de Gramsci (2007), foi um movimento de sobrevivência e de expansão sobre novas bases das forças dominantes, na medida em que se constatou que era necessária a construção de um novo paradigma de trabalho para uma nova forma de produção.

Isso acontece uma vez que é o trabalho que explicita e fundamenta o capital, ou seja, um novo tipo humano adequando-se ao novo tipo produtivo. O fordismo referindo-se a dimensão produtiva e o americanismo a dimensão ideológica e cultural necessária à sustentação dessa dimensão produtiva<sup>3</sup>.

Partindo dessa mesma compreensão, as mudanças atuais nos processos produtivos provenientes da acumulação flexível, também exigem um novo tipo de trabalhador e, nesse aspecto, as políticas sociais – entre elas a de educação – vão colaborar com a construção desse tipo de trabalhador.

---

2 Para o filósofo, o americanismo “[...] é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência objetiva jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e homem” (Gramsci, 2007, p. 266).

3 Importa destacar que o americanismo se tornou um estilo de vida a ser “copiado” pelas demais sociedades como um modelo de sucesso para atender às transformações do mundo do trabalho próprias do fordismo. Tal influência norte-americana tem se perpetuado ao longo da história no que diz respeito à idealização de modelo de sucesso para o sistema capitalista até os dias de hoje. Não é à toa que os organismos internacionais que ditam as regras para a educação no Brasil (entre eles o Banco Mundial e o FMI) têm sua sede de funcionamento e liderança nos Estados Unidos.

Ante o exposto, na atual conjuntura de precarização das condições de trabalho – ausência de mercado de trabalho formal, perda de direitos trabalhistas e exigência de trabalhadores polivalentes e conciliadores – no âmbito da política de educação superior, o conhecimento deixa de ser tratado como possibilitador da liberdade humana e capaz de promover desenvolvimento integral. Do mesmo modo, as disciplinas de humanidades perdem espaço para as de base técnica e informacional, que são vistas como capazes de agregar eficiência e competitividade nas economias globais (Dias Sobrinho, 2015).

A universidade vem sofrendo uma erosão em sua missão histórica, em grande parte devida à mudança nos conceitos ético-políticos da cidadania e do conhecimento. A técnica vai subsumindo a ética e a economia vai determinando a política. A referência central vai deixando de ser a sociedade ou o bem coletivo e se desloca ao mercado. Inverte-se a lógica: não é a sociedade quem organiza o mercado e, sim, é o mercado o organizador da sociedade. Mudam os conceitos da formação. Refluem os conceitos de formação integral de cidadãos-profissionais portadores de conhecimentos e valores humanos fundamentais e aptos a interferir crítica e construtivamente na sociedade, e prevalecem outros, como o individualismo possessivo, a busca incessante do lucro, o aumento da competitividade e semelhantes (Dias Sobrinho, 2015, p. 595).

Dessa forma, há uma transformação no domínio pedagógico: o ensinar passa a ser comparado ao ato de treinar pessoas para o saber-fazer, cujo foco é a transmissão de competências laborais de aplicação imediata, voltando-se para os resultados práticos. E aprender torna-se mera reprodução do pensamento alheio sem qualquer capacidade crítica e/ou reflexiva acerca dos conteúdos transmitidos.

Destarte, o mercado passa a pressionar as universidades para que promovam um novo processo formativo, mais rápido e pragmático, a fim de atender aos anseios da produção, que buscam a satisfação de necessidades imediatas de habilidades e competências profissionais, requisitadas pelo atual estágio do desenvolvimento capitalista, cada vez mais veloz e flexível, exigindo da força de trabalho conhecimentos práticos e habilidades que mudam constantemente, impondo uma espécie de qualificação permanente, mas sem qualquer pretensão de aprimoramento intelectual e técnico-profissional especializado.

Os organismos multilaterais – como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio – enquanto aparelhos privados de hegemonia, detentores de poder político, econômico e responsáveis pelas orientações ideológicas, disseminam uma visão economicista de educação e conhecimento, buscando melhorar a “eficiência” da educação superior dos países dependentes para aumentar suas vantagens competitivas<sup>4</sup>.

Constrói-se no ideário desses organismos o discurso de que a educação – no formato por eles defendido – é a saída para a superação da pobreza dessas economias dependentes, desconsiderando que o desenvolvimento capitalista é desigual e combinado. Com isso, o Banco Mundial desempenha papel singular na construção da ideologia educacional e, para isso, foca na pobreza como um elemento que atrapalha o avanço do desenvolvimento nos

---

4 A educação é apresentada como meio de superação do subdesenvolvimento, alinhando-se com a teoria do capital humano, de T. Schultz, que, por sua vez defende que o investimento dos países subdesenvolvidos em “capital humano” (via educação) seria suficiente para que eles superem a condição de subdesenvolvimento, sem considerar os elementos históricos e conjunturais, bem como a perspectiva de classe que perpassa essa condição de subdesenvolvimento (Pereira, 2006).

países dependentes, sendo fruto desse atraso e também responsável por ele.

Essa inversão pode parecer simples, mas não é, pois torna a pobreza funcional e lucrativa, na medida em que passa a ser usada como subterfúgio para a construção de projetos de ampliação da exploração do trabalho, como um modelo educacional que educa o trabalhador para o conformismo, a submissão e a docilidade.

Segundo o Banco Mundial, países cujos empréstimos são recorrentes precisam investir na educação dos seus trabalhadores para diminuir a pobreza absoluta, mesmo que mantenham a relativa – esta deve, inclusive, ser preservada. Para essa instituição,

Como a mão de obra é o principal ativo das pessoas de baixa renda, torná-la mais produtiva é a melhor forma de reduzir a pobreza. Isso exige o aumento das oportunidades de ganhar dinheiro e de desenvolver o capital humano a fim de aproveitar essas oportunidades (Banco Mundial, 2006, p. 2).

Para o Banco Mundial, a pobreza baseia-se na falta de competência dos pobres de tomar decisões acertadas e aí é que entra a educação, com o papel de desenvolver nos pobres essas competências, que na avaliação desse organismo, passa pela aquisição de habilidades de natureza socioemocional. Logo, a pobreza é um problema de ordem individual, e preparar esse indivíduo para tomar decisões mais acertadas seria, portanto, a melhor atitude para quebrar o chamado ciclo de pobreza.

A pobreza não é apenas a deficiência de recursos materiais, mas também um contexto no qual as decisões são tomadas. Ela pode impor um ônus cognitivo às pessoas, o que torna particularmente difícil para elas pensarem de maneira ponderada [...]. As pessoas que precisam empregar muita

energia mental todos os dias apenas para assegurar acesso às necessidades básicas [...] ficam com menos energia para deliberações ponderadas [...] assim, as pessoas de baixa renda podem ser forçadas a valer-se ainda mais da tomada de decisão automática do que as pessoas que não são pobres (Banco Mundial, 2015, p. 14).

Segundo Silva (2018, p. 1618), “o que o BM possui como princípio é que a pobreza é uma problemática passível de regulação e atribui à escola pública, principalmente, a responsabilidade por isso”. Por essa razão, às instituições de educação que formam os/as trabalhadores/as cabe muito mais um currículo escolar pautado em competências socioemocionais do que em competências de ordem cognitiva, racional e científica, uma vez que são qualificados como pobres e que, por isso, tomam mais decisões emocionais que racionais.

Segundo o discurso ideológico do Banco Mundial, o desenvolvimento dessas competências ofertado pelas escolas aos pobres irá levá-los não apenas a fazer escolhas adequadas, como também irá permitir que eles se enxerguem de outra maneira e sejam capazes de imaginar-se em uma vida melhor. Nessa perspectiva, ao esquecer sua condição de pobreza, seria possível melhorar seu desempenho escolar/universitário ou até arrumar melhores trabalhos.

As pesquisas psicológicas e antropológicas também sugerem que a pobreza gera um modelo mental por meio do qual os pobres veem a si próprios e as suas oportunidades. Particularmente esse modelo pode prejudicar a capacidade de imaginar uma vida melhor [...] as evidências demonstram também que as intervenções e os projetos de políticas que alteraram esse modelo mental [...] podem melhorar importantes resultados de desenvolvimento, tais como

rendimento escolar, participação no mercado de trabalho [...] (Banco Mundial, 2015, p. 14).

Assim, assume-se uma agenda com a educação dos países de capitalismo periféricos, entre eles o Brasil, cumprindo uma função cujo interesse é econômico – qualificar e adestrar a mão de obra das massas – e, também, pedagógico e ideológico, para a produção e manutenção da hegemonia, assim entendendo, que toda relação de hegemonia é pedagógica<sup>5</sup> (Gramsci, 1999).

Em meio a esse cenário de novas exigências do mercado para a formação, as universidades públicas têm se tornado alvos de críticas, sendo tratadas como irreformáveis e anacrônicas, passando a sofrer com o desfinanciamento e a desestruturação. Diante desses argumentos, como solução, houve a criação de mercados universitários, na década de 1980/90, para promover o modelo de formação desejada pelo mercado (Santos, 2010).

A privatização da educação superior é defendida também pelo Banco mundial, que entende que os países de capitalismo periférico, com taxas de pobreza alta e cuja educação básica ainda não foi universalizada de maneira efetiva, devem deslocar seus investimentos para essa área<sup>6</sup>, em que os retornos da redução da pobreza são maiores do que no ensino superior.

---

5 “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 1999, p. 399, grifo nosso).

6 A esse respeito temos que “[...] todo país deve realocar recursos públicos da educação superior e técnica para a educação básica, e utilizar sua capacidade limitada de subsídio, exclusivamente àqueles alunos que, estando capacitados para aprender, não podem pagar por sua educação” (Coraggio, 2009, p. 101).

Por isso, esse nível de educação deve ficar a cargo das empresas privadas e o investimento público deve destinar-se apenas à educação básica. Parte dos argumentos desses organismos é que uma suposta universalização do ensino superior por parte do Estado, nesses países, seria prestigiar quem não precisa e, com isso, um desperdício de orçamento público.

Dessa forma, a educação superior brasileira tem sido cada vez mais ofertada pelas faculdades privadas, que se propagam em uma velocidade assustadora. Segundo dados do censo da educação superior de 2021, realizado pelo INEP, a rede privada já contava com mais de 6,9 milhões de alunos, representando uma participação de quase 77%<sup>7</sup> do sistema de educação superior do país (INEP, 2022).

Para o Banco Mundial (1995), a privatização das instituições públicas favorece a competitividade no ramo educacional que, por si só, resultaria no aumento na qualidade e na quantidade da oferta de ensino, já que favorecendo quem vende o melhor produto.

No documento *La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de La experiencia*, publicado pelo Banco Mundial em 1994, entre as propostas para a reforma da educação para a América Latina, Ásia e Caribe, temos: diversificação de instituições (universidades, faculdades, centros universitários), variedade das fontes de financiamento, redefinição da função do Estado – de fornecedor da educação a garantidor da sua privatização –, implantação de uma política de qualificação do ensino superior que atenda aos interesses do setor privado. Portanto, a privatização do ensino superior acontece em países como o Brasil para satisfazer as necessidades de reprodução do capital, que vê a educação como uma nova mercadoria extremamente lucrativa.

---

7 Desse, 38.1% possuem algum tipo de bolsa ou financiamento estatal.

Segundo Santos (2010), após o surgimento de um mercado nacional de educação superior, temos também um mercado transnacional, que passa a ser visto pelo Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio como solução global para os problemas da educação superior. Portanto, o processo de desfinanciamento das universidades públicas não pode ser analisado sem levar em conta a mercantilização da educação, pois ambos são pilares de um projeto global de política universitária em curso, voltada para a mudança da visão da educação como bem público para torná-la um ramo de valorização do capital.

É importante lembrar que após a reestruturação produtiva, a concorrência intercapitalista ficou cada vez mais acirrada e, dessa forma, cada vez menos capital excedente tem sido absorvido na produção, já que as margens de lucro global estão em queda. Assim, os capitalistas buscam cada vez mais novos mercados para investir seus excedentes econômicos e poder ter maior lucratividade. Dessa forma, serviços de utilidade pública – como eletricidade, telecomunicações, transporte, fornecimento de água – e as próprias políticas sociais – como educação, saúde, previdência – estão sendo abertas para exploração econômica (Harvey, 2011; Huws, 2018).

Nesse sentido, a precarização da educação superior pública pode e tem por objetivo induzir a sociedade a defender sua privatização, ao entender que será a melhor opção diante da precarização das instituições. Logo, “[...] repete-se com a universidade pública a mesma estratégia utilizada para a privatização das empresas e serviços estatais. Primeiro os governos promovem seu desmonte para depois apresentarem como única saída possível à privatização” (Neves e Martins, 2004, p. 97).

Diante disso, Santos (2010) defende que a universidade pública enfrenta três crises: institucional, de hegemonia e de legitimidade.

Embora a universidade tenha independência política e pedagógica, ela depende financeiramente do Estado, e quando deixa de ser tratada como bem público, há um crescente processo de desfinanciamento, que além de promover uma crise institucional, empurra a educação superior para uma “inevitável e necessária” privatização, o que, por sua vez, caracteriza e explicita uma crise de hegemonia e legitimidade enfrentada pela universidade pública.

Na realidade brasileira, entre os desmontes possibilitados, encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o da autonomia universitária, que passa a ser caracterizada conforme a matriz neoliberal, definindo que as instituições devem valer-se da sua “autonomia” para buscar financiamentos junto ao mercado. Ela é assim:

[...] travestida em gerenciamento empresarial, regido pela lógica do balanço entre receitas e despesas para fazer frente à necessária captação de recursos de outras fontes, estimulando as parcerias com a iniciativa privada, no horizonte de um progressivo processo de privatização (Iamamoto, Ferreira e Cardoso, 2000, p. 159).

Portanto, o projeto de expansão capitalista opera em diferentes frentes, mas com impactos profundos para as universidades públicas que sofrem com a mercadorização<sup>8</sup>, sendo incentivadas a produzir suas próprias receitas através da privatização dos serviços que prestam, como forma de superar a crise financeira, haja vista que o Estado cada vez menos vem investido em educação.

O problema não é, em si, somente o aumento dos investimentos empresariais nas universidades públicas, mas o que isso pode vir a

---

8 Para aprofundar os estudos sobre mercadorização, ver Huws (2018).

significar no que diz respeito à submissão das pesquisas aos interesses do mercado, “[...] com um possível comprometimento da liberdade e da autonomia na produção do conhecimento” (Ferreira, 2000, p. 90). Nesse movimento, o capital não se apropria apenas dos resultados das pesquisas, mas passa a interferir também no direcionamento destas, fazendo com que a “[...] universidade passe a ser um centro de produção de ciência e tecnologia, filtrada pelos interesses do grande capital, em troca dos subsídios e financiamentos concedidos” (Iamamoto, 2000, p. 44).

Embora seja esse um fenômeno global, ele assume consequências profundas na periferia do sistema mundial, pois esses países ainda sofrem pressão dos organismos multilaterais com seus programas de ajustes estruturais, enquanto condicionalidades para as ajudas financeiras aos países periféricos (Santos, 2010).

Tendo em vista que tais financiamentos muitas vezes são indispensáveis aos países periféricos, percebemos que as exigências para sua manutenção, entretanto tem se alterado.

[...] a crise da dívida de 1982 tornara os países latino-americanos extremamente dependentes do aval do FMI e do Banco Mundial, uma condição necessária para a renegociação com os investidores privados. A condicionalidade do Banco não se restringia mais a indicadores macroeconômicos, como a balança de pagamentos, mas principalmente ao hoje famoso “ajuste estrutural” que, nas palavras de um dirigente do Banco, consiste em “liberar o mecanismo de mercado e fortalecer o seu papel no desenvolvimento econômico. O setor privado deveria ser o motor do crescimento com o governo desempenhando um papel de apoio a ele. O crescimento (e não mais o desenvolvimento) econômico seria o principal meio pelo qual a pobreza seria aliviada (Leher, 1999, p. 24-25).

Dessa forma, também o relatório do Banco Mundial, *Um ajuste justo – análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, traz orientações para redução dos custos por estudantes e eliminação da gratuidade do ensino superior, argumentando que “[...] alunos nas universidades públicas brasileiras em média custam de duas a três vezes mais do que alunos matriculados em universidades privadas”, e “Os retornos do ensino superior são altos no Brasil, o que justificaria deixar que os estudantes paguem pela própria educação” (Banco Mundial, 2017, p. 123).

O fato de as universidades públicas desenvolverem ensino, pesquisa, extensão e outras ações como atendimentos da saúde da comunidade interna e externa, através de seus hospitais universitários, e assistência estudantil, não é considerado pelo Banco Mundial, que compara seus custos com as instituições privadas, que se restringem ao ensino, na maioria das vezes, e, no geral, possuem um corpo docente menos qualificado.

Por isso, as universidades públicas brasileiras estão constantemente sendo pressionadas em decorrência dos interesses do mercado, sendo sufocadas em seu financiamento para atender a lógica imposta pelos organismos multilaterais para cobrança de mensalidades, mercantilização de serviços prestados, precarização das condições de trabalho dos servidores, através da ampliação do trabalho e redução das remunerações, presentes também nas orientações dos relatórios. Para o Banco Mundial:

Os resultados da análise indicam duas linhas de reforma:

(i) *Limitar os gastos por aluno* aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB. *As universidades que receberem menos recursos como resultado desta medida teriam de reconsiderar sua estrutura de custos e/ou buscar recursos em outras fontes*, como já é a

norma nos sistemas acadêmicos com os melhores níveis de desempenho.

(ii) *Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares.* Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. *A ampliação do FIES para incluir universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI.* Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e gerariam uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0,5% do PIB (Banco Mundial, 2017, p. 137-138, grifo nosso).

A já referenciada alegação do Banco Mundial (2017, p. 138) de que “o acesso [às universidades públicas] privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas”, na verdade, diverge da realidade atual, tendo em vista o crescimento do número de estudantes egressos das instituições públicas de ensino, em decorrência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI<sup>9</sup>) e ampliação do acesso à universidade de segmentos sociais que outrora estiveram excluídos, por

---

9 Criado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

meio da Lei de Cotas<sup>10</sup>, como estudantes com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, já que esta legislação estabelece uma reserva de 50% das vagas das universidades públicas para esse perfil estudantil.

A esse respeito, os documentos elaborados pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a partir de dados coletados nas instituições federais de ensino superior, mostram que:

Os/as estudantes da graduação com faixa de renda per capita de até um salário-mínimo e meio (1,5 SM - critério de inclusão previsto na Lei de Cotas e faixa de atendimento do PNAES), [...] constituem a maioria nas IFES (70,2%): entre os que ingressaram por ampla concorrência (60,2%) e entre os cotistas (84,0%) (FONAPRACE, 2021, p. 39).

Essa realidade é um fato da inequívoca mudança em relação ao perfil estudantil anterior às políticas de democratização do acesso à educação superior pública no Brasil e faz cair por terra o argumento que nas universidades públicas predominam estudantes ricos, que podem custear mensalidades ou financiamento do seu curso de graduação. Apesar de comprovadamente falso, tal argumento tem sido utilizado para justificar a redução do financiamento estatal na educação superior pública brasileira ao longo dos últimos anos, implicando em sérios problemas para a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o custeio da própria estrutura das instituições.

---

<sup>10</sup> Lei nº 12.711/2012.

Por esses motivos o Banco Mundial tece elogios ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que favorece as faculdades privadas por meio do financiamento público das mensalidades em instituições privadas para que os estudantes façam o pagamento do empréstimo recebido após a conclusão do curso<sup>11</sup>. A respeito do FIES é importante destacar que nem sempre os estudantes conseguem custear o financiamento após os estudos, tornando-se inadimplentes, o que levou o governo, inclusive, a propor estratégias para renegociar as referidas dívidas.

Calcula-se que o valor das dívidas em atraso atinja R\$ 6,6 bilhões. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), há mais de 1 milhão de estudantes com atrasos superiores a [sic] 90 dias no Fies. Também de acordo com o governo, a medida não terá impacto fiscal, pois trata de débitos que são considerados irrecuperáveis (Agência Senado, 2021, grifo nosso).

Assim, a taxa de inadimplência do FIES já passa de 52% dos estudantes que receberam o benefício, demonstrando que nem todos os estudantes auferem altos retornos após o término do curso e, sua maioria, acaba ficando com uma dívida ativa, o que representa também débitos irrecuperáveis para os cofres públicos.

Portanto, recursos que poderiam custear o ensino em universidades públicas passam a ser aplicados em faculdades privadas via endividamento individual dos estudantes.

---

11 Importa informar que os estudantes dos cursos de licenciaturas, pedagogia e medicina que após a formação ingressem no serviço público – trabalhando na educação básica e no caso da medicina na Saúde da Família –, ficam isentos do pagamento dos financiamentos estudantis.

Outro argumento que colabora para a privatização interna das universidades públicas é a defesa que o FIES seja incluído nelas e haja concessão de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes mais pobres. Dessa forma, a educação deixaria de ser um direito social para todos e dever do Estado, passando a ser uma política seletiva para os mais pobres.

É importante notar o quanto esse discurso consegue obter o consenso na sociedade brasileira, apresentando impactos concretos no financiamento da educação. Ao analisar o financiamento da educação superior pública brasileira, os dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE, 2022), demonstram uma ampliação anual dos investimentos em educação a partir de 2006, saindo de 5% neste ano para 17% do orçamento em 2014. Entretanto, desde então, os recursos destinados à educação encontram-se em queda ano a ano, chegando em 2022 a um orçamento de aproximadamente 2,35 bilhões de reais, representando 5% do orçamento, mesmo patamar de 2006, impactando no cotidiano das instituições públicas de ensino, que têm taxa média de crescimento anual de 2,9%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022).

Dessa forma, os impactos da contrarreforma na educação, influenciada pelo discurso neoliberal de redução do papel do Estado na provisão de educação superior pública e incentivo a mercadorização do ensino superior – seja através da expansão da rede privada de ensino ou através de pressão para que as universidades públicas cedam aos ditames do capital – já podem ser vistos no orçamento da educação brasileira.

Portanto, a educação brasileira se encontra em consonância com a condição dependente e subordinada que o país ocupa na economia mundial. Mas, embora essa condição tenha sido historicamente

estabelecida, pode e deve servir de percepção crítica para aparelhar seu povo para a insubordinação e revolução, também por meio da educação, e não apenas através dela<sup>12</sup>. Isso porque, assim como Gramsci (2001), entendemos que a hegemonia não é algo dado e imutável, ela precisa ser reafirmada continuamente e, por assim ser, pode ser superada e substituída por outra hegemonia. Tal superação, entretanto, envolve esforço, que pode ser mobilizado pelos trabalhadores organizados coletivamente.

### Considerações finais

A partir das transformações societárias operadas no decurso da crise do capital, nos anos 1960, e o processo de reestruturação produtiva neoliberal, temos visto impactos no campo das políticas sociais e serviços ofertados pelo Estado, uma vez que são tensionados a seguir a lógica imposta pelo mercado.

As contrarreformas atingem todas as políticas sociais e a lógica de mercadorização invade a esfera dos serviços públicos, com o discurso de eficiência e necessidade de redução de gastos e a defesa de um Estado mínimo para prestação de atendimentos às demandas sociais, contribuindo para o sucateamento dos serviços públicos.

Assim, as universidades públicas passam a ser questionadas em relação a sua função social, e pressionadas a contribuir com a formação de um novo tipo de trabalhador para atender a um mercado, que vem requerendo uma força de trabalho que acompanhe as

---

12 Segundo Gramsci (2001), os homens são educados em todas as esferas da vida social. Nesse processo além da escola (educação formal) outros aparelhos privados de hegemonia participam dessa educação, entre eles: os sindicatos, os comitês de fábrica, os jornais e mídias, etc.

constantes inovações tecnológicas e informacionais presentes no processo produtivo.

Embora esse processo assuma contornos globais, na periferia do capitalismo esse cenário se torna ainda mais dramático, pois há um sério tensionamento dos organismos multilaterais para que os países façam as reformas como parte do pacote de ajuste estrutural em curso desde os anos de 1990.

Nesse movimento, a educação deixa de ser tratada como investimento, passando a ser vista como um gasto, que precisa ser reduzido ou eliminado, e as universidades públicas sofrem com a lógica mercadológica que deslegitima seu papel de produtora de ciência e de conhecimento crítico.

Além disso, diante de um mercado cada vez mais competitivo, em que a taxa de lucratividade torna-se cada vez menor, incentiva-se a procura por novos setores para exploração do capital, colocando as políticas sociais na mira dos interesses mercadológicos, como vem acontecendo com a educação superior brasileira.

Enquanto isso, as universidades públicas são tensionadas através de constantes questionamentos de seu papel na sociedade, sendo apontadas como anacrônicas. A redução do financiamento público implica em precarização da formação, das condições de trabalho, em pressão para abertura de parcerias público-privada e em defesa de cobrança de mensalidades para os estudantes, tudo isso, a fim de suprir o insuficiente financiamento estatal.

Entretanto, não é o fim da história e as universidades públicas resistem. Ainda nesses espaços, a produção do conhecimento tem superado a descrença na ciência dos últimos tempos e, apesar de todas as tentativas de privatização interna e do crescimento do ensino superior privado, são as universidades públicas, até os dias atuais,

que desenvolvem as pesquisas de referência no país e que formam os profissionais mais requisitados pelo mercado.

## Referências

AGÊNCIA SENADO. MP concede abatimento de até 92% em dívidas do Fies. *Agência Senado*, Brasília, 3 jan. 2022. Disponível em: [www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/03/mp-concede-abatimento-de-ate-92-em-dividas-do-fies](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/01/03/mp-concede-abatimento-de-ate-92-em-dividas-do-fies). Acesso em: 14 dez. 2022.

BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica)*. Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 1994. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/ensenanza.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

BANCO MUNDIAL. *Priorities and strategies for education: a World Bank sector review*. Washington, D.C., 1995. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/117381468331890337/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007: o desenvolvimento e a próxima geração – visão geral*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2006. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/416221468158073649/pdf/449630WDR0PORT1070overview01PUBLIC1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015: mente, comportamento e sociedade*. Washington, D.C.: World Bank, 2015.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo – análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Brasil: Revisão das Despesas Públicas, v. 1: Síntese, nov. 2017.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6096&ano=2007&ato=eadoXWE9ENRpWTafd>. Acesso em: 20 set. 2023.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 75-123.

FERREIRA, I.; BOSCHETTI, I. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. *Revista Temporalis*, v. 1, p. 81-97, 2000.

GRAMSCI, A. Caderno 7 (1930-1931). Miscelâneos. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição de C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, 2001, p. 7-53.

GRAMSCI, A. Caderno 22. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição de C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. 3. ed.

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Edição de C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. 3. ed.

HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HUWS, U. *A formação do cibertariado: trabalho digital em um mundo real*. 1. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

IAMAMOTO, M. V. Reforma do Ensino Superior e o Serviço Social. *Revista Temporalis*, n. 1, Brasília, p. 35-79, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; FERREIRA, I. B.; CARDOSO, F. G. Os Cursos sequenciais na Reforma do Ensino Superior. *Revista Temporalis*, n. 1, Brasília, p. 149-163, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2021*. Brasília: Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (FONAPRACE). *Caderno Temático IV: políticas afirmativas no ensino superior: pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos/as graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021d.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Outubro Revista*, 3. ed., p. 19-30, fev. 1999. Disponível em: <https://out3#04.outubrorevista.com.br>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NEVES, L. M. W.; MARTINS, A. M. S. A proposta de autonomia universitária do governo Lula. In: NEVES, L. M. W. (org.). *Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 91-110.

PEREIRA, L. D. A reação burguesa à crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós-1970. *Revista Virtual Textos & Contextos*, n. 5, nov. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1023/803>. Acesso em: 17 ago. 2009.

SILVA, B. A. R. A concepção empresarial da educação integral e(m) tempo integral. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1613-1632, out./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623676399>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

## O direito à saúde e a sua judicialização no Brasil

Liana Amaro Augusto de Carvalho  
Milena da Silva Santos

### Introdução

O trabalho apresentado analisa o direito à saúde no Brasil e os limites dos processos de judicialização nos tempos da Covid-19. A discussão parte de uma revisão bibliográfica realizada a partir da perspectiva crítico dialética sobre o referido tema com a finalidade de tecer considerações a respeito da forma como referido direito tem ganhado efetividade diante das necessidades da população brasileira, demarcando o lugar que a judicialização avolumada tem assumido no acesso a política pública de saúde.

Nesse sentido, faremos inicialmente algumas considerações sobre a saúde como um direito legalmente constituído pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Em seguida abordaremos os processos de judicialização e as suas particularidades nos últimos anos no Brasil. E, por último, concluiremos com algumas reflexões acerca da saúde como direito fundamental, apontando para uma análise crítica sobre o tema abordado.

## A saúde como direito a partir da Constituição de 1988

O direito à saúde aparece como um dos marcos fulcrais da Constituição Federal Brasileira de 1988. A alegação atesta-se pelo surgimento do chamado tripé da seguridade social, estabelecido enquanto direito do cidadão e dever do Estado, composto pelas políticas públicas de saúde, previdência social e assistência social.

De acordo com o texto constitucional esse conjunto de ações deve ser efetivado de maneira integrada e compreendido como direito de todos, sendo implementado através de políticas sociais e econômicas com o objetivo de reduzir o risco de doença e de outros agravos, promovendo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Como explica o Ministério da Saúde (2018), no período anterior à Constituição, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, isto é, pessoas vinculadas formalmente ao mercado de trabalho, ficando o atendimento dos demais cidadãos relegados às iniciativas filantrópicas. Wanderley Guilherme dos Santos, discorre sobre esse período classificando-o como o de cidadania regulada, pelo qual o acesso às políticas públicas era regido pelo critério de vinculação ao trabalho formal, ou seja, de acordo com a categoria profissional à qual se pertencia.

Nas décadas de 1970 e 1980, em contraponto às tendências privatizantes, a sociedade civil organizada tinha como pauta de reivindicação um sistema de saúde público e universal<sup>1</sup>, capaz de

---

1 “O Projeto de Reforma Sanitária, construído na década de 1980, tem como uma de suas estratégias o Sistema Único de Saúde (SUS) e foi fruto de lutas e mobilização dos profissionais de Saúde, articulados ao movimento popular. Tem como preocupação central assegurar que o Estado atue em função da sociedade, pautando-se na concepção de Estado democrático e de direito, responsável pelas

atender efetivamente às necessidades da população brasileira e materializar o direito à saúde. No ano de 1986, com a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, estabeleceu-se um marco para a efetivação de um sistema de saúde público e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora houvesse uma conciliação posterior no próprio texto constitucional, o relatório final da Conferência foi certo quando ponderou:

1 - Saúde como Direito - em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, que podem gerar desigualdades nos níveis de vida. [...]

3 - Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (Ministério da Saúde, 1986, p. 4).

Como se percebe, todos esses momentos constituíram o prelúdio da criação de um sistema de saúde público, unificado, com

---

políticas sociais e, por conseguinte, pela saúde. [...] Sua premissa básica consiste na Saúde como direito de todos e dever do Estado. O projeto de Reforma Sanitária propõe uma relação diferenciada do Estado com a Sociedade, incentivando a presença de novos sujeitos sociais na definição da política setorial, através de mecanismos como os conselhos e conferências. O projeto saúde articulado ao mercado ou de reatualização do modelo médico assistencial privatista, está pautado na Política de Ajuste que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta; a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização” (Bravo, 2009, p. 2).

gestão descentralizada, materializando o direito à saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Com o objetivo de garantir essa efetivação, em momento concomitante à promulgação da chamada Constituição Cidadã, foi criado o SUS em 1988. A proposta que deu materialidade ao referido sistema, a partir das contribuições dos movimentos da sociedade civil organizada nos processos constituintes e pactuações com o Estado redemocratizado<sup>2</sup>, conformou um dos maiores sistemas de saúde do mundo, abrangendo desde a atenção básica até a prestação de serviços de média e alta complexidade.

A década de 1990 apresentou-se como um marco no esforço para a criação de bases legais que pudessem garantir essa efetivação. Além da aprovação da Lei 8.080, no ano de 1990, a chamada Lei Orgânica da Saúde, em 1991 foi estruturado o sistema de atenção básica da saúde com a presença de agentes comunitários. Além disso, em 1993 o antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) foi extinto, e em 1996 foi aprovada a lei 9.313, determinando a distribuição gratuita para os portadores da síndrome HIV/AIDS. Ainda, foi criado o Sistema Nacional de Transplantes em 1997, e em 1999 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Política Nacional dos Medicamentos Genéricos (Minas Gerais, s.d.).

---

2 “A assembleia nacional constituinte, com relação a saúde, transformou-se numa arena política em que os interesses se organizaram em dois blocos polares: os grupos empresariais, sob a liderança da Federação Brasileira de Hospitais (setor privado) e da Associação de Indústrias Farmacêuticas (multinacionais), e as forças propugnadoras da Reforma Sanitária, representadas pela Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte, [...]. A alteração da norma constitucional ocorreu no processo constituinte com toda a articulação e mobilização efetuada, tendo como resultado um texto bom para a saúde, que incorpora grande parte das reivindicações do movimento sanitário” (Bravo, 2009, p. 97-98).

Sem dúvida, a criação do SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação por critérios formais de trabalho, como havia antes. Corroborando com essa ideia, os comentários de Figueiredo e Sarlet (2008, p. 26) sobre as iniciativas jurídicas nesse contexto são esclarecedores:

Na verdade, a jurisprudência ainda interpretava o direito à saúde com “óculos” de um passado recente, em que a saúde não constava do elenco dos direitos fundamentais explícitos, sem atentar para as possibilidades do novo regime constitucional instaurado e, ao mesmo tempo, diagnósticos e prognósticos legislativos limitada pela ausência de implementação do próprio SUS, carente de normas que dessem cumprimento às diretrizes constitucionais de descentralização, regionalização, integralidade, controle social e universalidade, pois a assistência da saúde se concentrava nos serviços prestados pelo INAMPS.

No título VIII, a Constituição Federal no artigo 198, quando se dispõe sobre a Ordem Social, estabelece as diretrizes do SUS e defende: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III – participação da comunidade (Brasil, 1988). Dessa forma, a atenção à saúde passou a ser de fato um direito de todos os brasileiros com foco em ações capazes de garantir qualidade de vida, enfocando na prevenção sem prejuízo aos serviços assistenciais.

Um pouco adiante, no Art. 200, fica candente as atribuições desse sistema.

1 – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção

de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemo-derivados e outros insumos; II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

A lei 8080/90 dispõe especificamente sobre as condições para a efetivação do sistema público de saúde, versando sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e pontua, inclusive, o papel complementar dos sistemas privados de saúde em relação ao público.

Nesse marco legal a saúde é reafirmada como um direito fundamental do ser humano, e é responsabilidade do Estado brasileiro prover condições para o pleno exercício desse direito. Ainda, acresce-se que o dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade (Brasil, 1990).

### Os processos de judicialização e os seus limites

Mesmo diante de todos os esforços e avanços legais relativos à garantia de um sistema de saúde público efetivo para com as necessidades da população brasileira, foi também a partir dos anos de

1990 que o processo de ajuste fiscal<sup>3</sup> do Estado confrontou a plena realização do texto promulgado em 1988 e acabou efetuando mudanças substantivas na operacionalização da política de saúde.

As medidas indicadas para os países do antigo terceiro mundo pelo Consenso de Washington<sup>4</sup> inauguraram um redirecionamento econômico, político e ideológico contemporâneo voltado para a adoção de um estado menor, expressando-se pelo corte de gastos para as políticas públicas e sociais, endossando o surgimento cada vez maior de cooperativas e empresas de saúde voltadas para um público composto por aqueles que podem pagar por este serviço, minando a qualidade e o acesso ao serviço público de saúde. Temos, portanto, uma saúde pública para os que não pagam diretamente por ela e a privada para aqueles que conseguem pagar.

O projeto saúde, articulado ao mercado, ou de reatualização do modelo médico assistencial privatista, está pautado

---

3 Por meio do processo de financeirização da economia na contemporaneidade, foi possível ao capital aumentar o poder dos países centrais em detrimento dos periféricos, por meio do endividamento desses países. Nos quais foram propostos ajustes fiscais em suas economias a serem realizados através de reformas nas políticas econômicas e sociais recomendadas e monitoradas pelas agências internacionais – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial – com vistas a garantir a geração de um *superávit* primário para dispor de receitas públicas ao grande capital.

4 O Consenso de Washington foi um encontro convocado pelo *Institute for International Economics* na capital dos Estados Unidos, em 1989, com a participação de funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – e especialistas em assuntos latino-americanos. O objetivo desse encontro foi proceder uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nesses países, reafirmando a proposta neoliberal. A partir desse encontro FMI e o Banco Mundial passaram a orientar as políticas econômicas adotadas pelos estados Latino-americanos mediante a imposição da adoção de programas de estabilização e de ajuste estrutural.

na Política de Ajuste que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta; a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central e a focalização [...]. Percebe-se que a universalidade do direito – um dos fundamentos centrais do SUS e contido no projeto de Reforma Sanitária – é um dos aspectos que tem provocado tensão e resistência dos formuladores do projeto saúde voltada para o mercado (Bravo, 2009, p. 101).

Observa-se que, desde os anos 1990, há um processo de desestruturação nas políticas da Seguridade Social brasileira, com um destaque para a política de saúde. Nesse sentido, recorrer ao judiciário tornou-se o meio de obrigar o Estado a efetivar algo que deveria ser garantido pela via constitucional. O fato é que quando o usuário não tem acesso a remédios ou tratamentos/terapias inexistentes ou em falta no SUS a judicialização tornou-se a forma de garantir a efetivação do seu direito.

A afirmação acima explica, por exemplo, o quantitativo alarmante de processos nesta área existentes em todo o Brasil. De acordo com a Fiocruz (2017), estima-se que entre os anos de 2010 e 2016 os gastos da saúde pública com ações judiciais para garantir o acesso a algum medicamento ou serviço foram de aproximadamente 1.010%. Durante a pandemia causada pelos adoecimentos por Covid-19, os dados apontam um aumento ainda mais expressivo desse quantitativo.

Ainda, tendo em vista a estrutura de um sistema descentralizado, verifica-se que estas demandas se tornam mais expressivas para estados e municípios, nos quais os custos atingiram a casa de R\$7 bilhões no ano de 2017.

Dados informados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2021 informam que a cada ano aumenta o número de casos

na Justiça referentes à área de saúde, ultrapassando 2,5 milhões de processos entre os anos de 2015 e 2020, e os fatos que mais têm motivado a judicialização são o desabastecimento de medicamentos e a falta de especialistas em áreas específicas (Brasil, 2021).

Nesse sentido, por meio da judicialização as verbas que deveriam dar conta de investimentos em materiais e serviços para o uso coletivo da população acabam sendo destinadas a demandas específicas, individuais.

Ainda, a secretaria de saúde do Estado de Minas Gerais aponta que

[...] os tribunais estão criando um sistema público de saúde com duas portas de entrada: *um para os cidadãos que podem recorrer e ter acesso à justiça*, e conseqüentemente a qualquer tipo de tratamento independentemente dos custos, *e outro para o resto da população, que não tem acesso ao Judiciário*. Dessa forma, as pessoas que acessam o SUS pela via administrativa, acabam penalizadas e muitas vezes perdem o seu lugar na fila de espera para uma demanda judicial, podendo apresentar até maior complexidade/gravidade do quadro clínico de saúde (Minas Gerais, [s.d.], grifo nosso)

Diante do exposto, observamos que além de existir uma política para aqueles que podem pagar pelo serviço de saúde e outra para os que não podem, a saúde pública tem dividido o seu orçamento entre demandas individuais, voltadas aos que conseguem ter acesso a justiça de maneira particular e, portanto, rápida, e aqueles que padecem nas filas a espera de atenção e cuidados.

Em outras palavras, o usuário que utiliza o serviço público é duplamente penalizado: por um lado na maioria das vezes ele não encontra um serviço de qualidade e que respeite as suas necessidades, assim como as necessidades do coletivo da sociedade; por outro ele

tem o seu direito comprometido em função de demandas solicitadas judicialmente ao orçamento público, considerando que os serviços de média e alta complexidade são feitos exclusivamente pela saúde pública, não estando sob alcance dos planos de saúde.

*[...] a caracterização do direito à saúde como um direito coletivo, ou mesmo como um interesse difuso em certas hipóteses, não lhe serve para afastar a titularidade individual que apresenta, visto que, a despeito das questões ligadas à saúde pública e coletiva, jamais perderá o cunho individual que o liga à proteção individual da vida, da integridade física e corporal pessoal, assim como da dignidade da pessoa humana individualmente considerada em suas particularidades, até mesmo em termos de garantia das condições que constituam o mínimo existencial de cada um. [...] um ponto ainda nevrálgico à garantia de efetiva proteção do direito fundamental à saúde certamente se encontra no financiamento e, de modo especial, na implantação de instrumentos que assegurem um contínuo fluxo de caixa entre os entes federativos. Nesse passo, as contradições entre uma realidade de centralização de recursos e um ideal de federalismo cooperativo abrem todo um novo capítulo à discussão (inviável, todavia, nos limites deste trabalho), assim como, pelo menos, a garantia de aplicação dos percentuais mínimos estabelecidos pelo texto constitucional para as ações e os serviços de saúde (Figueiredo e Sarlet, 2008, p. 10, 34, grifo nosso).*

No entendimento do então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Barroso (2007), trata-se de um excesso de judicialização, o que pode comprometer a realização prática da Constituição Federal. Para ele, o que se tem revelado é a concessão de privilégios a alguns jurisdicionados em detrimento de toda a coletividade de cidadãos.

Portanto, a argumentação aponta para o fato de que há limites para os processos judicializados na saúde e a depender do volume

que eles apresentem e que futuramente estes pedidos podem padecer de efetivação por ausência de financiamento.

### Considerações finais

Neste trabalho tivemos como objetivo traçar um pequeno esboço a respeito da saúde como direito e os limites de sua judicialização.

O direito à saúde, sem dúvida, é um dos direitos de maior relevância na Constituição de 1988 pois garante a própria vida, sendo este um bem de relevância inequívoca, antecedendo todos os outros. Ainda, garantir a sua efetivação é prezar pela dignidade da pessoa humana, atendendo às necessidades individuais e coletivas da população, respeitando-as equitativamente.

Mesmo tendo ciência dessa importância, o Estado tem na verdade se desresponsabilizado pelo direito à saúde e, ao invés de garantir maiores investimentos na saúde pública, tem facilitado a criação de novas cooperativas médicas com o objetivo de privatizar o sistema de saúde e proporcionando o acesso apenas para aqueles que podem pagar por ela, criando uma lógica de desvalorização e sucateamento do público, o que se torna visível na ausência de profissionais, no sucateamento dos hospitais e unidades básicas de saúde, bem como a insuficiência e ausência de medicações. Ocorre uma inversão: o sistema privado, que deveria funcionar apenas como um sistema complementar, assume a centralidade do processo.

Soma-se a isso o fato de que até 2019 mais de 70% da população brasileira não tinha acesso ao sistema privado de saúde uma vez que não tinha como pagar por ela (Granda, 2020). Depois da deflagração da pandemia por Covid-19 o crescimento da procura por esses planos se tornou crescente (Agência Nacional de Saúde, 2022). No entanto, mesmo quem tem planos de saúde ainda recorre ao

sistema público para garantir o acesso aos serviços de média e alta complexidade que vem sendo paulatinamente retirados do rol de coberturas desses planos com o objetivo de contenção de gastos.

Nesse sentido, o Estado encontra limitações na garantia do direito à saúde uma vez que o mesmo encontra barreiras orçamentárias para lidar com as demandas emergentes, mas que não condizem com o montante do fundo público, uma vez que este último vem sendo vilipendiado em razão de outras prioridades, que não a saúde pública e outras políticas que satisfazem necessidades essenciais para a reprodução da classe trabalhadora (Brettas, 2020). O fomento a um investimento maior e realmente adequado às necessidades do país, com blocos de financiamento mais generosos, contemplando as necessidades dos estados e municípios deve ser realizado, direcionando os recursos do fundo público ao financiamento dos gastos sociais genuinamente.

Historicamente, a luta pela efetivação dos direitos humanos tem passado desafios de variadas ordens no sentido da sua garantia intransigente. O direito à saúde da pessoa humana não pode ser negociado ou negligenciado, o que configura uma violação direta do mesmo. Além disso, deixar de efetivar o direito à saúde no Brasil não é apenas uma afronta e um desrespeito a população, mas é violar a própria Constituição de 1988. Limites como este jamais deveriam existir, pois a saúde é, de fato, necessidade de primeira ordem e deve ser priorizada no leque de gastos do Estado brasileiro, garantindo o maior bem jurídico que versa sobre o direito à vida.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. Planos de saúde: setor encerra 2021 com crescimento contínuo em seus 12 meses. 7 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/numeros-do-setor/planos-de-saude-setor>

encerra-2021-com-crescimento-continuo-em-seus-12-meses. Acesso em: 15 maio 2023.

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, v. 31, n. 66. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, jul./dez. 2007, p. 89-114.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.080/1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm). Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *8ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final*. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf). Acesso em: 1 out. 2018.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. *Saúde nos municípios brasileiros: um retrato nacional*. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/sa%C3%BAde-nos-munic%C3%ADpios-brasileiros-um-retrato-nacional>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Judicialização e saúde: ações para acesso à saúde pública de qualidade*. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio\\_Judicializacao-e-Sociedade-16072021.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade-16072021.pdf). Acesso em: 10 maio 2023.

BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRETTAS, T. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

FIGUEIREDO, M. F.; SARLET, I. W. Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/O\\_direito\\_a\\_saude\\_nos\\_20\\_anos\\_da\\_CF\\_coletanea\\_TAnia\\_10\\_04\\_09.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/O_direito_a_saude_nos_20_anos_da_CF_coletanea_TAnia_10_04_09.pdf). Acesso em: 15 set. 2018.

FIOCRUZ. *Saúde nos municípios brasileiros: um retrato nacional*. 2017. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/sa%C3%BAde-nos-munic%C3%ADpios-brasileiros-um-retrato-nacional>. Acesso em: 15 out. 2018.

GANDRA, Alana. Pesquisa diz que 59,7 milhões de pessoas tinham plano de saúde em 2019. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 4 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/pesquisa-diz-que-597-milhoes-de-pessoas-tinham-plano-de-saude-em-2019>. Acesso em: 13 maio 2023.

MINAS GERAIS. *História do SUS*. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias\\_e\\_eventos/00\\_2015-maio-junho/30-06\\_historia-do-sus.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/00_2015-maio-junho/30-06_historia-do-sus.pdf). Acesso em: 15 out. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. *Judicialização da saúde*. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/judicializacao>. Acesso em: 15 out. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema Único de Saúde*. 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 20 out. 2018.

SECRETARIA DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. *Judicialização da Saúde*. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/judicializacao>. Acesso em: 5 out. 2018.

SIQUEIRA, D. P. O direito fundamental à saúde: dos Direitos Humanos à Constituição de 1988. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2970](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2970). Acesso em: 11 out. 2018.

- Título** A crise do capital: marco histórico e expressões atuais no Brasil
- Organização** Cláudia Gomes  
Fernanda Alves Ribeiro Paz  
Ana Karoline Nogueira de Souza  
Ana Manoela da Silva Lima
- Formato** *E-book* (PDF)
- Tipografia** Garamond Premier Pro (texto), Arboria (títulos de capítulos)
- Desenvolvimento** Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

